





**Natalia Urra Jaque  
Marco Antônio Nunes da Silva  
Nuno de Pinho Falcão**

**O Estertor do Santo Ofício  
Do Iluminismo à extinção**

**El Estertor del Santo Oficio  
De la Ilustración a la abolición**

**Título:** *O Estertor do Santo Ofício. Do Iluminismo à extinção*  
*El Estertor del Santo Oficio. De la Ilustración a la abolición*  
**Compiladores:** Natalia Urra Jaque, Marco Antônio Nunes da Silva  
Nuno de Pinho Falcão

Este libro es financiado por Fondos Nacionales a través de FCT-Fundação para Ciência e Tecnologia, no âmbito do projeto UIDB/04059/2020

© De todas las ediciones, Natalia Urra Jaque, Marco Antônio Nunes da Silva  
Nuno de Pinho Falcão



© 2023 Editorial Brujas & Cero Impacto

1° Edición.

Impreso en Argentina

ISBN: 978-1-68490-124-1



Ninguna parte de esta publicación, incluido el diseño de tapa, puede ser reproducida, almacenada o transmitida por ningún medio, ya sea electrónico, químico, mecánico, óptico, de grabación o por fotocopia sin autorización previa.



[www.editorialbrujas.com.ar](http://www.editorialbrujas.com.ar) [publicaciones@editorialbrujas.com.ar](mailto:publicaciones@editorialbrujas.com.ar)

Tel/fax: (0351) 4606044 / 4691616– Pasaje España 1486 Córdoba–Argentina.

## ÍNDICE

---

O Estertor do Santo Ofício: do Iluminismo à extinção..... 7

LINA GORENSTEIN

Apresentação..... 9

ELVIRA MEA

### PARTE I

#### NUEVAS MIRADAS SOBRE LA ERA DE LAS ABOLICIONES: ¿DECADENCIA O REACOMODACIÓN INSTITUCIONAL?

Referencias de las cortes del trienio liberal a la *extinguida*  
*inquisición* ..... 17

CONSUELO JUANTO JIMÉNEZ

Claves de lectura para abordar retazos documentales del final de la  
Inquisición en el Río de la Plata: el caso de la comisaría de Córdoba  
(s. XIX) ..... 39

JAQUELINE VASSALLO

El lento proceso de supresión de la Inquisición en España ..... 59

EMILIO LA PARRA LÓPEZ

La Junta Provisional y la supresión de la Inquisición en 1820 ..... 79  
JOSÉ ANTONIO ESCUDERO

O Santo Ofício e o direito de punir ..... 109  
SONIA SIQUEIRA

Santo Ofício da Inquisição: Do Reformismo das “Luzes” à Extinção.  
Pontualizando e questionando uma trajetória ..... 127  
PEDRO VILAS BOAS TAVARES

**PARTE II**  
**PROCESOS Y JUICIOS INQUISITORIALES EN LA ERA DE LAS**  
**ABOLICIONES: CAMBIO Y CONTINUIDAD**

Anticlericalismo en España: reflexiones desde el exilio ..... 179  
JUAN IGNACIO PULIDO SERRANO

¿Masones en el Reino de Galicia? Practicas inquisitoriales e intolerancia  
en los siglos XVIII y XIX ..... 195  
FERNANDO GIL GONZÁLEZ

Contravenções e extorsões nos últimos suspiros da Inquisição  
portuguesa: a história da padeira Ana Maria ..... 213  
MARCO ANTÔNIO NUNES DA SILVA

Antonia Mañana, la última “bruja” ante la Inquisición de Mallorca,  
1816-1818. Cambios y nuevas perspectivas sobre el Delito de  
Superstición en la era de las aboliciones ..... 237  
NATALIA URRJA JAQUE

“Luzes” no Claustro: Lóios e Inquisição nas vésperas da extinção ..... 253  
NUNO DE PINHO FALCÃO

Autores ..... 275

## O ESTERTOR DO SANTO OFÍCIO: DO ILUMINISMO À EXTINÇÃO

---

O Tribunal do Santo Ofício esteve ativo na Península Ibérica desde 1478 na Espanha e 1536 em Portugal. Nos primeiros séculos, seu objetivo principal era vigiar e punir o comportamento dos cristãos-novos, judeus convertidos à força ao cristianismo, objetivo esse que declinou nas últimas décadas de seu funcionamento. Paralelamente, outras heresias e crimes contra a fé foram sendo incorporados sob sua autoridade.

*O Estertor do Santo Ofício: do Iluminismo à extinção* é livro essencial para a história da Inquisição, analisando a última fase de ação do Tribunal inserida na história da Espanha e de Portugal, mostrando as mudanças que sofreu até seus estertores finais.

Duzentos anos após a extinção do Santo Ofício ibérico, artigos de especialistas sobre a Inquisição lançam luz sobre o período final de funcionamento do Tribunal. Com textos em português e espanhol, o livro é dividido em duas partes, ‘Novos olhares sobre a era das abolições: decadência ou reacomodação institucional’, e ‘Processos e juízos inquisitoriais na era das abolições: mudança e continuidade’.

As discussões sobre o processo do final da Inquisição espanhola são o tema de três artigos, as indicações de como entender esse período em Córdoba (Argentina), o tempo português do Santo Ofício desde o período pombalino até seu final, e de onde adveio e se manteve o poder inquisitorial se encontram na primeira parte do livro. Na segunda parte, uma visão do anticlericalismo na Espanha, duas histórias de réus do Tribunal, uma mulher acusada de bestialidade e uma outra acusada de bruxaria, e, finalizando, uma análise dos processos que atingiram a congregação dos Loios em Portugal.

Leitura fundamental para todos aqueles que se interessam por essa instituição que por quase três séculos regulou a vida de portugueses e espanhóis, tanto nas Metrôpoles como nas Colonias.

**LINA GORENSTEIN**



## APRESENTAÇÃO

---

A Inquisição é uma tremenda “dor de cabeça” da História, desde a sua conceptualização, problemática dos diversos intervenientes da frente ou por trás das grades, pressões diversas, perspectivas variadas sempre mutantes relativamente ao espaço e ao tempo, nascimento e morte.

Abarcando a história religiosa, política, institucional, económica, social, cultural e das mentalidades, bem intrincadas e enredadas entre si, a Inquisição precisa duma investigação interdisciplinar intensa e profunda para um universo de fontes onde ainda se está muito aquém de dominar metade do seu acervo.

Em Portugal acresce a urgência de digitalização de grandes núcleos documentais, como os relativos aos tribunais de Coimbra e Évora, onde, devido aos custos, diariamente se vão perdendo memórias únicas duma História que está por fazer, dado o mau estado de milhares de documentos.

Esta situação tem levado muitos jovens a desistirem desta investigação pelas lacunas inerentes a todo este imbróglio, pelo que diminui o elenco dos que se dedicam ao tema numa qualquer vertente, como se denota nas nossas universidades.

Assim sendo, esta obra é mais um passo avante num dos pontos sobre que se sabe muito pouco, o declínio e fim da Inquisição ibero-americana, uma agonia lenta que arrastou consigo a agonia de milhares no âmbito peninsular e americano, em contextos complexos em que a mudança de pensar, sentir e viver, causou choques entre Igreja, Estado e sociedade.

Por conseguinte, tentou-se criar um novo equilíbrio de forças, se assim se pode chamar, em que geralmente o poder político dominou o religioso, a faceta económica e racional preponderaram, o iluminismo substituiu o barroco.

Por outro lado à medida que o conhecimento aumenta e portanto, se repensam as explicações históricas, torna-se oportuna a citação de Sónia Siqueira relativa ao convite de Burke a “captar o socialmente invisível e ouvir o inarticulado: a memória silenciosa dos mortos”.

É ela também que insiste na aproximação com sectores das outras ciências humanas, pois só uma interdisciplinaridade séria permite reconfigurar a capacidade perceptiva do estudioso da inquisição.

Na época moderna a ideia de Deus é de um justiceiro, um Deus vingador, com a tónica no medo, sempre, do pecado e do medo da justiça de Deus que castiga o justo pelo pecador, daí o imperativo separar o trigo do joio, a urgência e justificação da denúncia, numa sociedade onde reina a desconfiança e a rejeição ao diferente.

Dum modo geral o declínio da Inquisição torna-se evidente a partir do final do século XVII, um processo particularmente lento em Espanha, como aponta Emílio La Parra Lopes, devido a um acordo tácito entre os dois poderes, em que a firmeza do tribunal salvaguardava os privilégios usufruídos pela coroa na disciplina eclesiástica e simultaneamente constituía “um valioso auxiliar da monarquia para preservar a pureza do catolicismo e os costumes”. A Inquisição actuou de acordo com a sua natureza de instituição mista, eclesiástica e secular.

Mas a realidade era bem mais complexa: Ignacio Pulido Serrano dá conta da luta violenta entre as correntes clericais e anticlericais, as quais “chegaram a tomar a forma de uma nova religião, igual de bárbara e brutal que algumas das formas adotadas pelo catolicismo em Espanha.” Dá o exemplo de Blanco White (1775-1841), um padre obrigado ao exílio por defender a reforma da Igreja, pois então o cristianismo confundia-se com perseguição e o absurdo, dominava a superstição, “mutilava-se” a razão e a liberdade do indivíduo.

O crepúsculo do Santo Ofício ia-se evidenciando: Fernando Gil González foca em pleno século XVIII a questão da maçonaria na Galiza ligada a militares e estrangeiros, que conta com a indiferença da Inquisição compostelana por desconhecimento da sua ideologia, que aliás, não é dominada pelos próprios considerados maçons. E Natalia Urra Jaque demonstra como em 1816-1818 a censura continuava ativa, mas com directrizes diferentes, enquanto delitos como a superstição se consideram insignificantes. Sinais do tempo que abalava os alicerces do Santo Ofício, o caso da última bruxa do tribunal de Maiorca, ligada aos “malefícios amatórios”, alguém capaz de resolver “situações de carência, limitação ou aflição”, no confinado mundo feminino.

Como conclui Natalia, “A figura de Antónia é transversal ao tempo e ao espaço”.

A abolição da Inquisição com quatro datas possíveis tem sido polémica, sobretudo a de 1813 nas Cortes de Cádiz, dado que era incompatível com a nova Constituição; a de 1820 com Fernando VII e a Junta Provisória, que formalmente reitera a abolição, realçando a liberdade de imprensa, a censura de livros e resolve a questão do património e direitos da instituição, como desenvolve José Antonio Escudero, que refuta por ilegal a abolição firmada por Napoleão em 1808, pois o rei era o irmão José.

Consuelo Juanto Jiménez destaca a situação que se prolongou pelas Cortes do Triénio Liberal, com medidas económicas e graves assuntos pendentes a resolver, onde se defende a queima dos processos inquisitoriais, ou pelo menos os decorrentes do funcionamento ilegal dos tribunais da Guatemala e México porque foi posterior ao decreto de abolição. Daí a quarta data, o decreto de 1834, firmado pela regente Maria Cristina.

Na Argentina, como sublinha Jaqueline Vassallo, a revolução suprimiu logo a Inquisição, que continuou em Córdova como agente da contra revolução, a fim de suprimir quem se tinha inserido nesse movimento entre 1810-1813, ano em que a Assembleia das Províncias Unidas do Rio da Prata extingue o tribunal, devolvendo a sua jurisdição aos Ordinários, relativamente à defesa da ortodoxia religiosa.

A Inquisição portuguesa tem o seu auge nos séculos XVI-XVII, iniciando o declínio com os Bragança, pelo que quando chega ao poder, o estrangeirado Carvalho e Melo propõe-se harmonizar Inquisição com ilustração, como desenvolve Pedro Tavares.

Para deteriorar o poder da instituição, continuou a usar-se a vacatura do inquisidor geral que decorreu entre 1750-1758, passando a nomear-se para o cargo eclesiásticos obedientes à política pombalina, que logo se serviu do tribunal para justificar a expulsão dos jesuítas e destruir parte da alta nobreza como o duque de Aveiro e os Távoras, contrabalançando com um incremento de familiares como “apoio e representação social numa sociedade em processo de mudança”. A Inquisição tornou-se assim também “um meio de acesso aos privilegiados instância legitimadora da promoção social”.

A criação da Real Mesa Censória em 1768, com “jurisdição privativa e exclusiva” transfere para o Estado, ainda que indirectamente, a censura de livros e outras publicações. Paradigmática, em 1768, a detenção do bispo de Coimbra, D. Miguel da Anunciação, por uma pastoral desobediente às

orientações da Mesa. Só é libertado em 1777, pois a sua acção pastoral é conotada com o movimento reformador e pietista da jacobea, com uma forte presença na sociedade para além do sector eclesiástico.

Em 1770 o Cardeal da Cunha é inquisidor-geral e Carvalho e Melo torna-se marquês de Pombal; em 1771 acabam os autos de fé públicos, a impressão das listas dos penitenciados, dependendo então do rei a aplicação da sentença à justiça secular e em 1773 acaba a distinção entre cristãos-velhos e novos, uma discriminação social mas não jurídica, preconizada por Ribeiro Sanches, ligado a Carvalho e Melo enquanto estrangeirado.

Atenção especial para a ofensa e utilização abusiva dos sacramentos, sobretudo a solicitação; uma certa atonia com a maçonaria, não se sabe se por o marquês ser maçom, pois não se provou a sua filiação.

Não havendo ainda uma investigação essencial sobre as relações entre a Inquisição e as Congregações religiosas, nesta fase de mudança crepuscular do tribunal, como observa Nuno Falcão, este hiato impossibilita-nos perceber aquilatar a sua colaboração ou antagonismo.

Assim, baseando-se no estudo da Congregação dos Cónegos Seculares de S. João Evangelista, Nuno Falcão encontrou dois processos inquisitoriais em que três cónegos são acusados de iluministas e liberais-maçónicos, dois deles qualificadores do Santo Ofício, por, imagine-se, publicarem livros sem as licenças da censura inquisitorial. Eles eram dois distintos membros dos denominados Padres Lóios, pelo que serem processados por atraiçoar o órgão judicial que serviam, deve ter tido repercussões relevantes.

O Padre Manuel de Santa Marta Teixeira, logo contrito pela culpa, justifica a situação pela sua fraqueza em resistir à pressão dos seus irmãos lóios para a impressão dos seus textos e sobretudo as obras de Benito Feijoo (o mentor de Blanco White, citado por Ignacio Pulido Serrano) e o *Verdadeiro Método de Estudar* de Luís António Verney, muito procuradas, já encomendadas por livreiros e, portanto, muito lucrativas.

O segundo processo, de 1792, do cónego António de Queirós Botelho da Silva Manuel, é realmente uma apresentação, que mediante um auto exame de consciência e a Graça Divina se confessa de crimes doutrinários e morais, ligando-o a questão de livros proibidos como Rousseau e a círculos iluministas, arrastando consigo figuras proeminentes, inclusive maçons.

Estes exemplos podem levar-nos a presumir que a nível do ambiente eclesiástico havia uma forte ligação ao iluminismo e ao liberalismo, como se prova com o lóio Manuel Bento Rodrigues, arcebispo de Mitilene,

bispo-conde de Coimbra, cardeal patriarca de Lisboa, maçom, em pleno século XIX.

Possivelmente entre o povo a Inquisição ainda metia muito medo, o que alguns, com menos medo e desejo de aproveitar o medo dos outros, aproveitavam para ganhar algum. Como relata Marco Nunes da Silva, foi o caso duma padeira do Campo de Ourique (Lisboa), que sofreu uma queda devido ao cavalo em que seguia a ter atirado ao chão, pisando-a com as patas.

Um dos presentes, contou a cena ao familiar da Inquisição Joaquim Rodrigues, que convidou Veríssimo António para irem a casa da padeira, onde lhe leu a acusação de bestialidade, por relação torpe com o cavalo. Rasgou o papel por receber meia moeda. No mesmo dia nova visita rendeu três mil e duzentos réis, a título de despesas para anular a acusação. Esta falsificação de ordens do Santo Ofício levou Veríssimo António e Joaquim Rodrigues ao degredo, o primeiro para terras do Algarve, o outro, por ser familiar cinco anos para Angola, depois mudado para a Baía, sendo “açoitado com pregão pelas ruas públicas”.

A corrupção e o aproveitamento do Santo Ofício para obter ganho foi uma constante ao longo do tempo.

A Inquisição portuguesa sobrevive às invasões francesas porque nunca houve fundamento nem oportunidade para acabar com as instituições vigentes. Aliás, o então inquisidor geral, D. José Maria de Melo, em 1807, coagido pelos franceses dirigiu uma pastoral “A todos os Fiéis da Santa Igreja Lusitana”, incitando ao sossego e à paz.

Mercê da revolução de 1820, nas Cortes Constituintes, o deputado José Joaquim de Azeredo Coutinho propõe a abolição da Inquisição, logo aprovada por unanimidade em 21/03/1821, para todo o território nacional.

ELVIRA MEA

*ACADÉMICA y Catedrática Universidade do Porto*



**PARTE I**

**NUEVAS MIRADAS  
SOBRE LA ERA DE LAS  
ABOLICIONES: ¿DECADENCIA  
O REACOMODACIÓN  
INSTITUCIONAL?**





# REFERENCIAS DE LAS CORTES DEL TRIENIO LIBERAL A LA *EXTINGUIDA* *INQUISICIÓN*

---

CONSUELO JUANTO JIMÉNEZ  
*Universidad Nacional de Educación a Distancia*

## 1. Introducción

En la historia de la abolición de la Inquisición española, un hito significativo fue el decreto de 9 de marzo de 1820, con el que Fernando VII, rememorando la abolición de las Cortes de Cádiz y ante las graves circunstancias del pueblo amotinado que asaltó los edificios del del Santo Oficio<sup>1</sup>, se vio obligado a suprimir la institución, hasta que con

---

<sup>1</sup> LAFUENTE, Modesto. 1889. *Historia General de España desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*, Montaner y Simón, editores, Barcelona, tomo 18. El autor da cuenta de lo sucesos acaecidos en Madrid desde la publicación del decreto de 7 de marzo de 1820 relatando como en la noche del día siguiente la “gente ardiente” y las “turbas” forzaron las puertas del edificio de la Inquisición dando suelta a los presos, destrozando los instrumentos de tortura y saqueando la biblioteca y archivo del Santo Oficio. A continuación, el 9 de marzo la muchedumbre se agolpa en la plaza y a las puertas del Palacio Real y entrando en el patio sube las escaleras con la intención de invadir los aposentos reales. Contenidos por algunos cortesanos influyentes, los comisionados o diputados del pueblo, plantean sus peticiones sobre el restablecimiento del régimen constitucional liberal y logran que el monarca nombre una Junta Provisional que propone la abolición del Tribunal de la Inquisición. *Ibidem*, p. 234-235. Conviene tener en cuenta que sucesos semejantes tuvieron lugar también en Barcelona, pues según refiere Lea, el 10 de marzo, el pueblo barcelonés se amotinó saqueando la Inquisición catalana. LEA, Henry Charles. 2020. *Historia de la Inquisición española*, 3 vols., BOE / Instituto de

otro decreto de 1 de octubre de 1823 el monarca la restablezca en cierto modo de manera indirecta al rehabilitar el ordenamiento jurídico general de la etapa absolutista y anular todas las medidas de la etapa liberal.

El decreto de 9 de marzo de 1820 dispone:

“Considerando que es incompatible la existencia del Tribunal de la Inquisición con la Constitución de la Monarquía española, promulgada en Cádiz en 1812, y que por esta razón la suprimieron las Cortes generales y extraordinarias, por decreto de 22 de febrero de 1813, previa una madura y larga discusión; oída la opinión de la Junta por decreto de este día, y conformándome con su parecer, he venido en mandar que desde hoy quede suprimido el referido Tribunal en toda la Monarquía, y por consecuencia, el Consejo de la suprema Inquisición, poniéndose inmediatamente en libertad a todos los presos que estén en sus cárceles por opiniones políticas y religiosas, y pasándose a los reverendos obispos las causas de estos últimos en sus respectivas diócesis, para que la sustancien y determinen con arreglo en todo al expresado decreto de las Cortes extraordinarias. Lo tendréis entendido, y dispondréis lo conveniente a su cumplimiento. Palacio 9 de marzo de 1820. Está rubricado”<sup>2</sup>.

Con esta medida el monarca decide la supresión de la Inquisición, teniendo lugar así la tercera ocasión en la que el poder civil realiza su extinción en el XIX sin contar con el acuerdo de la Iglesia. Escudero ha explicado el significado de las políticas abolicionistas y restablecedoras de la Inquisición en esta época, distinguiendo las que lo hacen de manera explícita o implícita, lo que aporta claridad al controvertido problema de la naturaleza del Santo Oficio que se evidencia como mixta en estas iniciativas del organismo estatal que deciden su extinción<sup>3</sup>. La decisión

---

Historia de la Intolerancia, Madrid, III, p. 853.

<sup>2</sup> *Gaceta extraordinaria de Madrid, del viernes* 10 de marzo de 1820. Artículo de oficio. Expedición del decreto por parte de S.M., de acuerdo con la Junta Provisional, y junto al decreto de nombramiento del jefe político de Madrid. Véase también, MIRAFLORES, Marqués de. 1834. *Documentos en los que se hace referencia en los Apuntes histórico-críticos sobre la revolución de España*, en la oficina de Ricardo Taylor, Londres, tomo I, p. 93. LEA: III, Apéndice.

<sup>3</sup> ESCUDERO, José Antonio. 2021. “Problemas en los procesos de creación y supresión de la Inquisición española: bulas y decretos”, *Revista de la Inquisición*, 25, p. 35-53. En especial, conclusiones 7 y 8, y “resumen de las bulas de creación de la Inquisición y de los decretos que la suprimieron o restablecieron tanto de forma *explícita* como *implícita*” en p. 52- 53. Sobre la historia del proceso de supresión y abolición de la Inquisición, del mismo autor: “La abolición de la Inquisición española” (Discurso de ingreso en la Real Academia de Jurisprudencia y Legislación el 2 de diciembre de 1991), pub. en *Estudios*

jurídica contenida en este decreto de 9 de marzo es el de una disposición *ad hoc*, dirigida exclusivamente al Tribunal que es derogado *explícitamente*, es decir de manera directa, y que tiene lugar tras la *derogación implícita* o indirecta del decreto de 7 de marzo que trae la vuelta al régimen constitucional generando la supresión del ordenamiento jurídico general del Antiguo Régimen, y tras los sucesos del asalto del pueblo amotinado en la cárcel inquisitorial de Madrid<sup>4</sup>. No cabe duda pues que el decreto de 9 de marzo técnicamente suprime la Inquisición de manera explícita, con lo que deja de existir durante el Trienio Liberal español (1820-1823).

Teniendo en cuenta la complejidad de la institución parece lógico que con la abolición quedaran muchos asuntos pendientes, tales como las causas inquisitoriales iniciadas y no concluidas, la situación de los funcionarios o la de los bienes del Santo Oficio. Por eso nos ha parecido interesante analizar las Cortes del Trienio y seleccionar las referencias que los diputados hacen a la que invariablemente llaman *extinguida Inquisición*. Éste es el objeto del presente artículo. Vamos pues a ver lo que los diputados dicen, proponen y dictaminan sobre el destino de las causas de fe que siguen abiertas a muchas personas. Al mismo tiempo, daremos cuenta de aquellas intervenciones que van dirigidas a la adopción de medidas económicas sobre el destino de las propiedades y bienes del Tribunal, radicados tanto en la capital, Madrid, como en las provincias, así como la situación un tanto confusa de los funcionarios inquisitoriales.

---

*sobre la Inquisición*, p. 351-438; “Las Cortes de Cádiz y la supresión de la Inquisición: antecedentes y consecuentes”, en el libro que dirigió *Cortes y Constitución de Cádiz, 200 años*, 3 tomos, Fundación Rafael del Pino/Espasa, 2011; en II, p. 285-308; y “Las Cortes de Cádiz y la abolición de la Inquisición”, en F. GARCÍA SANZ; V. SCOTTI DOUGLAS; R. UGOLINI; J.R. URQUIJO GOITIA, *Cadice e oltre: Costituzione Nazione e Libertà. La carta gaditana nel bicentenario della sua promulgazione*, Roma, 2015, p. 361-397.

<sup>4</sup> El pueblo irrumpe en la sede del Tribunal de Corte junto a la plaza de Santo Domingo. Aquí se encuentra la cárcel del Santo Oficio en Madrid. El otro edificio inquisitorial madrileño es el de la sede de la Suprema en la calle Torija. Pero en las dependencias y calabozo subterráneos de la cárcel no encuentran ni un solo preso o víctima de la Inquisición ni instrumento alguno de suplicios y torturas; sólo dos o tres presos políticos en las habitaciones altas que dan al patio. MESONEROS ROMANOS, Ramón de. 1990. *El Antiguo Madrid. Paseos histórico-aneecdóticos por las calles de esta Villa*, edic. Madrid, p. 301. G. RODRIGO, Javier. 1877. *Historia verdadera de la Inquisición*, Madrid, tomo III, p. 494-495.

## 2. La sesión de 14 de mayo de 1821 y el destino de las causas inquisitoriales

La apertura de las Cortes del Trienio Liberal tiene lugar el 9 de julio de 1820, y esta legislatura abarca las sesiones celebradas desde el 26 de junio hasta el 9 de noviembre del mismo año. En la legislatura ordinaria de 1821, los diputados se reúnen entre el 20 de febrero de 1821 hasta el 30 de junio, y de forma extraordinaria desde el 22 de setiembre de 1821 hasta el 14 de febrero de 1822. La legislatura ordinaria de 1822, da principio el 15 de febrero y concluye el 30 de junio del mismo año y la legislatura extraordinaria de 1822-23, desde el 1 de octubre de 1822 hasta 19 de febrero de 1823. En resumen, en esta etapa liberal se inicia la actividad parlamentaria el 26 de junio de 1820 y finaliza el 9 de febrero de 1823. De la multitud y diversidad de asuntos que en ellas abordan los diputados dan cuenta las actas registradas en el Diario de Sesiones y la documentación más importante que ha sido recogida y sistematizada por Miraflores en su obra principal, *Apuntes histórico-críticos para escribir la Historia de España desde el año 1820 hasta 1823* (Londres 1834) y en la complementaria y de la misma fecha, *Documentos a los que se hace referencia en los Apuntes histórico críticos sobre la Revolución de España*. En ella, el autor selecciona y relaciona toda la temática sobre los sucesos políticos más relevantes para la vida de las Cortes y del país, los discursos e intervenciones más significativas de los diputados, todo lo relativo al restablecimiento del régimen constitucional, las convocatorias y reuniones de las Cortes, los negocios y asuntos tratados sobre el Gobierno, relaciones exteriores, Administración Pública, de Justicia, Ultramar, negocios eclesiásticos, Hacienda, Marina, etc <sup>5</sup>.

Respecto a los temas referidos al Santo Oficio, teniendo en cuenta el análisis que de algunas de estas actas y documentos hemos realizado, cabe preguntarse si las Cortes tratan el asunto del devenir de las causas todavía abiertas que afectan a las personas presas en la jurisdicción inquisitorial en el momento de su extinción con el decreto de 9 de marzo de 1820. Es decir, nosotros nos hemos planteado qué ocurre a partir de este momento con la extinguida Inquisición: si realmente se encuentran presos por causa de fe y si en las sesiones parlamentarias se encuentran referencias a ello.

Con el decreto Fernando VII ordena explícitamente suprimir desde el mismo día de su promulgación el “Tribunal en toda la Monarquía, y

---

<sup>5</sup> MIRAFLORES: *Documentos...*, I, p. 339.

por consecuencia, el Consejo de la suprema Inquisición”, y como medidas más inmediatas dictamina la puesta en libertad de todos los presos y que se trasladen a los obispos las causas “para que las sustancien y determinen con arreglo en todo al expresado decreto”. Sin embargo, según vamos a ver, catorce meses después los diputados de las Cortes liberales se plantean esta cuestión en la sesión ordinaria de 14 de mayo de 1821, ya que, según afirman, no se ha llevado a efecto lo dispuesto en el decreto, pues todavía se encuentran procesos pendientes sobre todo en algunos tribunales americanos, discutiéndose la conveniencia de adoptar alguna solución al respecto, partiendo de la disyuntiva de quemar o no estas causas pendientes.

En esta sesión, presidida por el señor Cuesta, los diputados Méndez, Priego, Gisbert, Quiroga, Villanueva, Alamán y Tapia, plantean una serie de indicaciones y observaciones sobre las “causas del extinguido tribunal de la Inquisición que se siguen ocultas y abiertas”<sup>6</sup>.

Las intervenciones arrancan de la sugerencia del diputado Méndez de adoptar la medida de quemar esas causas, manifestándose a favor con algunas precisiones al respecto, Priego, Quiroga, Alamán y Tapia. En contra de la indicación de Méndez y de estos diputados, la indicación y planteamiento del señor Villanueva. En este debate merece la pena detenerse en los discursos de Méndez, Alamán, y Villanueva. El del primero, como defensor más ardiente de la quema y destrucción de los procesos inquisitoriales pendientes en Guatemala y México, y el de Alamán, diputado singularmente prestigioso, porque plantea un asunto de inconstitucionalidad en el que incurre la Inquisición de México al juzgar ilegítimamente a algunos presos estando extinguida la institución. El de Villanueva resulta de interés también, al advertir de la improcedencia de decidir la quema de las causas porque ello puede redundar en beneficio del

---

<sup>6</sup> *Diario de las Sesiones de Cortes. Legislatura 1821. Número 76. Presidencia del Sr. Cuesta.* Sesión del día 14 de mayo de 1821, p. 1597-1600. (en adelante *Diario de las Sesiones*, acta de la sesión del día 14 de mayo de 1821). En este *Diario* se recoge también la “Lista de los Diputados de esta legislatura, con expresión de las provincias que representaban y páginas en que consta la presentación de sus poderes, su aprobación y juramento”, en la que están registrados los diputados que intervienen en esta sesión de 14 de mayo con los nombres y provincias siguientes: don Lucas Alamán (Guanajuato, Nueva-España), don Antonio de la Cuesta (Ávila), don Gregorio Gisbert (Valencia), don José Mariano Méndez (Guatemala), don Pedro Juan de Priego (Córdoba), don Antonio Quiroga (Galicia), don Eugenio Tapia (Ávila) y don Lorenzo Villanueva (Valencia).

Un análisis pormenorizado sobre la actividad parlamentaria de estos y otros diputados en las sesiones de la Cortes del Trienio Liberal y sus comisiones, en MEDINA PLANA, Raquel. 2002. “El Diario de Sesiones en el Trienio Liberal”, *Cuadernos de Historia del Derecho*, 9, p. 29-120.

Santo Oficio, pues dicha quema afectaría a algunos asuntos en los que el Tribunal se ha entrometido.

En síntesis, el discurrir de la sesión es el siguiente: en primer lugar, Méndez pide que las Cortes manden quemar todas las causas sin distinción. A continuación, tienen lugar las observaciones de Priego, a favor, pero con ciertos matices referidos a la limpieza de sangre, vida y costumbres, y de Gisbert, argumentando su desacuerdo con una propuesta en contra. Al respecto, Méndez centra su discurso en los casos abiertos en Guatemala y México. Finalmente, es admitida a discusión su indicación que se inicia con la intervención de Quiroga exponiendo los argumentos a favor de quemar las causas. Continúa la sesión con el discurso de oposición de Villanueva, seguida de la indicación y discurso de Alamán apoyando la tesis de Méndez que argumenta con las causas abiertas en México. Tras la petición de Tapia, las indicaciones de ambos pasan a las comisiones de Legislación y Eclesiástica.

Veamos lo sustancial de las indicaciones y propuestas de los diputados, sobre todo en los discursos más destacados de algunos de ellos. Méndez<sup>7</sup> indica a las Cortes que en el los catorce meses que van desde el 9 de marzo hasta el momento actual, no se ha cumplido íntegramente con lo dispuesto en el decreto de trasladar las causas inquisitoriales a los obispos y que los ministros del Tribunal han ocultado algunas, y otras las han entregado a las autoridades y jurisdicciones ordinarias con la complicidad de los obispos. Como en ello el diputado observa un entorpecimiento de la marcha constitucional de estos asuntos, manteniendo al pueblo en la falsa esperanza de ver algún día restablecido el Santo Oficio, pide a las Cortes que con celeridad decreten que se quemen las causas de Inquisición, de cualquier clase que sean, comenzando por las existentes en el archivo general, las que se encuentre en las Secretarías de los Despachos y las de los tribunales españoles e indianos, e incluso todas las que ya han recibido los tribunales ordinarios<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> José Mariano Méndez, es presbítero y diputado a Cortes por Sonsonate (Guatemala) en las legislaturas 1820-1821 y 1822-1823. Es autor de *Memoria del estado político y eclesiástico de la Capitanía General de Guatemala, y proyecto de división en ocho provincias*, Madrid, 1821 (reproducido en Madrid, 1889). GIL NOVALES, Alberto. 2010. *Diccionario biográfico de España (1808-1833). De los orígenes del liberalismo a la reacción absolutista*, 3 tomos, Fundación Mapfre, Madrid, tomo II, p. 1965.

<sup>8</sup> La indicación del Sr Méndez decía: “Notándose que en catorce meses que van corridos del 9 de Marzo de 820 á la fecha no se ha visto cumplido en todas sus partes el decreto para que las causas del extinguido Tribunal de la Inquisición pasen á los respectivos Ordinarios, sin duda por las precauciones de que usaron para impedirlo los ministros

El diputado Priego interviene a continuación aceptando y confirmando el contenido de la indicación anterior, al tiempo que pide se corrija “el abuso que aún seguía, de hacer constar en las informaciones de vida y costumbres y de limpieza de sangre no haber sido procesado por la Inquisición”<sup>9</sup>. Otro diputado, Gisbert, todavía más duro en sus propuestas, manifiesta que “lejos de quemarse estas causas, debían conservarse para que sirviesen como de ejecutoria á los procesados, por lo injustas que generalmente habían sido”<sup>10</sup>.

En respuesta a todo ello el señor Méndez expone sus argumentos en una amplia exposición de defensa de su petición de mandar quemar las causas seguidas por el extinguido Tribunal de la Inquisición en Guatemala y México, poniendo en conocimiento de las Cortes el hecho de que ha obtenido un poder especial del arzobispo para recogerlas y que todavía no se le han entregado, y que los inquisidores las extrajeron del archivo y las entregaron al exvirrey y a los excomisarios.

“He pedido á las Córtes que manden quemar todas las causas seguidas por el extinguido Tribunal de la Inquisición, fundado en que hasta la fecha contamos catorce meses sin ver cumplido el decreto de 9 de Marzo de 820, en que el Rey mandó, á consulta de la Junta provisional, que se entregasen dichas causas á los respectivos Ordinarios. Con poder especial del Rdo. Arzobispo de Goatemala he apurado mis esfuerzos á fin de recoger las pertenecientes á aquella diócesis, y aun no se me han entregado; sucediendo lo mismo con las de Méjico y Goatemala, que los inquisidores extrajeron del archivo y pusieron en poder del ex-

---

de este Tribunal, ocultando unas causas y entregando otras á los exvirreyes, Audiencias y otros tribunales, bajo el especioso pretexto de estar mezclados y ser cómplices los Obispos, que como sucesores de los Apóstoles debían conocer de las causas de fé; y siguiéndose por esto las fatales consecuencias de impedir la marcha constitucional en los más de los negocios, manteniendo al pueblo ignorante en la lisonjera esperanza de ver algún día restablecido este Tribunal, pido á las Córtes decreten que sin pérdida de tiempo se quemen las causas de Inquisición, de cualquiera clase que sean, para evitar de este modo la esperanza de que se alimentan los enemigos del sistema constitucional, y la difamacion de sugetos beneméritos que fueron procesados por opiniones políticas y religiosas, comenzándose por las que existen en el archivo general, las que se encuentren en las Secretarías de los Despachos y demás tribunales de ambas Españas, y hasta las que ya hubieren recibido los Ordinarios.” *Diario de las Sesiones*, acta del 14-5-821, p. 1599.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 1599. Pedro Juan de Priego es cura párroco, diputado a Cortes por Córdoba entre 1820-1822 (GIL NOVALES: *Diccionario biográfico de España*, III, p. 2474).

<sup>10</sup> Gregorio Gisbert. Estudió en el Seminario de San Fulgencio de Murcia. Diputado por Valencia a las Cortes de 1820-1821. Su obra escrita está centrada en textos cristianos como el *Catecismo histórico-dogmático-moral de la religión cristiana*, publicado en Madrid en 1827 con el seudónimo de *Timoteo Filonepion*. *Ibidem*, II, p. 1316-1317.

virey y los excomisarios de Goatemala, en aquella Audiencia, validos del especioso pretexto de complicidad de aquel respetable y benemérito Prelado, á quien arbitraria y despóticamente persiguieron por venganza de haber instruido sumario sobre hechos personales á uno de los comisarios sosteniendo á más su jurisdiccion ordinaria en varios puntos, y del de exigir que sin toma de razon y conocimiento de facultades que se concedian al comisario no debia ejercer jurisdicción ninguna en su grey, que se veia perseguida y oprimida por los satélites del despotismo. Estos perseguidores de la humanidad, Señor, hasta el dia se alimentan de lisonjeras esperanzas de que algun dia verán restablecido este llamado Tribunal de la Fé, difunden sus halagüeñas ideas alucinando al pueblo ignorante, é impiden de este modo la marcha constitucional de los negocios. No es esta sola la causa de mi indicacion: aun restan otras que deben llamar la atención del Congreso.

Pasándose los expedientes á los Ordinarios, así fenecidos como pendientes, resulta el inconveniente de que debiendo ser ahora públicos los juicios, conforme al decreto de 22 de Febrero de 813, en que las Córtes declararon la incompatibilidad de este Tribunal con el sistema constitucional, se harian públicos los delatores y el delito que habían denunciado, infringiéndose un pacto celebrado entre inquisidores y denunciantes, á quienes se obligó con juramento y ofreció que no sería revelado el sigilo. Seguiríase de esto la ignominia en unos y ódio en otros, que al fin turbaría la tranquilidad de las familias y de la república, promoviéndose dispendiosos litigios por vindicar el honor vulnerado, que excitaría venganzas. De los juicios fenecidos ¿á qué fin conservar este monumento de infamia en los archivos? ¿No se ha decretado que la Nacion española es el asilo de todo extranjero, y que serán respetadas sus propiedades, y que pueden hacer el comercio y traer alguna invencion de industria ó arte útil? ¿Y quién es aquel que sabiendo que la España tenia sus hogueras en otro tiempo y que quemaban vivos á los hombres, querrá venir, sabiendo que se conserva en los archivos esta memoria de iniquidad tan degradante á muchas familias?

Es preciso, Señor, echar un velo á todo lo pasado y mantener á los ciudadanos en completa union y tranquilidad. La gran Nacion española no es menos generosa y liberal que la nacion portuguesa, siendo aquella el modelo de la segunda que la ha imitado en el sistema representativo: tiene aprobadas las bases de su Constitucion, y en ellas ha fijado la de quemar todas las causas de Inquisicion”<sup>11</sup>.

<sup>11</sup> *Diario de las Sesiones*, acta del día 14 de mayo de 1821, p. 1599-1600.



Méndez concluye su intervención con la propuesta de que se pase su indicación a la comisión eclesiástica “para mayor ilustración de la materia” y tras declarar las Cortes que este punto ya se ha deliberado, admiten a discusión esta propuesta. Pero el diputado Quiroga toma la palabra para oponerse, pues, aunque apoya la indicación de Méndez de quemar las causas, -dice-, cree inútil el debate ya que “existe una comisión á la cual se había encargado el examen de todas las causas del estado del año 14, siendo su encargo informar sobre la particular”<sup>12</sup>.

El diputado Villanueva se opuso abiertamente a la propuesta de quemar las causas inquisitoriales, argumentando que con esa medida se favorecería a los individuos del Santo Oficio, interesados, según él, en la quema “porque una porción de ellas, prescindiendo de su justicia, demuestra que se ingirió en negocios que no son de su competencia, y estos mismos procesos son un proceso contra la Inquisición”. Su señoría aporta como prueba de defensa de su tesis un oficio original de un secretario de cierto tribunal, de 17 de Marzo de 1820, ocho días posterior á la extinción

---

<sup>12</sup> *Ibidem*, p. 1600. Antonio Quiroga Hermida (Betanzos, La Coruña, 1784-Madrid, 1841). Diputado por Galicia en las Cortes de 1820-1822. Teniente general y caballero Gran Cruz de San Fernando. Militar muy activo en los sucesos anteriores a la implantación del régimen liberal por lo que su nombre parece unido siempre al de Riego, ya que por su graduación superior de coronel a Quiroga se le consideraba el jefe del movimiento de 1820. Desde un año antes se encuentra arrestado y suspenso de su grado en el convento de Santo Domingo, de Alcalá de los Gazules (Cádiz). Triunfante el alzamiento, fue ascendido el 4 de abril a mariscal de campo, tras lo cual dejó el mando de las tropas liberales a Riego, entrando en Madrid triunfante el 23 de junio donde es recibido con gran entusiasmo por la población que lo lleva al Ayuntamiento y posteriormente a la alameda de la Virgen del Puerto, donde se le agasaja con un banquete. Nombrado vicepresidente de las Cortes, asistió a su primera sesión, el 9 de julio. Sin embargo, con su posición, consideración y prestigio en Madrid y las Cortes, aprovecha la ocasión para desde la moderación hacer negocios desde un egoísmo interesado. Lo vemos ahora en esta sesión de 14 de mayo de 1821 interviniendo con esta referencia a las causas pendientes de la Inquisición e intentando zanjar la discusión aludiendo a la comisión que se encarga de ello y de todas las causas del Estado desde 1814. En agosto de 1821 es elegido comandante de la Milicia Nacional Voluntaria bilbaína y al término de la legislatura de este año es nombrado capitán general de Castilla la Vieja y seguidamente de Galicia. En 1823, desempeñando el cargo, capitula ante el ejército francés en La Coruña, tras lo cual emigró a Inglaterra, donde en su descargo publicó la obra *The conduct of General Quiroga during the late events in Spain*, aparecida en ese mismo año en Londres. Aquí, en Inglaterra, se dedica a los negocios. En una lista del Archivo General de Palacio aparece como masón con el nombre de *Bruto*. En 1826 fue condenado en ausencia a morir por garrote vil, pero se le permitió el regreso a España en 1834 al ser amnistiado, siéndole a su llegada reconocidos el empleo de mariscal de campo (GIL NOVALES: *Diccionario biográfico de España*, III, p. 2510-2511. También *Diccionario biográfico español de la Real Academia de la Historia*. Búsqueda digital: *Real Academia de la Historia*. DB-e.

de la Inquisición, dirigido a uno de sus comisarios ordenándole quemar todos los papeles que tuviera en su poder. En este mandato ve Villanueva el interés que tiene el Santo Oficio porque no se conozcan ciertas causas formadas en estos seis años, ya que con ello se pondría en evidencia su intromisión en negocios que no son de su competencia. También comunica a las Cortes que tiene en su poder una causa que se formó de un diputado sobre materia política que se convirtió en materia de fe, lo que para él resulta una nueva profesión, un nuevo delito inquisitorial y una lamentable novedad producto de las pasiones e ignorancia. Es por esto que a Villanueva no le parece adecuado admitir semejante indicación de quemar las causas teniendo en cuenta el celo de las jurisdicciones ahora implicadas, eclesiástica, inquisitorial y civil, cuyos procedimientos se han entremezclado en algunas ocasiones como la que él mismo ha padecido siendo juzgado por el Santo Oficio por motivos políticos, por haber dicho que reside la soberanía en la Nación <sup>13</sup>. Expone así lo siguiente:

---

<sup>13</sup> Joaquín Lorenzo Villanueva y Astengo. Játiva (Valencia), 10. VIII. 1757-Dublín (Irlanda), 26.III.1837. Canónigo, predicador real, consultor y calificador del Santo Oficio, escritor, diputado y ministro plenipotenciario. Joaquín Lorenzo cursó los estudios de Gramática y Humanidades en Játiva y en la Universidad de Valencia, se graduó en Artes (1772) y obtuvo el doctorado en Teología (1776). Catedrático de Filosofía en el Seminario de esa ciudad, desde donde Villanueva en 1780 se trasladó a la Corte. Aquí recibe la protección de Juan Bautista Muñoz, cronista mayor de Indias y antiguo profesor suyo en Valencia, y del también valenciano Felipe Bertrán, obispo de Salamanca e Inquisidor General quien en 1781 lo nombró profesor de Teología en el Seminario de San Carlos, en Salamanca. En marzo de 1782 recibió la ordenación sacerdotal de manos del arzobispo de Toledo, cardenal Lorenzana, y en el verano de ese año retornó a Madrid. Villanueva mantiene excelentes relaciones con un grupo de valencianos que ocupan cargos relevantes en la Corte de Carlos III, pero la persona decisiva para él siguió siendo el Inquisidor General Bertrán. Este último lo designó su capellán, lo nombró consultor del Tribunal de Corte de la Inquisición y en septiembre de 1783 calificador del Santo Oficio, cargo que ejerció hasta 1808. El Inquisidor también le propone para una plaza de doctoral en la Real Capilla de la Encarnación de Madrid, que ocupó Villanueva en 1784, poco después de la muerte de su protector. En este tiempo inicia su actividad literaria, la cual llegará a ser muy considerable por la cantidad y calidad de sus obras. Bajo la influencia del obispo e Inquisidor, Villanueva publicó *De la lección de la Sagrada Escritura en lenguas vulgares* (1791). La obra, no se apartaba de la más estricta ortodoxia, pero no tardó en ser duramente criticada por quienes creyeron que atentaba contra la costumbre de la Iglesia. Acusado e imputado como “jansenista”, así como la polémica suscitada por sus escritos, acompañarán en lo sucesivo la trayectoria de Villanueva. Fue denunciado a la Inquisición por enseñar “malas doctrinas”, es decir, por difundir las ideas “jansenistas”. El 21 de julio de 1793 fue elegido miembro de la Real Academia Española, de la que tomó posesión como académico de número en 1796, ocupando el sillón “X”. Villanueva pasa los últimos seis años de su vida en Dublín, en casa de William Yore, párroco de Saint Paul. Fue enterrado en el cementerio de Glasnevin de aquella ciudad. *Diccionario*

“¿Cómo ha de convenir á la Inquisición que se publique esto? Resultaríanle de ello ante la sociedad y ante la Iglesia católica cargos terribles. Por lo mismo me opongo á esta indicación, y creo no debe ser admitida. Lo que se debe hacer es que si estos procesos no han ido á donde se previno por la ley, sean de ello responsables los que tengan la culpa. Dice el señor preopinante que algunos Obispos, acaso por equivocación, seguirán estas causas y las llevarán adelante. Pero hay notable diferencia entre el procedimiento que han de tener los Prelados y el de la Inquisición. Esta juzgaba de un modo oscuro, tenebroso, entre cuatro paredes; procedía según su plan, sin poder ser reconvenida: ahora han de ser públicos los procesos, y desafío yo al Prelado más celoso del mundo á que siga una causa sobre puntos políticos con título de causa de fé. Cualquiera Prelado, por ejemplo, se guardaría muy bien de formar una causa por haber dicho que reside la soberanía en la Nación. Pues á mí me ha procesado por esto el Santo Oficio. ¿Osará asegurar ningún Prelado que es contra la fé sostener la soberanía de la Nación jurada por él? Es cosa notable que algunos de los individuos del Santo Oficio que por esto me habían procesado, juraron después conmigo esa misma soberanía de la Nación. Claro es que ellos mismos estaban convencidos de que la tal soberanía de la Nación nada tiene que ni aun remotamente se oponga á la fé; esto es, de que era ilegal é injusto el proceso que por ello se me estaba fulminando. Baste de esto. No debe admitirse semejante indicación, por lo mismo que entra en los deseos de los que han sido inquisidores”<sup>14</sup>.

Al hilo del discurso de Villanueva, el diputado Alamán<sup>15</sup> presentó

---

*Biográfico español de la Real Academia de la Historia*. GIL NOVALES: *Diccionario biográfico de España*, III, p. 3196. MEDINA PLANA: “El Diario de Sesiones”, p. 54.

<sup>14</sup> *Diario de las Sesiones*, acta del día 14 de mayo de 1821, p. 1600.

<sup>15</sup> Lucas Ignacio Alamán y Escalada (Guanajuato, 18 de octubre 1792-México, 2 de junio de 1853). Diputado por Guanajuato a las Cortes de 1820-1822. Originario de una familia muy religiosa e importante en Guanajuato descendiente por rama materna de los marqueses de San Clemente, su padre se dedicó a los negocios mineros. Formado intelectualmente en la biblioteca de un intendente (Juan Antonio Riaño) de ideas conservadoras, su trayectoria académica y profesional inicial está vinculada a las ciencias y a la minería. En 1810 recibe el hábito interior de la Orden Terciaria Franciscana. Entre 1814 y 1820 realiza viajes por Europa y España. Fue secretario del Interior y ministro de Estado. Como diputado por Guanajuato redacta el proyecto americano que las Cortes rechazan. Tiene problemas con la Inquisición por la posesión de libros prohibidos de los que le libra la influencia de su familia. En 1834 obtiene la presidencia de la República, pero es acusado del asesinato de Guerrero, y se retira a la vida privada. Autor de numerosas obras sobre minería, agricultura, historia, etc., destacan las dedicadas a la Historia de la República de México. Entre los asuntos planteados en sus memoriales a las Cortes, destacan también los de la secretaría de despacho y diversos negocios, así como los discursos sobre su ciudad. Sus obras se reunieron en México en cinco volúmenes, entre 1899 y 1911. GIL NOVALES: *Diccionario biográfico de España*, I, p. 79 y 80.

una propuesta muy concreta referida a los presos de la Inquisición de México, los cuales han sido juzgados precipitadamente una vez restablecido el orden constitucional y estando extinguido el Tribunal, y sufren las penas y castigos vulnerándose con ello lo establecido constitucionalmente en el decreto. Su señoría solicita a las Cortes que se mande ver nuevamente estas causas conforme a lo prevenido en el decreto de extinción, y que sólo en el supuesto de que las sentencias inquisitoriales sean conforme a las de los tribunales ordinarios, los presos continúen en sus destierros o conventos. El diputado pone en conocimiento de las Cortes este proceder de la Inquisición de México que él califica de ilegítimo y para apoyar su indicación, aunque no tiene pruebas concretas, expone la situación: las víctimas son algunos presos de los que no se les había formado causa en el momento preciso de extinción de la Inquisición porque estaban condenados a morir en ella, y una vez ya extinguida, desde el 9 de marzo se procede a formarlas de manera precipitada, sentenciando el castigo de la cárcel o el destierro. A la vista de que estas sentencias se están ejecutando ahora de manera ilegítima cuando está suprimido el Tribunal, sufriendolas las personas afectadas<sup>16</sup>, el diputado propone que se dictamine sobre lo expuesto, y a continuación las Cortes la admiten a discusión y ordenan se pase a la comisión de Legislación. Finalmente, el diputado Tapia<sup>17</sup>

---

<sup>16</sup> “Aunque no tengo documentos justificativos que presentar para probar el hecho, todos los señores que han salido de Méjico despues del restablecimiento de la Constitución saben, como yo, que habia una porcion de presos contra quienes no se habia formado causa, porque sin formársela estaban condenados á morir en la Inquisicion, y sabiendo que el Tribunal se iba á extinguir, se formaron con precipitacion, sentenciando á unos a encierro, á otros a destierros, etc.; y estas penas continúan sufriendolas, y ejecutándose estas sentencias que parece no deben ser legítimas”. *Diario de las Sesiones*, acta del día 14 de mayo de 1821, p. 1600.

<sup>17</sup> Eugenio de Tapia. (Ávila, 18 de julio 1776-?, 4 agosto 1860). Formado en la Universidad de Ávila en Filosofía y Teología y en Jurisprudencia en Toledo y Valladolid. Abogado y escritor de diversos dramas, tragedias y obras poéticas. Se le atribuye *La muerte de la Inquisición*. Diputado en Cádiz, en 1814 vuelve a Madrid, año en que es elegido académico de la Española. Es delatado al Santo Oficio por una supuesta conspiración permaneciendo preso en sus cárceles durante nueve meses algo que le marca profundamente, pues coincide con la muerte de uno de sus hijos. Diputado por Ávila en las Cortes liberales entre 1820 y 1822, después se retira a Francia desde donde publica una obra jurídica considerable. Vuelve a Madrid en 1831, y en lo sucesivo es nombrado por Javier de Burgos subdelegado de Fomento de Tarragona, cargo al que renuncia. En 1834 aparece como miembro de la Comisión del Código Civil, magistrado honorario de la Audiencia de Valencia, miembro de la Dirección General de Estatutos, etc. Elegido procurador por Ávila en 1836 no llega a tomar asiento en las Cortes por los sucesos de La Granja y designado también senador por la misma ciudad en 1838, representación a la que renuncia. En 1837 publica en Madrid, *La bruja, el duende y la Inquisición* con el

solicita entregar las causas formadas por el Tribunal de la Inquisición a los interesados que las pidan para reclamar los perjuicios que se les ha infligido o para “acreditar en todos tiempos la injusticia con que se les haya procesado”<sup>18</sup>. Con arreglo a lo recogido en las actas, esta petición se lee en el Congreso y luego, a solicitud de Tapia pasa a la comisión Eclesiástica. Sin embargo, el asunto no debe de quedar resuelto pues, tras ello y a tenor de lo recogido en un acta posterior de la sesión de 24 de mayo el diputado Alamán ha insistido de nuevo en las Cortes para que se vean otra vez las causas formadas por la extinguida Inquisición de México en los últimos días de su existencia. Atendiendo a esta indicación, la asamblea se manifiesta ahora en esta reunión conformándose con el dictamen de la comisión segunda de Legislación que ha visto la propuesta de Alamán, y que es el del tenor que sigue:

“La comision juzga que asegurándose por el señor autor de la precedente indicación que en fraude de la ley que extingue el Tribunal de la Inquisicion se ha juzgado y sentenciado a varios ciudadanos españoles, y por consiguiente, que padece su libertad civil, se pase al gobierno este asunto para que haga por medio de órdenes enérgicas que en los casos que se expresan se dé puntual y exacto cumplimiento á la ley, teniendo en consideracion que aunque á los procesados y sentenciados les quedaban expeditos sus recursos ordinarios, acaso no podrán usar de ellos en la situacion en que se encuentran, y que es indispensable poner la ley en el imperio que merece. Las Córtes determinarán lo más conforme”<sup>19</sup>.

### 3. Disposiciones económicas: el destino de propiedades y bienes

En algunas de las se sesiones de las legislaturas de 1820-1821 y 1821-1822, se tratan cuestiones todavía pendientes y sin resolver relativas al destino del patrimonio de la Inquisición, sobre las que se adoptan algunas medidas que vamos a comentar. En las extraordinarias de 5 y 6 de octubre de 1820 los diputados se manifiestan sobre lo que hay que hacer en las ventas de las fincas del extinguido Tribunal, y en las extraordinarias

---

seudónimo de *Valentín del Mazo y Correa*. Director de la Biblioteca Nacional en 1843 hasta su jubilación en 1847. GIL NOVALES: *Diccionario biográfico de España*, III, p. 2964-2965. MEDINA PLANA: “El Diario de Sesiones”, p. 53.

<sup>18</sup> *Diario de las Sesiones*, acta del día 14 de mayo de 1821, p. 1600.

<sup>19</sup> *Diario de las Sesiones de Cortes. Legislatura 1821. Número 86. Presidencia del Sr. Cuesta*. Acta de la sesión del día 24 de mayo de 1821, p. 1793.

también de 11, 28 y 29 de enero de 1822 discuten y dictaminan acerca de la enajenación de su edificio en Madrid. La venta de las casas y edificios de los tribunales de Aragón, Valencia y Canarias se trata en varias sesiones ordinarias de 1822, tres en marzo, -los días 20, 28 y 30-, y una en mayo, el día 26. Finalmente, encontramos otra breve referencia económica que afecta a los sueldos de los funcionarios del Tribunal de la Inquisición en la sesión extraordinaria de 7 de mayo de 1821.

#### *A. Sesiones en las que se trata la venta de las casas de la Suprema en Madrid.*

En la legislatura que comienza el 26 de junio de 1820 y termina el 9 de noviembre del mismo año, en sesión extraordinaria del 5 de octubre se admite a trámite y es aprobada la siguiente indicación de los señores Couto, Sancho, Navas, Moscoso, La Madrid, Arrieta, Cortés, Marín Tauste y Díaz del Moral<sup>20</sup>:

“Dígase a los directores del Crédito público que las Cortes quieren saber, en el preciso término de cuarenta y ocho horas, las providencias que han dado para vender los bienes de la Inquisición y los demás que se han mandado enajenar”<sup>21</sup>.

El 20 de marzo de 1820 una real orden había dispuesto hacer inventarios de todas las propiedades pertenecientes a la Inquisición según estableció anteriormente el decreto de 22 de febrero de 1813. El organismo

---

<sup>20</sup> Miguel López Cortés y López, turolese, es diputado por Aragón en las legislaturas de 1820, 1821 y 1823. Eclesiástico, a lo largo de su carrera es cura en Segorbe y Cuenca; de ideario religioso y conservador al comienzo, luego en las Cortes defiende ideas modernas. Denunciado por sus rivales tiene problemas en 1814 con la Inquisición, pero La Suprema ordena el sobreseimiento del proceso que se lo comunica a Cortés el Tribunal de Valencia en septiembre de 1817. Destacan en su extensa obra los estudios sobre las Cortes de Aragón y su diccionario geográfico-histórico, y, entre sus diversos cargos y desempeños, su activa vida parlamentaria. (GIL NOVALES: *Diccionario biográfico de España*, I, p. 795 y 796; MAIER ALLENDE, Jorge en *Diccionario biográfico español de la Real Academia de la Historia*. José María Couto, es presbítero y diputado sustituto por Méjico entre 1820 y 1822, ocupando la secretaría de las Cortes en marzo de 1821. GIL NOVALES, *Ibidem*, I, p. 808. Antonio Díaz del Moral, secretario honorario del rey, diputado por Granada a las Cortes de 1813-1814 y cuarto secretario de las mismas y en las de 1820-1822. *Ibidem*, I, p. 871. Juan de La Madrid es diputado por Burgos, Bartolomé Marín Tauste por Jaén y José María Moscoso de Altamira y Quiroga, conde de Fontao, lo es por Galicia donde en El Ferrol es alcalde y Vicente Sancho lo es por Valencia. *Ibidem*, II, p. 1852, p. 2100 y 2101 y III, p. 2806. MEDINA PLANA: “El Diario de Sesiones”, p. 70.

<sup>21</sup> *Diario de las Sesiones de Cortes. Legislatura de 1820*. Número 93. Acta de la sesión extraordinaria del día 5 de octubre de 1820, p. 1430.

encargado de tomar posesión de ese patrimonio es la Oficina del Crédito Público que lo debe administrar hasta que las Cortes decidan su destino, y mientras tanto se deben de pagar los sueldos de los oficiales inquisitoriales. En la celebración de la primera sesión, un decreto de 9 de agosto dispone se unan los bienes del Santo Oficio con otras confiscaciones para que la Junta Nacional de Crédito proceda a la subasta<sup>22</sup>.

Admitida y aprobada sin discusión esa decisión de las Cortes de 5 de octubre, en la sesión extraordinaria del día siguiente se atiende la contestación de dicho organismo y se manda pasar urgentemente a la comisión ordinaria de Hacienda el oficio del Secretario de Despacho de este ramo en el que va adjunta la razón o motivo de esta petición de las Cortes al Crédito público solicitando el estado de las ventas de esas fincas que tienen confiadas<sup>23</sup>. Es decir, esa Junta es la encargada de vender los bienes de la 'La Suprema desde su abolición en marzo, y como las Cortes desean saber con prontitud qué destino se ha dado a ello, instan al organismo a que informe al respecto. Recibido el oficio correspondiente del Secretario del Despacho de Hacienda, los diputados lo mandan pasar a la comisión ordinaria de Hacienda de las Cortes.

Un año y tres meses más tarde, en las sesiones extraordinarias de 11, 28 y 29 de enero de 1822 (legislatura extraordinaria de 1821-1822), las noticias referentes a la Inquisición tienen que ver de nuevo con la discusión sobre la venta del edificio del Tribunal.

En la sesión del 11 de enero, Manuel Díez Imbrechst<sup>24</sup> promueve un expediente relativo al segundo remate hecho a su favor del edificio del extinguido Consejo de la Inquisición. Las Cortes pretenden que este remate se declare válido en las comisiones de Hacienda y del Crédito Público, a cuyos organismos ordenan pasar dicho expediente “para que las Cortes sirvan resolverlo, en atención a que les está cometido el negociado del Crédito Público”<sup>25</sup>. En la sesión del 28 de enero, se lee y manda dejar sobre la mesa del Congreso el dictamen de esas comisiones sobre el asunto de la subasta y venta “de la casa que fue del Supremo Tribunal de la Inquisición

---

<sup>22</sup> LEA: *Historia de la Inquisición española*, III, p. 855.

<sup>23</sup> *Diario de las Sesiones de Cortes. Legislatura de 1820*. Número 94. Acta de la sesión extraordinaria del 6 de octubre de 1820, p. 1456.

<sup>24</sup> Diputado andaluz, gaditano (1789), fallece en Sevilla en 1848. Militar con grado de capitán desde 1815, una de sus actividades más significativas tiene que ver con su pertenencia a la Sociedad Patriótica de Amantes del Orden Constitucional desde el 7 de junio de 1820 (GIL NOVALES, *Ibidem*, p. 881).

<sup>25</sup> *Diario de las Sesiones... Legislatura extraordinaria. Presidencia del Señor Rey*. Número 108. Acta de la sesión del día 11 de enero de 1822, p. 1733.

de esta corte”<sup>26</sup>. Posteriormente, en la sesión del día siguiente, se trata de nuevo este asunto porque no se ha llevado a efecto dicha venta del edificio del Tribunal de la Inquisición<sup>27</sup>. Nos encontramos pues en estas Cortes de 1822 con los problemas y discusiones sobre las tasaciones de los edificios de La Suprema en Madrid para su venta. Así, “conforme a lo anunciado ayer por el Sr. Presidente”, se discute el dictamen siguiente:

- el examen detenido que las Comisiones de Hacienda y Crédito público han realizado en sus reuniones sobre este expediente de la subasta y venta de la casa “que fue del Supremo Tribunal de la Inquisición en esta corte”.
- las pretensiones de los diputados Urrutia<sup>28</sup> y Díez Imbrechts que han traído este asunto a las Cortes.
- los informes y documentos que con este motivo se han añadido al expediente.

En el acta se recoge por un lado, la estimación de las Cortes que consideran que “el suceso es sencillo y de fácil resolución, aunque los interesados le hayan dado mucha importancia” y, por otro, la explicación detallada del problema que es el que en síntesis recogemos ahora<sup>29</sup>.

Con arreglo a la normativa vigente anterior al 17 de abril de 1821, se procedió a la tasación de la casa de la Inquisición y liquidación de las cargas. Fijando los términos de la subasta en cumplimiento de los plazos legales comienza el proceso con la ejecución el 27 de marzo de un primer remate a favor del diputado Urrutia, y como el término comprende desde ese día hasta el 6 de abril, el segundo y último remate se concreta para el 3 de mayo, produciéndose cinco días más tarde. Durante la gestión de estos trámites, las Cortes acuerdan y ordenan el 17 de abril que se anuncien en la *Gaceta de Madrid* todas las subastas de los bienes nacionales y que la celebración del primer remate tenga lugar pasados treinta días. El juez de la subasta de la Casa de la Inquisición manda trasladar el remate al 23 de

---

<sup>26</sup> *Diario de las Sesiones... Legislatura extraordinaria. Presidencia del Señor Rey.* Número 125. Acta de la sesión del día 28 de enero de 1822, p. 2044.

<sup>27</sup> *Diario de las Sesiones... Legislatura extraordinaria. Presidencia del Señor Giraldo.* Número 126. Acta de la sesión del día 29 de enero de 1822, p. 2047-2052. Ramón Giraldo de Arguellada, natural de Yepes es diputado por La Mancha, en las Cortes de Cádiz y en las liberales de 1820-1822. Fue fiscal del Consejo de Navarra en 1809 y oidor en Valencia. Véase GIL NOVALES, *Ibidem*, II, p. 1311 y 1312.

<sup>28</sup> Julián de Urrutia, diputado por Guatemala entre 1820-1823.

<sup>29</sup> *Diario de las Sesiones... Legislatura extraordinaria. Presidencia del Señor Giraldo.* Número 126. Acta de la sesión de 29 de enero de 1822, p. 2047.



mayo, efectuándose así esta segunda subasta. La cuestión genera discordias entre los diputados que están interviniendo en la subasta haciéndose a su favor el remate, sobre todo por el día fijado para su realización. Las autoridades se pronuncian al respecto acordándose remitir el expediente a la Junta Nacional del Crédito Público para que lo resuelva conforme al decreto de 3 de septiembre de 1820.

El diputado Paul<sup>30</sup> solicita que se lea para conocimiento de las Cortes lo que las comisiones de Hacienda y segunda de Legislatura dictaminaron sobre este negocio en la legislatura anterior, y que quedó entonces sin resolver. Se lee así este dictamen e inmediatamente el señor Gasco<sup>31</sup> interviene con un extenso discurso en el que argumenta su consideración de que este es un asunto del poder judicial, por lo que tiene que resolverlo el juez, no las Cortes ni la Junta del Crédito Público<sup>32</sup>. A continuación, el diputado Sierra Pambley se pronuncia con otro amplio alegato sobre esta materia<sup>33</sup>, al que Paul responde apoyando los argumentos del diputado Gasco por su fuerza y solidez, “a pesar de cuanto ha dicho el señor Sierra Pambley”, y porque son “los mismos que tuvo presentes la comisión segunda de Legislación, de que tuve el honor de ser individuo”.

---

<sup>30</sup> Felipe Fermín Paul, diputado a Cortes por Caracas entre 1820 y 1822.

<sup>31</sup> Francisco Fernández Gasco, madrileño de Daganzo de Arriba, diputado por Madrid entre 1820 y 1822. Según Gil Novales en su casa de Daganzo mantenía una verdadera “tertulia patriótica”, en *Ibidem*, I, p. 1061.

<sup>32</sup> Acta de la sesión de 29 de enero de 1822, p. 2047-2048.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 2048 y 2049. Sobre Felipe de Sierra Pambley, leonés natural de San Miguel de Laciana, abogado y diputado en las Cortes por su provincia. En su biografía es de destacar los múltiples y altos cargos que desempeñó en el gobierno liberal hasta la fecha de su fallecimiento en 1823. Sin embargo, es de destacar también, sobre todo teniendo en cuenta el carácter de su intervención en este extenso y prolijo discurso que exponemos, cómo hace fortuna y se lucra con las enajenaciones de bienes suntuarios y de obras pías que impulsa a consecuencia de la desamortización de 1798 o de Godoy. Su labor parlamentaria atiende a los asuntos relacionados con la economía y con la hacienda. Forma parte de la comisión de hacienda de las Cortes en las legislaturas de 1820 y 1821 y contribuye a la elaboración del nuevo sistema fiscal y de los presupuestos del Estado. También pertenece a la comisión que elaboró el proyecto de ley constitutiva del ejército. En el pleno de las Cortes realiza intervenciones destacadas sobre la desamortización, el diezmo o la expulsión de los jesuitas. Liberal moderado -pertenece a la masonería, en la que tenía el nombre de Nekar-, votó a favor de la supresión de las sociedades patrióticas. Entre el 28 de febrero y el 6 de agosto de 1822 ocupa la cartera de Hacienda en el breve gobierno encabezado por Martínez de la Rosa, que cae tras el levantamiento de la guardia real. Desde el ministerio defiende la importancia y la justicia de las contribuciones directas, proporcionales a la riqueza, frente a los impuestos indirectos. Sierra Pambley, es firme partidario de la desamortización, y aumenta notablemente su patrimonio con la adquisición de bienes. GIL NOVALES, *Ibidem*, p. 2887.

De nuevo replica “planteamientos”<sup>34</sup>, a lo que responde de manera más concreta Sancho que reduce su exposición al problema de “saber cómo se ha de aplicar una ley a un caso particular”<sup>35</sup>. El diputado Calderón<sup>36</sup> precisa más las cosas entendiendo “que se procede con manifiesta equivocación” y para concluir el Presidente da por finaliza la discusión, pero como varios diputados manifiestan que se debe de hablar y votar otro dictamen, el presidente lo reserva para la sesión del día siguiente, y se continúa con otro asunto referido al Código Penal<sup>37</sup>.

*B. Sesiones con referencias a las ventas o subastas de edificios inquisitoriales en las provincias*

En la legislatura del año 1822 se forman expedientes sobre las casas o sedes de algunos tribunales locales en los distritos de Aragón, Canarias y Valencia. El primero, de la Diputación Provincial, para que se ceda a la Sociedad Aragonesa el edificio que ocupaba el Santo Oficio en Zaragoza; el segundo del cabildo del obispado canario con la misma finalidad de cesión de las casas de dicho Tribunal, y el tercero sobre la traslación de la Audiencia de Valencia a la casa de la Inquisición.

De esta forma, en la sesión ordinaria del día 20 de marzo, presidida por el señor Riego, se lee la lista de los expedientes que la Secretaría ha pasado directamente a las comisiones respectivas en virtud de la autorización que al efecto le habían concedido las Cortes: a la de Hacienda, ordenando que al cabildo del obispado de Canarias “se le apliquen las casa del extinguido Tribunal de la Inquisición”<sup>38</sup>, y a las de Hacienda y Diputaciones Provinciales, instando a que “se asigne a la Sociedad Aragonesa el edificio que ocupaba la extinguida Inquisición”<sup>39</sup>.

En sesiones posteriores del mismo mes de marzo, también ordinarias y con la misma presidencia, los diputados intervienen sobre estos asuntos: en la del día 28, que se cumpla la orden de las Cortes extraordinarias de 26 de abril de 1820 que concedió al obispado canario la ampliación del

---

<sup>34</sup> Acta de la sesión de 29 de enero de 1822, p. 2050-2051.

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 2051-2052.

<sup>36</sup> Manuel Santiago Calderón y Fontecha, abogado. Diputado por Palencia, 1820-1822 y jefe político de las mismas en 1823. En noviembre de 1843 es senador por Santander.

<sup>37</sup> Acta de la sesión de 29 de enero de 1822, p. 2052.

<sup>38</sup> *Diario de Sesiones de las Cortes. Legislatura de 1822. Presidencia del señor Riego. Número 29.* Acta de la sesión del 20 de marzo de 1822, p. 447.

<sup>39</sup> *Ibidem*.

Seminario conciliar de la diócesis con las casas contiguas que servían “al extinguido Tribunal de la Inquisición”<sup>40</sup>.

En la del día 30 las Cortes se sirven aprobar la resolución referida a la asignación del edificio de la Inquisición aragonesa a la Sociedad Aragonesa de Amigos del País. Este expediente se ha iniciado con la representación que la Sociedad ha dirigido a las Cortes manifestándole “la estrechez e insalubridad del edificio donde tiene establecida la enseñanza de dibujo, matemáticas, economía, política, agricultura, química y botánica, y pide que se le asigne para continuar la enseñanza de tan recomendables objetos, el edificio que ocupaba la extinguida Inquisición, y aun sus rentas, para llenar cumplidamente las atribuciones de su instituto”. La Diputación Provincial apoya esta petición, aunque dice que considera más urgente y oportuno que el edificio del Santo Oficio en Zaragoza se destine para cárcel, tal como ya se ha decidido y verificado tras la solicitud al Gobierno por parte del Ayuntamiento de la ciudad. Las Cortes en consideración a tales solicitudes y propuestas, concilian ambas urgencias con la atención y preferencia que merecen, y teniendo en cuenta “que habiendo de quedar vacantes a virtud de la reunión de conventos, algunos que sean capaces de proporcionar la comodidad y anchura que la Sociedad apetece para llenar los objetos indicados, nada sería más útil que aplicar a estos uno de aquellos”, deciden remitir este expediente al Gobierno “para que en uso de sus facultades atienda la solicitud de la Sociedad con la consideración que es debida a la importancia de los objetos que la motivan”<sup>41</sup>.

Finalmente, en la sesión ordinaria de 26 de mayo presidida por el señor Álava, se aprueba el dictamen de la comisión de visita del Crédito público proponiendo se oiga el de la Junta Nacional del ramo para resolver el expediente de traslación de la Audiencia de Valencia a la casa-palacio de la Inquisición<sup>42</sup>.

### *C. Sesión sobre los sueldos de los funcionarios inquisitoriales*

En la sesión de 7 de mayo de 1821, presidida por el diputado Cuesta, se ordena pasar a la comisión de Hacienda una exposición que por la Secretaría del Despacho del ramo ha hecho la Junta Nacional del

---

<sup>40</sup> *Diario de Sesiones de las Cortes. Legislatura de 1822. Presidencia del señor Riego. Número 39.* Acta de la sesión del 28 de marzo de 1822, p. 603.

<sup>41</sup> *Diario de Sesiones de las Cortes. Legislatura de 1822. Presidencia del señor Riego. Número 41.* Acta de la sesión del día 28 de marzo de 1822, p. 633.

<sup>42</sup> *Diario de Sesiones de las Cortes. Legislatura de 1821. Presidencia del señor Álava. Número 111.* Acta de la sesión del día 26 de mayo de 1822, p. 1564.

Crédito Público consultando el sistema de verificación de los pagos de créditos que han solicitado “los dependientes del extinguido Tribunal de la Inquisición por sueldos devengados, no solo desde 1814 en que se restableció, sino por los correspondientes al tiempo de la dominación francesa, mediante a que no se determina nada acerca de esto en el decreto de 9 de Noviembre, y a que muchos de los productos de bienes de la Inquisición fueron recaudados por los franceses, por la Hacienda pública y por la misma Inquisición”<sup>43</sup>.

Sobre cómo queda toda esta temática tras los decretos de la regencia y de Fernando VII que restablecen el sistema anterior al 7 de marzo de 1820 invalidando todas las leyes posteriores, según Lea el monarca se plantea la cuestión en un primer momento desde el punto de vista político, buscando la utilidad de la Inquisición y sin comprometerse demasiado con sus defensores. Con el decreto de 1 de enero de 1824 manifiesta indirectamente sus intenciones retirando al Crédito Público la administración de las propiedades de La Suprema para concedérselas al Colector General de Expolios, organismo al que le encarga pagar los sueldos de todos los oficiales de los tribunales<sup>44</sup>.

#### 4. Otras referencias

Con independencia de estas cosas principales que hemos tratado, hubo otras marginales. Para concluir me referiré a cierta queja de un vecino de Lorca, Agustín Romero, presentada por la Comisión primera de Legislación, para que los padecimientos sufridos en la extinguida Inquisición no perjudiquen su buena opinión. En vista de que esa comisión ha dictaminado que éste no es asunto propio del poder legislativo, sino del judicial, las Cortes deciden “no haber lugar a deliberar”, aprobándose en consecuencia este dictamen y propuesta de dicha comisión en la sesión de 29 de abril de 1822 bajo la presidencia del señor don Cayetano Valdés<sup>45</sup>.

Como conclusión queremos señalar que lo consignado en todas estas actas que hemos estudiado es concluyente con respecto al hecho de dar por *extinguida* la Inquisición, como unos y otros dicen y repiten al referirse ella en esta época del Trienio Liberal. En estas sesiones que

---

<sup>43</sup> *Diario de Sesiones de las Cortes. Legislatura de 1822. Presidencia del señor Cuesta. Número 69. Acta de la sesión del día 7 de mayo de 1821, p. 1450.*

<sup>44</sup> LEA: *Historia de la Inquisición española*, III, p. 872.

<sup>45</sup> *Diario de Sesiones de las Cortes. Legislatura de 1822. Presidencia del señor don Cayetano Valdés. Número 70. Acta de la sesión del día 29 de abril de 1822, p. 1046.*

hemos analizado confirmamos que los diputados tratan los asuntos que quedan pendientes de la suprimida Inquisición, sobre todo los referidos a las medidas económicas resueltas por la Comisión de Hacienda de las Cortes para liquidar definitivamente el tema inquisitorial y finiquitar con ello la institución con la venta de sus bienes y cesión de sus edificios a otras instituciones civiles.

Pero resulta también de sumo interés por su trascendencia y perspectiva de vulneración de derechos fundamentales, el asunto de los casos y procesos pendientes en algunas inquisiciones como la de México, siendo en este sentido muy significativas las indicaciones del diputado mexicano por Guanajuato, el señor Alamán, para que las Cortes atiendan como responsables este perjuicio generado a las personas que todavía siguen enjuiciadas y resultan afectadas con ello. Se traslada este asunto a las comisiones de Legislación, cuyos dictámenes sostienen que el asunto es un tema de competencia del gobierno, el cual debe solucionarlos de manera enérgica para que con arreglo a la ley se respeten y restituyan los derechos de los procesados y sentenciados por la Inquisición “en fraude de ley” y puedan ejercer los recursos ordinarios que les correspondan. Los diputados actúan en consecuencia conformándose con estas resoluciones.



# CLAVES DE LECTURA PARA ABORDAR RETAZOS DOCUMENTALES DEL FINAL DE LA INQUISICIÓN EN EL RÍO DE LA PLATA: EL CASO DE LA COMISARÍA DE CÓRDOBA (S. XIX)

---

JAQUELINE VASSALLO  
*Universidad Nacional de Córdoba*

## 1. A manera de presentación<sup>1</sup>

Los aniversarios del final de las Inquisiciones impulsaron recientemente la celebración de eventos académicos de envergadura tales como el V Coloquio “De Inquisición en Nueva España. A 200 años de la supresión del tribunal”, organizado por el Instituto de Investigaciones Históricas y la Biblioteca Miguel Lerda de Tejada (Universidad Michoacana de San Nicolás Hidalgo), realizado en marzo de 2020 y el Seminario “O controle da fé no espaço atlântico: balanço e perspectivas historiográficas nos 200 anos de extinção das Inquisições ibéricas”, organizado por la academia brasileña (UvA- UNESB- UFRB) que tuvo lugar entre julio y agosto de 2021. Sin olvidar lo que generó oportunamente el Bicentenario de la invasión napoleónica, de la guerra en España y de los procesos emancipadores en

---

<sup>1</sup>Este trabajo se ha realizado en el marco del proyecto PGC2018-094899-B-C53, *Herejía y sociedad en el Mundo Hispánico de la Edad Moderna: Inquisición, imagen y poder* (2019-2021). Asimismo, PAPIIT IG 400619: Religiosidad nativa, idolatría e instituciones eclesíásticas en los mundos ibéricos, época moderna, UNAM, México.

América<sup>2</sup>. Y si bien existen opiniones negativas sobre que las “efemérides no suelen ser la mejor ocasión para recordar”<sup>3</sup>, pensamos que podemos considerarlas como una oportunidad para hacer relecturas, miradas críticas y balances historiográficos de los aportes que se han realizado sobre el tema que ocupó a numerosos especialistas de la historia de las Inquisiciones en España y América desde hace décadas<sup>4</sup>, pero también para ofrecer nuevas miradas teórico metodológicas.

---

<sup>2</sup>Para mayor información sobre la cantidad de contribuciones, véase la mirada crítica de BRENA, Roberto “La superabundancia editorial bicentennial, las revoluciones hispánicas y la historiografía contemporánea”. En SAENZ CORINA, Manuel (ed.) *México y España. Historia y memoria de dos siglos (1810-2010)*. Síntesis: Madrid, 2015, p. 255-273 citado por TORRES PUGA, Gabriel “Introducción”, *Ayer*, número 108, 2017, p. 16.

<sup>3</sup>AGUERO, Alejandro “La Asamblea del año XIII y la dimensión extraordinaria del orden jurídico tradicional. Reflexiones en torno al juramento e instrucciones del cabildo de Córdoba”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina* número 13, 2013.

<sup>4</sup>ALONSO TEJADA, Luis. *Ocaso de la Inquisición en los últimos años del reinado de Fernando VII, Juntas de fe, juntas apostólicas, conspiraciones realistas*. ZYX: Madrid, 1969; JIMENES MONTESERIN, Miguel “La abolición del tribunal (1808-1834)”. En PEREZ VILLANUEVA, Joaquín y Bartolomé ESCANDELL BONET, *Historia de la Inquisición en España y América*, tomo I, BAC: Madrid, 1984, p. 1424-1486; MARTI GILABERT, Francisco. *La abolición de la Inquisición en España*. Universidad de Navarra: Pamplona, 1975; ESCUDERO, José Antonio: “La abolición de la Inquisición española”. En *Estudios sobre la Inquisición*, Marcial Pons y Colegio Universitario de Segovia: Madrid, 2005; DUFOUR, Gérard “¿Cuándo fue abolida la Inquisición en España”, *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*, número 13, 2005, p. 93-107; MILLAR CARVACHO, René. *La Inquisición de Lima. Signos de decadencia. 1726-1750*, LOM: Santiago de Chile, 2005; TORRES PUGA, Gabriel. “Las dos supresiones de la Inquisición de México, 1813 y 1820” en: CONNAUGHTON, Brian (coord.), *Religión, política e identidad en la Independencia de México*, Universidad Autónoma Metropolitana/Benemérita Universidad Autónoma de Puebla: México, 2010; LA PARRA, Emilio y CASADO, María Ángeles. *La Inquisición en España. Agonía y abolición*, Los Libros de la Catarata: Madrid, 2013; GUIBOBICH PEREZ, Pedro. *Lecturas prohibidas. La censura Inquisitorial en el Perú tardío colonial*. Fondo Editorial de la PUCP: Lima, 2013; GALVAN RODRIGUEZ, Eduardo “Los últimos Inquisidores generales”, *Ayer*, número 108, 2017, p.23-47; GUIBOBICH PEREZ, Pedro. “Los años finales de la Inquisición en el virreinato peruano (1813-1820)”, *Ayer*, número 108, 2017, p. 49-78; TORRES PUGA, Gabriel “Crisis, resistencia y supresión de los tribunales en España y América (1808-1813)”, *Ayer*, número 108, 2017, p. 99-123; QUEZADA LARA, José Luis “El tribunal protector de la fe en el arzobispado de México (1813-1814) Un caso excepcional tras la supresión del Santo Oficio” *Ayer*, número 108, 2017, p.. 125-151; LAPARRA, Emilio. “Ni restaurada, ni abolida. Los últimos años de la Inquisición española (1823.-1834)”, *Ayer*, número 108, 2017, p. 153-175; VASSALLO, Jaqueline. “El fin de la Inquisición en el Río de la Plata en tiempos de revolución y guerras de la independencia El fin de la Inquisición en el Río de la Plata en tiempos de revolución y guerras de la independencia”, *Ayer*, número 108, 2017, p. 79-97; PANIZO SANTOS, Ignacio “Fuentes para el estudio de la última etapa de la Inquisición Española”, *Ayer*, número 109, 2018, p. 199-234.



El final de la Inquisición en el ámbito de las Provincias Unidas del Río de la Plata ha sido abordado en unos pocos trabajos de desigual magnitud. Los estudios de Jimena Tcherbbis Testa son de ineludible consulta<sup>5</sup>. En el marco de la celebración del bicentenario de la Asamblea del año XIII, en cuyo seno fue abolida, se produjeron escasas reflexiones sobre esta institución y generalmente enmarcadas en estudios generales en los que apenas se menciona<sup>6</sup> y, otras, más específicas, abordadas en clave local<sup>7</sup>.

En este punto cabe señalar que si bien algunos historiadores argentinos se propusieron mirar críticamente las claves de lecturas más “visitadas” de dicha Asamblea como estereotipo construido en destacar el espíritu radical y jacobino en el que estuvieron imbuidos los diputados en sus primeras resoluciones- y entre las que estuvo incluida la abolición de la Inquisición-, la misma aparece enumerada entre una de las tantas disposiciones. A saber: la “la libertad de vientres, la abolición de la tortura, de la Inquisición, de los títulos de nobleza, del servicio personal de los indígenas, y la creación de los símbolos patrios como el escudo y el himno”<sup>8</sup>. Y, además de esta escueta mención, se suele discutir el

---

<sup>5</sup>TCHERBIS TESTA, Jimena. *El pensamiento liberal y la opinión pública. El debate a propósito de la Inquisición española en perspectiva comparada: Cádiz, Buenos Aires y Lima (1808-1864)*. Tesis de Doctorado en Historia. Buenos Aires: Universidad Torcuato di Tella, 2019; “Imaginar un nuevo orden político: la crítica liberal a la Inquisición española en la prensa de Lima y Buenos Aires durante las Cortes de Cádiz (1810-1814)”, *Boletín del Instituto de Historia Argentina y Americana “Dr. Emilio Ravignani”*, número 50’, 2019, p. 52-97; “Revolución y religión. El problema de la Inquisición española en perspectiva comparada: Cádiz, Lima y Buenos Aires (1810-1830)”, Seminario de Historia de las Inquisiciones, Facultad de Filosofía y Humanidades, Universidad Nacional de Córdoba, Argentina, 2017. Ponencia (mimeo)

<sup>6</sup>CAMOGLI, Pablo, *Asamblea del Año XIII. Historia del Primer Congreso Argentino*, Aguilar: Buenos Aires, 2013; TERNAVASIO, Marcela “A doscientos años de la Asamblea del Año XIII”, *PolHis*, número 12, 2013, p. 67-72.

<sup>7</sup>CROUZEILLES, Carlos “Asamblea del Año XIII, Tribunal del Santo Oficio y visita pastoral del obispo Orellana a la diócesis de Córdoba”. En *IX Jornadas de Historia de los Pueblos de Paravachasca, Calamuchita y Xanaes*, Córdoba, Museo de la Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers, 2015, p. 13-21; VASSALLO, Jaqueline “Algunas notas sobre la supresión de la Inquisición y los tormentos en la Asamblea de 1813” En *IX Jornadas de Historia de los Pueblos de Paravachasca, Calamuchita y Xanaes*, Córdoba, Museo de la Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers, 2015, p. 37-54. Se trata de trabajos que fueron expuestos oportunamente en el marco de las *IX Jornadas de Historia de los Pueblos de Paravachasca, Calamuchita y Xanaes*, celebradas en el Museo de la Estancia Jesuítica de Alta Gracia y Casa del Virrey Liniers, durante el año 2013 y con motivo del bicentenario de la Asamblea referida.

<sup>8</sup>TERNAVASIO, Marcela “A doscientos años”, p. 67.

alcances revolucionario de la misma ya que se trataba de una institución que “no estaba muy activa”<sup>9</sup> al momento de ser abolida. Todo ello sin citar fuentes bibliográficas ni documentales que respalden dichas afirmaciones. Similares consideraciones pueden leerse en la obra *Historia de la Iglesia en la Argentina*, de Di Stéfano y Zanatta, en la que se afirmó que la supresión solo representó “un símbolo de la ruptura con el Antiguo Régimen», ya que hacía tiempo que la institución no funcionaba”<sup>10</sup> En tanto que Camogli le dedicó algunas líneas al decreto, y a continuación incluyó la mención que la última actuación del tribunal en el Río de la Plata fue en 1806, sin mencionar fuente alguna<sup>11</sup>.

Sin lugar a dudas, la idea de la decadencia inquisitorial y la supuesta falta de fuentes han sido particularmente útiles para un sector de la historiografía argentina en vista a subestimar el estudio de la Inquisición en la jurisdicción del Tucumán y el Río de la Plata<sup>12</sup>. Sin embargo, las numerosas fuentes existentes en diferentes unidades de información del país, como también en Perú, Chile y España no hacen más que confirmar lo contrario. Lo cierto es que lo señalado por Torres Puga en la presentación del Dossier que organizó en la revista *Ayer* sobre el final de la Inquisición desde una perspectiva comparada, también es también podría ser aplicable para el caso que nos ocupa: “El cuestionamiento de la decadencia inquisitorial ha sido particularmente útil para reflexionar sobre el final de las Inquisiciones a un lado y otro del Atlántico, un fenómeno que apenas despertaba interés cuando se partía del presupuesto de un proceso natural de envejecimiento y muerte”<sup>13</sup>.

Ahora bien, la Asamblea fue convocada por el Segundo Triunvirato, con el objetivo de dictar una constitución y declarar la independencia, y si bien no alcanzó estos fines, logró sancionar algunas disposiciones que dieron el puntapié inicial para empezar a desarmar el orden colonial<sup>14</sup>. Somos

<sup>9</sup>TERNAVASIO, Marcela “A doscientos años”, p. 67.

<sup>10</sup>DI STEFANO, Roberto y Loris ZANATTA *Historia de la Iglesia argentina. Desde la conquista hasta fines del siglo XX*, Grijalbo Mondadori: Buenos Aires, 2000, p. 202-203.

<sup>11</sup>CAMOGLI, Pablo, *Asamblea del Año XIII*, p. 110-111.

<sup>12</sup>Incluso se han cometido errores groseros tales como afirmar que en el marco de la Asamblea del año XIII se abolió el tribunal de la Inquisición. CAMPIONE, Daniel. “Libres e iguales en derechos. La Asamblea del Año XIII y la superación del orden colonial”. En *Año XIII. Asamblea General Constituyente*, Biblioteca Nacional Mariano Moreno: Buenos Aires, 2013, p.13.

<sup>13</sup>TORRES PUGA, Gabriel “Introducción”, p. 15.

<sup>14</sup>GOLDMAN, Noemí. *¡El pueblo quiere saber de qué se trata! Historia oculta de la Revolución de Mayo*, Sudamericana: Buenos Aires, 2009, p. 163-164, 172; DI MEGLIO,

conscientes que no podemos hacer una lectura lineal y simplificada de la misma ya que mucho de lo dispuesto en la Asamblea no fue bien recibido por los actores coetáneos, tanto en Buenos Aires como en el interior rioplatense, por lo que algunos de los miembros más destacados de la misma tuvieron que atravesar juicios de residencia o cargar con penas de diversa índole<sup>15</sup>.

En esta oportunidad, nos proponemos trabajar el final de la Inquisición desde la comisaría de Córdoba, integrante de la llamada “región platina, una región de frontera<sup>16</sup> y que por entonces se encontraba en el obispado de Córdoba- creado en 1806. Es decir, tomaremos como campo de observación la ciudad mediterránea –y descentrando la clásica mirada sobre la Asamblea que tuvo a Buenos Aires como sede-, pero esta vez haremos foco en las huellas documentales y bibliográficas que han quedado de esos días, de los actores que intervinieron y del rol que jugó esta institución en aquellos tiempos que hoy podemos encontrar en las unidades de información de la ciudad de Córdoba.

Cabe recordar, que al momento de producirse la conformación de la Junta del 25 de mayo de 1810 en Buenos Aires, la capital del Virreinato del Río de la Plata, Córdoba era la capital de la gobernación del Tucumán y fue allí donde tuvo lugar una contra revolución. La misma fue sofocada por las autoridades revolucionarias y, luego, la jurisdicción se transformó en un centro operativo de la misma<sup>17</sup>. De esta suerte, la comisaría fue caja

---

Gabriel. “Marcas en una Revolución”. En *Año XIII. Asamblea General Constituyente*, Biblioteca Nacional Mariano Moreno: Buenos Aires, 2013, p. 6-8; TERNAVASIO, Marcela “La Asamblea del Año XIII y sus silencios” En *Año XIII. Asamblea General Constituyente*, Biblioteca Nacional Mariano Moreno: Buenos Aires, 2013, p. 9-11; TERNAVASIO, Marcela. *Gobernar la revolución. Poderes en disputa en el Río de la Plata, 1810-1816*, Siglo XXI: Buenos Aires, 2007, p. 179-217. Para un panorama general sobre la Asamblea, véase: CARTER, Juan “La Asamblea general constituyente”. En LEVENE, Ricardo (dir.), *Historia de la Nación Argentina (Desde los orígenes hasta la organización definitiva de 1862)*, Vol. VI, El Ateneo: Buenos Aires, 1947, p. 29-249; CAMPIONE, Daniel. “Libres e iguales”, p. 12-13.

<sup>15</sup>AGUERO, “La Asamblea del año XIII”, p. 2.

<sup>16</sup>TEJERINA, Marcela. 2018. *Frontera urbana, frontera colonial. Historias (s) de la región platina durante el dominio de las coronas ibéricas (siglos XVI al XIX)*. Prohistoria: Rosario, 2018, p. 10-11.

<sup>17</sup>A mediados de mayo de 1810 se difundieron en Buenos Aires, la capital del virreinato del Río de la Plata las noticias del avance de las tropas francesas en Andalucía, la autodisolución de la Junta Central y el traspaso de la autoridad a un Consejo de Regencia instalado en Cádiz, único bastión de la resistencia española. Al disolverse la Junta Central, el virrey Cisneros se vio definitivamente privado de su fuente de legitimidad ya que había caducado la autoridad de quien dependía. Fue entonces cuando se impuso la postura de un grupo de agitadores de crear una Junta de gobierno sin intervención del virrey, a quien depusieron el 22 de mayo, mediante un Cabildo abierto. El argumento

---

fue que al no haber más monarca legítimo, la soberanía volvía a los pueblos, quienes a su vez debían tutelar los derechos de Fernando VII a través de la conformación de una Junta. Buenos Aires no era una excepción, también lo habían hecho Caracas, San José de Bogotá y Santiago de Chile. Como señalamos más arriba, la primera reacción adversa a la Junta vino desde Córdoba, en donde el gobernador intendente, Juan Gutiérrez de la Concha, reunió en la sala capitular a los miembros del Cabildo, algunos jefes militares, al obispo Rodrigo de Orellana y un puñado de vecinos principales para analizar y tomar una posición en relación a la nueva situación. Como capital de la Gobernación Intendencia de Córdoba del Tucumán, el grupo, que también contaba con el apoyo del ex virrey Santiago de Liniers, resolvió desconocer a la Junta a la que consideraban ilegítima, reconocer al Consejo de Regencia e informar al virrey el Perú y a otras ciudades del virreinato de esta decisión política. La ruptura con el antiguo orden también significaba un peligro para los intereses de este grupo, ya que podrían perder sus privilegios y ser desplazados del lugar de poder que habían ocupado hasta ese momento. Es por esto que manifestaron un apego a la legalidad colonial y a las autoridades instituidas y mostraron su resistencia a la implantación de un nuevo orden. Pero su apuesta fue aún mayor, ya que se propusieron combatir al movimiento revolucionario por la vía armada. Para ello, reclutaron soldados y se aprovisionaron de armamentos, haciendo uso de los recursos de la Real Hacienda. Hubo varios intentos por parte de la Junta porteña de persuadirlos para que desistieran en su accionar, pero ninguna de estas gestiones tuvo éxito. Ante el peligro que representaban, el sector más radical que integraba la Junta, referenciado en Mariano Moreno y el moderado y autonomista conducido por el presidente Cornelio Saavedra, estaban de acuerdo en luchar contra quienes no aceptaran el cambio y querían mantenerse leales a cualquier autoridad que quedara en España. Fue así como dispusieron el envío a Córdoba de una expedición militar compuesta de dos mil doscientos hombres, comandada por Francisco Ortiz de Ocampo, que fue modificando sus objetivos y recibiendo órdenes cada vez más extremas, a medida que el proyecto contrarrevolucionario se volvía más amenazante. El grupo de Liniers y sus aliados intentó desbaratar la expedición e incluso, atentar contra ella. Su propósito inicial fue salir a su encuentro en las proximidades de Córdoba, o hacerle frente en la propia ciudad. Pero ante el inminente arribo de las tropas porteñas, resolvieron un cambio de planes y partieron rumbo al Alto Perú- probablemente en busca de apoyo-, acompañados de un ejército compuesto por cuatrocientos hombres. Sin embargo, con el paso de los días, la situación de los líderes contrarrevolucionarios se fue complicando porque la tropa desertó y terminaron siendo apresados y ejecutados por orden de la Junta el 26 de agosto de 1810, aunque fue comunicada a la población meses más tarde. Unos días antes, el 14 de agosto, el coronel porteño Juan Martín de Pueyrredón se hizo cargo del gobierno local. Todo ello trajo aparejado fuertes tensiones en la sociedad cordobesa, en las que abundaban rumores sobre lo que había ocurrido con los cabecillas de la contrarrevolución, así como delaciones interpuestas ante las autoridades gubernamentales por adherir a uno u otro grupo. Por aquellos febriles días, la Junta decidió que Córdoba debía convertirse en el centro logístico de la revolución. No sólo por su ubicación estratégica, sino también por su condición de provincia rica en productos primarios, con una actividad manufacturera, muy poblada y con mano de obra para trabajar, todo necesario para la guerra que no tardó en comenzar. En definitiva, era un centro demasiado importante para “dejarlo librado a sus propios intereses” y la dirigencia de Córdoba, también lo veía del mismo modo.

VASSALLO, Jaqueline “De Argentina al Panteón de los Marinos Ilustres de Cádiz. El largo periplo de los restos de un grupo de contrarrevolucionarios”, *Andalucía en la Historia*, número 58, 2017, p. 48-51; LOBOS, Héctor Ramón, *Historia de Córdoba*,

de resonancia de los conflictos que se vivían en la sociedad de entonces<sup>18</sup>.

Por lo tanto, este trabajo no tiene pretensiones de ahondar en cuestiones que ya hemos indagado en otros estudios ya citados, sino abrir un espacio de reflexión sobre las fuentes, en tanto bienes culturales<sup>19</sup>, que se encuentran en los archivos y bibliotecas de Córdoba, sus posibilidad de acceso y visibilización, como también dar cuenta de las claves de lectura que desplegamos sobre documentos de archivo y libros que necesitaron ser revisitados para poder hallar el hilo conductor entre ellos<sup>20</sup>.

De esta suerte, inscribimos este estudio en el marco de la reflexión sobre la producción, organización existencia, localización, dispersión y el acceso a las fuentes producidas por la Inquisición o por instituciones y/o personas vinculadas de alguna manera a la institución iniciado hace algunas décadas, y que en la actualidad se ha reavivado el interés por hablar de ello, como objeto de investigación. Al respecto, basta recordar los trabajos de Pinto Crespo, Pinto Crespo, Pérez Ramírez, Avilés Fernández y Ballesteros Gaibrois, Haempe Martínez y Millar Carvacho, Más recientemente, Guibovich, Torres Puga, Rodrigues Lourenço, Bastos Mateus y Torres Puga, Vassallo, Panizo y Pinto<sup>21</sup>. Pero también, discusiones abiertas en

---

tomo III, Ediciones del Copista: Córdoba, 2009, p.565-566. RAMOS, María Virginia “Córdoba en la transición del orden colonial al período revolucionario: procesos políticos y conflictos”, Síntesis, número 4, 2015, p.1-19.

<sup>18</sup>VASSALLO, Jaqueline. “El fin de la Inquisición”, p.81-92.

<sup>19</sup>En este trabajo tomamos como referencia las definiciones establecidas por la UNESCO sobre patrimonio cultural, documental y bienes culturales. Patrimonio. Manual Metodológico. UNESCO. s/f, p. 134-135. Véase en <https://es.unesco.org/creativity/sites/creativity/files/digital-library/cdis/Patrimonio.pdf> [Consultado el 15- 09-2021]

<sup>20</sup>En esta dirección, véase: PANIZO SANTOS “Fuentes para el estudio”, p. 199-234.

<sup>21</sup>PINTO CRESPO, Virgilio “La documentación Inquisitorial”. En La Inquisición. Ministerio de Cultura: Madrid, 1982, p. 93-106; PINTO CRESPO, Virgilio, PEREZ RAMIRES, Dimas; AVILES FERNANDEZ, Miguel, BALLESTEROS GAIBROIS, Miguel y MARTINEZ MILLAN, José “Fuentes y Técnicas del Conocimiento Histórico del Santo Oficio”. En PEREZ VILLANUEVA, Joaquín y ESCANDELL BONET, Bartolomé (dirs). Historia de la Inquisición en España y América (58-105). Tomo 1. Biblioteca de Autores Cristianos y Centro de Estudios Inquisitoriales: Madrid, 1984, p.58-170; HAEMPE MARTINEZ, Teodoro “La Inquisición peruana en Chile: catálogo de los documentos existentes en el Archivo Nacional de Santiago”, Revista Andina, número 27, 1996, p. 149-195; MILLAR CARVACHO, René “El archivo del Santo Oficio y la documentación inquisitorial existente en Chile”, Revista de la Inquisición, número 6, 1997, p. 101-116; GUIBOVICH PEREZ, Pedro “Las formas y adversidades del archivo de la Inquisición de Lima”. En AGUIRRE, C. Y VILLA FLORES, J (eds) From the Ashes of Histrory. (pp. 39-59). Contracorriente: Raleigh, 2015, p. 39.59; TORRES PUGA, Gabriel “Conservación y pérdida de los archivos de la Inquisición en la América española: México, Cartagena y Lima”. En VASSALLO, Jaqueline, RODRIGUEZ LOURENÇO,

el marco de eventos especializados, tales como el Seminario Temático Fuentes de información y archivos inquisitoriales coordinado por Ignacio Panizoy Laura Lavado Suárez que sesionó en el marco del III Simposio Internacional de Estudios Inquisitoriales: Nuevas Fronteras, Universidad de Alcalá, Alcalá de Henares del 10 al 12 de junio de 2015.

## **2. II. Las comisarías y (sus) historia (s) de dispersión documental: el caso de Córdoba.**

La comisaría de Córdoba estaba ubicada en la región platina, al sur del virreinato del Perú, y, luego, del virreinato del Río de la Plata. Se trató de una institución activa- aunque no siempre sostenida en el tiempo-, durante el período colonial, trabajó bajo la dependencia del tribunal de Lima desde principios del siglo XVII, incluso llegó a considerarse por autoridades reales y eclesiásticas como posible sede de un tribunal de la Inquisición para la región del Tucumán y del Río de la Plata<sup>22</sup>. Actividad que, lejos de decaer a partir de los hechos de mayo de 1810, según hemos constatado documentalmente, se activó.

Ya es sabido que quienes nos dedicamos a estudiar comisarías debemos lidiar con distintas clases de dispersión documental, lo que conecta con la reflexión sobre como la institución producía documentos, disponía de su organización, pero también de la dispersión, en pos de garantizar su funcionamiento y el secreto. Por ejemplo, cuando se determinó que los comisarios debían enviar las sumarias a Lima “por el medio más seguro”, no pudiendo quedar ninguna copia de lo actuado en el tribunal local, aun cuando fueran actuaciones referidas a “limpieza de sangre”<sup>23</sup>.

---

Miguel y Susana BASTOS MATHEUS (coords). Inquisiciones. Dimensiones comparadas (siglos XVI-XIX) Brujas: Córdoba, 2017, p. 45-62; RODRIGUEZ LOURENÇO, Miguel, BASTOS MATHEUS, Susana y TORRES PUGA, Gabriel “Presentación del Dossier: Los papeles de la Inquisición. Conservación y dispersión en Europa, América y Asia”, *Fontes*, número 9, 2018, p.1-8; VASSALLO, Jaqueline “Tras las huellas de la Inquisición del Río de la Plata y el Tucumán por bibliotecas y museos de Córdoba (Argentina)”, *Fontes*, número 19, 2018, p. 115-132; PANIZO SANTOS “Fuentes para el estudio”, p. 199-234; PINTO, Pedro. *Fora do Secreto. Um contributo para o conhecimento do Tribunal do Santo Ofício em Archivos e Bibliotecas de Portugal*. Centro de Estudos de História Religiosa, Universidad Católica Portuguesa: Lisboa, 2020.

<sup>22</sup>VASSALLO, Jaqueline. “Los proyectos de instauración de tribunales de la Inquisición en la frontera urbana colonial de la región «platina»: Tucumán y Río de la Plata (siglos XVII- XVIII)”, *Histórica*, vol. 23, número 2, 2019, p. 89-112.

<sup>23</sup>DELLAFERRERA, Nelson “Apuntes para la Historia de la Audiencia Episcopal del Tucumán (1688- 1888)”, *Revista de Historia del Derecho*, 2, 1993, p. 97-110.

También, la dispersión documental que se generó cuando la actividad de los comisarios se entremezclaba con otras instituciones y actores sociales, como el Cabildo, el uso de la Real cárcel y la colaboración que les prestaba la justicia ordinaria, cuyos documentos quedaron en fondos- incluso archivos-, diferentes.

Por todo ello, debemos ser conscientes de las políticas archivísticas que desplegaron los estados nacionales, provinciales y municipales, las universidades y los archivos eclesiásticos para poder comprender la presencia de documentos así como las ausencias y los vacíos; como también cómo pudieron influir en su conservación o dispersión, avatares políticos y guerras<sup>24</sup>. Sin olvidar la existencia de coleccionistas particulares y el rol que jugaron a la hora de conservar, pero también de dispersar o incluso de sustraer documentos de archivos institucionales, aun cuando en ese momento no estuvieran abiertos a la consultapública.

La perspectiva que proponemos es posible llevarla adelante porque Córdoba<sup>25</sup> cuenta con un rico patrimonio cultural: museos, archivos, hemerotecas, bibliotecas, incluso, la Manzana Jesuítica fue declarada Patrimonio de la Humanidad por la UNESCO, en el año 2000<sup>26</sup>, en tanto que los documentos judiciales y notariales producidos en tiempos coloniales ingresaron al registro de Memoria del Mundo de la UNESCO en 2016.<sup>27</sup>

Córdoba es una ciudad que ha construido parte de su identidad vinculada a un “ilustre” pasado colonial que puede probar mediante la existencia de iglesias, museos, de la Universidad que tiene más de 400 años; y ha conservado las más amplias series documentales desde la época colonial que cualquier otra ciudad argentina- después de Buenos Aires-. Además, cuenta con la biblioteca universitaria más antigua del país, que data de 1818. No es casual que tempranamente existieran políticas de promoción de la escritura del pasado, tales como la organización de los archivos públicos, el Archivo del Arzobispado y la fundación de

---

<sup>24</sup>PINTO CRESPO. “La documentación Inquisitorial”, p 96; HAEMPE MARTINEZ “La Inquisición peruana en Chile”, p.149-195; Torres Puga, “Conservación y pérdida de los archivos de la Inquisición”, p.45-62.

<sup>25</sup>La ciudad de Córdoba fue fundada por el andaluz Jerónimo Luis de Cabrera en el año 1573 y actualmente es la capital de la provincia de Córdoba, República Argentina.

<sup>26</sup>UNIVERSIDAD NACIONAL DE CÓRDOBA. Patrimonio de la Humanidad <https://www.unc.edu.ar/sobre-la-unc/patrimonio-de-la-humanidad>[Consultado el 15-09-2021]; BERNAL Marcelo y ORTEGA, José (comps). *Los orígenes de la Casa de Trejo en la Manzana Jesuítica: Patrimonio Mundial de la UNESCO*. Editorial de la Universidad Nacional de Córdoba: Córdoba, 2017.

<sup>27</sup>UNESCO.[http://www.unesco.org/new/es/media-services/single-view-tv-esease/news/argentina\\_incorporates\\_its\\_two\\_candidatures\\_to\\_the\\_regional/](http://www.unesco.org/new/es/media-services/single-view-tv-esease/news/argentina_incorporates_its_two_candidatures_to_the_regional/). [Consultado el 15-09-2021]

instituciones académicas oficiales que produjeran trabajos históricos<sup>28</sup>.

Hasta el momento, sabemos que las huellas y marcas sobre las actuaciones de la Inquisición local así como la literatura inquisitorial con la que se contó en Córdoba han quedado en el Archivo del Arzobispado de Córdoba, en la Biblioteca Elma Kohlmeyer de Estrabou, de la Facultad de Filosofía y Humanidades y Psicología, la Biblioteca Mayor y el Museo Histórico de la Universidad Nacional de Córdoba, el Archivo Histórico de la Provincia de Córdoba, el Archivo Histórico Municipal y el Archivo de la Oficialía Mayor de la Municipalidad de Córdoba y la Biblioteca Central del Poder Judicial Dalmacio Vélez.

¿A qué se debe esta dispersión? Si bien es sabido que la mayor parte de la documentación con la que trabajó la Comisaría se concentra en el Archivo del Arzobispado de Córdoba, también hallamos evidencias en las actas de las asambleas capitulares- donde se mencionan con frecuencia las obligaciones que debían cumplir ante ella el comisario y/o los familiares del Santo Oficio-. Como asimismo, en las actas de visita de cárcel donde quedaron registrados los presos y presas de la Inquisición que pasaron por la Real Cárcel del Cabildo. Y si bien fueron producidos por el cabildo, en ejercicio de sus múltiples funciones, al momento de organizarse las distintas unidades de información locales, fueron dispersados en el Archivo Histórico Municipal, la Oficialía Mayor de la Municipalidad de Córdoba y la Biblioteca Central del Poder Judicial Dalmacio Vélez, respectivamente<sup>29</sup>.

---

<sup>28</sup>Fue así como se creó en la Universidad Nacional de Córdoba, el Instituto de Estudios Americanistas (1936), en vista a promocionar investigaciones históricas, paleográficas y archivísticas. Un año antes, se inauguró el templete de Vélez Sársfield en la Biblioteca Mayor de la Universidad, donde se aloja su biblioteca personal. En 1941 se estableció el Archivo Histórico de la Provincia de Córdoba y la Junta Provincial de Historia de Córdoba. Posteriormente, se fundaron el Archivo Histórico Municipal (1970), la Escuela de Bibliotecarios y Archiveros (1958 y 1960), el Departamento de Historia (1947 y 1957) y la Escuela de Historia (1968). También debemos mencionar la existencia del Archivo del Arzobispado de Córdoba que resguarda documentos que datan del siglo XVI. TANODI, Aurelio. *Guía de los Archivos de Córdoba*, Dirección General de Publicaciones de la Universidad Nacional de Córdoba: Córdoba, 1968, p. XXIV; BIXIO, Beatriz y GONZALEZ NAVARRO, Constanza. “Las mediaciones de Mons. Pablo Cabrera en el orden y las órdenes del Archivo Histórico de la Provincia de Córdoba”. En GONZALEZ NAVARRO, Constanza (dir). *Prácticas de producción, ordenamiento y conservación del fondo de justicia colonial de Córdoba*. Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti: Córdoba, 2017, p.63-65.

<sup>29</sup>VASSALLO, “Tras las huellas de la Inquisición del Río de la Plata”, p. 123.



Asimismo, existen libros censurados y literatura inquisitorial que hoy se albergan en la Biblioteca Mayor y el Museo Histórico de la UNC<sup>30</sup>. Todos ellos conllevan una larga historia de dispersión debido a que formaron parte de la librería jesuítica que tuvo sus propios derroteros luego de la expulsión de la orden en 1767<sup>31</sup>.

En la Biblioteca Elma Kohlmeyer de Estrabou, de la Facultad de Filosofía y Humanidades y Psicología se halla la Colección particular de Monseñor Pablo Cabrera que tiene documentos sobre este tribunal o producidos por distintas autoridades de la Inquisición. Cabe agregar, asimismo, que las huellas documentales sobre esta institución y sus trabajos a nivel local, también pueden hallarse en archivos que se encuentran en otros países como Bolivia, Perú, Chile o España<sup>32</sup>.

Ahora bien, de todas las unidades de información aludidas ¿dónde hemos encontrado evidencias documentales y bibliográficas vinculadas al fin de la Inquisición en las Provincias Unidas del Río de la Plata y en particular, en Córdoba?

### **3. Últimos días de la Inquisición en Córdoba: tras sus rastros documentales y bibliográficos.**

Los documentos con los que gestionó la comisaría se encuentran en el Archivo del Arzobispado de Córdoba, en el Legajo N°18. El fondo posee fundamentalmente denuncias que conformaban las “cabezas del proceso”, cartas, autos, notas edictos e inventarios. Asimismo, hallamos documentos que evidencian comunicación frecuente entre los comisarios y el tribunal limeño: cartas, notas, certificaciones, acuso de recibo de documentos, respuestas de consultas recibidas, nombramientos, pedidos de información, edictos de “fe y anatemas” e instrucciones para interrogar, entre otros. El estado de conservación de estos documentos es aceptable, aun cuando no se hallen debidamente descriptos (salvo el tomo III que comprende los años 1711-1827). Las fojas se conservan sueltas y no presentan foliatura

---

<sup>30</sup>VASSALLO, “Tras las huellas de la Inquisición del Río de la Plata”, p.121-122.

<sup>31</sup>Para mayor información, véase LLAMOSAS, Esteban. La literatura jurídica de Córdoba del Tucumán en el siglo XVIII. Bibliotecas corporativas y privadas. Libros ausentes, libros prohibidos. Lerner: Córdoba, 2008.

<sup>32</sup>VASSALLO, Jaqueline “Las huellas de las mujeres vinculadas a la Inquisición en el patrimonio cultural de Córdoba (Argentina), siglos XVIII-XIX”, Memorias de Colombia, 2021 (en prensa).

original. Los tres tomos que componen el fondo se hallan digitalizados<sup>33</sup>.

Precisamente, en el Tomo III encontramos las últimas denuncias interpuestas luego de mayo de 1810, en el marco de un complejo contexto político y social. Se trata de al menos cinco denuncias tramitadas ante el último comisario, Guadalberto Coaraza que se dispararon con posterioridad a la represión de la contra revolución ya aludida, y sus destinatarios fueron hombres adeptos a la Junta que cumplieron roles cruciales por disposición de la misma<sup>34</sup>. Vale recordar que la noticia de este ajusticiamiento y los fundamentos de la legitimidad que tuvo la Junta para tomar dicha decisión, fueron publicados el 11 de octubre, en un extenso “Manifiesto” del periódico revolucionario *La Gazeta de Buenos Aires*, que lleva las firmas del presidente y el secretario, Mariano Moreno. La suerte corrida por estos poderosos hombres de la élite colonial causó consternación en la sociedad, sin embargo muchos legitimistas se plegaron a la revolución, algunos por temor a perder privilegios en cambio otros, no olvidaron. Si bien el obispo Orellana había salvado su vida, fue confinado a prisión a la guardia de Luján<sup>35</sup>. Y, como bien dice Valentina Ayrolo, la revolución primero y la guerra después, ocasionaron una profunda crisis en las instituciones eclesiásticas<sup>36</sup>.

Se trata de tres denuncias interpuestas contra el profesor universitario Santiago Rivadavia, quien además tenía una estancia llamada La Aguadita, en Totoral<sup>37</sup> y allí auxilió con alojamiento y alimentos al ejército revolucionario cuando pretendían detener a los contra revolucionarios. Luego, negó

---

<sup>33</sup> TEJERINA CARRERAS, Ignacio. El Archivo del Arzobispado de Córdoba. Breve guía para el conocimiento de la documentación existente. Arzobispado de Córdoba: Córdoba, 2015, .p.9 Archivo del Arzobispado de Córdoba (en adelante AAC). Legajo 18. Santo Oficio de la Inquisición: Tomo 1 (1610-1667); Tomo 2 (1668-1710); Tomo 3(1711 -1827).

<sup>34</sup> También se han encontrados dos denuncias más, interpuestas contra dos sacerdotes de Buenos Aires. Los franciscanos Miguel del Sar y Olivares, denunciados por sollicitación y amancebamiento, aunque la participación de estos sacerdotes, en la arena política del momento no hemos podido comprobarla. AAC. Legajo 18, tomo 3, si/f.

<sup>35</sup> Véase sobre los derroteros de este obispo véase MAZZONI, María Laura. Mandato divino, poder terrenal. Administración y gobierno en la diócesis de Córdoba del Tucumán (1778-1836). Prohistoria ediciones: Rosario, 2019, p. 122-144.

<sup>36</sup> AYROLO, Valentina. “Cura de Almas. Aproximaciones al clero secular de la diócesis de Córdoba del Tucumán en la primera mitad del siglo XIX”, Anuario IEHS, número 17, 2002, p. 421.

<sup>37</sup> Totoral era una posta situada sobre el Camino Real, en el departamento de Tulumba, ubicada al Noroeste de Córdoba. (actual Argentina). Durante la época que hacemos referencia, su geografía se caracterizaba por tener espesos bosques de Algarrobos, quebrachos, chañares y espinillos, y las vertientes de agua eran suficientes para las huertas locales.

alimentos a los legitimistas. El gobernador de Córdoba designado por la Junta, Juan Martín de Pueyrredón, lo sumó a su gestión como secretario de la gobernación, pero se ganó mala fama entre los cordobeses - incluso entre los adeptos a la revolución.-, por el modo en como procedió al hacer detenciones que le encomendaron, así como por sus supuestas actitudes antirreligiosas<sup>38</sup>. Otro de los denunciados fue José Arroyo, un militar alto peruano que había participado en las sublevaciones que tuvieron lugar en La Paz durante 1809. Allí fue sentenciado a muerte, pero escapó y logró salvar su vida<sup>39</sup>. Fue encomendado por la Junta porteña para poner en marcha una fábrica de pólvora en Córdoba- más precisamente en una quinta confiscada a uno de los legitimistas que había sido ejecutado, Santiago de Allende -.<sup>40</sup> Finalmente, podemos citar la denuncia puesta contra don Juan Gregorio de las Heras, un militar porteño que se encontraba en Córdoba al momento de estallar la revolución de mayo y donde quedó incorporado al Batallón de Patricios local. El año en que fue delatado, 1812 había sido nombrado comandante de la guarnición de Córdoba.

Pensamos que estas denuncias interpuestas ante la comisaría entre 1810 y 1813, fueron realizadas en el marco de una suerte de repliegue táctico a nivel público que pudieron desplegar los simpatizantes y familiares de los contra revolucionarios ejecutados, que buscaban recomponer sus fuerzas e involucrarse en el proceso revolucionario tratando de recuperar los puestos más expectables<sup>41</sup>. Tal vez, el secreto del Santo Oficio les ayudaba a seguir con la pelea, pero desde otro lugar; desde una instancia institucional que creían propia y a la que se resistían abandonar.

Mientras tanto, el Obispo Orellana, luego de su liberación, en octubre de 1811 y hasta 1814, sus acciones se dedicaron a favorecer a hombres de reconocida oposición al gobierno central revolucionario<sup>42</sup>.

Mientras estas denuncias se sucedían, en Buenos Aires se alzaban públicamente algunas voces a favor de la supresión de la Inquisición. Así, Domingo de Azcuénaga- uno de los vocales de la Junta-, en su poema

<sup>38</sup>LOBOS, Historia de Córdoba, p.565-566.

<sup>39</sup>El movimiento pafeño estuvo integrado por un amplio sector social: mestizos, criollos, españoles y el “bajo pueblo”. Buscaban constituir un gobierno propio, una Junta tuitiva, aunque no plantearon independizarse de España. Los virreyes de Lima (Abascal) y el de Buenos Aires (Cisneros) organizaron una represión conjunta del movimiento a fines de 1809 y la mayoría de ellos fueron condenados a muerte en la horca. GOLDMAN ¡El pueblo!, p. 92-93.

<sup>40</sup>BISCHOFF, Efraín. Historia de la Provincia de Córdoba. Plus Ultra: Buenos Aires, 1977, p. 121.

<sup>41</sup>LOBOS, Historia de Córdoba, p. 570.

<sup>42</sup>MAZZONI, *Mandato divino*, p. 143.

*Crítica a la prensa argentina*, aplaudía la supresión de la Inquisición española que había realizado Bonaparte<sup>43</sup>. Por su parte, el revolucionario Bernardo Monteagudo reflexionó sobre la Inquisición y se manifestó por su fin, en su periódico *Mártir o libre*, en mayo de 1812<sup>44</sup>

Como señalábamos al inicio, la abolición de la Inquisición en todos los pueblos del territorio de las Provincias Unidas del Río finalmente llegó el 24 de marzo de 1813, a poco de iniciada la mencionada Asamblea y en el marco de un clima auspicioso para la revolución. La moción fue presentada por el diputado por Salta, Pedro Agrelo -abogado, egresado de la Universidad de Chuquisaca-, fue acompañada por el diputado de San Juan, Tomás Antonio Valle y por el sacerdote Valentín Gómez, quien representaba a Buenos Aires y estaba estrechamente vinculado a la Logia Lautaro<sup>45</sup>.

“Queda desde este día absolutamente extinguida la autoridad del tribunal de la inquisición en todos los pueblos del territorio de las provincias unidas del Río de la Plata, y por consiguiente se declara devuelta a los ordinarios eclesiásticos su primitiva facultad de velar sobre la pureza de la creencia de los medios canónicos que únicamente puede conforme al espíritu de Jesu Cristo [sic], guardando el orden y respetando el derecho de los ciudadanos. Firmado: Dr. Don Tomas Valle, presidente. Hipólito Vieytes, secretario<sup>46</sup>

La supresión que se dispuso en Buenos Aires se hizo desconociendo lo resuelto por las Cortes de Cádiz, porque, Buenos Aires, a diferencia de Lima, no había participado en el recinto gaditano<sup>47</sup>. Y si bien en Buenos Aires, no se dio –como en Cádiz–, un debate sobre la “naturaleza jurisdiccional”<sup>48</sup> de la Inquisición, se optó por el mismo camino: devolver la jurisdicción a los ordinarios.<sup>49</sup>

En este punto, cabe señalar que los documentos producidos en el marco de la Asamblea del año XIII se encuentran albergados en el

<sup>43</sup>TCHERBIIS TESTA, “Imaginar un nuevo orden político”, p. 52-97.

<sup>44</sup>TCHERBIIS TESTA, “Imaginar un nuevo orden político”, p. 68.

<sup>45</sup>CAMOGLI, *Asamblea del Año XIII*, p. 110-111; Sobre José Valentín Gómez, véase TERNAVASIO, Marcela “José Valentín Gómez”. En: *Los curas de la Revolución. Vidas de eclesiásticos en los orígenes de la Nación*. Emecé: Buenos Aires, 2002, p. 171-200.

<sup>46</sup>BIBLIOTECA DE MAYO. Colección de Obras y Documentos para la Historia Argentina. Antecedentes, documentos políticos y legislativos, tomo XIX, 1º parte. Senado de la Nación: Buenos Aires, 1968, p. 17041.

<sup>47</sup>TCHERBIS TESTA “Revolución y religión”, p. 8.

<sup>48</sup>Ibidem.

<sup>49</sup>DUFOUR, “¿Cuándo fue abolida la Inquisición en España?”, p. 93-107.

Archivo General de la Nación, situado en la ciudad de Buenos Aires<sup>50</sup> y el Decreto de abolición fue reeditado en la primera parte del tomo XIX de la *Biblioteca de Mayo* durante los años 60' del siglo pasado en el marco del Sesquicentenario de mayo<sup>51</sup>.

Ahora bien, fue el mismísimo Rodrigo de Orellana, quien tras recuperar su cargo de obispo, dio la noticia a través de varios documentos emitido desde la ciudad de La Rioja, donde se encontraba realizando una visita pastoral. De esta suerte, transmitió el 6 de mayo de 1813 la supresión a su provisor Juan José Rodríguez y, además, solicitó que informara a los curas y vicarios para que a su vez, anunciaran a los Comisarios, pero también “a todos y cada uno de sus respectivos feligreses que el haber cesado de sus funciones el Tribunal de la Inquisición en estas Provincias Unidas del Río de la Plata”. Pero no quedaban exentos “de la estrecha obligación, penas y censuras, que la Iglesia tiene impuestas a todos los fieles para que denuncien o delaten a los herejes y a los sospechosos...” ante el obispo o los vicarios eclesiásticos<sup>52</sup>.

Ambas disposiciones, es decir, una transcripción del decreto de extinción enviada por el Segundo Triunvirato en 1813 al obispo de Córdoba Rodrigo Antonio de Orellana y la carta escrita a su provisor se encuentran en la Colección particular de Monseñor Pablo Cabrera (1857-1936), que actualmente se halla en la Biblioteca Elma Kohlmeyer de Estrabou, de la Facultad de Filosofía y Humanidades y Psicología de la UNC, según nos indica el Catálogo de dicha colección<sup>53</sup>.

Pablo Cabrera fue un sacerdote-historiador de Córdoba que tuvo relevancia como intelectual multifacético. Durante varias décadas

---

<sup>50</sup> ARCHIVO GENERAL DE LA NACION: Código de referencia: AR. AGN. DE/AGC XIII Fondo: Asamblea General Constituyente del Año XIII Fechas Extremas: 1813-1815 Nivel de descripción: Fondo Soporte: Papel Cantidad: 9 unidades archivísticas. Para mayor información véase: ZABALA, Juan Pablo (Coord), *ARCHIVO GENERAL DE LA NACION. Fondos documentales. Periodo Nacional*. Fondos documentales del Departamento de Documentos Escritos, División Nacional: Programa de Descripción Normalizada, Vol2. Archivo General de la Nación, Ministerio del Interior: Buenos Aires, 2012.

<sup>51</sup> Para mayor información, véase: PAREDES, Isabel “El Sesquicentenario de mayo, la memoria y la acción editorial. Memoria e Historia hacia 1960”, *Anuario del Instituto de Historia Argentina*, número 10, 2010, p.137-163.

<sup>52</sup> TONDA, Américo. *El obispo Orellana y la Revolución*. Junta Provincial de Historia de Córdoba: Córdoba, 1981, p. 198-199.

<sup>53</sup> Documentos 09114 y 09165, respectivamente. Colección Documental Monseñor Pablo Cabrera. Departamento de Estudios Americanistas y Antropología. Biblioteca Facultad de Filosofía y Humanidades - Facultad de Psicología. Universidad Nacional de Córdoba.

combinó su trabajo pastoral con el de historiador, pero a partir de 1897 se dedicó con exclusividad a la disciplina histórica, especialmente a la historia colonial.<sup>54</sup>

Se trata de documentos que todavía no fueron digitalizados en el marco del proyecto de digitalización del fondo y por lo tanto su consulta es presencial. Ahora bien, ¿cómo es posible que estos documentos se encuentren en la colección de Pablo Cabrera y no, como podría esperarse en el Archivo del Arzobispado? La explicación nos la dan Foïs, Costilla, García, Gutiérrez y Pérez: debido a que la proveniencia archivística de la colección es diversa y cuantiosa- ya que estamos hablando de 13.270 documentos, manuscritos e impresos producidos entre los años 1539 y 1936-, seguramente los vinculados a la Inquisición pudieron encontrarse tanto en el Arzobispado de Córdoba como en archivos eclesiásticos de la diócesis local y que, Cabrera, como hombre de la Iglesia tuvo acceso a ellos.<sup>55</sup>

Por su parte, el historiador Carlos Crosuselles ha encontrado un documento similar, emitido por Orellana para el vicario foráneo de La Rioja, fechado en 6 e mayo de 1813, en el Archivo del Arzobispado de Córdoba y que pertenece a la Parroquia de Chilecito<sup>56</sup>.

Este historiador también aporta otro dato interesante: la delegación que hizo de Orellana delejercicio de sus facultades ordinarias al cura párroco de Anejos<sup>57</sup>-José María del Pardo-, a mediados de enero de 1814 y desde la ex estancia jesuítica de Alta Gracia. El casco de la misma - hoy declarada Patrimonio de la Humanidad-<sup>58</sup>, por ese entonces era vice parroquia, pero

---

<sup>54</sup>COSTILLA, Graciela del Valle, FOIS, Silvia, GARCIA, Noelia, GUTIERREZ, Clelia y PEREZ, Sandra. “Acciones para la preservación y difusión del patrimonio histórico. Notas sobre la digitalización de la ‘Colección Documental Monseñor Pablo Cabrera’ FFyH-UNC”. En *Aportes para pensar la Archivología en el siglo XXI, desde la investigación, la extensión y la práctica*. Editorial de la Facultad de Filosofía y Humanidades: Córdoba, 2014. p. 33-40; REYNA BERROTARÁN, Denise “Doctor Honoris Causa a Monseñor Pablo Cabrera: las líneas historiográficas de un homenaje”, *Coordenadas. Revista de Historia Local y Regional*, volumen 2, número 2, 2015, p. 81-100; BIXIO y GONZALEZ NAVARRO, “Las mediaciones de Mons. Pablo Cabrera”, p. 63-65.

<sup>55</sup>COSTILLA, FOIS, GARCIA, GUTIERREZ y PEREZ, “Acciones para la preservación”, p. 34.

<sup>56</sup>Se trata de un documento perteneciente a la Parroquia Chilecito. AAC, Leg 15. Carpeta 001-01, doc. 31, citado por CROUZEILLES “Asamblea del Año XIII”, p.19.

<sup>57</sup>El departamento de Anejos se encontraba en la región centro, circundaba a la ciudad de Córdoba. Comprendía los actuales departamentos de Colón y Santa María. Celton, Dora. *Ciudad y campaña en la Córdoba colonial*. Junta Provincial de Historia de Córdoba: Córdoba, 1996, p. 84.

<sup>58</sup>MUSEO DE LA ESTANCIA JESUITICA DE ALTA GRACIA Y CASA DEL

además un lugar muy conveniente para prestar alojamiento a un obispo que se encontraba de viaje y haciendo visita. Más aún porque pertenecía a los hijos de Liniers, quien en agosto de 1810 había formado parte del grupo de los legitimistas fusilados. Según Crouselles, los registros de esta delegación también se encuentran en el Archivo del Arzobispado de Córdoba, Parroquia de Chilecito<sup>59</sup>.

Ahora bien, la denuncia interpuesta en 1812, por el comerciante español don Barrios y Flores contra el militar de las Heras lo presentó ante el comisario como un asiduo lector de Rousseau, además de estar en desacuerdo con el sacramento de la confesión. Veamos sus palabras: “y que no cree en más confesión que en las que enseña Roseau [sic], que es el autor que él sigue, y que lo tiene debajo de su almohada y que si llega a tener hijos, no les había de enseñar otra doctrina que la de este autor”<sup>60</sup>.

Como ya se ha señalado, la obra de Jean Jacques Rousseau estaba prohibida por Edicto de abril de 1764 y fue incorporado al Índice de 1790, pero circuló por distintos espacios del virreinato del Perú y del Río de la Plata, a pesar de las precauciones que pudieron tomar las autoridades inquisitoriales y virreinales. Sin lugar a dudas, el interés que despertaba el nuevo pensamiento ilustrado, unido a cierta flexibilidad de los controles, hicieron que no fueran desconocidos. La falta de controles en el Río de la Plata y cierta pasividad de los funcionarios tanto reales como inquisitoriales propiciaron que los contrabandistas acercaran estas obras a los lectores. Los volúmenes con doble portada, las falsas listas que entregaban a la verificación de los funcionarios, los textos escondidos en baúles de doble fondo, fueron algunas de las formas en que la literatura prohibida logró ingresar<sup>61</sup>.

Sin embargo, la denuncia del lector de Rousseau ante el comisario y, en 1812, estaba dando un mensaje político concreto. Porque dos años antes, el secretario de la Junta, Mariano Moreno se había encargado de preparar una edición especial del *Contrato Social*, mientras publicaba fragmentos en *La Gazeta de Buenos Aires*. Se trataba de una edición que estaba destinada a las escuelas con el fin de implementar una reforma

---

VIRREY LINIERS <https://museoliniers.cultura.gob.ar/info/museo/> [Consultado el 15-09-2021].

<sup>59</sup>CROUZEILLES “Asamblea del Año XIII”, p.19.

<sup>60</sup>AAC. Legajo 18, tomo 3, si/f.

<sup>61</sup>LLAMOSAS, *La literatura jurídica de Córdoba*, p.340-341; 344-345; 352. Asimismo, véase ASPELL, Marcela “Las lecturas prohibidas en Córdoba del Tucumán. Siglos XVII-XVIII”, *Cuadernos de Historia*, número 7, 1997.

escolar y para que “se modernice el orden de enseñanza pública en las escuelas y que se obligase a los hijos de padres pudientes que lo compren en la imprenta”<sup>62</sup>. Estos libros, también serían enviados a los cabildos que componían hasta entonces, el virreinato del Río de la Plata. Una edición que, cabe aclarar, Moreno había suprimido el capítulo que trataba sobre la religión civil “para alejar cualquier sospecha de ateísmo”<sup>63</sup>. Se trató de la primera edición americana y también, la que tuvo más amplia difusión. Incluso, señala, apareció en una lista manuscrita de libros prohibidos que con fecha de 24 de setiembre de 1822 fue elaborada durante el primer año del Imperio de Iturbide<sup>64</sup>.

Al momento que de las Heras fue denunciado, Moreno estaba muerto. Y, en Córdoba, el obispo continuó recibiendo delaciones hasta la segunda década del siglo XIX sobre lecturas prohibidas<sup>65</sup>. Basta recordar que en 1816, el vicario general del obispado de Córdoba, Benito Lazcano todavía amenazaba con pena de excomunión mayor a aquellos que no denunciaran a quienes retuvieran “los libros pestilentes de livertinos filósofos señaladamente de Voltaire, Roseau...”<sup>66</sup>.

Ahora bien, uno de los ejemplares que ordenó editar Moreno, llegó a Córdoba y fue recibido por el cabildo, según quedó registrado en el acta capitular del 7 de diciembre de 1810, pero los capitulares lo mandaron a archivar, sin señalar nada más<sup>67</sup>. El Archivo Histórico Municipal de la ciudad de Córdoba, alberga una copia microfilmada del acta original, que se encuentra en la Municipalidad de Córdoba<sup>68</sup> Asimismo, se pueden

---

<sup>62</sup>TATIAN, Diego. “Nota Preliminar”. En *Contrato Social o Principios del Derecho Político. De Juan Jacobo Rousseau*. Edición facsimilar, Editorial Universidad Nacional de Córdoba: Córdoba, 1998.p.XII. GOLDMAN, Noemí. *Mariano Moreno. De reformista a insurgente*. Edhasa: Buenos Aires, 2016, p. 192- 193.

<sup>63</sup>TATIAN “Nota”, p. XII.

<sup>64</sup>GOLDMAN, *Mariano Moreno*, p. 188-194.

<sup>65</sup>AAC. Legajo 18, tomo 3, si/f.

<sup>66</sup>PEÑA, Roberto Ignacio. *El pensamiento político del deán Funes*, Imprenta de la Universidad Nacional deCórdoba: Córdoba, 1953, p. 12.

<sup>67</sup>*Actas capitulares de Córdoba*, Editorial de la Universidad Nacional de Córdoba: Córdoba, 2010, p.84.Sobre la recepción de la obra en otras cabildos, véase GOLDMAN, *Mariano Moreno*, p.193.

<sup>68</sup>El Archivo Histórico Municipal es una dependencia de la Secretaría de Cultura, Dirección de Cultura y Patrimonios del Municipio de Córdoba Capital. Fue creado a través de la Ordenanza N° 5639 el 12 de Junio de 1970 y dos años después se reglamentaron sus funciones. Entre los fondos documentales en los que hemos encontrado información sobre la Inquisición local, podemos citar las actas del Cabildo de Córdoba, desde 1573 a 1824, que se hallan microfilmadas y algunas transcritas y publicadas. Para mayor información sobre este Archivo, veáse REYNA, Franco, “El Archivo Histórico



consultar en el Libro del Cabildo N° 45 y 46 (1809-1813), publicado por Luque Colombresen 1960 y en una edición de actas capitulares realizada en el marco de la celebración del Bicentenario de la revolución de mayo, por la Universidad Nacional de Córdoba<sup>69</sup>.

Un ejemplar de la edición dispuesta por Moreno se encuentra en la Biblioteca Mayor de la Universidad Nacional de Córdoba, la primera biblioteca universitaria del país y que si bien fue fundada durante la segunda década del siglo XX, reconoce sus orígenes en la biblioteca jesuítica, la “Librería Grande”<sup>70</sup>. Es parte de la “Colección Niños Expósitos” que fue reunida por el erudito y librero Carlos Casavalle, comprada por el gobierno nacional y, luego, donada a la Universidad Nacional de Córdoba durante el siglo XIX gracias a la intermediación del Ministro de Justicia e Instrucción Pública, Filemón Posse<sup>71</sup>. Este ejemplar contiene un ex libris manuscrito “José M. Ramos Mejía” (1849-1814), de un destacado médico egresado de la Universidad de Buenos Aires, escritor y político argentino, fundador del Circulo Médico Argentino. La obra fue reeditada en 1998 y 2011 por la Editorial de la Universidad Nacional en su versión facsimilar<sup>72</sup>.

A manera de conclusión, diremos que este entramado documental y bibliográfico fue posible de dilucidar, tirando del hilo de los vínculos institucionales que tejió la Inquisición local, y, luego, conociendo los fondos documentales así como los catálogos de las unidades de información que se encuentran en Córdoba. Se trata de documentos y libros que han sido leídos por la historiografía de manera fragmentada- incluso hasta son ignorados-. Es por ello que en este trabajo hemos intentado mostrar

---

Municipal de Córdoba, sus documentos y las perspectivas para el estudio del ocio”, en RAVINA, Aurora (dir). *Archivos, fuentes e historia en la Provincia de Córdoba (Argentina): Patrimonio histórico documental y prácticas historiográficas*. Centro de Estudios Históricos Prof. Carlos Segreti: Córdoba, 2016, p.61-80.

<sup>69</sup>Véase RAMOS, Virginia “Nota de edición” *Actas capitulares*, p. 37.

<sup>70</sup>Su fundación tuvo lugar el 26 de setiembre de 1818 a iniciativa del Gobernador Intendente Dr. Manuel Antonio de Castro, y por entonces estaba destinada a la consulta de un escaso grupo de eruditos. Poco a poco se fue nutriendo de libros a través de compras y canjes y abrió a la consulta del público. Después de diversos avatares fue emplazada en el actual edificio del rectorado antiguo y a lo largo de los siglos XIX y XX recibió en donación bibliotecas privadas, como las del gobernador Enrique Rodríguez o del ministro de Justicia de la nación, Filemón Posse, o la de Dalmacio Vélez Sársfield, entre otras. BIBLIOTECA MAYOR DE LA UNIVERSIDAD NACIONAL DE CORDOBA <https://www.bmayor.unc.edu.ar/historia/>. [Recuperado el 18-09-2021]

<sup>71</sup>*Catálogo de los impresos de Niños Expósitos existentes en la Biblioteca Mayor de la Universidad Nacional de Córdoba*. Biblioteca Mayor: Córdoba, 1972, p 6.

<sup>72</sup>Todos estos ejemplares pueden consultar en la Biblioteca Mayor de la UNC.

sus vínculos, aunque reconocemos que no se trata de una tarea acabada. Documentos y libros que, en tanto bienes culturales, y tal como ya hemos visto, algunas veces fueron reunidos azarosamente, pasando de mano en mano y hasta rompiendo el orden de procedencia.

Cabe agregar, asimismo, que se encuentran en unidades de información que despliegan distintas políticas de acceso- sobre todo presenciales-, y que desde marzo de 2020 se hallan cerradas al público por razones de la Pandemia del Covid 19.

Todavía hay mucho por seguir indagando, buscando y dar el paso en el estudio de otras inquisiciones que atravesaron el siglo XIX. Pero eso ya forma parte de otra historia.

## EL LENTO PROCESO DE SUPRESIÓN DE LA INQUISICIÓN EN ESPAÑA

---

EMILIO LA PARRA LÓPEZ  
*Universidad de Alicante*

Un real decreto firmado el 15 de julio de 1834 por la reina regente María Cristina dispuso: “Se declara suprimido definitivamente el tribunal de la Inquisición.” Habían sido necesarios muchos debates y demasiado tiempo para llegar a este punto, es decir, eliminar legalmente y de manera conclusiva el tribunal creado por la bula *Exigit sinceræ devotionis affectus* de Sixto IV, promulgada en noviembre de 1478 a petición de Isabel de Castilla y Fernando de Aragón, los Reyes Católicos. Tres veces había sido suprimida la Inquisición española antes de 1834: en diciembre de 1808, por uno de los decretos dados por Napoleón en Chamartín tras conquistar Madrid; en 1813, por las Cortes de Cádiz, una vez aprobada la Constitución liberal el año anterior; y en 1820, por Fernando VII, forzado a tomar esta decisión tras el restablecimiento del sistema constitucional que este monarca había derogado seis años antes. La abolición de Napoleón tuvo escaso efecto, pues los españoles, salvo una minoría, no reconocieron la autoridad del emperador francés. La de las Cortes de Cádiz fue eliminada enseguida por Fernando VII, quien además de declarar nula en mayo de 1814 toda la obra de aquel parlamento, el 21 de julio siguiente decretó expresamente el restablecimiento de la Inquisición con ejercicio pleno de su jurisdicción, “guardando el uso y ordenanzas con que se gobernaba en el año de 1808.” A la supresión de 1820 no siguió un decreto restaurador, pero tampoco algún otro que declarara extinta la Inquisición, de manera que unos estimaron que continuaba suprimida, y otros opinaron que no lo había sido, al menos legalmente. Desde 1834 ya no hubo dudas.

Esta simple -y conocida- referencia del proceso de abolición de la Inquisición española permite algunas constataciones.<sup>1</sup> Primera: no se acabó con ella mediante “un acto definitivo, adoptado después de una madura reflexión de la élite política,” como ocurrió con las de varios Estados italianos, suprimidas en la segunda mitad del siglo XVIII, y la de Portugal, definitivamente extinguida en 1821.<sup>2</sup> El fin de la española fue resultado de la revolución liberal tras intensos debates en el parlamento (especialmente durante las Cortes de Cádiz) y en la opinión pública, y se desarrolló en fases sucesivas plagadas de confusiones y enfrentamientos, especialmente entre la jerarquía eclesiástica y el Estado. Segunda constatación: durante el siglo XVIII no hubo un plan concreto de supresión, a pesar de la proliferación de críticas procedentes del interior de la monarquía española y, por supuesto, del exterior. En el tiempo de las Luces se ensayaron varios intentos de reforma, pero no se fue más lejos. La supresión solo fue viable cuando quedó patente que el arcaico Tribunal era incompatible con el Estado liberal establecido después de la revolución y con las aspiraciones de la burguesía (1834). Tercera constatación: a pesar de las apariencias y de la retórica de los defensores de la Inquisición, la disputa en torno a este tribunal durante la construcción del Estado liberal en España fue esencialmente de carácter político y no tanto religioso, pues los dogmas del catolicismo no fueron discutidos en público y se mantuvo el régimen de intolerancia religiosa.

A partir de estas constataciones ensayaré una respuesta a la pregunta: ¿por qué llegó tan tarde el decreto de supresión definitiva?; dicho de otra forma: ¿por qué costó tanto acabar con la Inquisición española?

---

<sup>1</sup> Gérard Dufour, destacado especialista en la Inquisición española durante el siglo XVIII, ha discutido este proceso. En su opinión, la Inquisición fue suprimida por primera vez por la Constitución de Bayona, aprobada el 6 de julio de 1808, meses antes, pues, del decreto de abolición dado por Napoleón en Chamartín el 4 de diciembre siguiente (al respecto se basa en el trabajo de BUSAALL, Jean-Baptiste. 1995. “Nature juridique de la monarchie espagnole sous Joseph Bonaparte. Réflexions à partir d’une mise au point sur l’Inquisition en 1808”, *Mélanges de la Casa de Velázquez*, 35-1, p. 235-254, donde se defiende que al declarar el texto constitucional abolidos todos los tribunales con atribuciones especiales, uno de los cuales era el de la Inquisición, esta quedó suprimida implícitamente.) Dufour mantiene, además, que las Cortes de Cádiz no suprimieron realmente la Inquisición, sino que la reformaron, pues la sustituyeron por los Tribunales Protectores de la Fe (DUFOR, Gérard. 2005. “¿Cuándo fue abolida la Inquisición en España?”, *Cuadernos de Ilustración y Romanticismo*, 13, p. 93-107).

<sup>2</sup> BETHENCOURT, Francisco. 1997. *La Inquisición en la época moderna. España, Portugal, Italia, siglos XV-XIX*, Madrid, Akal, p. 487.

## El lejano horizonte de la supresión durante el Siglo de las Luces

A poco de iniciarse el siglo XVIII, Melchor Macanaz, fiscal general del Consejo de Castilla, supremo órgano jurisdiccional del reino, emitió a petición de Felipe V un informe sobre la Inquisición (*Consulta* de 1714, precedida el año anterior por el *Pedimento de los 55 puntos*), en el cual denunció que este organismo se había extralimitado en cuestiones temporales e invadido el terreno propio de la autoridad del rey. Para atajar esta situación proponía que el monarca revocara la concesión jurisdiccional temporal en favor del Santo Oficio, dejándole únicamente la espiritual, que antes de prohibir escritos se diera cuenta al rey, y que la elección de inquisidores quedara en manos exclusivamente del monarca, con el fin de que fueran nombrados varones doctos y prudentes, como establecían las ordenanzas del organismo. Macanaz partía del supuesto de que el rey poseía autoridad absoluta sobre la Inquisición. Aunque en todo momento actuó de orden del rey, la reacción inquisitorial fue contundente: se le abrió proceso por atentar contra la fe y fue cesado como fiscal general del Consejo de Castilla. Para salvar su vida huyó a Francia. De nada le sirvieron un escrito de defensa presentado en 1717 y otro, redactado en torno a 1734 con el título *Defensa crítica de la Inquisición*, publicado en España en 1788, casi dos decenios después de su muerte, en el cual se mostró partidario de la continuidad del Tribunal, aunque mantuvo su idea de que debía ser reformado. Macanaz permaneció en el exilio muchos años, cuando regresó a España fue encarcelado, y solo al final de sus días se le permitió instalarse en Hellín, su ciudad natal, donde falleció al poco de llegar.<sup>3</sup>

El caso de Macanaz fue arquetípico. A lo largo del siglo XVIII, altos cargos de la administración estatal -y, en general, los ilustrados- mantuvieron ideas similares a las suyas en relación a la Inquisición, y al igual que él sufrieron personalmente el rigor del Santo Oficio en mayor o menor grado; como Macanaz, además, no gozaron del apoyo del monarca cuando los inquisidores arremetieron contra ellos, a pesar de que actuaron en defensa del poder real frente a las extralimitaciones del llamado Santo Tribunal.

---

<sup>3</sup> VALLEJO GARCÍA-HEVIA, José María. 1996. "Macanaz y la propuesta de reforma del Santo Oficio de 1714", *Revista de Inquisición*, 5, p. 187-291; PRECIOSO IZQUIERDO, Francisco. 2016. "Una memoria controvertida. Melchor Macanaz y la *Crítica a la Inquisición*", *Espacio, Tiempo y forma. Historia Moderna*, 29, p. 187-206; Carmen MARTÍN GAITE, *El proceso de Macanaz. Historia de un empapelamiento*, 1999, Madrid, Espasa Calpe.

Es esta una trágica contradicción que marcó la actitud de la monarquía española ante la Inquisición en el Siglo de las Luces. Los reyes nunca renunciaron a la política de signo regalista y pretendieron imponer su autoridad sobre la Inquisición, para lo cual, unas veces instaron a sus servidores a elaborar planes de reforma y otras acogieron de buen grado sugerencias presentadas a título individual. Sin embargo, cuando la Inquisición reaccionó con firmeza, esos monarcas retrocedieron y permitieron que se abriera proceso a destacados personajes distinguidos en ese cometido.<sup>4</sup> Macanaz protagonizó el primer caso en esa centuria. Otro muy sonado dentro y fuera de España fue el de Pablo de Olavide, e la segunda mitad de la centuria. Ni uno, ni otro se declaró contrario a la fe católica, pero fueron acusados de ello, y en el momento crítico no recibieron ayuda alguna del rey, extremo este especialmente llamativo en el caso de Olavide, pues su “amo”, como se decía en la época, era Carlos III, que pasa por ser el monarca más ilustrado y reformista. Como ha demostrado Gómez Urdáñez, Carlos III no solo estuvo bien informado en todo momento de la persecución inquisitorial a Olavide en 1776, sino que él mismo dirigió la acción contra quien era uno de sus más brillantes y eficaces servidores.<sup>5</sup>

Con todo, los reyes del s. XVIII desearon sinceramente reformar la Inquisición para incrementar el poder real. No fueron ajenos, a su vez, al pensamiento de la época, que en materia penal exigía la suavización de las penas y la desaparición de la tortura y el secreto en la delación

---

<sup>4</sup> Los monarcas españoles del siglo XVIII entendieron la Ilustración como un arma política del poder real, de ahí que, como han señalado Antonio Mestre y Gérard Dufour, unas veces apoyaran los proyectos reformistas, y otras los entorpecieran, si bien -afirma Dufour- como quiera que justificaran muchas veces las reformas no por la voluntad real, sino con argumentos fundados en la razón, la duda y el análisis, esto es, en una actuación de tipo científico, abrieron la vía a las Luces (MESTRE, Antonio. 1976. *Despotismo e ilustración en España*, Barcelona, Ariel, p. 165-166; DUFOUR, Gérard. 2006. *Lumières et Ilustración en Espagne sous les règnes de Charles III et de Charles IV (1759-1808)*, Paris, Ellipses, p. 148-149).

<sup>5</sup> En relación con el proceso de Olavide, el secretario de Estado Grimaldi afirmó en una carta de 1776 que el rey “me ha mandado hacer presente” que no solo permite “que el Santo Tribunal proceda y obre en esta causa conforme a lo que estimare justo y arreglado a derecho, sino que Su Majestad está pronto a proteger y auxiliar sus providencias siempre que lo pida y necesite” (cit. por GÓMEZ URDÁÑEZ, José Luis. 2020. *Víctimas del absolutismo. Paradojas del poder en la España del siglo XVIII*. Madrid, Punto de Vista Eds., p. 302). Sobre la brillante trayectoria de Olavide al servicio de la monarquía, véase DEFURNEAUX, Marcelin. 1959. *Pablo de Olavide, ou l’afrancesado (1725-1803)*. Paris: Presses Universitaires de France.

(dos rasgos característicos de la Inquisición),<sup>6</sup> y en el ámbito eclesiástico mantenía que la custodia de la ortodoxia religiosa competía a los obispos, sucesores de los apóstoles en el gobierno de la Iglesia (episcopalismo), por lo cual resultaban obsoletas antiguas instituciones como la Inquisición. Desde Macanaz hasta la década final del siglo se sucedieron planes de reforma de la Inquisición en concordancia con estos principios. Los más relevantes, además del de Macanaz, fueron los de Godoy (1793 y 1797) y Jovellanos (1797).<sup>7</sup> En todos los casos faltó el refrendo del rey; por consiguiente, no fueron plasmados en la práctica. No obstante, en tiempo de Carlos III se dieron algunos pasos para reducir competencias a la Inquisición: en 1770 se limitó su actuación a los delitos de herejía contumaz y apostasía, de manera que el resto pasaba a la justicia civil, si bien algunos, como la bigamia, la blasfemia y la sodomía, quedaron, en virtud de una problemática distinción de matices, bajo la competencia de ambos tribunales ordinarios e inquisitoriales. Otra disposición de 1784 prohibía a la Inquisición castigar a títulos nobiliarios, ministros del rey, magistrados y oficiales del ejército sin que previamente hubiera revisado el caso el monarca. En 1762 Carlos III impidió a la Inquisición publicar edictos e índices de libros prohibidos sin haber solicitado antes el permiso real, pero dado su escaso cumplimiento, esta orden fue reiterada en 1768 mediante una real cédula que dictó reglas sobre la censura de libros, las cuales implicaban una seria limitación en la forma habitual de actuar la Inquisición, pues su censura quedaba reducida a las obras contrarias al dogma y a la moral, se determinaba que los autores católicos conocidos por su cultura y fama fueran escuchados antes de condenar sus escritos, se establecía la obligación de presentar al rey cualquier edicto en este sentido previamente a su publicación, y se recordaba que ningún documento procedente de la Curia Romana podía circular sin autorización real.<sup>8</sup>

Las medidas reseñadas incomodaron a los inquisidores, siempre celosos en el mantenimiento de sus prerrogativas. Además, en el momento de su adopción los aires en Europa no eran propicios para la Inquisición. En 1746 había sido suprimida la Inquisición en Nápoles por el mismo monarca que desde 1759 reinaba en las Españas, en 1782 corrió idéntica

---

<sup>6</sup> La influencia en España de la obra de Beccaria: *Tratado de los delitos y las penas* (1764) fue considerable; se publicó en castellano en 1777.

<sup>7</sup> Sobre los mencionados planes de reforma de la Inquisición, véase LA PARRA, Emilio y CASADO, María Ángeles. 2013. *La Inquisición en España. Agonía y abolición*, Madrid, Libros de la Catarata, p. 38-66.

<sup>8</sup> DEFOURNEAUX, Marcelin. 1973. *Inquisición y censura de libros en la España del siglo XVIII*, Madrid, Taurus, p. 75-104.

suerte la de Sicilia, entre 1768 y 1785 desapareció la Inquisición romana establecida desde el siglo XVI en Parma, Milán, Toscana y Módena, y en toda Europa arreciaron por estos años las críticas a la Inquisición española. Hubo, pues, preocupación en los medios inquisitoriales, pero fue relativa, porque las decisiones adoptadas en España no iban encaminadas en realidad a cambiar sustancialmente el Santo Oficio (evidentemente, mucho menos perseguían su supresión), sino que pretendían preservar las regalías de la Corona, entendidas como la potestad o preeminencia ejercida por el soberano en virtud de su máxima potestad, así como la salvaguarda de los privilegios concedidos por la Santa Sede a los reyes de España en materia de disciplina eclesiástica.

La monarquía española se definía católica. El rey, al que protocolariamente se le tributaba el tratamiento de “S. M. Católica”, se presentaba como “protector del Concilio de Trento y patrón de todas las iglesias de España”, fórmula empleada en el encabezamiento de muchas de las disposiciones reales. La política se fundamentó en la distinción entre la autoridad real o secular, y la eclesiástica. Cada una estaba dotada de plenas atribuciones en su ámbito de competencia: la Iglesia en lo relativo al dogma y a las cuestiones espirituales, el rey en todo lo demás. Este “todo lo demás” era un campo muy vasto, como expuso con claridad y contundencia Campomanes, fiscal del Consejo de Castilla, en su *Juicio imparcial sobre el Monitorio de Parma* (1768). La dirección espiritual, afirmó, correspondía a los obispos, sucesores de los apóstoles, pero en las materias restantes la Iglesia quedaba sujeta al gobierno y administración del monarca, el cual estaba obligado a protegerla, y si lo estimara oportuno, podía conceder ciertos privilegios, los cuales debían ser entendidos no como algo inherente a la propia institución eclesial, sino como gracia o don del rey.<sup>9</sup>

Esta política fue operativa mientras ambos poderes, secular y

---

<sup>9</sup> PORTILLO VALDÉS, José María. 1995. “Algunas reflexiones sobre el debate regalista del Setecientos como precipitado histórico del área católica”, en CONTINISIO, C. y MOZZARELLI, C. (a cura de), *Repubblica e Virtù. Pensiero politico e Monarchia Cattolica fra XVI e XVII secolo*, Roma, Bulzoni Ed., p. 93-108; del mismo autor: “El Monitorio de Parma y la Constitución de la República civil en el “Juicio Imparcial” de Campomanes”, en LA PARRA, Emilio y PRADELLES, Jesús (eds.). 1991. *Iglesia, sociedad y Estado en España, Francia e Italia (siglos XVIII al XX)*, Alicante, Instituto de Cultura Juan Gil-Albert, pp. 251-261. La delimitación de competencias de las dos potestades, la espiritual y secular, fue claramente expuesta por José Covarrubias en una obra que gozó de gran influencia: *Máximas sobre recursos de fuerza y protección, con el método de introducirlas en los tribunales*, Madrid, Ibarra, 1785.



eclesiástico, asumieron que la delimitación de las dos esferas, en esencia diferentes, no implicaba separación entre ambas. Así fue en el siglo XVIII. Como ha explicado Tomás y Valiente, “Estado e Iglesia católica-española no constituían una misma entidad...; pero eran esferas de poder que se disputaban la primacía del mismo, que rivalizaban por tal motivo entre sí y que por otra parte tendían a ejercer su respectivo poder en una misma línea: la conservación del orden estamental, del sistema social establecido, de la unidad política y religiosa, de la vigencia de unos valores con la exclusión intransigente de otros.”<sup>10</sup> En consecuencia, la Iglesia debía instar a sus fieles a obedecer al rey, y este estaba obligado a defender el catolicismo en su integridad doctrinal y prohibir el ejercicio de otra religión. El delito contra la religión era delito contra el Estado, por lo cual el rey estaba obligado a perseguir el libre pensamiento (conducía a la libertad religiosa) y las nuevas ideas políticas (según la Iglesia, atentaban contra el orden natural creado por Dios), y procurar el cumplimiento de las normas morales establecidas por la doctrina cristiana, únicas garantes de la convivencia. En suma, la misión del rey coincidía en sustancia con la asignada a la Inquisición, como más de una vez recordaron los inquisidores cuando detectaron cierta indecisión en algún monarca.

Los dos poderes tuvieron tendencia a expandirse. La Iglesia pretendió garantizar su autoridad social, su control de las conciencias, y el mantenimiento de los privilegios adquiridos históricamente, en particular los de carácter económico. El Estado aspiró a consolidar un dominio político absoluto, para, entre otras cuestiones, decidir en las materias eclesiásticas de naturaleza no espiritual (la denominada “disciplina externa” eclesiástica, en la que la organización económica de la Iglesia era asunto de extraordinaria importancia). El sistema funcionó gracias a una permanente actividad pactista entre los dos poderes. En este punto, la Inquisición se benefició de su carácter mixto, pues unas veces se apoyó en el romano pontífice para soslayar la sujeción al rey, y otras en la autoridad secular para distanciarse de Roma, sin romper sus ligaduras con uno y otro poder. Gracias a esta táctica “casi llegó a configurarse como un poder autónomo dentro del Estado”, ha afirmado Tomás y Valiente.<sup>11</sup>

La cuestión fundamental, desde el punto de vista del Estado, consistía en que la Inquisición se mantuviera dentro de sus límites, es decir, que

---

<sup>10</sup> TOMÁS Y VALIENTE, Francisco. 1980. “Relaciones de la Inquisición con el aparato institucional del Estado”, Joaquín Pérez Villanueva (dir.), *La Inquisición Española. Nueva visión, nuevos horizontes*, Madrid, Siglo XXI, p. 44-45.

<sup>11</sup> TOMÁS Y VALIENTE, “Relaciones de la Inquisición...”, p. 45-46.

respetase las regalías de la Corona. En tal caso, no solo era tolerable, sino necesaria, independientemente de que pudiera estimarse conveniente la reforma de algunos de sus procedimientos. El conde de Floridablanca, un decidido defensor del rey, quien antes de acceder al Gobierno había trabajado mano a mano con Campomanes en la fiscalía del Consejo de Castilla<sup>12</sup>, expuso la tesis dominante en la corte española en la *Instrucción reservada* dirigida en 1787 a la recientemente creada Junta de Estado, antecedente del futuro Consejo de Ministros. Este texto fue redactado, naturalmente, con aprobación de Carlos III. En él criticó algunos métodos de la Inquisición y recordó la originaria potestad de los obispos en cuestiones de fe, pero mantuvo el carácter del Santo Oficio de valioso auxiliar de la monarquía para preservar la pureza del catolicismo y las costumbres. En consecuencia, si en lugar de castigar, la Inquisición se dedicaba a instruir al pueblo en las verdades de la fe, sin usurpar las regalías de la Corona ni turbar la tranquilidad pública con el pretexto de defender la fe católica, es decir, “mientras no se desviare de su instituto, que es perseguir la herejía, apostasía y superstición e iluminar caritativamente a los fieles sobre ellos,” la Junta de Estado debía favorecerla y protegerla. El fin último de la Junta de Estado, en suma, consistía en “proteger la religión católica en todos los dominios de esta vasta monarquía (...), combinando el respeto debido a la Santa Sede con la defensa de la preeminencia y autoridad real.”<sup>13</sup>

Floridablanca expuso un principio fundamental de la política española: la monarquía necesitaba a la Inquisición para cumplir su finalidad última como monarquía católica. A su vez, la Inquisición había realizado apreciables servicios al rey en circunstancias especiales. Durante la Guerra de Sucesión, momento fundacional de la dinastía, el aparato inquisitorial se puso de parte de Felipe V, e incluso insto a los sacerdotes a utilizar el confesionario para desenmascarar a los partidarios del archiduque Carlos de Habsburgo. Al final del siglo, una vez estalló la revolución en Francia y temblaron los tronos en Europa, Floridablanca recurrió a la Inquisición para controlar la penetración de las ideas revolucionarias, y cuando España y la Convención francesa entraron en guerra, la Inquisición colaboró estrechamente con el Gobierno para llamar a los españoles a tomar las

---

<sup>12</sup> Los servicios de Floridablanca a Carlos III legaron muy lejos. Tras la expulsión de España de la Compañía de Jesús, el rey lo envió a Roma para lograr del papa nada menos que la extinción de la Compañía en el orbe católico. En esta misión, desempeñada con éxito, Floridablanca desplegó una actividad extraordinaria, sin desdeñar el recurso a métodos dudosos (GIMÉNEZ, Enrique. 2017. *La Compañía de Jesús, del exilio a la restauración. Diez estudios*, Alicante, Universidad de Alicante, p. 89-113.

<sup>13</sup> VALLEJO GARCÍA-HEVIA, p. 283-284.

armas. En los casos mencionados, que jalonan el siglo, y en otros, la colaboración de la Inquisición con la monarquía tuvo una finalidad política, no específicamente religiosa; en definitiva, actuó acorde con su naturaleza de institución mixta eclesiástica y secular.

Sin duda alguna, pues, la Inquisición resultó útil a los monarcas del siglo XVIII. Esta es la razón principal, a mi entender, de que estos ni pretendieran cambiarla en profundidad, ni muchos menos suprimirla. En cualquier caso, la tarea era compleja, especialmente la de la supresión, porque era preciso superar muchas dificultades. Una derivaba de la naturaleza jurídica mixta del Tribunal. La Inquisición española fue creada por una bula papal, y su autoridad superior era el inquisidor general, nombrado por el papa mediante breve pontificio a propuesta del rey, de acuerdo con un procedimiento similar al seguido para la designación de obispos. El inquisidor general ejercía su jurisdicción en calidad de delegado del papa, y al mismo tiempo era un auxiliar del rey, que formaba parte de los cuadros políticos de la monarquía como presidente del Consejo de la Inquisición. La Suprema, como fue conocido este organismo, formaba parte del sistema de consejos constitutivo de la maquinaria de gobierno de la monarquía española (el llamado “régimen polisinodial”).<sup>14</sup> Tras la remodelación efectuada por Felipe V, subsistieron aquellos consejos cuyas competencias abarcaban todo el reino: Castilla, Guerra, Hacienda, Indias, Órdenes Militares e Inquisición. La supresión de la Inquisición hubiera supuesto, en primer lugar, la eliminación de la figura del inquisidor general, lo cual entrañaba algunas dificultades formales, pues al ser delegado del papa y haber sido nombrado por bula pontificia, una decisión sobre ese cargo requería al menos algún tipo de negociación con Roma, pues el rey no podía destituirlo, aunque sí desterrarlo o presionarle para que dimitiera. También habría que suprimir la Suprema, y aunque en este asunto el rey gozaba de competencias exclusivas, dar ese paso no resultaba sencillo, pues afectaba a un alto órgano de la monarquía. La desaparición de la Suprema supondría, además, la de los tribunales provinciales y, por tanto, la del aparato burocrático y económico inquisitorial, en el que estaban implicados muchos clérigos bien situados en la estructura eclesiástica y numerosas personas laicas pertenecientes a los sectores más influyentes.

Durante toda la centuria se acusó a los inquisidores y sus auxiliares de ignorantes, holgazanes, venales, etc. También se denunció el sistema seguido en su nombramiento, basado no en el mérito individual, sino en

<sup>14</sup> GALVÁN RODRÍGUEZ. Eduardo. 2019. “Los inquisidores generales y la “doble legalidad” como excusa para incumplir normas”, *Revista de la Inquisición*, 23, p. 47.

la fidelidad al aparato y la pertenencia a redes clientelares. Los reyes, a su vez, tomaron distintas decisiones para rebajar los privilegios acumulados históricamente por el personal del Santo Oficio.<sup>15</sup> Sin embargo, los estudios recientes sobre tribunales provinciales demuestran que en la segunda mitad del siglo crecieron las demandas de un título inquisitorial y se incrementó el número de empleados del Santo Oficio. La pertenencia a la Inquisición proporcionaba apreciables beneficios prácticos y simbólicos: a los eclesiásticos les servía de proyección para alcanzar rentas, cargos y obispados; a los laicos -incluso a quienes disponían de título nobiliario- les atribuía el honor de pertenecer a un cuerpo privilegiado y la acreditación de limpieza de sangre y de su posición en la sociedad católica. El gran aprecio en la España del siglo XVIII del honor y la limpieza de sangre impulsó a nobles, comerciantes enriquecidos, altos funcionarios provinciales y profesionales liberales a solicitar su entrada en la burocracia inquisitorial como familiares o alguaciles. No en todos los casos coincidieron plenamente las ideas de los solicitantes -ha matizado Torres Arce- con los objetivos de la Inquisición. Podían ser partidarios de la reforma del Tribunal, pero esto no era óbice para que se interesaran por pertenecer a él. Lo mismo sucedió con determinados eclesiásticos, quienes a pesar de su talante reformista, no dudaron en asumir el cometido de censores del Santo Oficio (algunos incluso fueron tildados de jansenistas, grupo que la Inquisición siempre situó en el centro de la diana de sus ataques).<sup>16</sup>

Ese vaivén entre la aspiración a pertenecer a un cuerpo que se considera honroso y su deseo de reformarlo es característico del XVIII español. En cierto modo, guarda simetría con la actitud de los reyes, siempre titubeantes

---

<sup>15</sup> Las medidas afectaron fundamentalmente a los oficiales y servidores laicos de la Inquisición, con el fin de eliminar las exenciones de tributación y otros privilegios adquiridos con el tiempo. Esto provocó que la Inquisición tendiera a elegir a sus servidores entre personas de la nobleza y de la Iglesia, quienes por su estatus gozaban de tales privilegios, lo cual contribuyó al fortalecimiento de la institución (Marina TORRES ARCE, Marina, 2006, *Inquisición, regalismo y reformismo borbónico. El tribunal de la Inquisición de Logroño a finales del Antiguo Régimen*, Santander, Publicaciones de la Universidad de Cantabria-Fundación Marcelino Botín, p. 45-51.)

<sup>16</sup> Un caso muy significativo, e importante debido a la trayectoria del personaje, fue el de Joaquín Lorenzo Villanueva, uno de los diputados de las Cortes de Cádiz distinguido en favor de la supresión de la Inquisición. En 1783 fue nombrado calificador del Santo Oficio y hasta 1808 se empleó con intensidad al trabajo como censor, basado en un “rigorismo moral y la acendrada defensa de los valores dominantes en la sociedad de su época”, si bien opuesto a la religiosidad barroca, contrarreformista y beata. (Germán RAMÍREZ ALEDÓN, Germán. 2021. *La ilustración católica ante la crisis del Antiguo Régimen en España: Joaquín Lorenzo Villanueva y Astengo*, Valencia, Facultad de Teología San Vicente Ferrer, p. 118-136; la cita en p. 136).

entre la imposición de su poder sobre el Tribunal y la necesidad de contar con él para mantener incólumes las bases de su monarquía. También con la de los ilustrados en general, deseosos de una reforma, y al mismo tiempo temerosos de sus consecuencias en caso de llegar demasiado lejos. Tal situación redundó en beneficio de la Inquisición. Por una parte, los reyes no se atrevieron a suprimirla, porque les era útil; por otra, la Inquisición se vio reforzada por la aspiración de individuos de los sectores sociales más influyentes a integrarse en su cuerpo burocrático; a su vez, los ilustrados -pertenecientes en su mayoría a estas capas sociales- temieron cualquier política que abocara al fin del sistema absoluto y del orden socio-económico del que ellos mismos se consideraban piezas esenciales.<sup>17</sup> Todo ello tuvo como consecuencia el reforzamiento de los lazos de la Inquisición con los dirigentes de las sociedades locales y, en consecuencia, el fortalecimiento de las bases sociales de apoyo al Tribunal.<sup>18</sup>

En una sociedad con abrumadora hegemonía de la cultura católica, sin que nadie se atreviera en público a objetar la intolerancia de otros cultos; en la que se entendía que el rey era el único sujeto de la soberanía, la cual derivaba remotamente de Dios e inmediatamente del pacto con su pueblo (principio de *translatio imperii*), pacto que le obligaba a salvaguardar ciertos privilegios de cuerpos (entre otros, el eclesiástico) y territorios (fueros y costumbres), era casi imposible terminar con la Inquisición. A no ser que se dieran algunas circunstancias excepcionales. Primera: que el rey estuviera dispuesto a ello, pero además de lo dicho, los monarcas españoles del XVIII mostraron especial celo en el mantenimiento de la ortodoxia católica y se dejaron influir por sus confesores, sin que fueran excepción Carlos III y su hijo Carlos IV, en cuyos reinados se presentaron proyectos de reforma que tal vez hubieran abocado a la eliminación del Tribunal, como los patrocinados por Godoy y Jovellanos. Segunda: la posibilidad de llegar a cierto acuerdo entre la corte española y la de Roma, porque el funcionamiento de la Inquisición dependía del papa y del rey. En el siglo XVIII este acuerdo no se produjo, antes al contrario, sobre todo a partir de la expulsión de los jesuitas (1767) fue manifiesto el desencuentro entre regalismo estatal y ultramontanismo eclesiástico, resultado de lo cual el episcopado español se decantó progresivamente en favor de la Santa Sede y se alejó del poder civil español. Tercera: que la Inquisición careciera de

---

<sup>17</sup> CALVO MATORANA, Antonio, 2013, *Cuando manden los que obedecen. La clase política e intelectual de la España preliberal (1780-1808)*, Madrid, Marcial Pons, p. 188-211.

<sup>18</sup> TORRES ARCE, *Inquisición, regalismo y reformismo...*, p. 353.

apoyo social. Tampoco se dio esta condición, pues como se acaba de ver, la aspiración al honor de los sectores sociales más influyentes y el prurito de ver confirmada la limpieza de sangre actuaron de eficaces sustentos.

Resultado de todo ello fue que en el siglo XVIII la Inquisición mantuvo incólume su estructura y prosiguió su actividad como en tiempos anteriores, si bien no con tanta intensidad y con cierta dulcificación en las manifestaciones externas del castigo. La economía de la institución no fue tan boyante como en otros tiempos, y bajaron los salarios del personal, aunque algunos tribunales incrementaron sus ingresos gracias a la expansión agraria. La Inquisición se acomodó a los tiempos, y desaparecidos judaizantes, moriscos y luteranos, fijó su atención en todo tipo de racionalistas (y cuantos expresaron opiniones avanzadas), brujería, beatas, blasfemias, bigamia, solicitudación...y el llamado delito de proposiciones -afirmaciones o expresiones interpretables en sentido heterodoxo-auténtico cajón de sastre que permitió la intervención arbitraria de los inquisidores.<sup>19</sup> Así que el Santo Oficio continuó siendo temible, y al mismo tiempo, garantía de reconocimiento social.

## Supresión

La desaparición de la Inquisición española solo fue posible cuando se derrumbó la monarquía del Antiguo Régimen y se resquebrajó el histórico entendimiento entre el poder secular y el eclesiástico. Todo esto ocurrió a partir de 1808, al iniciarse la revolución liberal.

En 1808 quedó desbaratado el modelo monárquico tradicional. Marcó su inicio la intensa crisis provocada por la disputa en el interior de la corte entre el príncipe de Asturias y Godoy, traducida en la ruptura de la familia real. Tal crisis se vio agravada por el acusado deterioro de la economía provocado por la sucesión de malas cosechas, las epidemias, y el permanente estado de guerra desde 1793, el cual vació la tesorería real y dificultó sobremanera el comercio, sobre todo con América, vital

---

<sup>19</sup> LEA, Henri Ch. 1983. *Historia de la Inquisición española*, Madrid, FUE, T. III; PEREZ, Joseph. 2002. *Crónica de la Inquisición española*, Madrid, Martínez Roca, p. 235; HALICZER, Sthephen. 1993. *Inquisición y sociedad en el Reino de Valencia (1478-1834)*. Valencia, Eds. Alfons el Magnànim, p. 525; SCIUTI, RUSSI, Vittorio. 2009. *Inquisizione Spagnola e reformismo borbonico fra Sette e Ottocento. Il dibattito europeo sulla suppressione del 'terrible monstre'*, Firenze, Leo S. Olschki Ed., p. 254; DE PRADO MOURA, Àngel. 1996. *Las hogueras de la intolerancia. La actividad represora del tribunal de Valladolid (1700-1734)*, Valladolid, Junta de Castilla y León, p. 224-5.

para las arcas públicas españolas. Tras unos años de difíciles relaciones mutuas marcadas por la desconfianza entre Napoleón y Godoy, una vez aquel conoció las maniobras del príncipe de Asturias contra su padre el rey, decidió intervenir en España, porque consideró que su alianza ya no le era de utilidad. En consecuencia, rompió el tratado firmado en 1796 y decidió la ocupación militar del país y el cambio de dinastía.<sup>20</sup>

La irrupción de Napoleón en 1808 y la ruptura de la familia real provocaron un estado de extremo desconcierto institucional, cuyo resultado fue la confusión de autoridades y el desmantelamiento del orden político establecido a comienzos del siglo XVIII por la dinastía Borbón. En 1808 unos cuantos españoles aceptaron la nueva legalidad impuesta por Napoleón (fueron los “afrancesados”, o “josefinos”), pero la mayoría se alzó en armas contra él (“patriotas”). Cada bando creó su propio Estado, diferente del que había existido en la centuria anterior.<sup>21</sup> En esta tesitura fue posible suprimir la Inquisición, bastión, como ha quedado dicho, de la monarquía tradicional.

El primer paso lo dio Napoleón mediante un decreto del 4 de diciembre de 1808: “El Tribunal de la Inquisición queda suprimido como atentatorio a la Soberanía y a la autoridad civil”, y sus bienes nacionalizados.<sup>22</sup> El siguiente, las Cortes de Cádiz en febrero de 1813: “El Tribunal de la Inquisición es incompatible con la Constitución”, y en consecuencia las

---

<sup>20</sup> No hay acuerdo entre los historiadores sobre el momento en que Napoleón decidió cambiar la dinastía española. En mi opinión, se determinó a hacerlo tras conocer las actuaciones contra Godoy, que afectaban de lleno al rey, urdidas en el entorno del príncipe heredero Fernando, es decir, la llamada Conspiración del Escorial y su continuidad en el motín de Aranjuez de marzo de 1808 (LA PARRA, Emilio. 2014. “De l’alliance au changement de dynastie. L’Espagne et l’image européenne de Napoléon”, en ANTOINE, F., et alii, *L’Empire napoléonien. ¿Une expérience européenne?*, Paris, Armand Colin, p. 131-136).

<sup>21</sup> La monarquía del antiguo régimen desbaratada en 1808 por el régimen impuesto por Napoleón y transformada en monarquía constitucional por la Constitución de 1812 no se volvió a restablecer. En 1814, después de la guerra contra Napoleón, Fernando VII suprimió la Constitución y proclamó la vuelta al modelo tradicional, pero esto fue mera retórica. Fernando VII estableció una nueva política, basada en una dura represión dirigida a imponer el poder del rey en todos los ámbitos, sin respetar las instancias privilegiadas tradicionales. En definitiva, creó una monarquía “suí generis”, distinta a la de sus antepasados, que desapareció tras su muerte (VARELA SUÁREZ-CARPEGNA, Joaquín. 2013. *La monarquía doceañista (1810-1837)*, Madrid, Marcial Pons.; HAMNETT, Brian R. 1985. *La política española en una época revolucionaria, 1790-1820*, México, Fondo de Cultura Económica, p. 204 y 212; LA PARRA, Emilio. 2018. *Fernando VII. Un rey deseado y detestado*, Barcelona, Tusquets.

<sup>22</sup> *Gaceta de Madrid*, 11-12-1808.

causas de fe pasan a ser competencia de los obispos.<sup>23</sup>

No me detendré en el análisis de estas dos decisiones, bien tratadas, y con gran amplitud en los últimos años, por la historiografía.<sup>24</sup> Me limitaré a dos observaciones. La supresión decretada por Napoleón fue formalmente la primera, pero tuvo una repercusión relativa. El emperador no poseía ningún título jurídico sobre España, de manera que muchos de los españoles que se levantaron en armas contra él opinaron que su decisión era nula de pleno derecho; es más, la Inquisición gozó momentáneamente de cierta popularidad entre estos por haber recibido el ataque del “tirano” extranjero invasor, de manera que a juicio de la mayoría siguió existiendo.<sup>25</sup> Segunda observación: tanto Napoleón como las Cortes de Cádiz justificaron la supresión de la Inquisición por su incompatibilidad con el nuevo sistema político impuesto respectivamente por cada una de las partes. En ambos casos, el Estado se había declarado confesional e intolerante en materia religiosa.<sup>26</sup> Cuando los liberales la abolieron por tercera vez en 1820 no

---

<sup>23</sup> Decreto CCXXIII de 22 de febrero de 1813. Abolición de la Inquisición: establecimiento de los Tribunales Protectores de la Fe (*Colección de los decretos y órdenes que han expedido las Cortes Generales y Extraordinarias...*, Cádiz, Imprenta Nacional, 1813, T. III, p. 199-201.)

<sup>24</sup> Entre los muchos estudios al respecto, véanse MARTÍ GILABERT, Francisco. 1975. *La abolición de la Inquisición en España*, Pamplona, EUNSA; LA PARRA, Emilio. 1985. *El primer liberalismo y la Iglesia. Las Cortes de Cádiz*, Alicante, Instituto de Estudios Juan Gil-Albert, p. 171-224; ESCUDERO, José Antonio. 2011. “Las Cortes de Cádiz y la supresión de la Inquisición: antecedentes y consecuentes”, en *Cortes y Constitución de Cádiz. 200 años*, Madrid, T. II, p. 285-308, y del mismo autor: “Problemas en los procesos de creación y supresión de la Inquisición española: bulas y decretos”, *Revista de la Inquisición*, 25, 2021, p. 13-55 y “Las Cortes de Cádiz y la abolición de la Inquisición”, en GARCÍA SANZ, Fernando, et al. 2015. *Cadice e oltre: Costituzione, Nazione e Libertà*, Roma, Istituto per la Storia del Risorgimento Italiano, p. 361-398; PEÑA RAMBLA, Fernando. 2016. *La Inquisición en las Cortes de Cádiz. Un debate para la historia*, Castellón, Universidad Jaume I: Cádiz, Universidad de Cádiz. Asimismo, los textos citados de BUSAALL, “Nature juridique de la monarchie espagnole...”; DUFOUR, “¿Cuándo fue abolida la Inquisición?” y LA PARRA-CASADO, *La Inquisición en España. Agonía y abolición*.

<sup>25</sup> Sobre la legalidad del decreto de diciembre de 1808 dado por Napoleón, véase ESCUDERO, “Problemas en los procesos de creación y supresión...”, p. 28-33, donde discute la interpretación de BUSAALL, “Nature juridique de la monarchie espagnole...” y DUFOUR, “¿Cuándo fue abolida la Inquisición?” En la práctica, y al margen de este debate, la supresión napoleónica, junto al estado de guerra, contribuyeron al deterioro del aparato constitucional (véase LA PARRA-CASADO, *La Inquisición en España...*, p. 82-85).

<sup>26</sup> La Constitución dada en Bayona para España en 1808 establecía en su art. 1: “La religión Católica... en España y en todas las posesiones españolas será la religión del Rey y de la nación y no se permitirá ninguna otra.” La Constitución de 1812 declaraba: “La



adujeron argumento nuevo alguno, sino que recordaron la incompatibilidad del Tribunal con la Constitución y remitieron al decreto de 1813.<sup>27</sup> El tercer acto de supresión, pues, fue simplemente la ratificación del segundo, el de las Cortes de Cádiz. A partir de este momento no fue formalmente restablecido el Santo Oficio.

A la vista de lo anterior, el mantenimiento de la intolerancia de cultos no fue obstáculo para suprimir la Inquisición. Evidentemente, tampoco sufrió merma la hegemonía de la cultura católica, punto en el que la sociedad española del primer tercio del siglo XIX se diferenció poco de la de la centuria anterior.<sup>28</sup> Lo que hizo posible el fin de la Inquisición fue el cambio político, fundamentalmente el sustentado en la Constitución de 1812, como se manifiesta en los decretos de abolición de 1813 y 1820. La clave, a mi entender, fue la tajante declaración constitucional de la soberanía nacional (la nación posee la exclusividad para establecer sus leyes fundamentales, rezaba el art. 3) y la proclamación de la confesionalidad católica de la nación (art. 12). De acuerdo con estos principios constitucionales, la nación se comprometía a proteger el catolicismo “con leyes sabias y justas”, excluyendo otros cultos. En este escenario, la Inquisición carecía de sentido, pues de acuerdo con lo establecido en el citado artículo 12, la finalidad principal del histórico Tribunal (mantener la religión católica y garantizar su exclusividad) la asumía la nación, sujeto único de soberanía. Cualquier organismo que pretendiera arrogarse ese objetivo chocaba con la Constitución. Así lo explicaron los diputados liberales en el debate parlamentario sobre la Inquisición, desarrollado desde diciembre de 1812 hasta febrero de 1813. Con extensión y profundidad, expusieron que el Santo Oficio vulneraba tres principios fundamentales del ordenamiento constitucional: la exclusividad de la soberanía de la nación, la división de poderes, y la garantía de los derechos individuales. En el nuevo sistema político no tenía cabida, pues, la Inquisición.

La defensa de la Inquisición efectuada en el parlamento por los diputados conservadores o “serviles”, y más aún, la reacción ante el decreto de supresión fuera de las Cortes de la mayor parte de la jerarquía

---

religión de la nación española es y será perpetuamente la católica..., única verdadera. La Nación la protege por leyes sabias y justas y prohíbe el ejercicio de cualquier otra.” (art. 12).

<sup>27</sup> Real Decreto mandando que quede suprimido el Tribunal de la Inquisición, poniéndose inmediatamente en libertad a todos los presos, *Gaceta de Madrid*, 10-3-1820.

<sup>28</sup> LA PARRA, Emilio. 2014. “Cultura católica: confesionalidad y secularización”, en CABRERA, M. A., y PRO, J. (coords.), *La creación de las culturas políticas modernas. 1808-1833*, Madrid, Marcial Pons, p. 132-140.

eclesiástica, con el nuncio a su cabeza, pusieron de manifiesto, al margen de declaraciones retóricas más o menos altisonantes, que en realidad no estaba en discusión la exclusividad del catolicismo en España, ni el mantenimiento de su integridad doctrinal. Esto no fue objeto de debate político ni en ese momento ni en los decenios siguientes hasta bien entrado el siglo XIX.<sup>29</sup> Tanto en el tiempo de las Cortes de Cádiz como durante el Trienio Liberal, lo que estuvo en juego al tratar sobre la Inquisición, al igual que al abordar otras cuestiones relativas a la reforma de la Iglesia, fue la vieja disputa sobre cuál de los dos poderes, el secular y el eclesiástico, era competente para proceder a reformas eclesiásticas.<sup>30</sup> Este litigio se resolvió durante el Antiguo Régimen mediante acuerdos entre ambos poderes, solución que fue posible mientras la Iglesia asumió y legitimó el poder del rey de origen divino, y el monarca actuó partiendo del supuesto de que lo religioso lo impregnaba todo, aceptando -como ha señalado Andoni Artola- que si se diera el caso, la “razón católica” debía bloquear la desmesurada ambición de la “razón de Estado” para no caer en la tiranía. En este contexto, los obispos desempeñaron de hecho la función de consejeros del monarca y se prestaron a colaborar estrechamente con la Corona, sin interpretar que ello mermara su autoridad episcopal. A pesar de la existencia de conflictos, existió, pues, un entendimiento de base sobre el supuesto de que ambos poderes se necesitaban.<sup>31</sup> A partir de las Cortes de Cádiz, esto es, desde la

<sup>29</sup> Una interpretación de este fenómeno en LA PARRA, Emilio. 2021. “Libertad religiosa y opinión pública en España (primera mitad del siglo XIX)”, en Rafael Serrano García y Sergio Sánchez Collantes (eds.), *El conflicto religioso en la España del siglo XIX. Discursos, opinión pública y movilización*, Valladolid, Eds. Universidad de Valladolid, p. 17-30.

<sup>30</sup> Este extremo queda perfectamente corroborado por la actitud de la Iglesia ante la política eclesiástica del Trienio Liberal. Por una parte, la Santa Sede creó una Comisión Especial de cardenales para examinar (en realidad, vigilar) la política española; por otra, el nuncio Giustiniani envió 32 notas a las Cortes y al Gobierno español en protesta por las reformas eclesiásticas. El argumento fundamental utilizado por Roma y por el nuncio, repetido a su vez por muchos obispos españoles en pastorales y documentos de protesta, fue que el poder civil no tenía competencia para proceder por sí solo a reformas eclesiásticas, para lo cual era preceptivo el acuerdo previo con la Santa Sede y con los obispos (Las notas del nuncio están minuciosamente recogidas en *Colección Eclesiástica Española*, Madrid, Aguado. 1823. tomos I y II; el índice de las mismas en tomo II, p. 179-182. Sobre la Comisión Especial véase TERUEL, Manuel. 1996. *Obispos liberales. La utopía de un proyecto (1820-1823)*, LLEIDA, Milenio, 1996, p. 91-105; REGOLI, Roberto, 2010, “La Congregación Especial para los Asuntos Eclesiásticos de España durante el trienio liberal (1820-1823)”, *Anuario de Historia de la Iglesia*, 19, p. 141-166; y BARRIO GOZALO, Maximiliano. 2015. *La Santa Sede y los obispos españoles en el Trienio Liberal (1820-1823)*, Roma, Iglesia Nacional Española, p. 24-32.

<sup>31</sup> El monarca precisaba del aparato eclesiástico para hacer llegar sus disposiciones a todos

revolución, se rompió este consenso. La Constitución inició el proceso de secularización del poder estatal.<sup>32</sup> Este proceso fue lento y sufrió retrocesos durante el reinado de Fernando VII, pero ya resultó imposible reconstruir el orden del Antiguo Régimen. La declaración de la soberanía nacional dejó al papa como único soberano de derecho divino y, en consecuencia, único elemento de legitimación y de referencia para la jerarquía católica española, la cual se desvinculó del poder civil y se puso por completo a disposición de Roma.<sup>33</sup> Esto resultó fatal para la Inquisición.

Como venimos diciendo, la existencia de la Inquisición dependía de la no separación de la Iglesia y del Estado. En el momento en que se avanzara hacia la separación, aunque no llegara a ser declarada formalmente, como sucedió en la España dominada por Napoleón y en la controlada por las Cortes de Cádiz, el Santo Oficio carecía de futuro, porque era entendido como una institución arcaica al servicio de un sistema desaparecido. En 1814, después del golpe de Estado absolutista de Fernando VII, muchos -sobre todo eclesiásticos- pensaron que la revolución había sido vencida y sería restituido el antiguo orden. Ni en España, ni en otras monarquías europeas ocurrió tal cosa. En la llamada “Europa de la Restauración” se llegó a una transacción entre los intereses de las antiguas clases dominantes (aristocracia y clero) y las nuevas ideas liberales de la burguesía, lo cual condujo a adoptar sistemas políticos distintos al del Antiguo Régimen.<sup>34</sup> En España no se dio ese fenómeno transaccional, pero Fernando VII tampoco volvió al sistema antiguo, entre otras razones porque no podía consentir la competencia de la Iglesia. Este monarca abundó en declaraciones de

---

los españoles y para adoctrinarles en materia política. Véase CALVO MATORANA, Antonio. 2011. “*Aquel que manda las conciencias...*” *Iglesia y adoctrinamiento político en la Monarquía Hispánica preconstitucional (1780-1808)*, Cádiz, Ayuntamiento de Cádiz.

<sup>32</sup> LUIS, Jean-Philippe. 2020. “La primera secularización en España durante la primera mitad del siglo XIX”, en CRÉMOUX, F. y BUSSY GÉNEVOIS, F. (eds.), *Secularización en España (1700-1845). Albores de un proceso político*, Madrid, Casa de Velázquez, p. 242-247, ha explicado el inicio de este proceso durante la Guerra de la Independencia, momento en que se debilita la imagen de la Iglesia, se inició una forma de desacralización del clero, se debilitaron los vínculos de solidaridades tradicionales y de vigilancia social y perdió terreno la iglesia como sociedad política.

<sup>33</sup> ARTOLA RENEDO, Andoni. 2013. *De Madrid a Roma. La fidelidad del episcopado en España (1760-1833)*, Gijón, Eds. Trea, pp. op. cit. p. 265 ss.

<sup>34</sup> FERRARI, Marco. 2000. *La Restauration. Ideologia e linguaggio (1814-1830)*, Firenze, Centro Editoriale Toscano; DÉMIER, Francis. 2012. *La France de la Restauration (1814-1830). L'impossible retour du passé*, Paris, Gallimard; WARESQUIEL, Emmanuel de et Benoît YVERT, Benoît. 2002. *Histoire de la Restauration. 1814-1830. Naissance de la France moderne*, Paris Perrin.

catolicidad y favoreció al clero dentro de unos límites, pero a la hora de la verdad no dudó en someterlo, es decir, prosiguió la política regalista de sus antecesores. Lo ocurrido con la Inquisición es paradigmático.

En 1814 Fernando VII restituyó la Inquisición. A tenor del decreto sobre la materia e incluso de la actitud del monarca, quien abundó en gestos favorables al Tribunal, se diría que el Santo Oficio volvía en su plenitud. No fue así, sino que el rey lo utilizó en su provecho. El periodo 1814-1919 fue el último en que la Inquisición española gozó de su organización tradicional (dispuso de inquisidor general, la Suprema mantuvo su estatus dentro del sistema de consejos, los tribunales provinciales pudieron disponer como antaño de personal y recursos económicos, etc.) y estuvo en condiciones de ejercer plenamente sus poderes. Pero su actuación resultó decepcionante para la Iglesia, especialmente para la Santa Sede, porque el Tribunal actuó como brazo represor del rey, relegó a un segundo plano la vigilancia de la ortodoxia, y se empleó de lleno en la persecución de la disidencia política. El balance del periodo no pudo ser más decepcionante para la Iglesia, como estimaron el nuncio Giustiniani y la Santa Sede. Cuando el nuevo poder político español suprimió en 1820 la Inquisición, la antes mencionada Comisión Espacial creada por el papa para vigilar la política eclesiástica de los liberales españoles concluyó que “no se debe lamentar la desaparición de la Inquisición, debido a su degeneración.” La degeneración consistía, según las autoridades romanas, en que el Santo Oficio se había declarado independiente de los intereses de Roma y se había mezclado en asuntos políticos.<sup>35</sup> En definitiva, en lugar de ser el brazo represor al servicio de la Iglesia, se había convertido en instrumento del rey para perseguir la disidencia política. Por esta razón la Iglesia ya no la consideró de utilidad.

A partir de 1823, cuando Fernando VII logró por segunda vez acabar con el sistema constitucional e imponer su poder como “rey neto”, es decir, sin ataduras de ninguna clase, creó el cuerpo de policía al servicio del Estado. Así, dispuso de una institución para controlar las opiniones políticas y asegurar el orden, de manera que desde entonces también el rey consideró la Inquisición de escasa utilidad, pues la policía dependía directamente del poder ejecutivo, mientras que el carácter mixto de la Inquisición siempre había sido fuente de problemas. Si el Santo Tribunal ya no era apto para servir a los dos poderes que lo habían creado, es evidente que su existencia

---

<sup>35</sup> REGOLI, “La Comisión Especial para los asuntos eclesiásticos de España...”, p. 155-158; ALONSO TEJADA, Luis. 1969. *Ocaso de la Inquisición en los últimos años del reinado de Fernando VII*, Madrid, Zero, 1969, p. 38-43.

carecía de objeto. A esta circunstancia hay que añadir la presión ejercida por las potencias de la Santa Alianza, cuya participación había sido imprescindible para derrocar el régimen constitucional liberal en 1823. La Inquisición no era útil a nadie y, además, Europa la detestaba. Era evidente que tampoco era popular entre los españoles, pero este argumento no fue el más relevante para que a partir de 1823 Fernando VII no se decidiera a restablecer el Santo Oficio, como había hecho en 1814, a pesar de que en aquella fecha, como en esta última, había declarado nulos todos los actos de los gobiernos constitucionales. El decreto de 1 de octubre de 1823, que derogaba toda la obra del régimen constitucional, podía dar a entender que la Inquisición quedaba restablecida, pero a diferencia de 1814, el rey no dictó ninguna disposición concreta en este sentido ahora. Así pues, desde ese año, cupo todo tipo de interpretaciones sobre la existencia de derecho de la Inquisición. No quedó duda, por el contrario, que de hecho había dejado de existir. Prueba de esto último es que la jerarquía eclesiástica española, junto a los sectores absolutistas extremistas no cesaran de reclamar el retorno del Santo Tribunal, a lo cual Fernando VII hizo oídos sordos.<sup>36</sup>

El último paso para acabar con la Inquisición, el de 1834, el definitivo, estuvo determinado por varios factores: la muerte de Fernando VII (sin él no se podía mantener el régimen despótico que había establecido), el estallido de la guerra civil entre carlistas e isabelinos, la tirantez en las relaciones entre España y Roma a causa de las reticencias de la Santa Sede en reconocer a Isabel II como legítima heredera del trono de España, y la aspiración del liberalismo a liberar el mercado de la tierra. Con la desaparición del rey se debilitaron los organismos represivos creados por él, aunque no desaparecieron por completo, y los sectores más dinámicos de la sociedad creyeron llegado el momento de implantar un sistema político-social que favoreciera el derecho absoluto a la propiedad privada. Para ello consideraron imprescindible la desamortización de los bienes raíces de instituciones señeras del Antiguo Régimen, en especial las órdenes religiosas y la Inquisición, las cuales fueron consideradas obsoletas y contrarias al “espíritu del siglo”, como entonces se dijo con frecuencia. La desamortización serviría, a su vez, para dotar al Gobierno de recursos para mantener la guerra contra los carlistas y sería un instrumento útil para ganar adeptos a la causa de Isabel II. Por otra parte, el distanciamiento

---

<sup>36</sup> Sobre las razones del no restablecimiento de la Inquisición a partir de 1823, véase LA PARRA, Emilio, 2017, “Ni restaurada, ni abolida. Los últimos años de la Inquisición española (1823-1834)”, *Ayer*, 108, p. 153-175.

diplomático respecto a Roma dejaba cierto margen de maniobra al Gobierno español para actuar en materias eclesiásticas. Así pues, el poder civil tomó la decisión por su cuenta de acuerdo con sus propios intereses. El decreto de abolición definitivo de la Inquisición, firmado por la reina gobernadora María Cristina el 15 de julio de 1834, manifestó con toda claridad que su principal objetivo era el económico. Así comienza su preámbulo: “Deseando aumentar las garantías de crédito público en la Nación por todos los medios compatibles con los principios de justicia...”, se declaraba suprimida la Inquisición “definitivamente” y todos sus bienes se adjudicaban a la extinción de la deuda pública.<sup>37</sup>

El camino para llegar hasta aquí había sido muy largo. En realidad, desde la supresión de 1820, que reproducía la realizada en 1813 por las Cortes de Cádiz, la Inquisición española había dejado de ser operativa, tanto en España, como en América, donde el proceso de independencia la fue desvirtuando progresivamente.<sup>38</sup> Pero *de iure*, hubo que esperar a 1834. Esta sorprendente y extravagante situación se explica por la misma razón por la que fue creado el Santo Tribunal. Este nació por acuerdo entre el poder civil y el eclesiástico; quedó extinguido cuando se produjo ese desacuerdo. En suma, como escribió Joseph Perez, la Inquisición existió mientras quisieron el rey y la Iglesia.

---

<sup>37</sup> Real Decreto del 15 de julio de 1834, publicado en la *Gaceta de Madrid* del 17 de mismo mes y año. ESCUDERO, “Problemas en los procesos de creación y supresión...”, p. 44-45, incide en la razón económica de la supresión de 1834.

<sup>38</sup> TORRES PUGA, Gabriel. 2004. *Los últimos años de la Inquisición en la Nueva España*, México, Consejo Nacional para la Cultura y las Artes: Instituto Nacional de Antropología e Historia. Sobre la supresión de la Inquisición en América, véanse los textos del autor mencionado, de Pedro M. Guibovich Pérez y de Jaqueline Vassallo, en *Ayer*, 108, p. 2017.

# LA JUNTA PROVISIONAL Y LA SUPRESIÓN DE LA INQUISICIÓN EN 1820

---

JOSÉ ANTONIO ESCUDERO  
*Universidad Nacional de Educación a Distancia*

## 1. Introducción

La Inquisición fue suprimida en España de modo explícito en cuatro ocasiones<sup>1</sup>: en 1808 por Napoleón; en 1813 por las Cortes de Cádiz; en 1820 por Fernando VII y en 1834 por la regente María Cristina. Descontando la primera de ellas, de dudosa legalidad (pues Napoleón no tenía entonces ningún título jurídico sobre España dado que el rey era su hermano José) y sin más consenso que su omnimoda voluntad, las otras tres, protagonizadas por los propios españoles, aparecen como decisiones en las que intervienen con funciones decisorias o consultivas altas asambleas u órganos colegiados del Estado. La abolición de 1813 fue realizada, como es bien sabido, por las Cortes de Cádiz tras largos y arduos debates. La última de 1834 fue fruto del decreto de 15 de julio de ese año, que se dictó, según dice el propio texto, oído el Consejo de Gobierno y el Consejo de Ministros<sup>2</sup>. Y la intermedia de 1820, mediante decreto de 10 de marzo, en

---

<sup>1</sup> En mi trabajo “Problemas en los procesos de creación y supresión de la Inquisición española: bulas y decretos” (*Revista de la Inquisición*, nº 25 -2021-, p. 13-53) he distinguido las supresiones y restablecimientos de la Inquisición *explícitos* e *implícitos*, según fueran objeto de una disposición *ad hoc*, dirigida exclusivamente al Tribunal, o fueran parte, en la dialéctica de absolutistas y liberales, de normas que cancelaban o restablecían el ordenamiento jurídico en su conjunto.

<sup>2</sup> Fue publicado por G. RODRIGO, Francisco Javier, 1876-1877, *Historia verdadera de*

el que Fernando VII reconoce que ha sido hecha “oída la opinión de la Junta formada por decreto de este día, y conformándome con su parecer”<sup>3</sup>. Esa Junta es la que se denominó *Junta provisional*, diseñada como órgano máximo del Estado, creada el 9 de marzo de 1820 y disuelta cuatro meses después cuando se constituyeron las Cortes. La tal *Junta Provisional* aparece estrechamente ligada a la Inquisición por dos razones. En primer lugar, porque dictaminó su abolición; pero además porque en esos cuatro meses tomó distintas medidas respecto a lo que había que hacer con el legado y los restos de una Inquisición ya suprimida.

La etapa precedente del primer período absolutista de Fernando VII se inauguró con la llegada del rey a España tras el tratado de Valençay (8-XII-1813), con su entrada en Cataluña y luego en Valencia donde el 4 de mayo de 1814 hizo público un manifiesto en forma de decreto, con afirmaciones tan demagógicas como contradictorias a la luz de lo que habría de suceder después<sup>4</sup>. A la entrada en Madrid, a fines de ese mismo mes, siguieron cinco años largos –casi seis– hasta que el 3 de enero de 1820 el coronel Riego arengó a la tropa en la plaza mayor de Arcos de la Frontera: “Soldados: la gloria que habéis adquirido con vuestro heroico pronunciamiento no se borrará del corazón de los españoles mientras la dulce voz de Patria no esté vacía de sentido”. Como ha recordado Comellas, en cinco años de absolutismo se habían producido cinco conspiraciones: el año 14 la de Mina; el 15 la de Porlier; el 16 la de Richard; el 17 la de Lacy, y el 18 la de Vidal<sup>5</sup>. Era el preludio a lo que sucederá en 1820, cuando el ejército expedicionario que iba a acudir a ultramar a sofocar la rebelión de las posesiones españolas aceptó cambiar su destino y se puso

---

*la Inquisición*, Madrid, 3 tomos; en III, p. 499-500. También en LEA, Henry C., *Historia de la Inquisición Española*, 2020, Madrid, Boletín Oficial del Estado, 3 tomos; en III, Apéndice XVII, p. 998-999.

<sup>3</sup> *Gaceta extraordinaria de Madrid* de ese día.

<sup>4</sup> “Vuestro Soberano quiere serlo para vosotros, y en esto coloca su gloria, en serlo de una Nación heroica, que con hechos inmortales se ha grangeado la admiración de todas, y conservado su libertad y su honra. Aborrezco y detesto el Despotismo; ni las luces y cultura de las Naciones de Europa lo sufren ya; ni en España fueron Déspotas jamás sus Reyes, ni sus buenas Leyes y Constitución lo han autorizado, aunque por desgracia de tiempo en tiempo, se hayan visto como por todas partes, y en todo lo que es humano, abusos de poder...” (*Decreto de 4 mayo 1814*, en MIRAFLORES, Marqués de, 1834, *Apuntes histórico-críticos para escribir la Historia de la Revolución de España*, un volumen, seguido de otros dos de *Documentos a los que se hace referencia en los Apuntes histórico-críticos sobre la Revolución de España*; todos fechados en Londres. Véase en el tomo I de *Documentos*, p. 32-38.

<sup>5</sup> COMELLAS, José Luis, 1958, *Los primeros pronunciamientos en España*, Madrid, Consejo Superior de Investigaciones Científicas, p. 21 y 26.



a la orden de los revolucionarios. Estos golpes militares contra el poder a fin de instaurar una reforma política, eran por una parte distintos, según las circunstancias, y por otras semejantes, pues en el fondo todos esos alzamientos de caudillos militares pretendían casi lo mismo. Como escribió categóricamente Vicente de la Fuente, “en rigor todas las conspiraciones, desde la del café de Levante en 1814 hasta la de Riego en 1820, son una sola”<sup>6</sup>. Y ¿qué era lo que todos pretendían o qué era, en concreto, lo que pretendía Riego? Podría decirse que restaurar el régimen liberal o recuperar la Constitución de Cádiz, aunque Alcalá Galiano lo interpretara de otra forma: “Riego no tenía encargo de proclamar la Constitución de 1812, ni hacer tal cosa era parte principal de nuestros planes”. Lo proyectado, según dice en otro lugar, era únicamente “proclamar lo que llamábamos la libertad”<sup>7</sup>. Respecto a lo cual he de decir que no creo que Alcalá Galiano tuviera demasiada razón. Entre los documentos de la *Junta Provisional* y las disposiciones del rey o de los ministros que dialogan con ella, hemos visto multitud de referencias a la recuperación del régimen de 1812 y de sus instituciones; a los ayuntamientos constitucionales que hay que restablecer; a disposiciones del rey y los ministros que abogan por reintroducir lo que antes fue acordado en Cádiz, etc., etc., pero pocos llamamientos a conseguir la libertad en abstracto. Es más. Tengamos en cuenta, en lo que aquí interesa, que la Inquisición había sido declarada “incompatible con la Constitución” por el artículo 2 del decreto gaditano de 22 de febrero de 1813, expresión que el decreto de 9 de marzo de 1820 repite a la letra. En todo caso la Inquisición era juzgada por los sectores ilustrados como atentatoria a la libertad de los súbditos, lo que explica que su abolición constituyera un objetivo prioritario de los sublevados en el golpe de Estado que da paso al Trienio.

Veamos, pues, qué fue la *Junta Provisional* y cuál su papel en la abolición de la Inquisición y en la adopción de las primeras medidas que hubo que adoptar. El marco cronológico es reducido y se ajusta a los cuatro meses de vida de la Junta (9 de marzo-9 de julio de 1820) en un clima apasionado, tanto por la euforia de los liberales y la aparición de las célebres *Sociedades Patrióticas*<sup>8</sup> como por la pertinacia de los críticos.

<sup>6</sup> DE LA FUENTE, Vicente. 1933. *Historia de las Sociedades secretas*, Barcelona; en tomo I, p. 277.

<sup>7</sup> ALCALÁ GALIANO, Antonio. 1890. *Recuerdos de un anciano*, Madrid, p. 276.

<sup>8</sup> En el libro de GIL NOVALES, Alberto. 1975. *Las Sociedades Patrióticas (1820-1823)*, 2 tomos, edit. Tecnos, se encuentran en el tomo I numerosas referencias a la Inquisición en las reuniones de esas corporaciones durante el período que aquí interesa. Así por ejemplo en la llamada *Sociedad de San Sebastián de la Corte*, en sesión de 16 de abril

## 2. Calendario de reformas y asalto a las cárceles del santo oficio

En lo que aquí interesa, en el panorama de la creación de la *Junta Provisional* y abolición de la Inquisición, hay que recordar cierto *Informe* del Inquisidor General de 29 de febrero, las últimas disposiciones de un rey todavía absoluto y las primeras reguladoras de la nueva situación, que son las siguientes<sup>9</sup>.

- Decreto de 3 de marzo sobre la reorganización de la administración.
- Decreto de 6 de marzo convocando a Cortes.
- Decreto de 7 de marzo. Fernando VII decide jurar la Constitución.
- Decreto de 8 de marzo. Manda poner en libertad a todos los presos por opiniones políticas.
- Decreto de 9 de marzo. Constituye la Junta Provisional.
- Decreto de 9 de marzo. Abolición de la Inquisición.

---

se contraponen Inquisición a Constitución y se lee una representación a la *Junta Provisional* para separar de sus destinos a los no adictos al nuevo régimen (p. 83). La *Sociedad Patriótica de Zaragoza*, en tono más comedido, propone por entonces un “justo equilibrio”, y exalta el derecho del pueblo a regir sus destinos, pero también a vigilar la conducta del gobierno (p. 212), mientras uno de sus socios “mereció las gracias de la junta gubernativa de Aragón por su celo patriótico, por haber rescatado la plata de la inquisición” (p. 225). La *Sociedad Patriótica de Barcelona* nombró miembro de la corporación en 1820 a Juan Antonio Llorente (p. 258). En la provincia de Murcia tuvo especial relevancia la *Sociedad Patriótica del Coliseo Constitucional de la Ciudad de Cartagena*, constituida ese mismo año y que actuó de forma especialmente virulenta (“...no puede olvidar jamás –decía– la horrenda conducta de todos los inquisidores en todo tiempo; y señaladamente en los seis últimos años. Estos monstruos heterogéneos de hombres, y de fieras, de verdugos y de esbirros, de caribes y de sacerdotes...” (p. 356). En Sevilla los “patriotas” se reunieron al principio en cafés (el de San Fernando; el de la Cabeza del Turco); los de aquél, al restaurarse el régimen liberal, alborotaron al pueblo, interrumpieron la sesión del Ayuntamiento y destrozaron el edificio de la Inquisición” (p. 426).

Hay también algunas otras actitudes menos radicales, en el sentido de Sociedades que informaron o se hicieron eco de los testimonios de los críticos. Así en la sesión de 8 de mayo de la citada *Sociedad de San Sebastián de la Corte* se leyó un artículo sobre la conducta de un vicario que predicando elogiaba a la Inquisición y calificaba de ateos a los liberales (p. 85). A su vez, la Sociedad Patriótica de Santander se hizo eco de ciertos eclesiásticos que, al tiempo de dar una pastoral a favor de la Constitución, difundían otra circular clandestina entre el clero, animándolo al espionaje y la delación (p. 145).

<sup>9</sup> Si no se indica otra cosa, todas las citas de fechas (días y meses) deben entenderse referidas al año 1820, que es cuando tiene lugar lo tratado en este trabajo: la creación y supresión de la *Junta Provisional*, la abolición de la Inquisición y las relaciones entre ambas.

Como preludio a estos textos, el primero de un Estado en crisis fue cierto Informe que el Inquisidor General, el aragonés Jerónimo Castellón y Salas, obispo de Tarazona, envió a Fernando VII a fines de febrero opinando sobre las dificultades del gobierno absolutista y lo que a su juicio procedía hacer. Propugna Castellón que se adopten contra los revolucionarios las medidas que procedan, pero sobre todo exhorta al monarca a que, como principal remedio, se practique un gobierno ejemplar:

“Si el pueblo ve que la administración de justicia va por su camino... que a nadie se cierra la puerta...que los ministros han sido escogidos por su inteligencia, méritos e integridad...que los empleos se confieren siempre al mérito calificado conforme a la ley, y nunca al favor, a la intriga y menos a la venalidad; que las rentas públicas se recaudan con economía e invierten con utilidad...digan los novadores cuanto quieran, que sus clamores no producirán más efecto que conmover el aire”<sup>10</sup>.

Como puede verse, el Inquisidor General diagnostica la mala situación general en el año anterior al vuelco liberal, que afectaba por supuesto a la del Santo Oficio, también mala y objeto entonces de críticas diversas<sup>11</sup>.

Entrando ya en las disposiciones de Fernando VII, hemos mencionado seis, dos del fin del régimen absolutista y dos del comienzo liberal, previas a otras dos finales y más importantes para nosotros, es decir, a los dos decretos de 9 de marzo de 1820. Aparte de su publicación individualizada, todas ellas, las seis, fueron recogidas en el tomo I de los *Documentos* a que hacen referencia los antes citados *Apuntes Histórico-Críticos* del Marqués de Miraflores<sup>12</sup>.

El Decreto de 3 de marzo<sup>13</sup>, dirigido al Ministro de Estado, Duque de San Fernando, se hace eco de los problemas del país y pretende “restablecer el orden y buen sistema en todos los ramos de la administración pública”. Aparece dictado “conformándome con el parecer de mi augusto hermano el Infante Don Carlos, y de la Junta que preside para tratar de los negocios

---

<sup>10</sup> COMELLAS GARCÍA-LLERA, José Luis. 1963. *El Trienio Constitucional*, ed. Rialp, p. 14.

<sup>11</sup> Véase el epígrafe “Ataques al Santo Oficio”, en la reseña a la etapa del Inquisidor General Castellón y Salas, del libro de GALVÁN RODRÍGUEZ, Eduardo. 2010. *El Inquisidor General*, Madrid, ed. Dykinson, p. 611-612.

<sup>12</sup> Nota 4. En lo sucesivo citaré esta obra, única, pero en cierto sentido doble, como MIRAFLORES, *Apuntes*, y MIRAFLORES, *Documentos*.

<sup>13</sup> *Gaceta* del día 4, p. 225-227. MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 84-87. El decreto no tiene título y este autor lo publica como *Decreto de 3 de marzo que habla de los males públicos*.

que la tengo confiados, y conviniendo también con lo que de antiguo vos me tenéis propuesto”. Es decir, es fruto de lo acordado con dos personas (el Infante Carlos y el Duque de San Fernando) y de una Junta que nada tiene que ver con la *Provisional* que aquí interesa. Su objetivo es que el Consejo de Estado estudie la situación y proponga, junto con otros organismos, los remedios que estime oportunos<sup>14</sup>. Este decreto, en fin, podría ser considerado el penúltimo de los importantes de la etapa absolutista, dado que el siguiente y último, de 6 de marzo<sup>15</sup>, convoca Cortes a propuesta del Consejo Real y de Estado, “con arreglo a la observancia de las Leyes fundamentales que tengo juradas”, lo que evidentemente no se hará así. A partir de aquí conviene seguir con cuidado el orden de los acontecimientos por su repercusión en el mundo del Santo Oficio.

Desencadenada la revolución, la noche del 6 al 7 de marzo resultó determinante pues el rey fue entonces amenazado y obligado a aceptar la Constitución de Cádiz. Simulando compartir lo que se le proponía –“Marchemos todos y yo el primero, por la senda constitucional”– Fernando VII se sitúa al frente de los revolucionarios liberales y adopta una actitud por la que más tarde, como comenta Comellas, “los liberales le llamarían perjuro y los realistas cobarde”. Dictará así el 7 de marzo el decreto siguiente:

“Para evitar las dilaciones que pudieran tener lugar por las dudas que al Consejo ocurriesen en la ejecución de mi decreto de ayer para la inmediata convocación de Cortes, y siendo la voluntad general del pueblo, me he decidido a jurar la Constitución promulgada por las cortes generales y extraordinarias en el año de 1812. Tendreislo entendido y dispondreis su pronta publicación”<sup>16</sup>.

Este Decreto, primero del nuevo régimen constitucional fue dirigido a todos los Secretarios del Despacho o Ministros, dándose así el primero y más importante paso en el restablecimiento de la gobernación constitucional<sup>17</sup>. Por otra parte, el decreto del 7 pudo ser conocido en

<sup>14</sup> Sobre el restablecimiento del Consejo de Estado en esta época, GÓMEZ RIVERO, Ricardo. 2009. *Los Magistrados del primer Constitucionalismo*, Thomson. Aranzadí, p. 17-19.

<sup>15</sup> *Gaceta extraordinaria* del 7. MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 87-88.

<sup>16</sup> *Gaceta extraordinaria* del 8, p. 239. También en LAFUENTE, Modesto. 1889. *Historia general de España desde los tiempos primitivos hasta la muerte de Fernando VII*, tomo 18, Barcelona, p. 234.

<sup>17</sup> PÉREZ DE LA CANAL, Miguel Ángel, 1991, “Restablecimiento de la gobernación constitucional del interior del Reino en 1820”, *Anuario de Historia del Derecho Español*, LXI (figura por error LX), p. 549-577. Es un riguroso estudio del nuevo gobierno en la

general cuando se publicó, pero el 8 el rey dictó otro ordenando que fueran puestos en libertad todos los presos por opiniones políticas, lo que de alguna forma podía afectar a los presos por la Inquisición:

“Por el Ministerio de la Guerra se ha comunicado a los Capitanes Generales de las Provincias la real orden siguiente. El Sr. Secretario de Estado y del Despacho, con fecha de hoy me dice lo siguiente. <S. M. se ha servido resolver que se ponga inmediatamente en libertad a todos los que se hallen presos o detenidos en cualquier punto del reyno por opiniones políticas, y que puedan restituirse a sus domicilios; igualmente que todos los demás que por las mismas causas se hallen fuera del reyno; y es la voluntad de S. M. que esta determinación se circule a todos los Capitanes Generales por extraordinario. Lo que de Real orden traslado a V. para su inteligencia, gobierno y cumplimiento. Dios guarde a V. muchos años. Madrid 8 de marzo de 1820>”<sup>18</sup>.

Este decreto del 8 y el tantas veces comentado asalto de las turbas a las cárceles de la Inquisición, plantean un doble problema. En primer lugar, su concatenación cronológica, o, más precisamente, si los revolucionarios asaltaron las cárceles conociendo el decreto, o bien si ese decreto se dictó para contener y apaciguar al pueblo que había ocupado ya los establecimientos del Santo Oficio. En segundo lugar, qué es lo que en realidad vieron y encontraron los asaltantes: unas cárceles atestadas de presos e instrumentos de tortura (lo que daba la razón a sus libertadores) o unas cárceles vacías (lo que desautorizaba manidos tópicos de la propaganda antiinquisitorial).

En cuanto al orden cronológico de acontecimientos, y siguiendo el testimonio más fiable de Miraflores, allí presente, en sus *Ocurrencias del día 9 de Marzo de 1820*, lo primero que se hizo en Madrid fue restablecer el 9 a mediodía el Ayuntamiento Constitucional de 1814<sup>19</sup>,

---

España del Trienio, en el que da cabida a un bosquejo de la *Junta Provisional*.

<sup>18</sup> MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 92-93. Y también en la *Colección de Decretos del Rey y de la Junta Provisional expedidos desde el 7 de marzo de 1820*, p. 2. Naturalmente, respecto a esta *Colección* impresa hay que entender que recoge decretos del Rey sin la Junta y con la Junta, pues ésta será creada dos días más tarde.

<sup>19</sup> Importa precisar, por lo que luego veremos, la hora de estos acontecimientos: “Siendo la hora de la una y media, poco más o menos, de la tarde de este día 9 de marzo de 1820, se presentó en una de las Salas Consistoriales, el Excmo. Señor Marqués de Miraflores, Conde de Villapaterna, acompañado de un gentío inmenso...”. Así comienza el el texto de las “Ocurrencias del día 9 de marzo de 1820, o instalación del Ayuntamiento Constitucional”, en MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 88-91.

nombrar por aclamación a sus dos alcaldes, y elegir además a seis personas “comisionadas por el pueblo”. En cuanto a esta expresión, o a la que utiliza la propia Junta Provisional de “nombrados hoy a propuesta del pueblo” (acta del 10 de marzo por la mañana), hay que poner en duda de que en tales circunstancias de alboroto nadie pudiera ser elegido con garantías por nadie. En todo caso, a instancias de ellos, El Ayuntamiento y los desconocidos comisionados se trasladaron a palacio para exigir que el rey jurara la Constitución, es decir, que cumpliera e hiciera efectivo lo prometido en el decreto del 7 (“...me he decidido a jurar la Constitución”), lo que Fernando VII hizo inmediatamente. A continuación, se produjo el asalto a las cárceles. Estos sucesos merecieron un sarcástico comentario de nuestro autor:

“Nosotros presenciamos este acto, que será eternamente célebre en nuestros anales; pero por una de las anomalías en que tanto abunda España, este acto que hubiera en otro país derribado el Trono, como consecuencia de su envilecimiento, pasó como un suceso trivial y ordinario: el Rey juró, debajo de su Trono, la Constitución en manos de personas sin carácter y sin representación, y delante de cinco o seis desconocidos, que se llamaban representantes del pueblo; después de cuyo acto pasó la multitud a las cárceles de la Inquisición, dio libertad a los presos, se apoderó de los archivos, en que se encontraron causas ridículamente célebres, y con esto, entregada la multitud a simples demostraciones de alegría, se restableció la calma, quedando el pueblo como si nada hubiese sucedido”<sup>20</sup>.

Dada la precipitación de todo lo sucedido (revolución, juramento regio, disposiciones legales, etc.) este relato de tan cualificado testigo resulta ilustrativo y clarificador. Por de pronto hay que decir que, si el juramento de la Constitución por Fernando VII tuvo lugar el día 9, lo dispuesto el 8 en cuanto a la liberación de los presos lo ordenó el rey todavía *absoluto* – había triunfado la revolución, pero él no la había jurado- bajo la cobertura jurídica del Antiguo Régimen. Y resuelve también la pregunta que nos hemos hecho de si el decreto de liberación de presos políticos fue anterior o posterior al asalto de las cárceles inquisitoriales, pues obviamente fue anterior: el decreto fue del día 8 y la invasión de las cárceles tuvo lugar el 9, tras el juramento del rey<sup>21</sup>. Y en punto a la cronología, subrayar que el 9

<sup>20</sup> MIRAFLORES, *Apuntes*, p. 45. Para el relato y ubicación de los acontecimientos, son básicas las citadas “Ocurrencias del día 9 de marzo de 1820...”.

<sup>21</sup> El texto de MIRAFLORES (las “Ocurrencias del día 9 de marzo de 1820...”) es meridianamente claro. Sin embargo, LAFUENTE, que escribe a su dictado, sitúa el

de marzo de 1820 sucedió de todo: juró el rey; las cárceles inquisitoriales fueron asaltadas; se estableció la *Junta Provisional* y la Inquisición fue abolida. Todo el mismo día.

En cuanto a lo que realmente ocurrió cuando el pueblo amotinado invadió las cárceles, no han faltado algunas versiones congratulándose con la liberación efectiva de presos, frente a otras más reconocidas de autores que ridiculizan todo aquello como una burda parodia. Citaremos en el primer caso el comentario de Bayo: “Ya la muchedumbre había destrozado las férreas puertas de la inquisición, y allanado los calabozos, como hemos insinuado, inflamándose los ánimos con la narración de los tormentos que habían sufrido aquellos mártires de la patria”<sup>22</sup>. O el de Ruiz de Morales, del que se hace eco el profesor Comellas<sup>23</sup>: “Lleno de ardimiento, el pueblo corrió a la cárcel de la Inquisición, donde no se le opuso resistencia, y en la cual no encontró ni un solo inquisidor, ni un solo empleado, pero sí un número monstruoso de presos a los que puso en libertad”.

Y de la segunda versión, el testimonio irónico de Mesonero Romanos que, aun recortado, merece ser reproducido aquí:

“Otros grupos numerosos, más intencionados, compuestos especialmente de la gente joven, dirigiéndose a la casa de la Inquisición, en la calle entonces de su nombre y ahora de Isabel la Católica... con el objeto de penetrar en sus prisiones y dar libertad a los encerrados en ellas. Invadieron, pues, el portal y escaleras, subieron hasta los pisos altos y penetraron con hachones en los subterráneos, ganosos de devorar con la vista el horroroso espectáculo que suponían, de los infelices presos, los tormentos y cadenas; pero (hablando en puridad) nada de esto encontraron, y cuando salían, medio asfixiados con el humo de sus hachones, de aquellos lúgubres subterráneos (que se prolongaban hasta la bajada de Santo Domingo), interrogados por los que quedaban afuera, sobre cuáles y cuántos tormentos y víctimas habían hallado, sólo respondían, acaso por no darse por burlados, con estas o semejantes palabras: *Indicios de horrores*; y era que en algún rincón habían tropezado con unos

---

asalto a las cárceles en la noche del 8 (*Historia general de España*, tomo 18, p. 234). Probablemente porque, dando por bueno que aquello tuvo lugar tras el juramento del rey, confunde el decreto en el que Fernando VII se compromete a jurar (del día 7) con el juramento mismo (del día 9).

<sup>22</sup> BAYO, Estanislao de Koska. 1842. *Historia de la vida y reinado de Fernando VII de España. Con documentos justificativos, órdenes reservadas y numerosas cartas del mismo monarca, Pío VII, Carlos IV, María Luisa, Napoleón, Luis XVIII, el Infante Don Carlos y otros personajes*, 3 tomos Madrid; en II, p. 163-164.

<sup>23</sup> *El Trienio Constitucional*, p. 83.

clavos, que más parecían haber servido para colgar jamones que para atormentar a los reos; en otros, unos agujeros hondos ocupados por sendas cajas de botellas, que podrían también haberse habilitado, según ellos, para sepulturas ... y en ninguna parte, en fin, habían encontrado alma viviente ni cuerpo moribundo.

Me equivoco: en el piso principal, en una salita con reja al patio (de la que aún se conservan señales), hallaron al presbítero *don Luis Ducos*, emigrado francés desde fines del siglo anterior y rector del hospitalito de San Luis, en la calle de las Tres Cruces: este sacerdote era el más furibundo realista y místico exagerado... es decir, el hombre que parecía menos propio para hallarse en aquel sitio. Esto prueba que la Inquisición por entonces había descuidado el Santo Oficio y que los señores inquisidores sólo pensaban en darse regalada vida y cobrar sus crecidas asignaciones.

Otros grupos más atrevidos se dirigieron a la casa del Consejo de la Suprema (calle de Torija) y aun allí diz que hubieron a las manos varios papeles y procesos, entre los cuales adquirió bufa celebridad uno que por entonces se susurró haberse encontrado, en cuya cubierta se leía: <Causa formada a la R. Madre Sor...por volar y otros excesos... ><sup>24</sup>.

En cuanto a los historiadores de la Inquisición, éste es el relato de G. Rodrigo, que ve el asalto a las cárceles como un pretexto artificiosamente preparado para justificar la abolición del Tribunal:

“La resolución primera de la Junta debía ser contra el Santo Oficio, mas era conveniente justificarla de algún modo, presentando al público las víctimas sacadas de oscuros subterráneos, y con este fin se dirigió un grupo de gentes y curiosos hacia dicho tribunal, cuyas puertas derribaron sin permitir al portero abrirlas. Es de advertir que repugnando encerrar a los presos políticos en las cárceles de Corte y de la Villa, destinadas para delitos ordinarios, se proyectaba construir una prisión especial, y hasta que estuviera hecho el nuevo edificio, se colocó a dichos procesados en la cárcel de la Inquisición. Cuando la muchedumbre invadió este local sólo había en él tres detenidos por causas de conspiración, a quienes propuso llevar hasta sus casas acompañados por el pueblo; más ellos renunciaron a semejante triunfo antes que representar una comedia impropia de su condición y antecedentes. Entonces se determinó por los directores de la farsa formar una hoguera con los muebles y

---

<sup>24</sup>MESONERO ROMANOS, Ramón de. 1967. *Memorias de un setentón*. En BAE, *Obras de Don Ramón de Mesonero Romanos*, tomo V, Madrid. Otra versión más breve del mismo autor, en 1990, *El Antiguo Madrid. Paseos histórico-anecdóticos por las calles de esta Villa*, Madrid, p. 301.



papeles, y que figurase como víctima librada de horrible calabozo cierto sastre remendón torpemente designado, porque trabajando de tiempo atrás en uno de los portales inmediatos, se le vio en su taller hasta el día de los sucesos, que le hicieron protagonista de drama tan ridículo”<sup>25</sup>.

### 3. El juramento del rey

El juramento de Fernando VII interesa aquí porque legitima su condición de monarca constitucional y la vuelta al régimen que había suprimido la Inquisición en 1813, lo que justificará que ahora el rey la vuelva a suprimir en 1820.

Según dijimos, el decreto del 7 de marzo hacía público el compromiso del rey de jurar la Constitución, lo que de hecho tuvo lugar el día 9 en palacio ante los miembros del Ayuntamiento y los famosos comisionados. Esa es la versión canónica suscrita por los contemporáneos mejor informados, especialmente por Miraflores, testigo y muñidor de la operación. Así Alcalá Galiano recuerda que “fueron recibidas en Cádiz las Gacetas de oficio de Madrid con el decreto del 7 en que prometía Fernando VII jurar la Constitución, y con la noticia de haber hecho el juramento el 9 con toda formalidad”<sup>26</sup>. Pero ese juramento era lógicamente *interino* y provisional, habida cuenta de que el rey tenía que jurar formalmente ante las Cortes que debían de ser convocadas. Por ello Fernando VII promulgó otro real decreto el día 9 aclarando estas cuestiones, que a la vez constituye el acta de nacimiento de la *Junta Provisional*:

“Habiendo decidido por decreto del 7 del corriente jurar la Constitución publicada en Cádiz por las Cortes generales y extraordinarias en el año de 1812, he venido en hacer el juramento interino en una Junta Provisional compuesta de personas de la confianza del pueblo, hasta que reunidas las Cortes que he dispuesto convocar, con arreglo a la misma Constitución, se pueda realizar solemnemente el mismo juramento en la forma que en ella se previene. Los individuos designados para esta junta son el Reverendo en Cristo Padre Cardenal de Borbón, Arzobispo de Toledo, Presidente; Teniente General D. Francisco Ballesteros, Vice-Presidente; el Reverendo Obispo de Valladolid de Mechoacán, Don

---

<sup>25</sup> *Historia verdadera de la Inquisición*, III, p. 493. El texto tiene al final una nota, referida al sastre, que dice lo siguiente: “A este hombre se dio empleo modesto en cierta dependencia pública, llegando después a una categoría y sueldo que no correspondieron a su falta de estudios y educación”.

<sup>26</sup> *Recuerdos de un anciano*, p. 324.

Manuel Abad y Queipo; Don Manuel Lardizabal; Don Mateo Valdemos; Don Vicente Sancho, Coronel de Ingenieros; Conde de Taboada; Don Francisco Crespo de Tejada; Don Bernardo Tarrius y Don Ignacio Pezuela. Todas las providencias que emanen del Gobierno, hasta la instalación Constitucional de las Cortes, serán consultadas con esta Junta, y se publicarán con su acuerdo. Tendráse entendido en todo el Reyno a donde se comunicará para su pronta e inmediata publicación y cumplimiento”<sup>27</sup>.

Antes de entrar en la *Junta Provisional* propiamente dicha, señalemos que este real decreto, dirigido al ministro interino de Gracia y Justicia, José García de la Torre, más que aclarar confunde, pues plantea un nuevo problema con respecto al juramento del rey, habida cuenta de que, así como es claro que el juramento solemne y formal ante las Cortes tuvo lugar en la apertura de ellas el 9 de julio<sup>28</sup>, el previo *juramento* interino resulta más problemático. Nosotros hemos visto que ese juramento fue hecho el 9 de marzo ante la representación del Ayuntamiento y los comisionados, pero en este Decreto, que es también del día 9, Fernando VII nos dice que “he venido en hacer el juramento interino en una Junta Provisional compuesta de personas de la confianza del pueblo, hasta que reunidas las Cortes que he dispuesto convocar, con arreglo a la misma Constitución, se pueda realizar solemnemente el mismo juramento en la forma que en ella se previene”. De esta suerte, la frase *he venido en hacer el juramento interino en una Junta Provisional* es equívoca, pues tanto puede querer decir que se ha hecho un juramento del que se da cuenta, como anunciar el juramento que se va a hacer. La primera interpretación no parece posible, pues es muy difícil identificar aquel juramento improvisado en palacio ante los del Ayuntamiento y los “comisionados del pueblo”, tratados como gente vulgar e irrelevante, con un juramento ante los notables miembros –según veremos- de la *Junta Provisional*. Aparte de que aquello sucedió al mediodía (a partir de las 13, 30 según precisa el texto de Miraflores<sup>29</sup>) y la Junta, cuyos miembros fueron convocados de urgencia, se constituyó por la tarde-noche (exactamente a las 19 horas, como precisa el acta constitutiva). Pero es que la segunda interpretación –que el Decreto anuncie un *juramento interino* que se va a hacer- tampoco

<sup>27</sup> *Colección de Decretos del Rey y de la Junta Provisional* expedidos desde el 7 de Marzo de 1820, p. 2-3. También MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 93-94.

<sup>28</sup> Texto de las Cortes de ese día, con el juramento del rey, en MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 97-105. El juramento, en p. 98-99.

<sup>29</sup> *Ocurrencias del día 9 de marzo de 1820*, p. 88 y ss.

puede ser tomada al pie de la letra pues en ese caso nos encontraríamos con *dos juramentos interinos*, algo a todas luces absurdo. Por si fuera poco, habiendo examinado las actas de la Junta, a las que enseguida nos referiremos, he constatado que la primera y constitutiva de 9 de marzo, en la que se tratan como veremos varios asuntos, no hace la menor referencia a algo tan importante como que el rey hubiera jurado ante ella. Y lo mismo sucede con las siguientes<sup>30</sup>. Así pues, siendo todo confuso en aquel clima de irregularidades y disposiciones contrapuestas, me inclino a pensar que tal vez se pensó que el rey jurara ante la Junta, aunque luego no lo hiciera, o bien sencillamente que llamase de modo equívoco *Junta Provisional* a los comisionados populares cuando se estaba gestando un organismo propio y distinto con ese mismo nombre. Lo que sí está claro es que los “comisionados del pueblo” ante quienes efectivamente juró el rey a mediodía, eran gente distinta a los de la *Junta Provisional*, pues sabemos que aquéllos sumaban seis personas, cuyos nombres conocemos, y los de la Junta, diez, cuyos nombres –otros- conocemos también<sup>31</sup>. En resumen, aunque algunos repitan el equívoco, no creo que Fernando VII llegara a jurar ante esta *Junta Provisional* como da a entender el Decreto del 9<sup>32</sup>.

---

<sup>30</sup> El acta del 10 menciona el juramento del rey, pero no que hubiera tenido lugar ante la propia Junta: “Y de que el Rey ha mandado que en celebridad del juramento de la Constitución hecho por S. M. se vista hoy la Corte de gala con uniforme” (A la ubicación de los documentos me refiero en el epígrafe siguiente).

<sup>31</sup> Ya hemos visto los nombres de los componentes de la Junta Provisional en el decreto de su constitución. En cuanto a los comisionados del pueblo, precisa MIRAFLORES “...según así expresaron las seis personas comisionadas al efecto por el pueblo, y son: Don José Quintanilla, Don Rafael Piqueras, Don Lorenzo Moreno, Don Miguel Irazoqui, Don Juan Nepomuceno González y Don Isidro Pérez”. Y luego prosigue: “Así restablecido el Ayuntamiento Constitucional de 1814...se presentaron los citados seis sujetos, manifestando de palabra y por escrito, que en este mismo día jurase el Rey Don Fernando VII, provisionalmente la Constitución de la Monarquía Española, formada en 19 de Marzo de 1812. Condescendiendo el Ayuntamiento con este pedido del pueblo, se trasladó a Palacio acompañado de los indicados representantes, habiendo salido con alguna anterioridad dicho Señor Marqués de Miraflores, a dar cuenta a S. M: del resultado de su comisión; y llegado a Palacio el Ayuntamiento, le recibió S. M. en la Sala de embajadores con el amor característico que le es propio; y libre y espontáneamente *juró a presencia del Ayuntamiento y de los comisionados del pueblo*, la Constitución política de la Monarquía Española, promulgada en Cádiz a 19 de marzo de 1812” (*Documentos*, I, p. 90; la cursiva es mía).

<sup>32</sup> No deja de ser significativo que, en el resumen lateral de la narración impresa del juramento, escrito por alguien tan cualificado como Miraflores (y que he reproducido en el texto de la nota 20), se haya escrito: “Juramento de la Constitución del Rey ante el Ayuntamiento” (*Apuntes*, p. 45), y no “Juramento de la Constitución del Rey ante la Junta Provisional”.

El rey hizo un primer juramento *interino* o provisional en palacio el 9 de marzo ante el Ayuntamiento y los “comisionados” del pueblo<sup>33</sup>, y un segundo definitivo ante las Cortes que se constituirán el 9 de julio.

#### 4. Primera sesión de la junta y supresión de la inquisición

La *Junta Provisional*, establecida según sabemos por decreto de 9 de marzo de 1820, celebró ese mismo día “por la noche” su sesión constitutiva en la sala capitular de la villa de Madrid. La última sesión tendrá lugar el 9 de julio “por la mañana”, disolviéndose para dar paso a las Cortes que habían sido convocadas por decreto de 22 de marzo y se constituyeron el mismo 9 de julio.<sup>34</sup> En cuanto a esas dobles sesiones de mañana y noche, y más en concreto respecto a estas últimas, hay que decir que la nomenclatura en las actas se mantuvo así hasta el final, aunque quizás habría sido más propio hablar de sesiones “por la tarde”, pues muchas de esas nocturnas comenzaron a las 19 horas, que muy forzosamente pueden considerarse “de noche” cuando la Junta comenzó en marzo, y en absoluto después, en los meses siguientes de mayo o junio. La última sesión “por la noche” tuvo lugar el 8 de julio, víspera de la sesión final del 9.

Aunque ocasionalmente recibió otros nombres, como el de Junta Consultiva o Junta Provisional Consultiva, ella mantuvo siempre ese nombre de *Junta Provisional* que persistió hasta el acta de la última sesión e incluso hasta el *Manifiesto* de balance y despedida que la Junta dirigió a las Cortes. Fue, pues, un organismo de modesto nombre, pues, aunque también otros institutos parecidos de aquella época tuvieran naturaleza consultiva, utilizaron nombres más pretenciosos según fue el caso, por ejemplo, de *La Real Junta Consultiva de Gobierno*, de 1825<sup>35</sup>, lo más parecido en aquellos años al organismo que ahora nos ocupa. Esta *Junta Provisional*, que aquí interesa en sus relaciones con la Inquisición, ha sido

<sup>33</sup> BAYO (*Historia de la vida y reinado de Fernando VII de España*, II, p. 165) lo vio así: “Tras esto regresó el marqués de Miraflores a palacio a prevenir a Fernando que el ayuntamiento en cuerpo y los comisionados del pueblo iban a presentarse para recibir su juramento a la Constitución gaditana. Tan tímido y cobarde delante del peligro, cuánto déspota e inflexible había sido durante su omnipotencia, plegose después de un breve amago de cólera al deseo de los liberales: recibió al ayuntamiento y a los comisionados en el salón de embajadores, y juró debajo del trono con fingidas muestras de regocijo el código proclamado”.

<sup>34</sup> MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 94-97.

<sup>35</sup> Me he ocupado de ella en mi libro *La Real Junta Consultiva de Gobierno*, Madrid, 1973; 2ª ed. Instituto Nacional de Administración Pública, Madrid, 1997.

poco atendida por los historiadores hasta fines del siglo XX. Entre los historiadores del Derecho, y a propósito de su significado en la renovación del gobierno constitucional, habría que destacar el antes citado artículo de Pérez de la Canal<sup>36</sup>. Y entre los de historia contemporánea, un completo libro de Blanca Esther Buldain que estudia con rigor esa efímera, pero importante *Junta Provisional*, aunque ello no quede reflejado de modo claro en su título<sup>37</sup>. En cuanto a nuestro trabajo, y al margen de la bibliografía, teniendo en cuenta las peripecias de los documentos y papeles manuscritos de la Junta, que formaban parte de los *Papeles reservados de Fernando VII*, repartidos entre el Archivo General de Palacio y el Archivo del Congreso de los Diputados<sup>38</sup>, hemos investigado en este último donde se encuentran aquellos que aquí más interesan, lo que recuerdo para agradecer la solicitud y atenciones de las competentes funcionarias que en él trabajan, y en especial de doña Margarita Barquilla. Me referiré así a estos *Papeles Reservados de Fernando VII* del Congreso de los Diputados (abreviadamente, ACD. PRF) que, a efectos de lo que tratamos, fundamentalmente son de dos tipos: las actas de la propia Junta, recogidas en el tomo 35, que da cabida también a los borradores, y la correspondencia y papeleo de la Junta con los Ministerios y otros organismos, especialmente la conservada en el tomo 39.

\* \* \*

A tenor del decreto creador, la Junta Provisional, formada por diez personas “de la confianza del Pueblo y de S. M.”<sup>39</sup>, algunas de ellas figuras notables de la aristocracia, la milicia, el mundo jurídico y la Iglesia<sup>40</sup>, se constituyó como un supremo organismo consultivo, de jurisdicción general, a la cabeza de la Administración, de suerte que “todas las providencias que emanen del Gobierno hasta la instalación constitucional de las Cortes serán consultadas con esta junta, y se publicarán con su acuerdo”. Se proyectó así

<sup>36</sup> Véase nota 17.

<sup>37</sup> BULDAIN JACA, Blanca Esther, 1988, *Régimen político y preparación de Cortes en 1820*, Congreso de los Diputados, Madrid.

<sup>38</sup> Información sobre ello en RODRÍGUEZ CASTILLO, Miguel, 2013, “Los papeles reservados de Fernando VII: Identificación, análisis y propuesta de descripción normalizada”, en *Revista General de Información y documentación*, vol. 23-1, p. 203-238.

<sup>39</sup> La frase es del *Manifiesto* que la Junta dirigió a las Cortes con motivo de su disolución (MIRAFLORES, *Documentos*, I, p. 105 y ss. Ver en p. 113).

<sup>40</sup> No procede que nos detengamos en glosar la personalidad de todos los miembros de la Junta. Sobre ellos y su significación política puede verse BULDAIN JACA, *Régimen político...*, p. 35-42. También GIL NOVALES, Alberto, 2010, *Diccionario biográfico de España (1800-1833)*, 3 tomos, Fundación Mapfre.

a la administración central, territorial y local, y a los más diversos asuntos, convirtiéndose en interlocutora de todos los ministerios cuyos titulares en buena medida fueron renovados<sup>41</sup>. Según declaró el propio organismo en su *Manifiesto* final a las Cortes, “la naturaleza de la Junta y el espíritu con que fue creada, era de una Corporación cogobernante con el Monarca, pero el carácter que se le dio por escrito, fue de consultiva hasta la reunión de las Cortes”<sup>42</sup>. Lo que la Junta dice aquí, de su condición de *cogobernante*, no es ciertamente cuestión baladí, pues tiene que ver con la responsabilidad o el mérito de algunas importantes decisiones tomadas, singularmente la de la abolición de la Inquisición.

Si repasamos la primera de las sesiones de la Junta Provisional<sup>43</sup>, a la que no asistió su presidente, veremos que, tras la acreditación de los miembros, se dio lectura al decreto constitutivo y a la indicación de que la Junta se reúna en las salas del Ayuntamiento “a las siete de la noche de hoy”. Nombrado como secretario el coronel Vicente Sancho, miembro de la Sociedad Patriótica de Lorencini y luego diputado a Cortes por Valencia, acordaron comunicar al rey que la Junta “se halla reunida esperando sus reales órdenes”, tratándose del restablecimiento del régimen constitucional para reponer los ayuntamientos y nombrar al jefe político de Madrid. A continuación, la Junta propuso al monarca la expedición de tres decretos: el primero ordenando que tuvieran lugar las elecciones de alcaldes y ayuntamientos en todos los pueblos de la monarquía con arreglo a la Constitución; el segundo con el nombramiento del importante cargo de jefe político de Madrid, que curiosamente, en aquel clima revolucionario, recayó en un Grande de España y gentilhomme de cámara del rey, llamado Miguel Gayoso de Mendoza<sup>44</sup>. El tercero declaraba la abolición de la Inquisición.

A continuación, sin más comentarios, ni referencia a las opiniones de unos u otros, se pasó según el acta a otra cuestión menor de carácter militar, y el resto de la sesión lo dedicó la Junta a ponderar el objeto de su convocatoria, la necesidad de corresponder a la confianza del gobierno y del pueblo, arreglar el orden de las sesiones –diarias “por la mañana y noche”- y otros asuntos de trámite, tras lo cual el vicepresidente y

<sup>41</sup> Para el panorama de los Ministerios con ocasión de la crisis del Trienio, URQUIJO GOITIA, José Ramón, 2001, *Gobiernos y ministros españoles (1808-2000)*, CSIC, p. 28 y ss.

<sup>42</sup> “Manifiesto”, en *Documentos*, I, p. 119.

<sup>43</sup> ACD. PRF, tomo 35.

<sup>44</sup> Para Gil Novales ese nombramiento fue “expresión clara de la contrarrevolución en el Gobierno” (*Diccionario biográfico de España*, II, p. 1291).

presidente en funciones levantó la sesión.

La *Gaceta extraordinaria de Madrid* del día siguiente, viernes 10 de marzo, recogió los tres decretos propuestos por la Junta. Se respetaron prácticamente los textos que adjuntaba, y en el de la Inquisición sólo se advierte un levísimo retoque (donde la propuesta del acta decía “oída la Junta”, la *Gaceta* dirá ahora “oída la opinión de la Junta”), lo cual es una corrección de estilo o el añadido de una palabra involuntariamente olvidada. Éste es, en fin, el texto oficial y definitivo:

“Considerando que es incompatible la existencia del Tribunal de la Inquisición con la Constitución de la Monarquía española, promulgada en Cádiz en 1812, y que por esta razón le suprimieron las Cortes generales y extraordinarias por decreto de 22 de febrero de 1813, previa una madura y larga discusión; oída la opinión de la Junta formada por decreto de este día y conformándome con su parecer, he venido en mandar que desde hoy quede suprimido el referido Tribunal en toda la Monarquía, y por consecuencia el Consejo de la Suprema Inquisición, poniéndose inmediatamente en libertad a todos los presos que estén en sus cárceles por opiniones políticas o religiosas, y pasándose a los reverendos obispos las causas de estos últimos en sus respectivas diócesis, para que las sustancien y determinen con arreglo en todo al expresado decreto de las Cortes extraordinarias.”<sup>45</sup>

Hagamos ahora, a la vista del Decreto, algunas consideraciones sobre su contenido elaboración y consecuencias,

*Contenido del Decreto.* Como puede verse, el Decreto dispone propiamente dos cosas: a) Que sea suprimido el Tribunal de la Inquisición y su órgano rector, el Consejo de la Suprema, pasando a los obispos las causas o procesos pendientes, y b) Que sean puestos en libertad los presos “por opiniones políticas o religiosas”.

En cuanto a lo primero, podría parecer superfluo ordenar que desaparezca el Consejo de la Suprema, pues evidentemente sin Inquisición deja de existir el Consejo de la Inquisición. De todas formas, conviene tener en cuenta que la Inquisición era un instituto fruto del acuerdo de la Iglesia y el Estado, lo que, dicho sea de paso, en teoría debiera impedir que una de las partes decidiera unilateralmente su supresión o restablecimiento. Pero como ya hemos hecho notar en otra ocasión<sup>46</sup>, la Inquisición en España

---

<sup>45</sup> Está publicado también en la *Colección de Decretos del Rey y de la Junta Provisional*, cit., p. 4-5; en G. RODRIGO, *Historia verdadera de la Inquisición*, III, p. 494-495, y en LEA, *Historia de la Inquisición española*, III, p. 994.

<sup>46</sup> “Problemas en los procesos de creación y supresión de la Inquisición española: bulas y

fue siempre creada por bulas papales a instancia de reyes, pero suprimida por decretos del Estado sin contar con la Iglesia. El Consejo a su vez era una creación exclusivamente estatal, como cualquiera de los sínodos de gobierno de la monarquía<sup>47</sup>. Es decir que el rey podía justamente crear o suprimir cualquier Consejo con independencia de Roma, aunque por pura lógica no podía mantener un Consejo de la Inquisición si la Inquisición había dejado de existir.

A su vez, la orden de que fueran entregadas a los obispos las causas pendientes en los tribunales, enlaza con uno de los argumentos principales de quienes propugnaron la abolición en el debate de las Cortes de Cádiz: que no se trataba de una medida anticristiana o en perjuicio de la Iglesia, sino de restituir a los obispos lo que les correspondía -la custodia del depósito de la fe- y la Inquisición les había usurpado.

Finalmente, la orden de que sean puestos en libertad los presos de las cárceles, resulta en cierta medida reiterativa, pues en el decreto del 8 se había ordenado poner en libertad a los presos por sus “opiniones políticas”, y ahora el del 9 amplía la medida para los castigados por “opiniones políticas o religiosas”, cuando lo lógico hubiera sido limitarse en este segundo decreto a los presos por opiniones religiosas. Pero, en fin, la confesión que hace el texto de que la Inquisición pudiera tener en la cárcel a presos por opiniones políticas, pues mandaba ponerlos en libertad, era el reconocimiento paladino de la existencia de una Inquisición, aunque decadente, estatalizada, o de un Estado confesional donde se mezclaba lo político y lo religioso y donde era difícil diferenciar lo uno de lo otro.

*Génesis del texto.* Teniendo en cuenta que la transmutación de Fernando VII de rey absoluto en rey constitucional, de la noche a la mañana, debió tener lugar entre el 6 y el 7 de marzo, que es cuando fue acosado y acorralado, viéndose obligado a someterse a los manifestantes, el Decreto de abolición del 9 no debió ser fruto de muchas consideraciones y preparativos, porque además es extremadamente breve y sencillo. En 1820 se quiso hacer inmediatamente lo que antes, en 1813, se había hecho en Cádiz después de meses de discusiones. Lo que sí resulta en verdad sorprendente es la celeridad de los acontecimientos, pues como

---

decretos”, p. 46 y ss.

<sup>47</sup> En la creación de la Inquisición española intervinieron el papa Sixto IV y los Reyes Católicos, pero la del Consejo fue cosa exclusiva de los Reyes. ESCUDERO, José Antonio. 2005. “Los orígenes del Consejo de la Suprema Inquisición”, en *Estudios sobre la Inquisición*, ed. Marcial Pons, Madrid, p. 175-218.



hemos visto el rey juró el mediodía del 9; acto seguido se creó la *Junta Provisional*, que hubo que reclutar inmediatamente y que se reunió horas después, en la tarde-noche de ese mismo día, cuando se aprueban los dos decretos: el de creación de la Junta y el relativo a su propuesta de abolición de la Inquisición, los cuales serán publicados al día siguiente

*Papel de la Junta Provisional en el proceso de abolición.* Siguiendo el orden del acta de esa primera sesión del 9 de marzo, que antes mencionamos, con anterioridad a tratar de la Inquisición dice que la Junta fue enterada “después de una prolija y detenida discusión, en la cual por el Ministerio se la hizo entender verbalmente ser la voluntad de S. M. nombrar para Gefe político de Madrid a Dn. Miguel Gayoso, Señor de Rubianes, y que esta corporación consulte acerca de este nombramiento...”. Es decir, hay una propuesta del rey respecto a ello y se pide a la Junta que dé su parecer. Advirtamos en todo caso que de esa *prolija y detenida discusión* precedente, el acta no da la menor noticia, ni menciona a nadie que dijera nada.

A continuación, viene el asunto de la Inquisición. En este caso, la Junta “acordó proponer a S. M. como de la mayor urgencia e importancia, que sin pérdida de tiempo se sirva expedir los tres decretos cuyas minutas siguen”. La tercera de esas minutas corresponde al Decreto de abolición.

Aquí, según vemos, el procedimiento es inverso: no viene el asunto del rey a la Junta sino de ésta al rey, con lo que formalmente la iniciativa es de la Junta, sin que el acta nos diga quien llevó el tema al orden del día, formal o informal, o lo introdujo en la sesión, ni tampoco recoja ningún debate u opinión de cualquiera de los miembros. Es decir, que la frase del historiador Lafuente, de mediados del XIX, repetida con diversas variantes por muchos, (“oída ya la opinión de la Junta recién creada, se dio otro decreto aboliendo para siempre el odioso tribunal de la Inquisición”<sup>48</sup>), no es correcta, y no sólo por lo de la “abolición para siempre”, pues fue implícitamente recuperada al restaurarse la legislación del Antiguo Régimen en 1823 y explícitamente suprimida luego por el decreto de 15 de julio de 1834, sino porque la Junta no opinó sobre una propuesta de abolición que se le hacía, sino que ella misma presentó la propuesta a la firma de Fernando VII por conducto del ministro de Estado<sup>49</sup>.

La abolición de aquella Inquisición venida a menos y desnaturalizada,

<sup>48</sup> *Historia general de España*, tomo 18, p. 235.

<sup>49</sup> ACD. PRF, tomo 36, p. 164-165.

era sin duda algo deseado por muchos y rechazado por pocos. Lafuente comentó junto al pasaje citado antes que “el pueblo recibió con júbilo este memorable decreto, y por fortuna pasóse el resto de aquel día en demostraciones de regocijo”. La realidad es que las altas autoridades de Iglesia permanecieron casi impasibles. A diferencia de lo que sucedió con la abolición de las Cortes de Cádiz en 1813, que originó un escándalo con Roma, el destierro del Inquisidor General y la expulsión del nuncio Gravina, la Inquisición ahora, en 1830, ni siquiera fue defendida por la Santa Sede, pues otro nuncio, Giustiniani, mantuvo una actitud ecléctica que consiguió convencer al Secretario de Estado vaticano, cardenal Consalvi, recordándole que la Inquisición no merecía ya defensa pues “había pasado a ser solamente una *Inquisición política del Estado*, bien distinta de aquella que debería haber sido según sus auténticos principios y los fines perseguidos con su institución”<sup>50</sup>. En todo caso, habiendo sido fundada la Inquisición en 1478 por acuerdo de los Reyes Católicos y el papa Sixto IV, la Santa Sede, a través de una Comisión creada por Pío VII, expresó su protesta por la abolición unilateral:

“Aunque la Sagrada Congregación reconoce que no hay lugar a lamentarse de la no existencia de la Inquisición en España, porque había degenerado de su fin, sirviendo sobre todo a objetos políticos y mostrándose en toda ocasión contraria a la Santa Sede, cuyo representante en España era constantemente excluido de todo de lo que en dicho Tribunal ocurría. Sin embargo, habiendo sido fundado por Sixto IV y confirmado por Inocencio VIII, Alejandro VI, Gregorio XIII y otros muchos Pontífices, y por ello siendo de privativa pertenencia de la Santa Sede, no puede no ser altamente desaprobado por la misma que sin su conocimiento y consentimiento haya sido suprimido por una autoridad absolutamente incompetente”<sup>51</sup>.

Conocemos, en fin, cómo apareció el decreto de abolición en la primera sesión de la Junta Provisional, pero no quién lo redactó y si mereció algún comentario que el acta no recoge, dando por hecho que la corporación lo aprobó por unanimidad. Ausente el presidente, un personaje muy influyente y activo entonces debió ser el Teniente General Francisco Ballesteros, aunque no sabemos que pudiera tener motivos para actuar con especial

<sup>50</sup> ALONSO TEJADA, Luis. 1969, *Ocaso de la Inquisición en los últimos años del reinado de Fernando VII. Juntas de Fe, Juntas Apostólicas. Conspiraciones Realistas*, Madrid, p. 233-235.

<sup>51</sup> MARTÍ GILABERT, Francisco, *La abolición de la Inquisición española*, 1975, p. 252-254.

beligerancia contra el Santo Oficio. Otro miembro de la Junta, Abad y Queipo, eclesiástico y obispo de Valladolid de Michoacán, sí tuvo relación con la Inquisición pues cuando en 1814 se le obligó a residir en España, fue recluido por ella en un convento, aunque su historial tampoco acredita una especial animadversión contra el Tribunal<sup>52</sup>. Es decir, que al igual que sabemos que el promotor de la última abolición de la Inquisición en 1834 fue el valenciano Nicolás María Garelly<sup>53</sup>, desconocemos si alguien desempeñó ese papel tres lustros antes o lo de 1820 fue fruto de un rechazo más general y difuso.

## 5. La junta y el despacho de asuntos inquisitoriales

tras su constitución, la Junta actuó de una doble forma: o bien tomando la iniciativa y enviando propuestas al rey y a los ministros (según sucedió con el Decreto de abolición de la Inquisición, cuya minuta, como hemos dicho, hizo y envió), o bien recibiendo documentos a los que contestaba dándose por enterada o con la respuesta a aquello que se le sometía a consulta. La Junta celebró mantuvo una fluida correspondencia con los ministros y, en especial, para lo que aquí interesa, con el de Hacienda, Antonio González Salmón. Los papeles que llegaban de fuera iban dirigidos al presidente de la Junta, con la fórmula por ejemplo de “para noticia de la Junta”. Ese presidente, el Cardenal de Borbón, que no asistió a la primera sesión que trató del decreto de abolición, tomó posesión en la nocturna del 11 de marzo.

Como ya observó Buldain<sup>54</sup>, la *Junta Provisional* se ocupó de todo tipo de asuntos, tanto importantes (la abolición de la Inquisición, la convocatoria de Cortes, etc.) como minúsculos (he visto, por ejemplo, la solicitud de un eclesiástico desconocido pidiendo una capellanía<sup>55</sup>) sin que en sus sesiones existiera una programación razonable ni un orden del día formal y previo. Ya vimos que la propuesta de Decreto de supresión del Santo Oficio se mezcló con otras de nombramientos de autoridades locales o cuestiones meramente retóricas. Suprimida la Inquisición el mismo día en que fue creada la Junta, ésta tuvo que ver en sus cuatro meses de vida con

<sup>52</sup> GIL NOVALES, *Diccionario biográfico de España*, I, p. 29-30.

<sup>53</sup> Me he ocupado de la abolición final de 1834 y del papel de Garelly, en “Problemas en los procesos de creación y supresión de la Inquisición española...”, p. 43 y ss.

<sup>54</sup> *Régimen político y preparación de Cortes en 1820*, cit., p. 47.

<sup>55</sup> Sesión de 21 de junio. (ACD. PRF, tomo 35, p. 375 vº).

algunos problemas derivados de la abolición del Tribunal. A su actividad haremos ahora referencia, tratando brevemente lo que hizo la Junta respecto a tres temas de los que se ocupó de forma incidental (el destino de los papeles y procesos inquisitoriales, y la censura de libros), y un tercero (las cuestiones económicas) más arduo y enojoso. Como cuestión general y de fondo la Junta acreditó además un llamativo fervor constitucionalista, vigilando si la conducta o escritos de las personas se ajustaban a la nueva ortodoxia y proponiendo en su caso medidas drásticas<sup>56</sup>, o bien informando de la conducta y espíritu constitucional de quienes iban a ser o habían sido nombrados para altos cargos<sup>57</sup>.

#### A) *Causas de fe e inventarios*

El 15 de marzo, el ministro de Hacienda González Salmón, ordenó de parte del rey a los intendentes que procedieran a la ocupación de los bienes que correspondían a la suprimida Inquisición. De ello se hizo eco, en oficio del 20 dirigido al ministro de Hacienda, el intendente de Madrid, Vicente Jaúdenes, comentando que “se ha empezado y continúan los inventarios de papeles, muebles y efectos existentes en las dos casas que ocupaban el Consejo y Tribunal de Corte”. En cuanto a los papeles, distinguía Jaúdenes los expedientes de causas ya finalizadas, de las suspensas y otras pendientes, entendiéndolo que las dos últimas debían pasar al ordinario correspondiente, si bien no estaba determinado claramente el destino de las primeras, respecto a lo cual solicitaba información habida cuenta de que, según creía, eran documentos delicados que “no debiera verlos nadie por la trascendencia que su resultado puede tener”.

Habiendo previsto el decreto de abolición que se remitieran a los obispos las causas abiertas a los presos, el ministro de Hacienda envió el 27 de marzo al presidente de la Junta un oficio informándole que había

---

<sup>56</sup> En la sesión matinal del 12 de marzo, la Junta se hace eco “del fatal efecto que ha producido hoy mismo en el pueblo la vista de ciertas personas que sin respeto a la opinión pública se presentan en los parajes más visibles como si aún se atreviesen a insultar una nación a cuya ruina han contribuido tan decididamente...”. La Junta encarece “la urgencia de que se haga salir sin infringir la Constitución inmediatamente de la Corte dichas personas” (ACD. PRF, tomo 35).

<sup>57</sup> Por ejemplo, respecto al nombramiento de Luis María Salazar para el Ministerio de Marina, el acta de esa misma sesión dice: “no es afecto al sistema constitucional”. Luego informa Pezuela, miembro de la Junta, respecto a Salazar, “que ignoraba el Ministerio los motivos que había para su desconcepto y que trataría de anularlo, previniéndole hacer una renuncia, con que se conseguirá el fin de que no se realice el nombramiento”. En todo caso Salazar desempeñó ese cargo interinamente.

ordenado a los intendentes que pasaran las causas pendientes a los obispos y a los tribunales seculares<sup>58</sup>, y que el rey había dispuesto, a consulta de la Junta, que en unión con el vicecomisario del obispado o de otro eclesiástico, de un ministro de la Audiencia, del juez de primera instancia o en su defecto del alcalde constitucional, hicieran unos inventarios cuya copia, firmada por todos, debería ser remitida al Ministerio, guardando el original en un archivo con tres llaves custodiadas por esas autoridades. Es de hacer notar en todo caso lo raro que resulta la intromisión del ministro de Hacienda en este asunto del envío de las causas de fe a obispos y arzobispos, por lo que antes llamamos la atención sobre el especial protagonismo del ministro González Salmón en los temas inquisitoriales, aunque no trataran de cuestiones financieras.

También hay que subrayar el especial protagonismo del intendente de Madrid en estas cuestiones del destino de los papeles inquisitoriales, y de su papel principal entre todos los colegas intendentes, como se aprecia en este texto del acta de 25 de marzo:

“Presente a la sazón el caballero oficial de la Secretaría del Despacho de Hacienda Dn. Manuel Álvarez García, encargado por orden de S. M. y a nombre de su Gefe, de entregar un oficio del intendente de la provincia de Madrid relativo a la delicadeza y circunspección con que debe hacerse la ocupación de las causas, procesos y demás papeles de la Inquisición y excitar a la Junta a meditar y proponer las medidas que entienda deberse adoptar al efecto.

Luego...se retiró el caballero Álvarez García y la Junta deliberó sobre él con la posible detención: resultando de la discusión la propuesta de que convendría comunicar ordene a todos los intendentes para que en unión con los vicarios generales o el eclesiástico que éstos se sirvan nombrar, y un ministro de cada audiencia donde la hubiese, y donde no el juez de 1ª instancia, o en su falta el Alcalde Constitucional, formen un exacto inventario de todos los papeles, documentos y procesos que se hallan en los archivos de la Inquisición o puedan recoger de los que se hayan extraviado”<sup>59</sup>

### *B) Censura de libros y libertad de imprenta*

Nada más comenzar su actividad, la Junta entró en el tema del control de los libros y libertad de imprenta. Seguía así el ejemplo de las añoradas

<sup>58</sup> Estos documentos, en ACD. PRF, tomo 39. El oficio de González Salmón al presidente de la Junta, en p. 140-141.

<sup>59</sup> ACD. PRF, tomo 35, p. 78 vº-79.

Cortes de Cádiz, cuya primera gran reforma –de las cuatro que llevó a cabo, al margen de la Constitución<sup>60</sup>- fue la supresión de la censura y declaración de la libertad de imprenta.

Sin entrar detenidamente ahora en este asunto inabarcable de la censura, me limitaré a recordar que el 10 de marzo de 1820, en la sesión nocturna, se discutió este asunto, siendo recuperada la libertad de imprenta por dos decretos de 10 y 11 de marzo, el segundo de los cuales había sido consultado a la *Junta Provisional* que elaboró la minuta<sup>61</sup>, y mencionar dos temas concretos en que ella intervino. El principio inspirador de lo que ahora se hace es el capítulo II del Decreto sobre la abolición de la Inquisición, promulgado por las Cortes de Cádiz el 22 de febrero de 1813. En el acta de 10 de marzo figura un llamativo encarte impreso, firmado por los miembros de la Junta Ballesteros y Sancho, que comienza así: “Ciudadanos, la libertad de imprenta se ha restablecido”.

En cuanto a las incidencias concretas, en la sesión vespertina del 26 de abril, la Junta examinó una circular de los gobernadores eclesiásticos de la diócesis de Santander, sede entonces vacante, asumiendo competencias en lo relativo a censura de libros y su difusión. Esa circular fue contestada y rechazada por una providencia del jefe político de la provincia y por dos representaciones que dirigieron al rey la Sociedad Patriótica de Santander y la de Lorencini en Madrid, que pedían que los autores fueran apercibidos y castigados. Ante este problema, la Junta, en la citada sesión<sup>62</sup>, se manifestó así:

“La Junta, por la simple lectura de estos papeles que V. E. la ha pasado de real orden para que consulte su dictamen con la posible brevedad, no ha podido menos de reconocer la justicia de la providencia del Gefe político y de las representaciones de las sociedades patrióticas, y la crasa ignorancia o refinada malicia de los autores de semejante circular, porque ciertamente si lo mandado en ella se llevare a efecto, no se habría hecho más que multiplicar los tribunales de Inquisición, hacer a los sacerdotes, comisionados, agentes y espías suyos, y convertir por medio de ellos a todos los fieles en delatores.

---

<sup>60</sup> Las tres primeras, antes de la Constitución de 1812, fueron la abolición de la censura y libertad de imprenta en 1810, y la abolición de la tortura y la supresión de los señoríos jurisdiccionales y privilegios nobiliarios en 1811. Tras la Constitución de 1812, la cuarta fue la abolición de la Inquisición en 1813. Sobre ellas puede verse mi “Introducción. las Cortes de Cádiz: génesis, Constitución y Reformas”, en el libro que dirigí, *Cortes y Constitución de Cádiz. 200 años*, 3 tomos, Espasa 2011; en I, p. XV-LXXII.

<sup>61</sup> BULDAIN, *Régimen político y preparación de Cortes en 1820*, p. 67.

<sup>62</sup> ACD. PRF, tomo 35, p. 191 vº-194.

Los gobernadores Acebo y Gutiérrez de Celis confunden torpemente las facultades nativas de los ordinarios eclesiásticos y las que las leyes civiles les concedieron antes que hubiese Inquisición y les han concedido después de extinguida, con las peculiares que tenía aquel odioso tribunal por bulas de Roma y por los decretos o pragmáticas reales que las apoyaron. Todas las reglas dictadas por el interés de aquella Corte y adoptadas por la imprevisión y por los errores de nuestro Gobierno cesaron con la abolición de tan fatal establecimiento que ha sido una de las causas principales de las miserias y calamidades de la España. Los Gobernadores de la diócesis de Santander quieren restablecer semejantes reglas y trasladar por este medio a los Obispos el poder del extinguido tribunal; pero no lo permitirá nuestro amado Monarca que ha abrazado noblemente y ha jurado la Constitución con aplauso general de la nación y de la Europa culta, ni podrían sufrirlo los españoles amantes de la gloria nacional”.

Tras esta referencia al caso concreto, la Junta, con su peculiar tendencia a teorizar, entra en una serie de consideraciones sobre las competencias de los obispos y las de la autoridad política, en razón no solo de los principios de separación de la Iglesia y del Estado sino también de la primacía de las normas de la sociedad civil, con un cierto tufo de regalismo:

“Debían saber los tales Gobernadores que las facultades nativas de los Ordinarios eclesiásticos en cuanto a libros se reducen a instruir a sus diocesanos sobre los errores opuestos a la fe, que contengan, y a privarlos de la participación de sacramentos, preces y sacrificios de que se compone la comunión de los fieles, si abrazasen semejantes errores y no desistiesen de ellos después de amonestados; pero ninguna tienen para quitar y proibir la circulación de los libros si no se las da la potestad civil, porque todo cuanto no es instruir y excomulgar, guardando en lo segundo lo que prescribe el evangelio y reglas canónicas conformes a él, todo depende de la soberanía temporal; por consiguiente toda coacción externa, toda multa, toda pena cualquiera, para que pertenezca a la jurisdicción eclesiástica, es indispensable una concesión de la ley civil...Aun después de fundada la Inquisición todavía la proivición de libros se hizo largo tiempo por el Gobierno y posteriormente no podían publicarse las de la Inquisición sin aprobarse antes por él....

Debe pues decirse a los Gobernadores Acebo y Gutiérrez, de un modo que nunca se les olvide, que todas las bulas y decretos de Roma sobre la Inquisición, que todos los estatutos y reglas que se fundaron sobre aquellas bulas y decretos, y que todas las leyes que apoyaron uno y otro, han cesado del todo, y que las reglas que hoy gobiernan son los decretos

sobre la libertad política de la imprenta y sobre abolición del tribunal de Inquisición”.

El texto concluía reiterando las contradicciones de la circular eclesiástica con los decretos de abolición de la Inquisición y libertad de imprenta, asegurando que la acción para acusar que se desprendía de los decretos, nada tenía que ver con la instigación a delatar que patrocinaba la circular, lo que era explicado en este tono tremendista:

“...el acusar puede ser útil en muchos casos, la delación es siempre vil y casi siempre funesta; es la peste de la sociedad...y es en una palabra un digno instrumento de los Tiberios, Neronos y Calígulas, y de los Robespierres y Napoleones. No será fuera de propósito hacer entender esta distinción a los Gobernadores Acebo y Gutiérrez”.

La resolución de la Junta, en fin, fue ordenar que se retirase la circular y que la Audiencia Territorial procediera judicialmente contra los gobernadores santanderinos.

\* \* \*

El segundo asunto en que intervino relacionado con la censura y los libros fue el relativo a una exposición del intendente de Madrid, de 17 de junio, por la pretensión de varios ciudadanos de que se les devolvieran los libros que la Inquisición les había requisado. Tratado en la sesión de 21 de junio<sup>63</sup>, dos semanas antes de la disolución de la propia Junta, se reconoció en primer lugar que el problema habría de repetirse “por ser inmenso el número de libros que el referido tribunal había recogido desde el año de 1814 hasta el mes de marzo del presente”. Dicho esto, la Junta recordó una propuesta que ya había hecho con ocasión de cierta circular del obispo de Segovia sobre libros prohibidos. Esa propuesta consistía en que fuera creada una *comisión de hombres sabios, amantes de la gloria y de la prosperidad nacional* para que lo antes posible examinaran los índices y edictos de la extinguida Inquisición, haciendo una lista de los reconocidos como “perjudiciales a la religión y a la tranquilidad del Estado”. Esa lista servirá para saber los libros que no se pueden retener ni vender sin licencia de los Ordinarios, y también como guía en las aduanas de la frontera y puertos de mar a fin de impedir su entrada en España. Y todo ello entretanto se logra el objetivo último, que es la formación de un “índice general de libros proividos “con arreglo al capítulo 2º del decreto de abolición de las Cortes de Cádiz de 22 de septiembre de 1813”<sup>64</sup>. La Junta, pues, ratifica

<sup>63</sup> ACD. PRF, tomo 35, p. 374 vº-375 vº.

<sup>64</sup> Lo que dice ese capítulo II, en su número V, es que “el rey, después del dictamen del



esta petición y solicita sea vista “en Junta de Ministros”<sup>65</sup> para que se acuerden los medios oportunos.

En relación a este asunto, al día siguiente, el 22 de junio, el Presidente de la Junta comunicó al Ministro de Hacienda que la Junta había conocido y comprendía el problema de las reclamaciones de libros requisados, reitera su petición de la *comisión de hombres sabios* y de los otros remedios que había aconsejado respecto a la elaboración de una lista de las obras peligrosas, comentando “que los referidos índices de la inquisición no pueden regir en la materia sin gravísimo perjuicio de los progresos de las luces y de la prosperidad nacional”, e insistiendo en la conveniencia de que el tema se lleve a la reunión colectiva de ministros:

“Así pues, la Junta reproduce la misma instancia, esperando del notorio zelo de V. E. La proponga en Junta de Ministros para que se acuerden los medios más expeditos de llevar a ejecución una medida tan necesaria en las circunstancias del día”<sup>66</sup>.

### C) *Cuestiones económicas: los bienes de la Inquisición*

En la sesión nocturna de 12 de marzo se planteó el problema de la ocupación y administración de los bienes de la recién suprimida Inquisición, “pero reflexionándose que por decreto de las Cortes generales y extraordinarias están destinados al Crédito público y que el Gobierno no habrá desatendido un asunto de tanto interés, se difirió el tomar acuerdo sobre el particular para ocasión más oportuna”. Al día siguiente, el ministro de Hacienda González Salmón, envió a los intendentes una notificación, que también remitió al presidente de la Junta, en cuya primera parte se ordenaba la ocupación de esos bienes, apelando a lo dispuesto en las Cortes de Cádiz, siempre presentes:

“Suprimido en toda la Monarquía el tribunal de la Inquisición, y Consejo de la Suprema por decreto de S. M. de 9 del presente mes de marzo, procederá V. S. inmediatamente a ocupar y tomar posesión de todos sus bienes, así inmuebles como semovientes, derechos y acciones que le

---

Consejo de Estado, extenderá la lista de escritos denunciados que deban prohibirse, y con la aprobación de las Cortes la mandará publicar, y será guardada en toda la monarquía como ley, baxo las penas que se establezcan”. El texto completo de ese largo decreto puede verse en mi artículo “La abolición de la Inquisición española”, *Estudios sobre la Inquisición*, Marcial Pons, 2005, p. 411-413.

<sup>65</sup> Es decir, en lo que tres años y medio después será el *Consejo de Ministros*, fundado por Decreto de 19-XI-1823. (ESCUADERO, 2012, *Curso de Historia del Derecho, Fuentes e instituciones político-administrativas*, 4ª ed., Madrid, p. 923-924).

<sup>66</sup> ACD. PRF, tomo 39, p. 135-137 vº.

han pertenecido en cuyo dominio se ha subrogado la nación conforme a lo dispuesto por las Cortes Generales y extraordinarias en su decreto de 22 de febrero de 1813, formalizando los inventarios y demás diligencias que él mismo previene con la intervención que señala el artículo 8º de la Diputación provincial o Gefe político y en su defecto de los Alcaldes constitucionales; y me remitirá V. S. copias autorizadas y así intervenidas para los efectos correspondientes”.

Como puede verse, el tono con que se dirige el ministro al presidente de la Junta es imperativo y ordenancista, impropio del que debe recibir una suprema junta consultiva y mucho menos una Junta “cogobernante”, aunque bien es cierto que al final el ministro aclara que él lo comunica en nombre del rey. A continuación, citando una vez más las Cortes de Cádiz, recuerda el destino que tuvieron los bienes de la entonces suprimida Inquisición y consulta el que deben tener ahora, suprimido otra vez el Tribunal:

Por Decreto de las mismas Cortes de 13 de septiembre de 1813 se destinaron todos los dichos bienes, rentas y acciones de la extinguida Inquisición al pago de los réditos de la deuda Nacional que debieran satisfacerse durante la Guerra con Francia y un año después; y como por las circunstancias que se ha visto el Estado no haya tendido efecto esa disposición en beneficio de los acreedores desea S. M. que teniéndolo la Junta en consideración, consulte si deberá seguirse la misma aplicación y destino con lo demás que se la ofrezca”<sup>67</sup>.

La Junta opinó que los bienes y derechos de la Inquisición deben seguir destinados al Crédito Público, como se hizo en la ocasión anterior, mientras el rey dictaba un decreto el 13 de marzo separando el Crédito Público de la Tesorería Mayor. Una semana más tarde, otro decreto del 20, que sería trasladado por el ministro González Salmón al presidente de la Junta, comentaba: “Mi anhelo por acrecentar el crédito de la Nación no se contentó con este paso, y deseando dar a los acreedores una prueba positiva de la protección que me merecen, consulté a la Junta Provisional sobre los medios de realizar el decreto de las Cortes de 13 de septiembre de 1813, por el cual se destinaron al pago de los réditos que debían satisfacerse durante la guerra con Francia y un año después los bienes, derechos y acciones de la extinguida Inquisición”. En definitiva, se trataba de hacer lo mismo o lo más parecido a lo que se había hecho en la primera etapa liberal, adecuándolo a las nuevas circunstancias. Tras esos presupuestos el

---

<sup>67</sup> ACD. PRF, tomo 39, p. 124-125.

rey decide en el decreto las siguientes cuatro cosas, 1º Que todas las rentas, acciones y derechos de la desaparecida Inquisición continúen aplicadas al pago de la deuda nacional hasta que las próximas Cortes deliberen sobre esto y decidan lo más oportuno; 2º que se observe el decreto de las Cortes de 22-2-1813 con algunas modificaciones; 3º El crédito público será obligado a cumplir los contratos pendientes siempre que los arrendatarios o inquilinos cumplan las condiciones estipuladas; 4º Que a todos los empleados del Tribunal cuyo sueldo sea superior a 12.000 reales, se les haga el descuento correspondiente. Todo ello hasta que las nuevas Cortes establezcan el sistema hacendístico oportuno<sup>68</sup>.

Para concluir citaré un tema de carácter financiero del que se ocupó la *Junta Provisional*: el del pago de un derecho de aduanas, llamado *derecho de inquisición*, a favor del Santo Oficio, que se abonaba en aduanas interiores y puertos marítimos y que lógicamente no tenía ya sentido.

El *derecho de Inquisición* en las aduanas venía de mucho tiempo atrás y ya había sido anulado por un decreto dado en Cádiz el 22 de marzo de 1813 que decía lo siguiente:

“Las Cortes generales y extraordinarias, enteradas de que quasi en todos los puertos de mar de la Península se cobraba por cuenta de la Inquisición sobre las embarcaciones a su entrada en ellos, y quando eran extranjeras o procedentes de puertos extranjeros, un derecho conocido con el nombre de derecho de Inquisición; y asimismo de que en alguno de aquellos se cobraba también sobre los caxones de libros, surtidos de estampas, pañuelos y telas estampadas, caxas de tabaco y otros efectos, este derecho con el título de registro, decretan: Desde este día queda abolido todo derecho que para gastos de Inquisición se haya cobrado, tanto en las aduanas de mar, como en las de la frontera y en las interiores. Lo tendrá entendido la Regencia del reyno para su cumplimiento y lo hará imprimir, publicar y circular”<sup>69</sup>.

Restablecido en la primera etapa absolutista de Fernando VII, su nueva abolición con la *Junta Provisional* la planteó el siguiente titular del Ministerio de Hacienda, Canga Argüelles, solicitando en oficio de 14 de abril “que esa Junta Provisional le proponga lo que se le ofrezca y parezca”. La Junta, al día siguiente, contestó esto:

“Exmo. Señor. No existiendo ya el Tribunal de la Inquisición no deben

<sup>68</sup> ACD. PRF, tomo 39, p. 129-131.

<sup>69</sup> *Colección de los decretos y órdenes que han expedido las Cortes Generales y Extraordinarias desde el 24 de febrero de 1813 hasta 14 de septiembre del mismo año*, tomo IV, p. 17.

cobrarse en dictamen de esta Junta los derechos que V. E. indica en su oficio de ayer pagarse aún en algunas aduanas del reyno con aplicación a gastos de dicho Cuerpo. Pero al mismo tiempo desearía esta Junta que V. E. pidiera igualmente a S. M. la supresión de los derechos que se ha cargado a la introducción de libros extranjeros en España, y no duda que la ilustración conocida de V. E. mirará con interés cualquiera medida que pueda contribuir a la propagación en España de los conocimientos útiles, fuente inagotable de la prosperidad y gloria de las naciones”<sup>70</sup>.

Hagamos notar en fin que la *Junta Provisional*, tanto en el asunto de los bienes como en otros, tuvo en ocasiones una doble referencia en las Cortes. Por una parte, yendo hacia atrás en el tiempo, en las Cortes de Cádiz, pues intentó restablecer lo que ellas habían dispuesto y luego había sido anulado. Por otro, hacia el futuro, en las nuevas Cortes que había que convocar, dado que la Junta tomaba a veces decisiones precarias a reserva de lo que esas siguientes Cortes decidieran<sup>71</sup>. Y también señalar que, pese al carácter supremo de la Junta y a la retórica de su texto fundacional, en la vida práctica el organismo no pide muchas veces directamente al rey que adopte tales o cuales decisiones, sino que las pide a los ministros para que hagan de intermediarios: a unos para que lleven el tema pretendido a la Junta o Consejo de Ministros, y a otros para que lo soliciten y consigan del rey. Y ya hemos visto que, no existiendo un Ministerio de Inquisición como antes, en el régimen polisinodial de los Austrias si había existido un Consejo de Inquisición, el interlocutor principal de la Junta para asuntos inquisitoriales en este período fue ocasionalmente el Ministro de Estado y muchas veces el Ministro de Hacienda.

---

<sup>70</sup> ACD. PRF, tomo 39, p. 143-144.

<sup>71</sup> Sobre las disposiciones relativas a la Inquisición de las Cortes del Trienio, véase el estudio de JUAN TO JIMÉNEZ, Consuelo, “Referencias de las Cortes del Trienio Liberal a la *extinguida Inquisición*”, que figura en este libro.

# O SANTO OFÍCIO E O DIREITO DE PUNIR

---

SONIA SIQUEIRA  
*Universidade de São Paulo*

## 1. Introdução: as novas fronteiras dos estudos inquisitoriais

O alargamento das fronteiras do conhecimento leva a repensar as explicações históricas que, nas palavras de Burke incita a “captar o socialmente invisível e ouvir o inarticulado: a memória silenciosa dos mortos”.

Compreender o homem do Passado exige penetrar outros campos como o emocional, o psicológico, o sentimental. Trilhas abertas às sondagens com vistas à elaboração do perfil do homem integral, que podem ser percorridas com o arrimo da Nova História. Implícita a necessidade de dilatação das fronteiras da historiografia inquisitorial portuguesa que, como a espanhola, analisada por Pierre Dedieu, ressent-se de maior inserção na vida social. Em geral a historiografia tem estado presa aos aspectos organizatórios e institucionais, a relações com determinados setores da sociedade, presa a questões mensuráveis vistas como definitivas apesar de sua nítida provisoriedade.

O grande desafio é, nos estudos sobre o Santo Ofício, o de fugir da ideologização vitimizandose o *eu* e demonizando-se o *outro*.

Não se há de dizer esgotadas as análises das fontes do Sano Ofício, mas tem faltado ênfase na sua inserção em quadros mais amplos, com os recursos de outros campos do conhecimento que tratam de diferentes aspectos do ser humano. São ainda poucas as inovações quanto à problemática e a

metodologia, bem como as aproximações que levem em conta os progressos de outros setores. das outras ciências humanas. Revisitar o Tribunal, em suas várias faces, em suas diversas fases é de mister, com a visão de mundo de denunciante e denunciado, de acusadores e de réus, com as pressões pessoais e coletivas, com a análise das relações inter-pessoais em grupos específicos, o papel do rei como árbitro, as relações intra eclesiais e com os poderes locais. Há ainda a ser explorada a colaboração capilar com o Tribunal, i.e., extra quadros, as nuances da ação do Santo Ofício conforme a época, o local, seus integrantes, conforme a observância da lei escrita e do direito consuetudinário como o contido nos Estilos da Inquisição Portuguesa. Sobretudo na vida do Tribunal e na busca do equilíbrio entre o entorno e os homens, bem como os fatores psicológicos, emocionais de dominadores e dominados. Urge a reconfiguração da capacidade perceptiva do estudioso da Inquisição. Não se há de fugir da História, mas sim de uma ampliação do olhar propiciando a reconfiguração de aspectos integradores de uma visão totalizante do Passado.

### **O direito de punir**

Há episódios na História que o homem moderno se empenha de maneira vã a julgar com seus próprios critérios, mas há fatos que certamente condicionados por escrúpulos éticos resistem a todo intento de uma visão objetiva. Aqui se insere o problema das punições ministradas pelos oficiais da Inquisição que tem alimentado com elas a lenda negra que, nascida no seu tempo, prolongou-se na historiografia ulterior e na atualidade incomoda a nossa sensibilidade.

Na temática que o estudo do Tribunal sugere as penas impostas pela jurisdição inquisitorial requerem, mais do que outros aspecto da instituição, grande esforço para a inteligibilidade do Passado.

Ao voltar o olhar para certos procedimentos do Santo Ofício no exercício de seu poder de vigiar e punir somos impelidos a verificar a interação homem-ambiente cultural de onde emergem tônicas que dão fisionomia própria a cada época histórica. Explicar os valores que dominaram o tempo tratando-os como dados da realidade que são, e localiza-los dentro do contexto da totalidade do existente é abrir a via para compreensão das atitudes não só dos homens que as acataram, apoiaram, que as estimularam, mas também dos que as rejeitaram.

## 2. A gênese do poder inquisitorial

O Santo Ofício nasceu em Portugal da necessidade de reformas, por iniciativa do rei com a anuência do papa, num momento de agravamento da intolerância em relação à alteridade. Esta preocupou sempre os indivíduos e as sociedades. A História guiada, por exemplo, as representações gregas nas figuras mitológicas de Górgona ou Medusa, com sua potência destruidora do Outro, a de Dionísio, representando o Outro, a de Ártemis ou Diana, estrangeira, mediando entre a cultura e a natureza.

Psicologicamente configurava-se o problema da alteridade no mundo ibérico do século XVI. A presença do Outro era personificada nos portadores de uma visão diferente do mundo externada principalmente na opção por crença diferente da cristã, como também por defender discrepâncias do estabelecido. Certamente o Outro era o que carregava o sangue judeu, mas também o cristão que cometia heresias. Nessa conjuntura criou-se o Santo Ofício. Instituição do barroco no sentido em que nasceu e vivificou à sombra do trono que o estruturou e manteve em certo sentido às suas expensas e prestigiou-o com suas mercês. Instituição para-estatal e para-eclésiástica, instalou-se também no flanco da Igreja, acolheu um sem número de privilégios para si e para seus integrantes.

A aceitação da autoridade pontifícia nas bulas que deram vida e organicidade ao Tribunal da Fé, a existência de Regimentos elaborados para nortear a sua ação refletem uma necessidade de ordem. Ajustava-se ao ordenamento pre-existente não para subverte-lo, não para uma revolução ou uma contra-revolução. Erigiu-se o Santo Ofício na confluência de duas tendências que então existiam: o universalismo da Igreja Romana com a supranacionalidade jurisdicional e o particularismo dos estados nacionais com a territorialidade jurisdicional sob a égide do príncipe. O objetivo se configurava comum possibilitando o condomínio.

Numa época de esvaziamento da autoridade tradicional o Santo Ofício recriou uma autoridade que de certa forma se inspirava em velhas ideias teocráticas. Compôs toda uma hierarquia para exercê-la. Deteve várias formas de poder.

O poder do Santo Ofício assentava-se, pois, numa base cultural e nela decorrente numa base jurídica.

A existência de uma base cultural traz implicações preliminares na aceitação da cultura como fato decisivo na configuração social, sem determinismos, mas como condicionante. Depois o pressuposto da interação homem-meio cultural. E ainda o conceito ontológico do homem

com seu conteúdo epistemológico, um telos e um escaton, permeado por um tanus.

Não se há de esquecer que no tempo prevalece a ideia deformada de um Deus vingador. Um Deus humanizado obrigado e devedor de uma lógica em que o mal se paga com o mal o bem com o bem. A heresia traduzia o mal. Este se personalizava no judeu, elemento exógeno à Cristandade. Instalara-se a ideia da intolerância divina dominando o imaginário, justificando os comportamentos. Era a época do Barroco.

Ligada a essa base, a visão de mundo dos séculos da Modernidade e nela a concepção da justiça, define-se a base jurídica. Esta criou e sustentou o poder que no conceito weberiano é “a capacidade de controlar os indivíduos, fazer com que aconteça aquilo que a pessoa quer a despeito dos obstáculos, resistências ou oposições, mudar as crenças de outras pessoas através de controles, inclusive institucionais”.

O Santo Ofício deteve o *poder em ato*, isto é o poder de modificar os comportamentos e o *poder coercitivo* que permitia o uso da força e da violência. A justificativa era o zelo pela salvação das almas e pela ordem na vida sócio-econômica, asseguradora do poder político. Com isso o Tribunal se encaixava no poder universalista do papado reafirmado pela atmosfera tridentina e na criação de um novo poder local que não atropelava o do absolutismo régio por se irmanar a ele.

### 3. O exercício do poder inquisitorial

O exercício do poder é intencional. Há uma relação entre o poder instituído e a causalidade social, portanto um nexos causal entre os comportamentos. O Santo Ofício retinha o poder de modificar os comportamentos “daqueles que convertidos à fé cristã e que desde o prazo de tolerância concedido pelo rei após a conversão forçada dos israelenses voltaram aos atos judaicos; aqueles que são natos de pais cristãos mas observam ritos judaicos, os sectários luteranos e de outras heresias e seus discípulos assíduos, aqueles que direta ou indiretamente publicamente ou secretamente prestam ajuda, conselhos ou favores aos supra mencionados de uma forma que não seja a de advogar ou patrocina-los ou ajuda-los”.<sup>1</sup>

---

<sup>1</sup> Bula *Cum ad nihil magis*. A segunda Bula, *Meditatio cordis* omitia especificações quanto à alçada do Santo Ofício. Essas foram explicitadas no Monitório da Inquisição de D. Diogo da Silva em 18.11.1536. In: *Coletório de Bulas e Breves Apostolicos, Cartas, Alvaras e Provisoes Reaes que contém a instituição e progresso do Santo Ofício em*



O exercício do poder do Santo Ofício visava a consecução de uma homogeneidade religiosa a ser definida dentro dos cânones inquisitoriais. O Outro era o herege, portanto alguém que diferia de uma pretensa harmonia social. Se ele não se enquadrava em parâmetros acordados por muitos precisava ser reduzido ao geral pela convicção ou pela força. Não se há de esquecer que ambos os recursos foram usados pelo Santo Ofício. O preventivo através da palavra – dos sermões, inclusive os dos Autos de Fé – o da censura de ideias pelo controle dos livros. Numa segunda fase se encaixam as punições que consubstanciariam os exemplos e concretizavam ameaças. Por trás avultava a ideia do resgate de corpos e de almas e a recomposição da ordem ferida. Em certo sentido poderia ser mola que acionaria a assimilação.

#### 4. O poder coercitivo e as transgressões

Punições espirituais com penitências. Punições temporais com as penas. Punições mentais e morais na decorrência das penas. Problema da heresia em suas múltiplas faces: a do conteúdo herético dos comportamentos, dos sentimentos, dos pensamentos, a do julgamento dos inquisidores e dos membros do Tribunal, da suspeição presente na opinião coletiva. Certamente o subjetivo pesou na ação do Tribunal, do mesmo modo que a mentalidade vigente, bem como as atenuantes e agravantes oriundas da percepção dos juízes. Sintomática, por exemplo a incapacidade dos visitantes do Brasil de se aperceberem da dimensão do paganismo residual nos mestiços principalmente nos mamelucos.

Basicamente as transgressões foram punidas com as exclusões espirituais, sociais, pessoais, sempre que veiculassem a heresia.

A exclusão espiritual era *ipso facto incurrenda* para o cometimento da heresia. A doutrina do Corpo Místico, básica na filosofia cristã, sugere a ideia da irmandade espiritual de todos os fieis e da assistência divina às humanas fraquezas. Trento retomara a ideia já defendida por Erhard e pelos pietistas definindo-a como a união de membros num corpo cuja cabeça é Cristo. Unidos estão os integrantes da igreja militante, da padecente e da triunfante constituindo a Cristandade e definindo dogmaticamente a Comunhão dos Santos.

O réu do Santo Ofício após abjurar suas faltas, reintegrado no seio da Igreja, redimia-se espiritualmente através das penitências, satisfações

públicas dos desvios perpetrados. Surgiam sob a forma de jejuns, que indicavam sacrifício, de orações, principalmente do rosário, evidenciando a crença no valor da oração, a religiosidade, o culto mariano. Constante era a determinação de confessar-se e comungar nas quatro festas principais da Igreja, a conselho dos confessores. Não se há de esquecer que era da competência da Inquisição dizer da frequência a esses dois sacramentos. Delegar a decisão para o confessor cabia ao Santo Ofício que assim se sobrepunha às autoridades eclesiásticas. Esmolas e doações podiam ser associadas às penitências espirituais mostrando o desapego que se devia ter das coisas materiais.

As exclusões sociais se alicerçavam na perda da liberdade de movimento, e no polo oposto, a obrigação de deslocamentos geográficos na sua contrariedade aos direitos fundamentais do ser humano, constituem um aspecto das punições aplicadas pela Inquisição.

A proibição da saída do reino pelos cristãos novos vem dos primeiros tempos da instalação do Tribunal, a despeito do interesse dos papas em dar amparo aos neo-cristãos. De tempos em tempos tais proibições eram levantadas à custa da doação de grandes somas ao reino ou à Cúria. No entanto a preocupação religiosa aparece em algumas medidas como a tomada pelo Cardeal Infante D. Henrique ao proibir a saída para as colônias sem a prova do batismo, da confissão e da comunhão.

Convém lembrar que durante o tempo da união peninsular continuaram válidas as interdições das fronteiras com as terras coloniais do domínio espanhol. As perseguições dos comerciantes e mercadores portugueses levada a efeito pelo Tribunal de Lima são exemplos contundentes.

A proibição da mobilidade geográfica não era apenas de fundo étnico, mas também socioeconômica. Em pauta o temor da burguesia que ascendia e atropelava os valores estabelecidos.

No campo das punições estava o degredo, recurso usado não apenas pelo Santo Ofício, mas pelos tribunais eclesiásticos ou pelos reinóis. O degredo determinado pelo Santo Ofício foi regulado pelo Regimento de 1552; o de 1640 estimulou o tipo de pena em consonância com o crime, as circunstâncias e o infrator. O destino ficava ao arbítrio dos Inquisidores: os lugares da África, as ilhas e o Brasil. Muitas vezes o tempo designado era superior àquele previsto pelas Ordenações. Todas as faltas da alçada da Inquisição podiam ser punidas com o desterro. Para os lugares da África – São Tomé, Cabo Verde, Príncipe, ilhas do Golfo da Guiné – podiam também ser mandados nobres acusados de fingir virtudes, revelações, milagres, bem como os incursos no jacobinismo e os que casavam com

freiras professoras. Desde o século XVII os réus do Santo Ofício podiam ter o degredo comutado para o Brasil dobrando-se-lhes o tempo da punição, o que foi suspenso em 1637<sup>2</sup>.

A privação da liberdade se dava na reclusão aos cárceres do Santo Ofício ou, se necessário, pela falta de lugares, aos cárceres da justiça civil ou a alguma instituição religiosa – conventos ou mosteiros. Prendiam-se os réus para processá-los, antes da formatação das culpas. A prisão era, no caso, uma pré-condenação visto que os processos arrastavam-se com longa duração.

Os cárceres do Santo Ofício por certo eram terríveis como todas as prisões de todos os tempos, particularmente naqueles em que se cuidava de fazer sofrer os que a justiça marcava. Curiosos os versos do fidalgo Francisco Manuel de Melo sobre a cela em que esteve preso: “casinha desprezível, mal formada/ furna lá dentro mais do que inferno escura/ fresta pequena grade bem segura,/ porta só para entrar, logo fechada/ cama que é potro, mesa destrocada.” (século XVIII). Nada indica fossem os cárceres inquisitoriais enxovias ou tumbas sem ar ou sem luz. Hipólito da Costa que os experimentou não os descreve terríficas. Mas eram prisões.

O Santo Ofício penalizava com a exclusão também os descendentes dos autuados. Exclusão de mercês, de benefícios, privilégios, cargos públicos eram herdados na transmigração da pena. Em vigor os Estatutos de Pureza de Sangue, que o tempo se encarregou de abrandar.

A desorganização do grupo familiar a partir da obrigatoriedade da delação bem como a interferência nas associações econômicas que sustentavam o Capitalismo Atlântico inclusive com o comércio triangular entre a Metrópole, o Brasil e a África com a intermediação das Ilhas tem peso nas explicações da vida nos séculos XVI e XVII.

A privação da liberdade de pensar tornava-se concreta na vigilância exercida sobre as ideias e os sentimentos cerceando o direito de expressá-los. A censura prévia daquilo a ser publicado ou das obras de arte que se pretendesse expor ancorava tal comportamento. Colimava com a queima de livros defesos nas solenidades dos Autos de Fé. O costume da queima de livros não é invenção do Santo Ofício, mas da Antiguidade, defendido depois nos anos médios por Santo Atanásio. Nos anos modernos tais livros eram vistos como veios por onde se escoariam ideias libertárias e desagregadoras da unidade cristã.

<sup>2</sup> Carta do Inquisidor Geral ao Inquisidor Simão Cayedo. *In*: Santo Ofício, tomo XXVII fls. 48-9. Biblioteca Nacional de Lisboa, Reservados nº 1537 dos Manuscritos.

As exclusões individuais abrangiam o trabalho forçado nas galés, punição aplicada pelo Santo Ofício dependendo o tempo da matéria julgada e da atitude do réu: a heresia apenas esboçada ou perfeitamente configurada.

O tempo de servir nas galés foi variável até 30.11.1606 quando Carta de Lei proibiu o degredo para as galés por menos de dois anos para dar tempo aos degredados de “saberem o estilo das galés”<sup>3</sup> Sentenciados pelo Tribunal da Fé os réus eram entregues à justiça do rei, aguardando confinados nas prisões comuns onde iam sendo gradativamente aproveitados como remadores das galés que de 1584 a 1604 navegavam pelo Tejo, patrulhando a região<sup>4</sup> Aos juizes da coroa cabia embarca-los e suspender-lhes as prisões. Findo o cumprimento da pena eram registrados pelo Escrivão das Galés nos Livros de Matrículas que depois recolhiam à Casa de Suplicação e à Casa do Porto. Responsável pelos presos era o capitão-mor das galés. O trabalho no Tejo foi trocado pelo serviço nas galés de Castela (Carta Régia de 3.8.1604)<sup>5</sup> para aonde ainda eram mandados em 1620 (CR de 22 de setembro). Em 1610 iam para as galeotas da Mina. Em 1622 o rei consultava o Conselho de Portugal, dada a inexistência de galés, sobre a possibilidade de enviar os réus para as Conquistas do Maranhão e Pará, com o fim de esvaziar as cadeias. Com a resposta negativa, em 1624 foram então mandadas construir prisões chamadas galeras que até o século XVIII abrigaram os condenados.

Havia o cerceamento das formas essenciais da liberdade de pensar, de expressar-se e de viver, conforme sintetizou Stuart Mill.

O segredo limitava a liberdade de expressão. As regras eram diferentes se vistas do ângulo do Tribunal, se dos hereges, principalmente quando estes eram os descendentes dos judeus. A liberdade de expressar o próprio pensamento e as próprias opiniões põe em relevo o problema do silêncio e do segredo, consubstanciado na fase final dos processos do Santo Ofício com a assinatura do Termo de Soltura e Segredo.<sup>6</sup> A raiz do segredo estava na existência de um poder político subordinado a uma crença, a uma fé religiosa.

---

<sup>3</sup> SILVA, José Justiniano Andrada e. 1854. *Coleção cronológica da legislação portuguesa*. Lisboa, vol. I, p. 184-5.

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 85-6.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 89.

<sup>6</sup> Georg Simmel, na sua *Sociologia*, capítulo V, analisa o Segredo como fato social partindo da premissa de que cada indivíduo oferece uma parte clara e outra escura de sua personalidade. Sempre se sabe algo de outros. Nesse saber há parte de erros e de preconceitos.

O segredo era intrínseco ao Santo Ofício, na sua existência, na sua processualística. Segredo das faltas implicando a ocultação dos delatores, a quebra do segredo dos confessionários. Romper o segredo do pecado seria a salvação do pecado. O bem coletivo pairava acima dos individuais. A existência do criptojudaísmo não podia ser aceita como uma ocultação. Ia além, era uma mentira com consequências que ultrapassavam a opção individual. Não se poderia esquecer que a falta de um atrairia a ira dos céus para todos. Os judeus tinham culpa diante da divindade, os cristãos por tolera-los. Ora o segredo no meio cripto-judaico era condição de sobrevivência, nos meios inquisitoriais ia além: era condição de eficiência de resultados.

Ao Santo Ofício cabia o que julgava ser o desnudamento da Verdade, daí o silêncio imposto sobre suas ações, o que de resto insuflaria o medo garantindo sua autoridade. Era natural, pois que nos trâmites processuais para a admissão nos quadros do Tribunal fosse essencial a capacidade de manter segredo. Por esse motivo muitas habilitações foram recusadas. Pelo desrespeito a esse quesito houve processos em que aparecem como réus membros da Inquisição. Eram humanas debilidades e indiscrições.

A base da sustentabilidade do sagrado estava na confiança mútua dos que integravam os quadros inquisitoriais.

“O segredo não está em conexão com a ideia do mal, mas o mal está sempre em conexão com o segredo por que se oculta tudo o que parece imoral”. Não se há de estranhar pois, esteja na questão do segredo uma das bases detrativas do Tribunal.

O exercício do poder coercitivo pelo Santo Ofício induz a considerações sobre algo mais amplo localizado ao nível da cultura vigente, a saber, o sentido da presença do Outro, fundamental para a compreensão do sentido da vida e para a afirmação da identidade.<sup>7</sup>

## **5. Agressões físicas, morais, mentais e psicológicas das punições**

As punições acarretaram consequências morais e psicológicas ao indivíduo e à coletividade: a dor, o sofrimento, o medo, a solidão, a angústia, o desencanto, a desconfiança, a vergonha, a humilhação, a revolta. Coexistem os ressentimentos motivados pelas injustiças, pela

---

<sup>7</sup> Na fundamentação conceitual pode ser útil o recurso à sociosemiótica centrada na emergência da significação contida nos discursos e nas práticas sociais. Cf. LANDOWSKI, Eric. 2002. *Presença do Outro. Ensaios de semiótica*. São Paulo: Perspectiva.

consciência da impotência diante das discriminações. Significativo o desabafo de Bento Teixeira dirigido aos Inquisidores: “Deus Nosso Senhor foi servido que meus pais fossem cristãos novos e eu fosse seu filho. Que culpa tenho eu?”<sup>8</sup>. Adentramos o caminho da História dos Sentimentos e da Sensibilidade, caminho raramente explorado na temática das pesquisas inquisitoriais embora se imponha numa revisita aos estudos da instituição. Campo incerto, permeado pelas dificuldades de se perscrutar as intimidades ocultas ou ocultadas na documentação, soterradas nas fórmulas oficiais dos registros, de se controlar as subjetividades das apreciações, de se precaver contra as ideologias. Em suma, do perigo do afastamento da História, perspectiva desafiante, mas não impossível de ser superada. Os fatos podem permitir fundamentar a realidade vivida. Emblemática a análise feita pelo professor Eduardo França do comportamento dos cristãos novos na Bahia invadida pelos holandeses no século XVII.<sup>9</sup>

Um outro olhar sobre o Santo Ofício ao se tentar transpor outras fronteiras do conhecimento histórico. “É como se aquilo que esteve por muito tempo mergulhado numa zona de sombra ou em algum ponto cego da teoria ganhe visibilidade. Sua identificação resulta em algo que não estava no horizonte teórico-conceitual.”<sup>10</sup> São permissíveis reflexões sobre os sentimentos. Em primeiro lugar sobre a dor e o sofrimento.

O poder de um homem ou de uma instituição pode ser medido pela somatória da dor e do sofrimento que pode produzir sem que suas prerrogativas sejam ameaçadas pelo rigor das leis ou rebeldia das vítimas. Configura-se a lei do mais forte. O Santo Ofício teve o poder de infringir a dor para punir transgressões reais ou aparentes. Decorrência natural o clima de temor que medrava à simples notícia da chegada da inspeção inquisitorial como ficou registrado no tempo da Visitação ao nordeste do Brasil.

A liberdade de fazer punir é a face sombria do poder. O limite extremo é a morte da vítima. A livre disposição de provocar a dor é um meio arquetípico do poder sobre uma sociedade ou um homem. Derrama-se sobre a vítima, sem necessariamente mata-la, mas criando cicatrizes na

---

<sup>8</sup> Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [AN/TT], Tribunal do Santo Ofício [TSO], Inquisição de Lisboa [IL], processo [proc.] 5206.

<sup>9</sup> FRANÇA, Eduardo d’Oliveira. 1970. “Um problema, a traição dos cristãos novos na Bahia em 1624”. In: *Revista de História*, São Paulo, nº 83.

<sup>10</sup> VAINER, Carlos B. 2005. “Reflexões sobre o poder de mobilização e imobilização na modernidade”. In: POVOA NETO, Helion & FERREIRA, Ademir Pacelli (orgs.). *Cruzando fronteiras disciplinares. Um panorama dos estudos migratórios*. Rio de Janeiro: Revan.

memória das sevícias por fazer-se sentir em casos de reincidência ou má conduta.

Por trás desse poder que pode chegar aos extremos da morte delineia-se o problema das ideias, das crenças e dos sentimentos contidos na mentalidade coletiva. Nela sobressai o horror à heresia, a rejeição ao diferente. Subjacente o conceito sobre o Outro.

Ao impor a dor procura-se destruir a personalidade da vítima como elemento simbólico de uma relação inspiradora da extrapolação do poder. Psicologicamente a imposição da dor visa quebrar o sentimento de identidade da vítima para induzi-la a revelar segredos importantes, produzir o complexo de culpa por um engajamento político, mental ou religioso. Demonstra a vontade de reduzir a vítima a um objeto. É uma pressão sobre a humanidade do homem. Agride a memória que guarda a lembrança da dor sofrida. Esta abre uma brecha entre o *eu* e o mundo. Longa, senão impossível a retomada da segurança ontológica necessária à existência e à confiança nos outros.

A dor física aparece nos tormentos, nos açoites, no trabalho forçado das galé e das galeras.

A água, o potro e a polé agrediam fisicamente com a sufocação e o mau trato das cordas, das pressões sobre os membros, dos deslocamentos. Com a tortura procurava-se converter o sofrimento em modo de controle político, religioso ou moral. Não visava a sua aplicação obter a confissão, mas buscava sutilmente colocar a vítima à mercê do torturador que tinha um domínio absoluto sobre o corpo do torturado, sua intimidade, sua dignidade, suas convicções. A tortura traduzia um modo de atingir o Outro na sua maior profundidade. Os registros da aplicação do tormento ainda esperam pesquisas que permitam sua recomposição.

Ao se refletir sobre a dor e o sofrimento – aspectos das punições inquisitoriais – há de se ter em conta a mentalidade cristã eivada do misticismo prevalente em muitos setores da sociedade dos Séculos de Ouro. Conceito místico a-temporal. Oferecendo a dor o cristão se esforçaria para pagar a dívida contraída pelo sacrifício de Cristo. O sofrimento consentido seria prova de amor e de devoção.

Sob outro aspecto fazer o Outro sofrer justifica-se por que ele encarna o Mal a ser extirpado tornando justo o castigo sob todas as possíveis formas. Não se há de esquecer que o Ocidente estava na época tomado pela febre obsidional do cerco demoníaco que visava a sua destruição, como bem o notou Delumeau na sua História do Medo no Ocidente. Na opinião pública o diabo ter-se-ia travestido nos judeus, nos feiticeiros, nas bruxas, nos hereges,

que perpetravam “gravíssima ofensa da divida majestade, eram escândalos da fé ortodoxa, ruina e perdição irreparável da salvação das almas”.<sup>11</sup> Havia o pressuposto de o Santo Ofício encarnar a função de executor da justiça necessária nesta e em outra vida. Encaixam-se aqui as condenações *pos mortem* com o desenterramento dos despojos fúnebres, a exclusão da terra benta dos cemitérios.

Há uma relação do homem com a dor dentro da trama social e cultural. A ação inquisitorial põe a descoberto a problemática do sofrimento, da dor e da morte buscando a elucidação de paradigmas ético-religiosos. Sofrer quer dizer ter dor, física ou moral. Surge no confronto com as relações com o Outro percorridas através das violências, das opressões, da extinção. Violência das punições, aniquilamento da individualidade, eliminação da presença ou mesmo da vida. Vigorou também a ideologia do sofrimento benéfico da vítima culpada e do carrasco inocente.<sup>12</sup> E ainda a ideia pedagógica da necessidade do sofrimento.<sup>13</sup>

No domínio dos sentimentos, onde se encaixa a dor, cabem o medo, a inveja, o despeito, a maldade, a astúcia, o oportunismo, a serem percebidos nos comportamentos humanos não apenas dos autuados, mas dos denunciantes, das testemunhas, dos inquisidores, e daqueles que capilarmente colaboraram com o Tribunal mesmo sem integrar seus quadros. Não se pode deixar fugir do espírito a inserção social do Tribunal, sua presença nos vários níveis sociais, a partir dos processos e principalmente das confissões e denúncias, incluindo a correspondência entre o Conselho Geral, o Inquisidor Geral e entre ele e os Tribunais. Sem elidir as espinhosas relações com o clero secular, principalmente com os bispos.

As punições inquisitoriais causavam males mais profundos: o da solidão, das angústias, da vergonha, da humilhação.

A solidão dos cárceres. Não se conhecem, se existiram, relações escritas dessas angústias íntimas geradas pelo isolamento, pela falta de calor humano, atmosfera na qual os cárceres abrigavam os seres. Os que de lá saíam prometiam silêncio. Companhia de outro uso havia, excepcionalmente, não com finalidade caritativa, mas para que eventualmente em conversas fossem cometidas indiscrições sobre fatos que se queriam apurar. O

---

<sup>11</sup> Bula *Cum ad nihil magis* 25.5.1536. In: Coletório de Bulas, Breves Apostólicos, Cartas, Alvarás e Provisões Reais que contém a instituição e o progresso do Santo Ofício em Portugal. AN/TT, Livraria.

<sup>12</sup> Ver GIRARD, René. 1982. *Le bouc nécessaire*. Paris: Grasset, p. 64.

<sup>13</sup> Sobre a temática da dor cf. BRETON, David. 1995. *Le anthropologie de la douleur*. Paris: Metaillié.



resultado só poderia ser a decepção, maior descrença sobre a humanidade e a obstinação de silêncio maior. Afastado quer do contato exterior, quer do convívio com os companheiros de reclusão, a maior parte dos detentos era constituída por homens ilhados, condenados a serem companhias de si mesmos. Aos presos apenas tinha acesso o alcaide e os guardas da prisão, mas só lhes falavam com ordem do Inquisidor. Nos primeiros tempos os alcaides eram incumbidos de aconselhar os presos sobre as vantagens da auto-acusação. O costume deve ter apresentado prejuízos pois o Regimento de 1613 deu fim a tal prática. A solidão impedia os desabafos das desventuras, desconsoles ou revoltas, cerceando a vida mental. Não se há de estranhar que os presos se sentissem cada vez mais alheados do universo de seus carcereiros. Nos raros momentos de entrevistas com os Inquisidores falariam em linguagem diferente daquela dos juízes. Eram homens sós. Solidão que os tribunais prolongavam deliberada ou involuntariamente. Quando chegava a hora do diálogo este não era mais possível. Tão pouco querido. Havia o temor do mal que as palavras poderiam causar a si próprios. Nesse cenário é de fácil compreender a demência e o suicídio.

Angustias envolviam aqueles que eram obrigados a deslocamentos não conseguindo se livrar do sentimento de um incomensurável não pertencer, de um impossível sentir-se em casa, de um incorrigível estar em algum outro lugar. Sujeitos estavam aos grandes males da ausência. O degredo significa exílio, abriga a ruptura da razão, do sentimento, do cotidiano. Suas raízes deitam-se no Passado, na ideia de castigo, ligada à revelação da vigilância divina aos malefícios das faltas, à severa condenação do mal. Na realidade à violência e ao constrangimento.

A angústia dominava os encarcerados. A pena resultava menos dura do que a espera da sentença. Era lenta a marcha dos processos e lentamente se morria de angústia na expectativa sem fim purgando-se a própria inocência ofuscada pela condição de suspeito. Menos que o desconforto dos cárceres a injustiça da situação de prisioneiro podia doer em quem não tinha em consequência possibilidade de dispor de sua própria defesa, livrando-se solto.

Associada à vergonha pública a humilhação de ser discriminado. É célebre o caso relatado por Baião nos *Episódios dramáticos da Inquisição Portuguesa* do homem que saía reconciliado, mas sem qualquer recurso, vendo-se obrigado a esmolar e por estar usando o hábito penitencial sofria a recusa de qualquer caridade. Suplicava então ao Santo Ofício a mercê de poder pedir esmolas sem o hábito, condição de sobreviver. Aliás o hábito

infamava. Era causa da permanência da rejeição social. Findo o tempo do uso obrigatório ficava a obrigação de deixa-lo exposto com o nome do penitenciado. Também o nome constava de listas afixadas à porta de igrejas, guardando a memória daqueles que tinham se afastado do comportamento exigido pelo Tribunal. Guardando a desonra e insuflando a rejeição.

A humilhação do ser humano começava na teatralidade de sua prisão e apossamento de seus bens, passava pelo deslocamento da família da casa em que habitava, culminava no espetáculo do Auto de Fé público e solene, e estendia-se pela execução pública de penas como os açoites com pregão, ou a entrega com grilhões às justiças do rei.

## **6. No contraponto: o direito de defesa**

Num jogo de espelhos surge o direito de defesa dos autuados em relação à autoridade que os oprimia. Defesa que não seria certamente agressiva, mas que poderia contornar ou até atenuar os efeitos das punições. Não suprimiria a dor, mas manteria acesa disposição de lutar e engrandeceria os pequenos sucessos. O recurso às doações significativas para o reino ou para a coroa redundava em períodos de liberdade com a abertura dos cárceres e suspensão dos processos em andamento. Ligada ao dinheiro ainda a compra da boa vontade dos mestres das naus que conduziam os presos das colônias para o reino que resultava na demora de entrega-los à justiça metropolitana. O caso de João Nunes, senhor de quatro engenhos no Nordeste do Brasil pode servir de exemplo. Cristalizava-se o costume oferecendo os mestres das embarcações semelhantes vantagens aos réus que transportavam, embora nem todos pudessem auferir de tais benefícios pelo pouco dinheiro que tinham. Bento Teixeira contou ao Santo Ofício que dois marinheiros da urca flamenga que o levava preso à Metrópole tinham-lhe proposto leva-lo à noite à nau levantina que estava de partida para a Itália, em troca de 50 patacas ou de um escrito para parentes seus moradores em Lisboa. Havia ainda, a favorecer de certo modo os presos a venalidade e a corrupção entre os guardas e alguacís do Tribunal. O caso da Inquisição de Lima não é ímpar na história dos tribunais inquisitoriais.

Afluem, então outros sentimentos modelando os comportamentos, definindo práticas sociais. Inserem-se aqui a coragem de permanecer fieis a si mesmos tanto no campo religioso quanto nas práticas geradas pela religiosidade expressa na lealdade de alguns à Velha Lei até o momento da morte.

A resistência à tradição, a fidelidade étnica justificavam a duplicidade

e a dissimulação do cripto-judaísmo.

A privação da mobilidade era superada quando os perdões afrouxavam os controles e possibilitavam pequenas diásporas rumo a regiões mais liberais.

A solidão dos cárceres era compensada em geral depois de longos meses na prisão identificavam-se os vizinhos de celas e com eles passavam a se comunicar através de pancadas nas paredes contadas pelas letras do A, B, C. Mais. Lutando valorosamente para combater o isolamento faziam os presos buracos nas paredes das celas. “E depois que os guardas à noite visitavam as casas, abriam os ditos buracos e se punham a falar, com um acento tão brando e sossegado, que nem os próprios que estavam na casa, seus companheiros, entendiam o que falavam se não chegavam muito perto. E por estes mesmos buracos se casavam alguns com mulheres por que eram buracos por onde se enxergavam muito bem os rostos e se davam e tomavam presentes”.<sup>14</sup>

Apesar de todas as proibições e vigilâncias parece que os cristãos novos – principalmente os que iam presos do Brasil – conseguiam comunicar-se com seus amigos e parentes dando-lhes conta do termo em que andavam seus processos, escrevendo em papel ou em panos de linho delgado ou lenço que engomavam, entregando tais escritos aos que deviam sair sentenciados proximamente. Estes coziavam-nos no gibão ou no colchão e depois, fora do Santo Ofício, entregavam-nos aos destinatários. Através desses escritos os réus aliciavam as testemunhas que nas contraditas poderiam depor a seu favor, combinando com elas o que deviam dizer para dar toda a aparência de verdade em suas declarações. Solidariedade individual e grupal constata-se nesses procedimentos armas de defesa acionadas para a defesa não obstante os riscos das empreitadas.

O degredo para o Brasil resultava em viver longe espacialmente de sua história, de suas crenças, valores, costumes, do que era conhecido, familiar, mas que então estava afastado. Mesmo que provisório acabava durando. Os degredados traziam uma profissão. A análise das ocupações em que se empenhavam nas novas terras é curiosamente reveladora e pode servir de amostra para o sentido do trabalho no mundo colonial. No Brasil, pela solicitação do meio, era restituída a opção profissional: muitos condenados ao trabalho compulsório surgem exercendo os mesmos ofícios que tinham exercido antes de sua incursão pelo Tribunal da fé. Outros optaram por profissões diferentes, mas nenhuma referência ficou de trabalho forçado.

---

<sup>14</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 5206.

Desvanecia-se o sentido da pena mas permanecia a dor do exílio.<sup>15</sup> O exilado era obrigado a um renascimento mas não mudava essencialmente. O exílio é terapia de afastamento, de cerceamento de convívio, não de reconstrução total do homem.<sup>16</sup> Apesar do exílio permaneceu em muitos casos um apego residual às crenças tradicionais, explicativo de uma luta pela continuidade que reconfigurou o cripto-judaísmo.

A linguagem, do ponto de vista cognitivo, desempenha ativo papel na produção da realidade e no seu resto, expondo a rejeição de todo um grupo às crenças e às instituições que as cristalizaram. Guardam catarses de grupos do campo social portadores de reservas mentis com que se submeteram ao poder do Santo Ofício. “Com essas violências contra as leis divinas e humanas, ficaram feitos cristãos muitos corpos, mas nunca nas almas lhes tocou mácula, antes sempre tiveram imprimido o selo de sua antiga lei.”<sup>17</sup> Externavam a íntima desconformidade, proferindo palavras durante as cerimônias religiosas.<sup>18</sup>

Resistências mentais e acionais marcaram posições assumidas dia a dia não obstante as penas que sobre elas se derramavam. Incluíam-se aqui as explosões catárticas de xingamentos de imagens, desrespeitos à Eucaristia, críticas aos dogmas, rejeições a obrigatoriedades de cumprimento de imposições litúrgicas. E ainda o conspurcar as imagens do Crucificado, invocar o diabo, investir contra o Santo Ofício. Emblemática, na primeira Visitação do Santo Ofício ao Brasil, as espingardadas desferidas contra o alojamento de Heitor Furtado de Mendonça.

Não obstante todo o universo de punições que incrementava o medo e subjugava as mentes o poder inquisitorial teve suas rupturas. Se em nome da segurança muitos aceitaram, pelo menos formalmente, a intolerância, outros não o fizeram. Mesmo se alguém quisesse não poderia jamais crer por imposição de outrem.

---

<sup>15</sup> Ver a respeito SIQUEIRA, Sonia A. 1973. “O trabalho compulsório. A pena inquisitorial das galés”. In: *Anais do VI Simpósio Nacional dos Professores Universitários de História*. São Paulo, p. 354-372.

<sup>16</sup> Pertinente é lembrar as *Metamorfoses* onde Ovídio narra histórias em que homens, mulheres, deuses, animais, plantas, minerais, rios, lagos, estrelas mudam de sexo, gênero, natureza, espécie, forma, conteúdo, sempre guardando algum sinal do estado anterior. *Apud* VELHO, Gilberto. 1994. *Projeto e metamorfose: antropologia das sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar, p. 8.

<sup>17</sup> USQUE, Samuel. 1906-1907. *Consolação às Tribulações de Israel*. Ed. Mendes dos Remédios. Coimbra, p. XXX-vº.

<sup>18</sup> Ver LIPINER, Elias. 1977. *Inquisição: terror e linguagem*. Rio de Janeiro: Documentário. Item *reservas mentais*.

## 7. Considerações finais

Revisitar o Santo Ofício sugere a imersão no campo dos sentimentos e dos ressentimentos, uma tentativa de mergulhar na História da Sensibilidade já há tanto tempo lembrada por Lucien Febvre. Buscar o que está atrás dos documentos inquisitoriais, reconhecer os sentimentos como condicionantes dos comportamentos. Não se há de propor uma história da psicologia individual ou coletiva mas trazer à luz a sensibilidade como integrante da humanidade do homem. Na sua afirmação e na sua negação.

No início da Modernidade o mundo cristão acreditava-se na posse exclusiva da verdade dela decorrendo, necessariamente, a repugnância formal por quem não a possuísse, e reação a quem menoscabasse ou afrontasse a tal verdade era decorrência lógica. A heresia era uma afronta e uma provocação. Exigia providências: vigiar e punir em nome da fé. Com a intermediação do poder temporal a Igreja traduziu numa instituição jurídica – a Inquisição – o conceito de fé, fidelidade, ortodoxia e colocou-a a serviço de guardião da cultura vigente. No Tribunal se alojou a intolerância tendo como respaldo a projeção ideológica da *violência justa* calcada em Santo Agostinho. Justifica a *violência injusta* dos hereges praticada contra a Igreja e seus membros. O Tribunal foi detentor do poder coercitivo.

O exercício do poder de punir pode apresentar várias faces não excludentes, mas que oferecem cá e lá certas prevalências. Uma coisa é punir. Outra é obstinar-se sobre um culpado e fazê-lo sofrer. Desnuda-se o universo das opressões físicas, mentais, emocionais dos atingidos pela autoridade do Santo Ofício.

Próprio da cultura não é ter inventado a punição, mas a dúvida simbólica. Esta possibilitou a existência da coerção social não repressiva, mas criadora. Nesse ângulo se podem ver as tentativas de reabsorção dos hereges bem como a assimilação do grupo de sangue judaico. A sua inoperância justificou o uso das violências, tendo-se dado à heresia o contorno de crime. Usa-se a punição para conte-lo.

O poder se associou ao direito de fazer sofrer. Por vezes a vingança se aloja atrás da lei, respondendo a motivações múltiplas, pouco justificáveis em geral. Então o fazer sofrer contem uma forma de superioridade.

O suplício seria um ritual destinado não a punir, mas para mostrar o poder. Para Foucault tem função jurídico-política sendo um ritual substitutivo da soberania perdida. Sua finalidade estaria além do estabelecimento de um equilíbrio e sim no mostrar a dissimetria entre o sujeito que ousou violar a lei e o mandatário que faz valer a sua força. Afirmação enfática do poder.

A ideologia do sofrimento benéfico usada pelos apologistas do Tribunal da Fé para justificar atos violentos, não é exclusiva de um gênero da historiografia do Santo Ofício. Continua servindo para propagar a ideia do tirano benfeitor e do carrasco inocente. Também a da vítima culpada. É o mecanismo do bode expiatório presente no trabalho de René Girard.

Uma vítima é culpada dos males públicos. Os heterodoxos podiam ser os culpados pela ordem ausente ou comprometida. Entre eles tem lugar de destaque os descendentes de Moisés. “Ser judeu é ter que justificar a existência”. Judeus eram feitos culpados ontológicos. No entanto não se há de negar o peso acachapante da ideia da salvação que incluindo uma ética mística valoriza o sofrimento e aceita poder redimir a humanidade pela dor.

Limites para a intolerância institucionalizada no poder foram postos pelos oprimidos uma vez que violência e opressão não podem promover a fé. A realidade não concretizou o ideal ou a vontade de muitos. “Confisque os bens dos homens e torture seu corpo, tais castigos serão em vão, se se esperar que eles o façam mudar seu julgamento acerca das coisas” escreveu Locke na Carta sobre a Tolerância.

# SANTO OFÍCIO DA INQUISIÇÃO: DO REFORMISMO DAS “LUZES” À EXTINÇÃO. PONTUALIZANDO E QUESTIONANDO UMA TRAJECTÓRIA

---

PEDRO VILAS BOAS TAVARES  
CITCEM/FLUP

*Ex his satis liquet quantum illorum animis abhorruerit ab hac confiscationum, carcerum, suppliciorum, incendiorum saevitia, quae nunc quibusdam et nimium et sola placet, praesertim ex eorum numero qui perfectionem christianae profitentur, quorum omne studium esse decebat mederi potius quam interimere et legum severitatem intercessione sua mitigare*  
D. Erasmo, *Apologia ad monachos quosdam hispanos*

## 1. Introdução. Pressupostos de abordagem

a. Propomo-nos esboçar breve pontualização relativa ao trajecto histórico desenhado no tempo português pela Inquisição, de modo a tal tentame poder constituir síntese sugestivamente útil sobre a forma como foi actuando e sendo perspectivado o tribunal do Santo Ofício, desde as «Luzes» do pombalismo às vésperas da sua abolição<sup>1</sup>.

---

<sup>1</sup>- Por sugestão e anuência dos seus organizadores/editores, recuperamos neste volume, com as conaturais e indispensáveis alterações de reformulação e actualização que serão patentes, o texto do nosso artigo de 2002 intitulado *Da reforma à extinção: a Inquisição perante as «Luzes» (dados e reflexões)*, publicado em «Revista da Faculdade de Letras, Línguas e Literaturas», n.º XIX. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 171-208.

A comunidade académica, a sociedade e a cultura portuguesas dispõem hoje de novas e marcantes obras, em termos de segura crítica histórica, actualidade do tipo de pesquisa e cientificidade<sup>2</sup>. Mesmo assim a Inquisição continua hoje, até certo ponto muito compreensivelmente, matéria difícil de tratar, não apenas pela distância cultural dos públicos face à complexa realidade factual/contextual a reconstituir e a explicar, como também por intencionais ou ingénuos anacronismos de análise transportados para essa abordagem, e outrossim pela interferência permanente de «apologéticas» de sinal contrário, para deprimir ou desculpar a instituição eclesial.

Geralmente, se no primeiro caso se releva, apenas, o carácter religioso do tribunal, no segundo, unilateralmente se salienta e enfatiza, *ad nauseam*, o seu carácter régio e político. Sinal – a nosso ver – da pervivência de uma entranhada e nociva ideologização desta «questão», que se já há muito não deveria ser «*casus belli*» (simples forma e pretexto de ataque à Igreja Católica, obrigando-a à autojustificação defensiva), muito menos se entenderá que o possa continuar a ser depois de todo o vastíssimo incentivo à investigação científica livre, isenta e credenciada de que as universidades e instituições académicas e de pesquisa católicas, particularmente romanas e pontificias, têm dado exuberantes e frutuosa exemplos ao longo do tempo (nas ciências históricas como noutras áreas científicas), particularmente desde Leão XIII, e sobretudo desde o segundo concílio do Vaticano.

Por ocasião do jubileu do ano 2000 e no quadro de uma «Jornada do Perdão e Purificação da Memória», o papa João Paulo II exprimiu de forma emblemática – pastoralmente admirável –, sob forma de oração, o sentimento mais profundo e dominante da consciência eclesial contemporânea: “Senhor, Deus de todos os homens, em determinadas épocas da história os cristãos cederam a métodos de intolerância e não seguiram o grande mandamento do amor, deturpando assim o rosto da Igreja, tua esposa. Tem misericórdia dos teus filhos pecadores e acolhe o nosso propósito de procurar a promoção da verdade na doçura da caridade, sabendo que a verdade não se impõe a não ser em virtude da própria verdade” (12 de Março de 2000).

Como quer que seja e parece mais do que nunca patente, por muito

---

<sup>2</sup>- Permitindo-nos abdicar aqui da vasta enumeração de outras relevantes obras que ao tema têm sido dedicadas nas últimas décadas, entendemos de imperiosa justiça relevar MARCOCCI, Giuseppe; PAIVA, José Pedro. 2013. *História da Inquisição Portuguesa*. Lisboa: Esfera dos Livros, bem como as importantes “entradas” que à matéria inquisitorial portuguesa se consagram nos volumes do PROSPERI, Adriano, dir. 2010. *Dizionario Storico dell'Inquisizione*. Pisa: Ed. Della Normale.



numerosos, salutareos exemplos e promissores resultados que se possam – e podem – objectivamente invocar, a “cultura de cancelamento” dos nossos dias, aparentemente impermeável à crítica e irreductível a uma aproximação científica *sine ira et studio*, continuará as suas frondas reducionistas e simplificadoras. Tem ela conhecidos precedentes e toda uma copiosa tradição de construção de narrativas historiográficas de combate, “repositório” esse que provavelmente prefere ignorar ou lhe convem escamotear em nome das suas próprias originalidades disruptivas, mas cujo significado ideo-político e sócio-cultural ninguém deverá menosprezar...

Há algumas décadas víamos uma conhecida autora comparar o «carácter redentor» das perseguições inquisitoriais e das nazis..., do mesmo passo que lamentava uma alegada tendência actual, «de extrema importância e gravidade», para a «reabilitação» do tribunal: «em nome da objectividade e da cientificidade», alguns autores estariam a pôr a nu a «lenda negra» criada em torno desta instituição, contrapondo dela imagem bastante mais benigna<sup>3</sup>. Todavia, a verdade é que, no caso português, nos séculos XX e actual, tirando talvez António Sardinha<sup>4</sup> ou Mário Saa<sup>5</sup>, não será fácil encontrar nome significativo que, formalmente, tenha exteriorizado louvor ou simpatia pela repressão inquisitorial, enquanto, mesmo hoje (porventura mais do que nunca), “sangrando-se em saúde” no seu liberalismo, não faltarão plumitivos dedicados à perpetuação de meias-verdades ou inverdades próprias de «lenda», por manifesta inópcia de utensilagem mental e de informações factuais<sup>6</sup>.

---

<sup>3</sup>- NOVINSKY, Anita.1992. “A Inquisição: uma revisão histórica” (conf.<sup>a</sup> inaugural na abertura do I Congresso Internacional sobre Inquisição, Lisboa, 17 de Fevereiro de 1987), In *Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. São Paulo: Ed. Universidade de S. Paulo, p. 8.

<sup>4</sup>- Cf. MEDINA, João, (1988). “António Sardinha, anti-semite”. In *A Cidade*, n.º 2. Portalegre, p. 45-92.

<sup>5</sup>- Autor de *A Invasão dos Judeus*, Lisboa, 1925, obra do mais delirante e deletério anti-semitismo.

<sup>6</sup>- O jornalismo e os escritos ditos de divulgação – frequentemente publicados ao sabor do sensacionalismo – são os principais responsáveis por esta situação, e parece baldado qualquer apelo ao rigor, porque até esse apelo corre o risco de ser apontado como ensejo de «reabilitação»... Mero exemplo de uma ligeireza corrente (chamemos-lhe assim), pode ler-se em um – aliás belo e circunstanciado – roteiro do burgo portuense, de autoria de Germano Silva, que em Lisboa, Évora e Coimbra a Inquisição arrastou «atrás de si um enorme e horrendo cortejo de crimes, praticados, nomeadamente, contra a liberdade de consciência, e que iam das prisões arbitrárias às condenações à morte na fogueira». E, com habitual afoiteza, acrescentava-se: «Só naquelas três cidades milhares e milhares de pessoas penaram nos terríveis cárceres do Santo Ofício, submetidos aos mais bárbaros

Na abordagem histórica da Inquisição só a factualidade provada nos deve nortear, e nela se terá de alicerçar todo e qualquer juízo de valor, sendo certo que, em termos éticos, melhor é investir – contemporaneamente – em pessoal e concreto contributo para uma genuína civilização de solidariedade e afirmação da Pessoa Humana, na atenção, denúncia e combate aos numerosos escolhos e limites hoje postos à sua plena dignidade, do que, retrospectivamente, continuar a incentivar que se bata em peito alheio, por «culpas» de gerações que há muito nos precederam...

**b.** Também em relação à cultura das «Luzes», se não-de procurar ultrapassar persistentes clichés e gregarismos historiográficos. O renovado interesse pelos problemas religiosos, a valorização da teologia pastoral no contexto geral de uma época altamente marcada pelas questões pedagógicas e «ciências úteis», o desejo, por parte dos homens de letras, de evidenciarem, na prática, a compatibilidade e conveniência entre piedade e ilustração, simultaneamente vincando a razoabilidade da fé face aos saberes da cultura europeia contemporânea, estas são tendências de um tempo que, a nível ibérico, foi, de facto, reconhecidamente, não de impiedade, mas de tentativas de renovação religiosa.

Claro que o tempo joanino – pelo menos o da governação de Frei Gaspar da Encarnação – teria um tónus de alargamento das práticas de oração mental e de implementação de um projecto reformador na piedade quotidiana de clérigos e leigos que o pragmatismo utilitarista do tempo pombalino não toleraria, assumindo até uma orientação cultural marcadamente anti-mística, sobretudo pelo receio das consequências políticas (também

---

instrumentos de tortura. Milhares de pessoas saíram das celas inquisitoriais para subirem ao patíbulo e aí serem sujeitas ao castigo atroz da morte na fogueira» (SILVA, Germano. 2002. *Porto, uma cidade a descobrir*. Lisboa, Ed. Notícias, p. 38). Se o autor – de resto gozando de justo reconhecimento público pela sua dedicação à história da cidade invicta –, não parece ter-se sentido obrigado a ter em conta a taxativa letra dos *Regimentos do Santo Officio* (documentos mais do que suficientes para ganhar compreensível aversão ao sistema processual da Inquisição, mas limitadores de afirmações feitas «a arbítrio»), circunstância que o teria levado a modular significativamente as verbalizações por si produzidas, menos aparenta ainda ter-se preocupado em alcançar e divulgar – se não precisos – ponderados “balanços quantitativos” de uma realidade sempre trágica, qualquer que seja o real peso dos números. E todavia, quanto a esses números, e especificamente quanto à soma total de «relaxados ao braço secular» ao longo de todo o tempo de vigência da instituição, bastava que se tivesse remetido aos cálculos de Fortunato de ALMEIDA. 1968 – *História da Igreja em Portugal*, Vol. II. Barcelos: Portucalense Editora, p. 425 e 426, ou até aos dos liberalíssimos e insuspeitos José Lourenço D. de MENDONÇA e António Joaquim MOREIRA, em conhecida e divulgada obra, que frequentemente citaremos.

sociais e mesmo económicas) que a “democratização” da oração mental (até então facilmente aprendida em missões do interior e «escolas» locais de oração, informais), particularmente a oração contemplativa interior, *de quiete*, fazendo-se extensiva ao laicado casado, *maxime* se com obrigações temporais e de estado, poderia engendrar, desde logo em termos de segurança, pelo facto de as instâncias do estado eventualmente deixarem de controlar, não apenas “conciliábulo” e “conventículos”, mas os sempre temidos dinamismos de autonomia decisória e de pensamento próprio por parte de quem, independentemente da formatação da igreja e “religião oficiais” pelo paço régio, se dispusesse a dar livre curso ao seu fervor religioso. Na verdade, uma espiritualidade laical devota – à maneira de S. Francisco de Sales – não parecia combinar facilmente com os novos tempos do pombalismo.

A este título, sugerimos um simples e breve exemplo que, em termos de piedade, preludia e pode exprimir, em eloquente amostragem, os receios que acompanham a transição do reinado joanino para o josefino. Consta do *Espelho Místico*, de Frei Joaquim do Vale dos Prazeres, franciscano da província da Soledade (Lisboa, Manuel Soares, 1749). Um pequeno volume *in 12* onde este frade menor não resiste a enfaixar «alguns dictames» para instrução daqueles homens a quem tocava, fosse por que maneira fosse, alguma parte da imensa e variada gama de tarefas governativas e de exercício político próprias da sociedade de Antigo Regime.

No capítulo *O politico catholico, discurso ascetico em que se dão varios dictames catholico-políticos e economicos*, o autor retoma o magistério do bispo de Genebra e da sua consagrada *Introdução à Vida Devota* no contexto repressivo inquisitorial do setecentos luso. Não obstante todo o brado e escândalo público da leitura das sentenças que acompanhava os autos de fé, tratava-se aqui, mais uma vez, de contrariar uma «cizânia» generalizada «de doutrinas erradas» por parte de «gente mundana», a qual, desses castigos, frequentemente aplicados entre nós pelo Santo Ofício a uma «vilíssima casta de homens», surpreendidos e desmascarados nos seus «embustes e «hipocrisias», costumava tirar a conclusão errónea de que as frequentes quedas, os perigos da vida mística e dos caminhos de perfeição desaconselhariam a vida devota aos leigos comuns. Em suma, tratava-se para o autor de, pelo contrário, devidamente ressalvada a ortodoxia, sustentar a imperiosa necessidade de os leigos procurarem a santificação própria e a do seu meio envolvente. Dirigindo-se aos «senhores políticos» e aos mais «que governam famílias», dizia expressamente:

*O exercício das virtudes*» não é apenas para «beatos», mas também

«para quem tem de viver com os pundoiores do mundo e com os trafegos e pensoens de huma caza, de huma familia, e de huma vida secular e politica (...) Podeis muito bem governar as vossas cazas e familias e encher de virtudes as vossas almas. *Podeis muito bem observar as Maximas e leys politicas, sem offender vossas consciencias (...). Se quereis ser verdadeiros sabios, haveis de cuidar em alcançar as virtudes, sendo pios e sinceros para com Deos(...); se quereis valer muito, haveis de trabalhar por lograr as estimações e a honra, sendo lizos e attentiosos para com os homens (...); se quereis adquirir novas riquezas e conservar as herdadas, haveis de ser ageis e prudentes para com as cousas de vossas cazas. A primeira se encaminha a Deos. A segunda aos proximos. E a terceira ás vossas Familias. E todas á vossa espiritual e temporal conveniencia*<sup>7</sup>.

Em todo o caso há-de ter-se em conta que nesta obra o chefe de família, além da confissão mensal, própria, dos familiares e dos criados, era exortado a, «indispensavelmente», com todos os seus, ouvir missa quotidiana, a destinar pelo menos meia hora para o exercício da oração mental, «hoje tão praticada neste Reyno», e a rezar o rosário a coros. Como estas propostas seriam facilmente vistas, na prática, como pouco exequíveis, pouco «políticas» e azadas às conveniências temporais, Frei Joaquim, antecipando a objecção, limitou-se a remeter o leitor para o capítulo 26 do 2.º tomo das conhecidas e cáusticas *Vindícias da Virtude*, de Frei Francisco da Anunciação (E.S.A.)<sup>8</sup>, onde este sustentava, «contra o discurso dos políticos», que a frequência da oração mental e a vida devota não eram impeditivas de alguém cumprir as obrigações de estado, fosse no matrimónio, na «prelazia eclesiástica» ou até, especialmente, no ofício de reinar... Uma autoridade invocada que diz muito ao nosso propósito, ou não tivesse sido Anunciação, teólogo e mestre coimbrão, o mentor e organizador, no colégio universitário de Nossa Senhora da Graça, dos primeiros passos do irradiante movimento reformista-rigorista da *Jacobeia*, mercedor das maiores execrações e perseguições do pombalismo.

Francisco da Anunciação é alguém que, no tocante à realeza, invectivava os «políticos mais políticos que cristãos» que desejavam afastar os monarcas da «vida beata» e do magistério e assessoria dos regulares. Neste particular, não hesitava mesmo em escrever: «(...) para Mestres de Reys e de Principes servem e são mais necessarios Varoens consumados nas

<sup>7</sup>- Cf. PRAZERES, Joaquim do Vale dos, Frei. 1749. *Espelho Mystico* Lisboa: Manuel Soares, p. 329-331.

<sup>8</sup>- ANUNCIÇÃO, Francisco, Frei (ESA). 1726. *Vindícias da Virtude*. Lisboa Oriental: Of. Ferreiriana. Obra de publicação póstuma.

virtudes e exercicios de espirito, Mestres digo, não só de esgrima, não de cavallaria, não de solfa, não de Mathematicas, não de outras faculdades, que estas pertença a quem melhor as souber, mas Mestres da Consciencia e do que toca nos costumes, porque deste magisterio se póde esperar que saya hum rey e hum Principe Christão e verdadeiramente temente de Deos, que he o principio de toda a bondade, e da falta delle acontecerá facilmente que quando o povo esperava hum Rey de altos espiritos, se ache com hum Rey de altos fumos, Rey escravo de seus appetites do mundo». Ou ainda: «tenha o Rey Oração de um bom Anachoreta, logo o povo terá nelle não só hum grande resador e hum Beato, mas hum grande rey e hum emperador, porque a Oração lhe abrirá os olhos para que não seja cego para encaminhar o seu Reyno»<sup>9</sup>.

Ora os tempos que se avizinhavam não eram – afinal – «favoráveis a contemplativos de nenhuma escola, e, em matéria de propostas de modelos de vida para o laicado, recusado que fosse o magistério jesuítico, estigmatizado o jacobeu e fortemente questionado o oratoriano, que restaria em alternativa?»<sup>10</sup>.

A “*politique d’abord*” do cesarismo regalista / galicanismo jansenizante pombalino impunha as suas prioridades<sup>11</sup> e, como quase sempre sucede em momentos críticos de viragem política, velhos “dossiers” de história eclesiástica eram revisitados e reinterpretados com os olhos nas vidrosas questões jurisdicionais do presente<sup>12</sup>. Não eram apenas os textos dos autores jesuítas e de toda uma extensa lista de moralistas «laxos» e «monarcómacos» que ficariam sentenciados irremissivelmente nas páginas da *Dedução Cronológica e Analítica*, com evocação da sua laceração e queima feita pelo executor de alta justiça do Parlamento de Paris<sup>13</sup>; era também, à maneira de Frei Manuel do Cenáculo Vilas Boas ou de António Pereira de Figueiredo, a invocação de autores e textos prestigiados do humanismo cristão de séculos anteriores, cujo teor conciliasse o ideia de

<sup>9</sup> - ANUNCIACÃO. 1726. *Vindícias da Virtude*. Tomo 2, p. 239 e 247.

<sup>10</sup> - TAVARES, Pedro Vilas Boas. 2006. “Vícios privados, públicas virtudes. Quietismo e ética”. In *Península*, n.º 3. Porto: Instituto de Estudos Ibéricos, FLUP, p. 212.

<sup>11</sup> Vide SANTOS, Cândido dos. 2007. *O Jansenismo em Portugal*. Porto: FLUP; SANTOS, Cândido dos. 2011. *Jansenismo e antijansenismo nos finais do Antigo Regime*, Porto: Ed. CITCEM/Afrontamento; SOUZA, Evergton Sales de. 2004. *Jansénisme et réforme de l’Église dans l’Empire portugais (1640-1790)*. Paris: Fundação Gulbenkian.

<sup>12</sup> Cf. DIAS, José Sebastião da Silva. 1982. “Pombalismo e teoria política”. In *Cultura – História e Filosofia*, vol. I. Lisboa: INIC, p. 70-76.

<sup>13</sup> SILVA, José de Seabra da. 1767. *Dedução Cronológica e Analítica*. Lisboa: Manuel Manescal da Costa. Parte 1.ª, Div. 12.ª, p. 386.

restauração da “verdadeira piedade” com uma sua interiorização, mas se, e sempre que reforçadora das garantias quanto a «limites e perigos de todo o poder temporal»<sup>14</sup>.

Como quer que seja, e como deixou magistralmente bem sublinhado Jöel Sagnieux<sup>15</sup>, o movimento interno do pensamento do século XVIII assenta, em grande medida, na dupla preocupação pelo «espírito racional» e pelo «espírito histórico», como novo critério de valoração do fenómeno religioso. Com inúmeras consequências (nem todas positivas ou isentas de preversões), “o erro”, “o “preconceito”, a “superstição” e as “trevas da ignorância” tornaram-se, de facto, o inimigo comum dos arautos das «luzes». Conforme foi justamente realçado por Sagnieux, a própria noção de ilustração implicaria a harmonia entre fé e razão, na medida em que Deus é simultaneamente verdade natural e verdade revelada, e, mais do que isso, simultaneamente autor da revelação e da inteligência que discorre racionalmente sobre o mundo criado<sup>16</sup>.

Dominado por este afã reformador, mas ao mesmo tempo, estruturalmente hostil à subversão da «boa ordem» vigente<sup>17</sup>, pragmaticamente, o aparelho de estado, tendo no seu vértice monarcas absolutos iluminados, paternalmente «amantes da felicidade dos súbditos» e alegadamente desejosos do derramamento das «luzes», afinará a cada momento os meios de censura e repressão ideológica herdados do passado<sup>18</sup>, sempre dentro de princípios da eficácia máxima e engrandecimento do poder real.

A partir de alguns expressivos exemplos aqui subseqüentemente evocados não será difícil perceber que, entre outras dimensões políticas, também a atividade do aparelho inquisitorial se justificou como instrumento estatal de racionalização científica e combate reformador àquilo que o escol ilustrado dirigente coevamente tendia a considerar a ignorância

<sup>14</sup> Cf. CARVALHO, José Adriano de Freitas. 1986. “Dos significados da divulgação de J. Gerson como “profeta” do Portugal pombalino pelo P. António Pereira de Figueiredo”. Sep. da *Revista da Universidade de Coimbra*, vol. 31. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 370 e 347-372 *passim*.

<sup>15</sup>. SAGNIEUX, Joël. 1985. “Foi et Lumières au XVIII siècle”. In *Foi et Lumières dans l’Espagne du XVIII.e siècle*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, p. 11-12.

<sup>16</sup>- Sobre o alcance e extensão destes conceitos na cultura portuguesa vide SANTOS, Zulmira. 2007. *Literatura e Espiritualidade na obra de Teodoro de Almeida (1722-1804)*. Lisboa: ed. FCT/Fundação Gulbenkian.

<sup>17</sup>- Cf. v. g. ROCHAIX, Nicole. 1985. “L’Église d’Espagne et la France: Le cas de Miguel de Santander”. In SAGNIEUX, Joël, dir., *Foi et Lumières dans l’Espagne du XVIII.e siècle*. Lyon: Presses Universitaires de Lyon, p. 42-45.

<sup>18</sup>- Cf. v. g. DOMERGUE, Lucienne. 1982. *Censure et lumières dans l’Espagne de Charles III*. Paris: ed. du C.N.R.S.

rotineira e irrefletida das massas trabalhadoras iletradas, quando não o seu obscurantismo, inimigo da fé esclarecida e da “verdadeira piedade”, daí decorrendo imperativa repressão ao abuso da credulidade popular, aos embustes, à santidade fingida, à “falsa devoção” e às superstições.

Neste quadro, a observação do funcionamento do Santo Ofício e, particularmente, algum articulado do seu *Novo Regimento*, parecem-nos fornecer bom e talvez indispensável ângulo de observação às virtualidades, falências e contradições da cultura do iluminismo luso.

## 2. A Inquisição no período pombalino

### a. Hesitações e ritmos de actuação

Quando Sebastião José de Carvalho e Melo foi chamado ao poder, no início do reinado de D. José, abundavam já, como se sabe, no escol «estrangeirado» nacional, opiniões fortemente críticas quanto às formas e filosofia de actuação, entre nós, do tribunal do Santo Ofício, ou mesmo até quanto à validade das razões invocadas para a pervivência desta instituição. Todavia, o «estrangeirado» Carvalho e Melo, ele próprio *familiar do Santo Ofício* e por laços familiares ligado ao tribunal<sup>19</sup>, se bem que sensível às severas críticas que nesta matéria se nos faziam «nas nações mais polidas e cultas da Europa», irá – também neste campo – condicionar o seu reformismo aos desígnios de fortalecimento do poder real, numa perspectiva de cesarismo absolutista e de regalismo.

Tal como na contemporânea Espanha, o escol ilustrado português tinha consciência de quanto esta instituição podia continuar a ser importante ao serviço do poder político e dos fins superiores do estado; um “caritativo” combate à heresia, à superstição – e genericamente à ignorância, «mãe do erro» –, podia e devia ser integrado no quadro mais vasto da política das «luzes» de monarcas *fidelísimos* e *catolicísimos*, «protectores da Igreja» e zelosos da «felicidade dos súbditos». Visionou-se um *aggiornamento* e uma reforma da instituição, porque, naquela perspectiva, se julgou possível harmonizar inquisição e ilustração<sup>20</sup> e se reputou conveniente a adopção de

<sup>19</sup>- Cf. nomeadamente SENA, Maria Tereza. 1984. “A família do Marquês de Pombal e o Santo Ofício”. In *Pombal Revisitado*, vol. I. Lisboa: Ed. Estampa, p. 337-385.

<sup>20</sup>- Cf. ALVAREZ DE MORALES, Antonio. 1982. *Inquisición e Ilustración (1700-1834)*. Madrid, Fundacion Universitaria Española, p. 83-133.

um discurso de «defesa crítica» da inquisição<sup>21</sup>. Por isso, e por pragmatismo, o grande diplomata D. Luís da Cunha entendia que convinha conservar o tribunal «para nos preservar de inovadores e inventores de novas seitas», embora lamentando a «epidemia» e «vergonhoso mal» da «sangria» de homens e capitais para o estrangeiro por medo do Santo Ofício, e sugerindo drásticos «remédios» ao espírito e forma de actuação que continuavam a nortear o tribunal no tempo do inquisidor-geral D. Nuno da Cunha<sup>22</sup>. Mesmo o “exilado” médico cristão-novo António Nunes Ribeiro Sanches (um do mais influentes e prestigiados “oráculos” do nosso reformismo ilustrado, nas suas andanças europeias nunca desistindo de, patrioticamente, lograr marcar os rumos da governação portuguesa), declararia nas suas *Cartas sobre a educação da mocidade* (1760), pragmaticamente, em ressalva de gradualismo estratégico, «não persuadir nem aconselhar» – «por então» – «a liberdade de consciência» nos domínios do rei de Portugal<sup>23</sup>. Neste ponto, e no seio dos «estrangeirados», o «Protestante Lusitano»-Cavaleiro de Oliveira constituirá excepção, sublinhada pela eloquência da sua queima em estátua, levada a efeito em Lisboa em 1761. Mas não nos antecipemos...

Como já foi observado e se poderá facilmente confirmar, «nos anos iniciais de governação de D. José, nada de especialmente diferente parece exprimir-se, já nas directrizes da Coroa em relação ao Santo Ofício, já no seu funcionamento»<sup>24</sup>. São anos de afirmação de Carvalho e Melo no favor régio e de consolidação do seu papel pessoal como único “homem forte” junto ao trono. Com outras prioridades, o governante mexe as suas

---

<sup>21</sup>- Vide v.g. MACANAZ, Melchor Rafael de. 1788. *Defensa Critica de la Inquisicion*, 2 vols.. Madrid: António Espinosa. (Parte 2.<sup>a</sup> concluída a 26.1.1736).

<sup>22</sup>- Cf. CUNHA, D. Luís da. 1930. *Instruções inéditas a Marco António de Azevedo Coutinho*, revistas por Pedro de AZEVEDO e prefaciadas por António BAIÃO. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 65-100.

<sup>23</sup>- SANCHES, António Ribeiro. 1922. *Cartas sobre a educação da mocidade*. Ed. revista e prefaciada por Maxiano de LEMOS. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 90. Ainda assim, apontando a um futuro não distante, – dizia-se – que quem tivesse a peito a «perfeição e adiantamento» da educação da mocidade teria que pensar de que modo se deveriam «exterminar» os males causados a essa educação pela vigência da escravidão e da intolerância civil (*ibid.*, p. 95). Quanto a esta última, fazia-se a sua origem remontar a «algum poder coactivo» que os imperadores do IV e V séculos haviam concedido «aos eclesiásticos sobre os seculares cristãos», poder esse aumentado «quando os bispos vieram em França e em Espanha senhores de terras com jurisdição», aqui se observando enfaticamente – neste caso muito ao arrepio do comum e corrente entendimento – que «este poder de que uzaram e uzam ainda os Bispos, e o seu Appendix que he a Inquisição, he huã usurpação da Jurisdição da Magestade» (*ibid.*, p. 92).

<sup>24</sup>- RAMOS, Luís A. de Oliveira. 1983. “A Inquisição Pombalina”. em *Como interpretar Pombal?*. Lisboa: Ed. Brotéria, p. 112.



“peças” no “terreno” e vai tecendo a “teia” que lhe permita, numa primeira fase, assegurar-se do controlo e da docilidade do tribunal, para ulterior e oportunamente o reformar, de acordo com as novas exigências dos tempos, ou mais precisamente, de acordo com o seu próprio ideário e objectivos políticos.

Eram então intoleráveis propostas radicais de reforma do Santo Ofício, sobretudo se impoliticamente apresentadas, mas, maximamente, as propostas visando a sua pura e simples abolição. Neste quadro se inscrevem as iniciativas persecutórias movidas em Itália, em 1755, com recurso ao ministro de Portugal em Roma, António Freire de Andrade Encerrabodes, à pessoa do ex-congregado portuense Padre João Moutinho, o qual, arvorado em reformador da igreja lusitana e ausentando-se do país para alegada impetra de um benefício eclesiástico, veio a ser preso e a acabar os seus dias na Urbe, no Castelo de Sant’Ângelo, em resultado das pressões políticas de Lisboa, desejando evitar a divulgação das suas ideias eclesiais, que, entre outras coisas, implicavam a abolição do Santo Ofício da Inquisição. A via procedimental oficial, do governo (a que alguns totalitarismos contemporâneos haverão de saber recorrer, hábil e frequentemente), foi então apresentar este oratoriano, não como mestre e teólogo que era, mas como um louco, todavia suficientemente perigoso à tranquilidade e bom nome das instituições lusas para merecer os cuidados diplomáticos e repressivos de Carvalho e Melo. O Padre João Moutinho (furiosamente anti-ultramontano e anti-jesuítico, de um antijesuítismo jansenista, radical – reconheça-se – nos seus escritos, os quais, em vão intentara levar à presença e conhecimento do monarca, em audiências em Lisboa, no princípio do reinado josefino, mas em 1755 lograria imprimir em Florença), entre outras ousadias, chamara ao Santo Ofício «Ídolo» e «Monstro Político», considerando-o «uma heresia», o que foi suficiente para o todo poderoso ministro do rei «Fidelíssimo», num alarde de zelo “ortodoxo” em defesa da igreja nacional, cuidar de neutralizar o autor daquela «sátira» e «sacrílega composição», a singularíssima *Carta Dogmatico-Politica Escrita a Sua Magestade Portugueza D. Jozé O Primeiro*<sup>25</sup>, realmente um verdadeiro *Terramoto doutrinal*<sup>26</sup>!

<sup>25</sup>- Cf. FREITAS, Jordão de. 1916. *O Marquez de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição*. Lisboa: Soc. Ed. José Bastos, p. 14-21; Cf. SANTOS, Eugénio dos. 1992. “Os oratorianos e o iluminismo: algumas reflexões”. In *A recepção da Revolução francesa em Portugal e no Brasil*. Porto: Universidade do Porto, p. 357-359. Há exemplares impressos com o texto (incompleto) desta referida *Carta* na Biblioteca Nacional de França e na Biblioteca Nacional de Portugal, podendo o seu texto ser consultado digitalmente.

<sup>26</sup>- Título feliz de AZEVEDO, Carlos Moreira. 2015. *Terramoto doutrinal. A ‘Carta*

Sabe-se hoje que Ribeiro Sanches leu, comentou e sintonizou com o teor da *Carta Dogmático-Política* do Padre João Moutinho<sup>27</sup> e é de toda a evidência que a elite ilustrada e «estrangeirada» portuguesa tinha geralmente um olhar bastante crítico sobre o tribunal, dinamizando, dentro dos limites do possível, uma opinião culta desfavorável ao sistema e filosofia de funcionamento do Santo Ofício. Simplesmente, devendo sintonizar com um poder constituído todo poderoso, ao qual era mister influenciar em sentido reformista positivo, o escol oracular desse poder cedo percebe que, se não quer comprometer todo o seu ascendente, alvitres reformadores, encomendas de propostas pedagógicas e correspondentes recompensas, tem que se conter dentro das regras da prudência, do pragmatismo e do gradualismo. Basta ter lido algumas passagens das próprias «cartas» do *Verdadeiro Método de Estudar* para perceber quanto Luís António Verney desestima e ironicamente caustica a confiança vulgar posta pelos portugueses nos anteparos defensivos do Santo Ofício, particularmente no seu sistema censório “prudencial”, timorato perante a teologia moderna não escolástica-peripatética<sup>28</sup>. Se alguém se impressionar com o depoimento bastante radical e irreverente de Verney sobre o Santo Ofício, extractado por Carlos Azevedo das *Cartas Italianas* do ilustre arcediogo eborense, basta que atente em que, como nos é lembrado<sup>29</sup>, nessa data, em Itália,

---

*dogmático-política* (1755) do Padre João Moutinho contra a Inquisição. Lisboa: Temas e Debates / Círculo de Leitores. Subscrevemos plenamente as palavras de LOURENÇO, Manuel Rodrigues, in «Lusitania Sacra» n. 35 (2017), p. 327, sobre os evidentes méritos desta obra: «Resgatando ao esquecimento dados essenciais da vida do padre João Moutinho, como as datas do seu nascimento ou da expulsão da Congregação do Oratório, Carlos Azevedo introduz-nos ao contexto italiano dos preparativos para a impressão da sua obra e posterior encarceramento, proporcionando, em apêndice, o fruto de uma aturada investigação documental levada a cabo pelo autor em diversos arquivos portugueses e italianos: da Biblioteca da Ajuda ao Archivio della Congregazione per la Dottrina della Fede, e da Biblioteca Pública Municipal do Porto ao Archivio Segreto Vaticano, são dez os documentos integralmente transcritos que permitem historiar o percurso do ex-oratoriano entre o Porto, Braga, Lisboa, Florença e Roma». Se tivermos em conta que o Padre Lucas Tavares, «jansenista assumido» (SANTOS. 2007. *O Jansenismo em Portugal*, p. 56) e tão politicamente influente no reinado seguinte e no de D. João VI, segundo uma dedução de Eugénio dos Santos que cumpre testar cabalmente, foi realmente discípulo do ex-congregado do Porto, maior se torna a relevância das informações que agora nos ficam disponíveis.

<sup>27</sup> BARRETO, José. 2021. *Ribeiro Sanches e a Carta dogmático-política contra a Inquisição do Padre João Moutinho*. In academia.edu [https://www.academia.edu/45608304/Ribeiro\\_Sanches](https://www.academia.edu/45608304/Ribeiro_Sanches)

<sup>28</sup> Cf. v.g. VERNEY, Luís António. 1952. *Verdadeiro Método de Estudar, Carta 14.<sup>a</sup>*. Lisboa: Sá da Costa, vol. IV, p. 252-261.

<sup>29</sup> Cf. AZEVEDO. 2015. *Terramoto doutrinal*, p. 17-18.

já o ilustre eclesiástico caíra em desgraça, podendo por isso pronunciar-se com redobrada liberdade sobre os assuntos pátrios. E, em matéria inquisitorial, estava realmente, também ele, muito longe das perspectivas defensivas e justificadoras do Conde de Oeiras. Este, em 1755, na referida correspondência diplomática oficial a Encerrabodes, – convém sublinhá-lo –, não se poupava a inculcar, no empolado estilo que lhe é característico, que o tribunal do Santo Ofício era «eficaz e cuidadosamente» protegido da magestade do seu amo, «à imitação dos seus gloriosos predecessores», em «benefício comum da Religião dos seus Vassalos», Religião «que não se conservaria nestes reinos com a pureza com que se tem conservado até agora, sem o ministério do Santo Ofício, havendo mostrado infelizmente a experiência o que tem sucedido nos países em que a Religião se acha somente encarregada aos prelados diocesanos, sem haver tribunal que nela cuide especial e privativamente, como os há para as outras repartições do Governo Político, sendo tanto menos importantes quanto vai da Eternidade ao tempo»<sup>30</sup>.

Falecido em 1750 o cardeal D. Nuno da Cunha de Ataíde, esteve vaga durante oito anos a cadeira de inquisidor-geral. O lugar foi finalmente preenchido (24.9.1758) na pessoa de D. José de Bragança, um dos «meninos da Palhavã», filho legitimado de D. João V. E no ano seguinte entrava a fazer parte do Conselho Geral do Santo Ofício Paulo de Carvalho e Mendonça, irmão e instrumento do Conde de Oeiras. A direcção de D. José de Bragança durou menos de dois anos, nos quais terá abrandado o rigor do tribunal e não houve mais do que um auto em cada uma das Mesas de Lisboa, Évora e Coimbra. Mas se o monarca vira no seu meio irmão um servil executante de políticas em implementação, enganou-se: a insubmissão face a Carvalho e Melo e às suas posições anti-ultramontanas, agravada por um grave confronto pessoal com o ministro, acarretaram-lhe a cessação de funções em 1760 e um longo desterro no Buçaco. Para o cargo, embora não com efectividade e investido apenas por autoridade real, o ministro passava a contar, a partir de então, com Paulo de Carvalho e Mendonça. Em 1770 subiria a inquisidor-geral D. João Cosme da Cunha, arcebispo de Évora, nesse mesmo ano promovido à púrpura cardinalícia, que o anterior não envergara por haver entretanto falecido. Criatura sua, este ex-crúzio *jacobeu* dera já anteriormente inexcedíveis provas de servil docilidade a quanto Pombal equacionasse. Nessa altura «a situação estava madura para a implementação das últimas demãos na política que visava

<sup>30</sup> - Cf. FREITAS. 1916. *O Marquez de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição*, p. 16-17.

domar em absoluto a Inquisição, reorientando-lhe a trajectória»<sup>31</sup>.

Contra aquilo que já tem sido sugerido<sup>32</sup>, o ritmo dos autos-de-fé diminui depois de 1750, de acordo com uma curva descendente que vem da década anterior, depois da inversão de uma fase alta, próximo a 1730<sup>33</sup>. Não deveria, em boa lógica, suceder doutra forma, até por raízes sócio-económicas: a crise financeira de finais do reinado de D. João V, o empobrecimento do comércio português, a perspectiva de diminuição dos afluxos auríferos, aconselhavam a não assustar nem prejudicar burguesias mercantis indispensáveis à reanimação desse comércio e a um desejado e necessário fomento industrial.

Nas três mesas de Lisboa, Évora e Coimbra, de 1750 a 1765, têm lugar, respectivamente, 8 autos-de-fé públicos e 8 na sala do Santo Ofício, 5 públicos e 10 na sala, e 4 públicos e 8 na sala; estes números significam uma tendência de diminuição e sobretudo um bom sinal dos tempos: privilegia-se a sala e o auto público praticamente desaparece nestas mesas desde 1765. Findara a época dos degradantes cortejos de rua, justamente vituperados na Europa culta.

Um outro sinal positivo, de harmonia com este: em 1754 em Lisboa e em 1759 em Évora e Coimbra publicam-se as últimas listas impressas de penitenciados em autos-de-fé. No entanto, de 1750 até 1765, entre os penitenciados, não deixou de figurar gente de sangue hebreu, como aconteceu no famoso e supra referido auto-de-fé de 20 de Setembro de 1761, realizado no claustro de S. Domingos, da capital, do qual saiu a queimar vivo, com mordaza e carocha, o jesuíta Gabriel Malagrida.

Em 1765, em Lisboa, saem penitenciados os últimos processados por judaísmo, e a dinâmica de emancipação da gente de ascendência hebraica exprimir-se-á no alvará de 2 de maio de 1768, ordenando que os infamantes «róis de fintas» de cristãos novos não tivessem crédito algum em juízo ou fora dele, outrossim reprovando, cassando, anulando e aniquilando os referidos róis, seus treslados e cópias<sup>34</sup>. Mas já o auto de 1761 marca uma

<sup>31</sup>- RAMOS. 1983. “A Inquisição Pombalina”, p. 112.

<sup>32</sup>- RÊGO, Raul. 1984. “O Marquês de Pombal, os cristãos-novos e a Inquisição”. In *Pombal Revisitado*, vol. I. Lisboa: Ed. Estampa, p. 312.

<sup>33</sup>- Cf. TORRES, José Veiga. 1978. “Uma longa guerra social: os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal.”. In *Revista de História económica e social*, n.º 1. Lisboa: p. 55-68. Sobre o ritmo da repressão, podemos usar, relativamente à mesa de Évora, os abundantíssimos dados quantitativos coligidos por TAILLAND, Michèle Janin-Thivos. 2001. *Inquisition et société au Portugal. Le cas du tribunal d'Évora, 1660-1821*. Paris: Centro Cultural Calouste Gulbenkian, p. 41-123.

<sup>34</sup>- Cf. SILVA, António Delgado da. 1829. *Collecção da Legislação Portuguesa (de 1763-*

viragem: o Padre Malagrida é o último relaxado em carne no território metropolitano português.

Observe-se que na Mesa de Coimbra, considerada por Joaquim Veríssimo Serrão a mais tolerante na repressão da heresia, não se verificaram casos de relaxamento em carne ou em estátua desde 1718; a partir das listas organizadas por José Lourenço D. de Moreira e António Joaquim Moreira, aquele historiador apresenta para o período pombalino, num total de 842 penitenciados, 12 homens relaxados em carne e 3 em estátua, e 6 mulheres em carne e 6 em estátua, números ultrapassados pela Inquisição de Goa, cuja actividade não sofreu abrandamento, mesmo depois de 1761<sup>35</sup>. Só no auto-de-fé de 7 de Fevereiro de 1773 foram penitenciadas 124 pessoas, das quais dois homens e uma mulher foram relaxados em carne e cinco homens queimados em estátua.

Ao manter um ritmo repressivo elevadíssimo e prosseguindo até essa data com a prática, abandonada na metrópole, de entregar os penitenciados à justiça secular, o tribunal de Goa colocava-se contra as tendências gerais do tempo e contra a lógica do poder político vigente em Portugal: em 10 de Fevereiro de 1774 o Marquês de Pombal remetia ao governador da Índia um ofício para imediatamente se cumprir a provisão régia relativa à extinção do Santo Ofício da Índia. Com base nessas instruções foram soltos os presos, inventariaram-se os móveis, os arquivos foram enviados para o Reino e os inquisidores foram transferidos para a Inquisição de Coimbra.

Curiosamente, em contradição com o abrandamento da actividade repressiva da Inquisição na segunda metade do século e contrariamente ao que sucede noutros espaços inquisitoriais (espanhol, italiano), no período pombalino, no espaço português, situa-se uma grande concentração e incremento de nomeação de familiares do Santo Ofício. Números de José Veiga Torres, retomados por Francisco Bethencourt na sua *História das Inquisições*, mostram-nos que em Portugal, de um universo de 1639 familiares, no período de 1741-1750, ter-se-á passado a 2023 familiares, de 1751 a 1760, e a 2252 de 1761 a 1770. Nessa linha, o Brasil, dependente do tribunal de Lisboa, parece ostentar bastante mais promovidos – a familiares

---

1774). Lisboa: Typografia Maigrense, p. 339. Segundo AZEVEDO, J. Lúcio de. 1975. *História dos Cristãos Novos Portugueses*. Lisboa: Liv. Clássica Ed., p. 349-350, muitas vezes eram por malícia incluídos nomes de cristãos velhos nestas listas de descendentes de conversos que, no passado, se tinham obrigado a tributos e donativos.

<sup>35</sup>- Cf. SERRÃO, Joaquim Veríssimo, dir. 1982. *História de Portugal*, vol. VI. Lisboa: ed. Verbo, p. 132.

e a comissários – do que processados. Francisco Bethencourt, para quem a Inquisição «parece ter desempenhado um papel relativamente importante na reorganização do mercado dos privilégios, funcionando como um factor de estímulo e de consagração da mobilidade social», avança duas ordens de razões para a explicação deste fenómeno: por um lado, em período de declínio, a instituição terá sentido necessidade de alargar os seus apoios e representação social, por outro, numa sociedade em processo de mudança, a instituição terá passado a ser prevalecentemente utilizada como meio de acesso aos privilégios e instância legitimadora da promoção social<sup>36</sup>.

### **b. Defesa e instrumentalização do tribunal**

O enfraquecimento objectivo da Inquisição, no sentido da moderação repressiva e da sua assunção como tribunal de estado, submisso ao poder político, não poderia querer dizer, na manobra política e propagandística ideada por Carvalho e Melo, menosprezo, antes protecção da instituição contra os factores de erosão da sua imagem pública. O facto de o rei insistentemente se vangloriar da defesa do tribunal, particularmente – desde 1759, data da expulsão da Companhia de Jesus –, contra alegadas «intrigas» com que «os denominados jesuítas» teriam procurado deprimir a autoridade do Santo Ofício, parece-nos constituir, a par de evidente justificação e alibi político, sinal claro do desejo de represtigiarmos socialmente uma instituição em processo de adaptação institucional. A esta luz ganha sentido o alvará de 20 de Maio de 1769, pelo qual D. José, atendendo a que o Conselho Geral do Santo Ofício era «um dos tribunais mais conjuntos e imediatos» à sua pessoa, o distinguiu com título de *Magestade*; sendo essa forma de tratamento devida a todos os tribunais da corte, a honra era afinal uma equiparação...

Um critério de esvaziamento de antigas prerrogativas do Santo Ofício, de busca de nova eficácia na acção e de afirmação do estado patenteia-se na Lei de 5 de Abril de 1768, criando a Real Mesa Censória. Esta instituição significa a transferência para a influência directa do estado, tutelando e subalternizando completamente a influência da Igreja, da actividade de censura de livros e publicações. Até esta data submetida à tripla inspecção do Santo Ofício, do Ordinário e do Desembargo do Paço, a cujo parecer

---

<sup>36</sup>- BETHENCOURT, Francisco. 1996. *História das Inquisições, Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Temas e debates, p. 50-51 e 128-129. Deste mesmo autor, situando-se, fundamentalmente, numa criativa abordagem institucional e processual, consulte-se também -“A Inquisição”. In AZEVEDO, Carlos Moreira, dir., *História Religiosa de Portugal*, vol. II. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 95-131.

unânime se seguia licença para circulação, o legislador resolvera reunir estas «três repartições» em uma só junta, «composta de censores régios». A Mesa passa a ter «jurisdição privativa e exclusiva» em tudo o pertencente ao exame, aprovação e reprovação de livros e papéis: dos já introduzidos ou a introduzir no espaço português, daqueles que se pretendessem reimprimir «posto que antes fossem estampados com licenças», dos «de nova composição», de todas as conclusões que se houvessem de defender publicamente, de tudo o mais, enfim, pertencente «à estampa, impressão, oficinas, venda e comércio dos sobreditos livros e papéis». Constituída por um presidente e sete deputados ordinários, previa-se ainda que um deles fosse inquisidor da Mesa do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa, proposto pelo inquisidor-geral, e um outro, pelo que pertencia ao ordinário, fosse o vigário geral do Patriarcado de Lisboa, ou no seu impedimento o desembargador mais antigo do mesmo Patriarcado. Mero resquício do passado, sem qualquer substância... Na letra do diploma de criação da Mesa o monarca declarava que, assim como os reis seus predecessores, por razões práticas de eficácia, tinham feito criar um novo tribunal, a quem competia, especificamente, o importante negócio da pureza da fé e da religião, «não obstante ser da privativa competência dos bispos», também ele, por idênticas razões, resolvera dar outra forma «mais efectiva e segura» ao sistema censório, múnus inabdicável e inauferivelmente inerente, «desde a fundação da Igreja», à soberania temporal<sup>37</sup>.

Todavia, desde a sua fundação, a Real Mesa Censória apresentava-se como um organismo criado para obstar aos «estragos da fama da Nação Portuguesa» e às «severas críticas que as Nações mais polidas e cultas da Europa» faziam «aos tribunais da Inquisição destes Reinos» por causa dos erros e injustiças dos «censores externos» no exame de livros e papéis, proibindo «livros que se deviam permitir» e permitindo outros «que se deviam proibir». Invocando à sociedade as «maquinações» jesuíticas e ultramontanas do passado, era toda uma reorientação ideológica em marcha, patente em novas regras a observar na censura de livros, constantes do regimento da Real Mesa Censória de 18 de Maio de 1768<sup>38</sup>. Mas essa reorientação não se compadecia, evidentemente, como sublinhamos já, com o comprometimento ou descrédito da imagem pública da Inquisição. Por isso, formal e expressamente, a Real Mesa Censória não hesitaria em sair em defesa daquela instituição.

<sup>37</sup>- Cf. RÉGO. 1984. “O Marquês de Pombal, os cristãos-novos e a Inquisição”, p. 323-324.

<sup>38</sup>- Cf. RODRIGUES, Graça. 1980. *Breve História da Censura Literária em Portugal*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p. 35-39.

Assim, verificando que muitos escritores – uns, «doutos, bem intencionados e beneméritos da Igreja», mas não conhecedores do «verdadeiro estado da Inquisição deste Reino», outros, por malignidade ou por desforço de penitências «justamente impostas às suas gravíssimas culpas», – denegriam o Santo Ofício, a Mesa Censória, a 12 de Dezembro de 1769, exprimia eloquentemente a sua defesa de tão «útil e necessário» tribunal, proibindo, sob severas cominações, a posse, leitura, impressão e venda de cerca de uma vintena de títulos, escolhidos entre os mais «malignos e colericamente apaixonados» autores que se tinham debruçado sobre a Inquisição. Entre outras obras, a *Relation de l’Inquisition de Goa* de Charles Dellon, relatando as atribulações deste médico francês nas Inquisições de Goa e Lisboa antes de alcançar a liberdade, obra de sucesso editorial, publicada a primeira vez em Leiden em 1687 e efectivamente na origem de grandes campanhas de opinião contra o tribunal<sup>39</sup>; a *Sanctae Inquisitionis Hispanicae artes detectae*, publicada em Heidelberg em 1567 sob o nome de Reginaldo Gonsalvius Montanus, obra de um ou dois prófugos ao tribunal de Sevilha em 1559, aquando da repressão anti-protestante, e que em 1755, em diferentes línguas, contava 13 edições<sup>40</sup>; dentro da mesma inspiração protestante, uma outra obra de grande impacto, publicada em 1692 em Amesterdão, centrada na defesa dos valores da tolerância e «lançando pela primeira vez a publicação séria e rigorosa de documentos internos» para a história da Inquisição<sup>41</sup>: a *Historia Inquisitionis* de Filipe de Limborch. Ainda de sublinhar são a proibição de Jacques Marsollier, *De l’ Origine de l’ Inquisition*, impresso em Colónia em 1693, porque neste caso se trata da obra de um católico incorporando na sua crítica do tribunal idêntica abertura à noção de tolerância<sup>42</sup>, e a proibição das anónimas *Noticias reconditas e posthumas da Inquisição de Portugal*, impressas em Londres em 1722<sup>43</sup> e que correram a Europa em várias traduções, porque este escrito, se é que não contou mesmo com a «colaboração» ou o «patrocínio» directo do Padre António Vieira<sup>44</sup>,

<sup>39</sup>- AMIEL, Charles. 1987. “Inquisitions modernes: le modèle portugais”. In *Histoire du Portugal, Histoire Europeenne*. Paris: F. Gulbenkian, p. 58.

<sup>40</sup>- Cf. GONSALVIO MONTANO, Reginaldo. 1982. *Inquisitionis Hispanicae*. (Paris, 1857). USOZ Y RÍO, Luis de, ed. e notas. Barcelona: Diego Flores.

<sup>41</sup>- BETHENCOURT. 1996. *História das Inquisições*. p. 304-305.

<sup>42</sup>- BETHENCOURT. 1996. *História das Inquisições*. p. 315.

<sup>43</sup>- Cf. SILVA, Inocêncio Francisco da. 1859. *Dicionário Bibliográfico Português*, t. II. Lisboa: Imprensa Nacional, p. 128.

<sup>44</sup>- Como nomeadamente admitem SARAIVA, António José. 1978. “Padre António Vieira”. In SERRÃO, Joel, dir., *Dicionário de História de Portugal*, vol.VI. Porto:



exprimiam sobre os estilos do Santo Ofício ideias idênticas às que deixaria vertidas noutros opúsculos; como é sabido, as *Notícias*, frequentes queixas dos cristãos-novos ao Papa, significativa compreensão e apoio de membros da Companhia de Jesus nessas reivindicações, e especialmente o devotamento do Padre António Vieira, em Roma, em favor da «gente da nação», em 1674 tinham levado o Papa Clemente X a suspender os procedimentos inquisitoriais. Por motivações jurisdicionais do regalismo vigente, já por carta de lei de 4 de Dezembro de 1769 tinham sido proibidos mesmo autores católicos ortodoxos que, como Luís de Paramo, com a sua *De origine et progressu Officii Sanctae Inquisitionis* (Madrid, 1598), haviam tratado da origem, praxes e forma de organização da Inquisição<sup>45</sup>.

Queixava-se agora D. José a Clemente XIII dos «delitos» dos jesuítas e, entre estes, incriminava-os de fazerem em Roma campanha contra a Inquisição. Pensando nos conflitos do século anterior, difícil seria negar que eles tivessem, em certo sentido, tentado «deprimir» o Santo Ofício; mas o mais interessante e paradoxal é verificarmos que, “refazendo” o passado, combatendo os jesuítas e a «pravidade jesuítica», Carvalho e Melo, sem o reconhecer, iria afinal acolher, na sua reforma do tribunal, importantes objecções nessa época levantadas por António Vieira, António Vieira cuja *Carta Apologetica* agora se queimava na Praça do Comércio, por ordem da Real Mesa Censória de 14 de Junho de 1768... As estratégias e os desígnios da luta política intrometiam-se fortemente na abordagem das matérias referentes ou conexas com o Santo Ofício e baralhavam dados e premissas.

A instrumentalização política do Santo Ofício, particularmente dos seus teólogos qualificadores, evidencia-se no processo e sentença proferida contra o Padre Malagrida. Que por trás da humilhação e aniquilação do missionário jesuíta está o dedo de Carvalho e Melo é inegável<sup>46</sup>. Mas não nos parece que tenha sido relevado o sentido de alguns termos constantes dessa condenação. A sentença apresenta-o convicto do «crime de heresia». Prescindindo dos «novos erros heréticos» de que «fora inventor» (um acervo de absurdidades recolhido principalmente a partir de escritos que lhe foram

---

Iniciativas Ed., p. 300, e BESSELAAR, José van den. 1981. *António Vieira: o homem, a obra, as ideias*. Lisboa: Instituto de Cultura e Língua Portuguesa, p. 57.

<sup>45</sup>- Cf. FERRÃO, António. 1926. *A censura literária durante o governo pombalino*. Coimbra: Imprensa da Universidade, p. 66-69.

<sup>46</sup>- Cf. AZEVEDO, J. Lúcio de. 1990. *O Marquês de Pombal e a sua Época*. Lisboa: Clássica ed., p. 167-170. Cf. ECKART, Anselmo. 1987. *Memórias de um jesuíta prisioneiro de Pomba*. Braga: Livraria A.I., p. 107-111.

atribuídos), impressiona a obstinação com que o tribunal insiste em ver nele um «hipócrito» a castigar, na linha de tanta «hipocrisia» perseguida. Com efeito outras inculpações desacreditam o réu na identidade espiritual por si proclamada de discípulo do Padre Paolo Segneri, grande impugnador de Miguel de Molinos e do quietismo: fingida santidade – «fingir revelações, visões e locuções e outros especiais favores de Deus, para ser tido e reputado por santo» –, presunção de privilegiado discernimento espiritual ligado à contemplação passiva e desresponsabilização moral de alegadas acções pessoais pecaminosas<sup>47</sup>. O tribunal não falava em «molinismo», mas a sentença podia ser ouvida em chave anti-molinosista ao evocar a transgressão das regras da vida mística e a «imitação» dos «hipócritas»<sup>48</sup> por parte do réu. Dado o *curriculum vitae* do ancião e a sua aura popular de santidade, escolheu-se sem dúvida a mais gravosa e dura das punições...

Terá Carvalho e Melo chegado a perspectivar um idêntico processo ao Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação? Preso a 9 de Dezembro de 1768, no contexto da leitura de uma pastoral considerada rebelde à orientação e atribuições da Real Mesa Censória<sup>49</sup>, o prelado chegou a ser interrogado pelos ministros do Santo Ofício no seu cárcere do forte de Pedrouços. Foi todavia a Mesa Censória quem redigiu um *Juízo Decisivo* sobre o livro intitulado *Teses, máximas, e observâncias espirituais da jacobea*, que se teria encontrado entre os papéis do bispo, escrito «pela sua própria letra», e foi o desembargador da Casa de Suplicação e procurador da coroa José de Seabra e Silva quem se encarregou de identificar jacobeus e sigilistas, nesta «sacrílega infracção» incluindo, naturalmente, os jesuítas<sup>50</sup>. O Santo Ofício, por seu lado, fez sair um edital contra os erros dos jacobeus e sigilistas, e a Real Mesa Censória sentenciou contra os livros que ela entendeu ligar ao «sistema da Jacobea». Como é sabido, D. Miguel da Anunciação apenas saiu da prisão escassas horas

<sup>47</sup>- Cf. *Sentença* impressa, Lisboa: Of. de António Rodrigues Galhardo, p. 16-27.

<sup>48</sup>- Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas. 1995. “Molinismo e desculpabilização”. In *Via Spiritus*, n.º 2. Porto: Ed. CIUHE, p. 203-240.

<sup>49</sup>- Cf. *Sentença da Real Mesa Censória* [proferida no dia 23 de Dezembro de 1768] *contra a Pastoral Manuscrita e datada de 8 de Novembro proximo passado que o Bispo de Coimbra D. Miguel da Anunciação espalhou clandestinamente pelos Parocos da sua Diocese*. Lisboa: António Rodrigues Galhardo, 1768.

<sup>50</sup>- Cf. SILVA, António Pereira da, Frei. 1964. *A questão do sigilismo em Portugal no século XVIII*. Braga: Ed. Franciscana, p. 384 e 399-420. O *Memorial sobre o Scisma do Sigilismo que os denominados Jacobeos e beatos levantaram neste Reino de Portugal, dividido em duas partes e apresentado na Real Meza Censória pelo Doutor Joseph de Seabra da Silva*, e o *Juízo Decisivo* da Real Mesa Censória foram impressos em Lisboa, Régia Of. Tip., 1769.

antes da morte de D. José, sendo reintegrado solenemente na sua diocese e recebendo testemunho do apreço de D. Maria. Pombal, fazendo então a sua defesa, diluirá a sua responsabilidade pessoal nas atribuições do prelado remetendo-se às posições colectivas da Mesa Censória, da Mesa do Desembargo do Paço e do Conselho de Estado que teriam visto na pastoral um «crime de lesa-magestade».

Todavia, do que não resta dúvida, é que o caso do bispo de Coimbra foi o momento azado para neutralizar o importante movimento reformador e pietista da jacobea que se exprimia na acção pastoral deste prelado e adquirira importante peso na sociedade, dentro e fora dos claustros, nomeadamente por influxo das «missões» varatojanas. Agora, pela Mesa Censória, não só é execrada a memória de Frei Francisco da Anunciação (E.S.A.), «inventor e dogmatista» desta «seita», como por ela se proibem livros de alguns seus «filhos espirituais» que pacificamente haviam passado pela censura tripartida anterior e se haviam afirmado no conceito público. Concretamente, a supressão das *Máximas Espirituaes* do varatojano Afonso dos Prazeres (obra recomendada por D. Miguel da Anunciação aos párocos da sua diocese), fazia-se acompanhar duma grave e infundada insinuação: apesar de ser um fogoso anti-quietista, apesar de nas *Máximas* fugir à terminologia de Molinos, a Mesa considerava que esta obra podia favorecer posições quietistas; a doutrina por si exposta sobre as «vexações do demónio» prestar-se-ia a que se ensinasse aos fiéis «o perniciosissimo erro das violencias diabolicas nos actos externos da sensualidade»<sup>51</sup>. Aos responsáveis da Mesa Censória repugnaria o excessivo diabolismo explicativo da antropologia do varatojano, julgado, talvez com pertinência, contraproducente. Como noutros casos, a orientação oficial, purificadora e culta, autodefinia-se pela intenção de banir da vivência religiosa as coisas «alheias da magestade e pureza do Christianismo e ao mesmo tempo incompatíveis com a verdadeira e solida piedade»<sup>52</sup>. Com terminologia de ressaibos muratorianos, proibiam-se livros em que havia «dictames perigosos, tão alheios do Espirito da Igreja e da verdadeira Mystica, como incompatíveis com uma sólida, saudavel e bem regulada devoção»<sup>53</sup>. Sendo muitos desses livros, anteriormente, de pacífica circulação - como

<sup>51</sup>- Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas.1991. “*Ética e dialéctica dos sentimentos nas «máximas» do varatojano Frei Afonso dos Prazeres*”. In *Actas do I Congresso internacional do Barroco*, vol.II. Porto: Universidade do Porto, p. 484-489.

<sup>52</sup>- *Edital [de 10 de Novembro de 1768] prohibindo a Magdalena Pecadora, Amante e Penitente*, em SILVA. 1829. *Collecção da Legislação Portuguesa*, p. 373.

<sup>53</sup>- *Edital da Real Mesa Censória de 10.6.1771*, em *Collecção dos Editaes que se tem publicado pella Real Meza Censória desde 10 de Julho de 1768 até 6 de Março de 1775*.

ocorrera, superando receios e polémicas, com a *Mística Cidade de Deus*, da Madre Maria de Jesus de Agreda<sup>54</sup> -, o que estava em marcha era uma orientação ideológica desfavorável a uma religião mais do coração do que da razão, atitude desconfiada de tudo que fosse «excesso» ou visionarismo místico<sup>55</sup> e para além disso – naturalmente – hostil à espontânea constituição e fermentação religiosa de círculos devotos, de cuja absoluta fidelidade e sintonia política nunca poderia estar seguro o poder. Fica-nos a dúvida se, neste contexto, face à realidade de alguns réus que, nos anos cinquenta, saíram em auto penitenciados por «hipocrisia» e «molinismo», e não deixando as autoridades de esgrimir o fantasma do quietismo, não se estaria - objectivamente - a estimular uma demolidora assimilação, no vulgo, de devoto a «beato», e de «beato» a «hipócrita» e mau súbdito. De qualquer modo, o racionalismo e utilitarismo das «luzes» josefinas, e o elitismo cultural do escol cultural dirigente, não eram, decididamente, terreno propício ao contemplativismo místico e à frequência dos caminhos unitivos na oração, por parte dos leigos, homens e mulheres (muito menos dos que se consideravam gente comum, vulgar ou rústica), e isto ao arrepio de um larguíssimo incentivo anterior, por parte, sobretudo, das missões do interior<sup>56</sup> ...

A Congregação do Oratório proporciona-nos um outro bom exemplo da instrumentalização política do Santo Ofício, e simultâneamente, da sua subalternização.

Sabe-se hoje que as relações pessoais de Carvalho e Melo com o Oratório sofreram flutuações mas que, sobretudo desde 1760, nunca foram boas<sup>57</sup>, tendo o ministro cogitado e estado inclinado à ruína de toda a Congregação<sup>58</sup> ». O conhecido e agitado caso da recusa inquisitorial de *imprimatur* ao *De potestate regis*, do Intendente Geral da Polícia Inácio Ferreira Souto, deu pretexto ao desterro para longe da corte do censor da obra, oratoriano Padre João Baptista, e dos seus confrades Teodoro de

<sup>54</sup>- Obra suprimida a 24 de Setembro de 1770. Fora impressa em Lisboa, por Miguel Manescal, em 1684.

<sup>55</sup>- Cf. ROSA, Mario. 1991. “Prospero Lambertini tra «regolata devozione» e mistica visionaria”. In *Finzione e santità tra medioevo e età moderna*. Turim: Rosenberg & Sellier, p. 521-547

<sup>56</sup>- Permitimo-nos remeter para os caps. II e VIII do tomo I da nossa dissertação de doutoramento, intitulada *Beatas, inquisidores e teólogos. Reacção portuguesa a Miguel de Molinos*, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, Porto, 2002.

<sup>57</sup>- GIRODON, Jean. 1973. *Lettres du Père Bartolomeu do Quental a la Congrégation de l'Oratoire de Braga*, Paris: Fundação C. Gulbenkian, p. XIV.

<sup>58</sup> SANTOS, Eugénio dos. 1982. *O Oratório no Norte de Portugal. Contribuição para o estudo da história religiosa e social*. Porto: INIC, p. 159.

Almeida, João Chevalier e Clemente Alexandrino<sup>59</sup>. Na altura própria, também os oratorianos não deixarão de ser associados ao «crime» do bispo de Coimbra, mas já «delito» anterior, do Padre Valentim de Bulhões, tinha sido suficientemente indiciador, por parte do poder, da intenção de dissolução dos congregados<sup>60</sup>.

Para obtenção de licença de impressão, foram presentes à Real Mesa Censória, a 8 de Julho de 1768, umas conclusões extraídas das postilas do mestre de Lógica da Casa das Necessidades, Padre Valentim de Bulhões. A Mesa declarou ver nos textos do curso de Bulhões proposições e erros condenáveis, tendentes a «estabelecer o Pyrronismo» e a «induzir ao Fanatismo» e ao «Enthusiasmo»; declarou outrossim ver neles um «probabilismo reflexo» mais perigoso do que aquele com que os jesuítas Molina e Terillo «ficaram fazendo a guerra ao Genero Humano», e opinou que, afinal, os «systemas dos Congregados Neris» eram «os mesmos systemas dos malvados Jesuitas»<sup>61</sup>.

Epílogo: baseando-se no processo da Mesa Censória, a 8 de Agosto o rei envia uma «secretissima carta» ao Conselho Geral do Santo Ofício, dando-lhe ordem formal para a «pronta prisão» do «Heresiarca Valentim de Bulhões». Claros eram os termos dessa carta: «(...) o façaes immediatamente apprehender e reduzir, e *sem outro algum processo ou figura de juizo* a hum carcere seguro, para nelle ficar perpetuamente sem remissão e sem communicação com pessoa alguma, que não seja indispensavelmente necessaria para lhe administrar o que preciso for para a sua salvação e conservação da vida em quanto Deos Nosso Senhor lha permittir para arrepender-se»<sup>62</sup>. Uma outra singularidade se acrescentava assim aos “estilos” do Santo Ofício: neste caso, a Inquisição limitar-se-ia, como instância subalterna, a executar uma prisão, sem formar processo próprio ao réu. E, a pretexto do velho tópico de não manchar a reputação do reino, não se falaria do Padre Bulhões e dos seus erros, sendo as postilas recolhidas aos seus alunos sem se declarar o motivo das apreensões. Este oratoriano foi restituído à liberdade quando D. Maria subiu ao trono, na ocasião em que foram também soltos todos os «presos de estado» que se

<sup>59</sup>- Cf. ANDRADE, António Alberto de. 1965. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 427-428.

<sup>60</sup>- Cf. ANDRADE, António Alberto Banha de. 1982. “Pombal e os Oratorianos”. In *Contributos para a História da Mentalidade Pedagógica Portuguesa*. Lisboa: I.N.C.M., p. 425-426.

<sup>61</sup>- Cf. ANDRADE. 1982. *Pombal e os Oratorianos*. Apêndice Documental, Docs. 2 e 4, p. 452-453 e 461-463.

<sup>62</sup>- Cf. Idem, Apêndice Documental, Doc. 5, p. 465-466.

encontravam reclusos em diversas prisões de Lisboa. Pediu então certidão comprovativa de estar sem culpa alguma perante o Santo Ofício, regressou às Necessidades e passados três anos... requereu e foi nomeado para o lugar de qualificador do Santo Ofício.

É impressionante a forma como se tentou fixar, no edital de 12 de Dezembro de 1769 da Real Mesa Censória, a memória histórica e o pensamento crítico em Portugal sobre o Santo Ofício, condensando e confutando os principais argumentos contra a instituição, correntes além Pirinéus. À acusação de ser a Inquisição ofensiva «da Suprema e Real Authoridade», respondia-se: «neste Reino só por ella obram [os inquisidores] tudo o que pertence aos procedimentos externos». À acusação de ser usurpadora «do Direito dos Bispos», retorquia-se: «os mesmos Bispos foram os primeiros que a estabeleceram e sempre a quizeram». A quem taxava a Inquisição Portuguesa de «parcial dos Curialistas Romanos, para o estabelecimento e propagação das Maximas Ultramontanas», redarguia-se: «em nenhuma parte se acham mais claros e mais estabelecidos os Direitos que separam o Sacerdocio do Imperio». À acusação de «cruel e sanguinária» replicava-se: «he notorio que os Apostatas e os mais Réos de crimes capitaes em nenhum Paiz são tratados com igual benignidade depois de convencidos». Finalmente, o monarca, a quem arguia a Inquisição de interessada nos bens confiscados aos réus condenados, respondia: «he igualmente notorio que estes bens são sempre applicados nos seus casos ao meu Fisco e Camera Real, que delles não percebem cousa alguma os Ministros do Santo Officio, e que estes são pagos á custa da Minha Real Fazenda, como os de todos os outros Tribunaes da Minha Corte».

A defesa do tribunal do Santo Ofício pela Real Mesa Censória decorria de fortes razões ideológicas de fundo, correspondendo, coerentemente com a 14.<sup>a</sup> regra do seu regimento, ao encarniçamento com que a Coroa se propunha defender os súbditos lusos dos «pervertidos filósofos» dos ultimos tempos, em certa medida, na verdade, responsáveis pela imagem “viciosa” e “tirânica” da instituição. Em 16 de Junho de 1768 o *Tratado da Inteligência Humana*, de John Locke, no entender do censor Frei Francisco de S. Bento «o mais profundo metafísico do seu tempo», era pela Mesa considerado pernicioso e proibido. Os tempos não eram de “tibiezas” doutrinárias... Como é sabido, em editais subsequentes da Real Mesa Censória, como o de 24 de Setembro de 1770, marcarão presença novas e numerosas obras de «filósofos» capazes de «seduzir e corromper não só a mocidade, falta de luzes e de experiência, mas também os espiritos fracos e superficiaes, inclinados a receber, sem discernimento, toda a novidade» e «tudo o

mais», susceptível de «lisongear os sentidos e adular as suas desordenadas paixões»... Insensibilidade oficial ao «espírito da época»? Pelo contrário, a marcha dos tempos se encarregaria de demonstrar a permeabilidade do poder constituído às críticas concentradas no tribunal, parecendo legítimo ver em certas reformas empreendidas, um desejo de harmonizar a “opinião pública” e o Santo Ofício. Não devemos esquecer que a 13.<sup>a</sup> disposição do regimento da Real Mesa Censória exceptuava da proibição «os Livros compostos por aquelles Protestantes tollerados por effeito da paz de Munster e Osnaburg», particularizando «Grotio, Puffendorf, Bynkersoek, Barbeirac, Vitriario, Thomazio, Wolfio, Coccio, etc., e não só nos Corpos maiores, mas ainda nas Dissertaçoens que compozeram com differentes assumptos»<sup>63</sup>. Inicialmente *instrumentalizados* ao serviço do pombalismo e do regalismo josefino, não será, em boa parte, com base em pressupostos destes autores jusnaturalistas que se chegará um dia, finalmente, à exigência da liberdade de consciência como direito natural e inviolável, e nessa medida, a uma primeira fundamentação do liberalismo?<sup>64</sup>

### c. Consolidação das reformas

Efectivamente, logo no início dos anos setenta, novas disposições legais revelam desejo, por parte do poder, de corresponder a antigas objecções de intelectuais portugueses reformistas - da envergadura de um D. Luís da Cunha, de um Ribeiro Sanches, de um Luís António Verney -, sintonizados com a ilustração europeia, removendo alguns dos principais factores de estranheza e vituperação desta instituição, suscitadas além-Pirinéus.

Reparemos: 1770 é, como lembramos, o ano em que o Cardeal da Cunha fica colocado à frente do Santo Ofício. É também ano de consagração social e política de Carvalho e Melo, condecorado com o marquesado. Corroborando a orientação em curso, em 1771, uma carta régia veda oficialmente a celebração pública de autos-de-fé e a abandonada impressão das ultrajantes listas de penitenciados, outrossim proibindo a aplicação da pena capital sem prévia autorização do monarca.

Marcos legislativos subsequentes: em 1773 uma «saudavel Lei» extirpando a distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos, e em 1774 a reforma da Inquisição. A luta sem quartel contra a Companhia de Jesus fez destes dois altos momentos da política das «luzes», nova ocasião de

<sup>63</sup>- Cf. FERRÃO, 1926. *A censura literária durante o governo pombalino*, p. 49.

<sup>64</sup>- Cf. DIAS, J. S. da Silva. 1982. “Pombalismo e teoria política”. In *Cultura - História e Filosofia*, vol. I. Lisboa: Universidade de Lisboa, p. 86-114.

requisitório anti-jesuítico. Reiteradamente acusados de «maquinações maliciosas», culpabilizados pelo próprio divisionismo entre cristãos-novos e velhos, ao poder convinha compôr uma imagem histórica em que os jesuítas carregassem também com o mais odioso do passado do Santo Officio... Recordemos que 1773 é o ano da extinção da Companhia de Jesus por Clemente XIV.

Com efeito, de 25 de Maio de 1773 é a carta de lei que termina com a «sediciosa e ímpia distinção» de cristãos-novos e cristãos-velhos, cominando severíssimas penas para quem, «de qualquer estado, qualidade ou condição», usasse «da dita reprovada distinção» por «palavra», por «escrito», ou sustentando «discursos», «conversações» e «argumentos». Comprometendo procedimentos inquisitoriais do passado, promovendo a igualdade dos súbditos, ficavam definitivamente em paz aqueles que fossem de ascendência hebraica. Com ela terminavam as inquirições de limpeza de sangue; para as habilitações, de futuro, bastariam as informações de *vita et moribus*, e os anteriormente chamados cristãos-novos ficavam hábeis para toda a espécie de lugares e dignidades. Na letra desse «edicto perpétuo», D. José, apelando para a sua condição de soberano que «na temporalidade» não reconhecia «na Terra Superior» e de «Protector da Igreja e Canones Sagrados», mandava que «todos os Alvarás, Cartas, Ordens e mais Disposições» em contrário, ficassem desde então «abolidos e extinctos como se nunca houvessem existido», outrossim devendo os respectivos registos serem «trancados, cancelados e riscados» de modo a ficar inteiramente abolida «até a memoria» de um tal atentado, «commetido contra o Espirito e Canones da Igreja Universal, de todas as Igrejas Particulares, e contra as «Leis e louvaveis costumes» dos seus Reinos, «opprimidos com tantos, tão funestos e tão deploraveis estragos por mais de Seculo e meio»<sup>65</sup> ... Coroando uma maturação de ideias e de condições objectivas no país, assim se exprimia uma mentalidade sintonizada ou mesmo «bebida na exposição de Ribeiro Sanches sobre cristãos-novos e cristãos-velhos em Portugal, na sua redacção definitiva datada de Paris, em 8 de Novembro de 1748»<sup>66</sup>.

Embora verdadeiramente em curso, a reforma pombalina da Inquisição

<sup>65</sup>- Entre outras hipóteses de consulta, cf. SILVA. 1829. *Collecção da Legislação Portuguesa*, p. 672-678. O texto desta Carta de Lei era precedido do traslado do texto das Cartas de Lei de D. Manuel de 1.3.1507 e de D. João III de 16.12.1524.

<sup>66</sup>- RÊGO. 1984. «O Marquês de Pombal, os cristãos-novos e a Inquisição», p. 316. Cf. SANCHES, A. N. Ribeiro. 1956. *Christãos Novos e Christãos Velhos em Portugal*. Introdução de RÊGO, Raul. Lisboa:[s.e.].



consumam-se com a promulgação, em 1 de Setembro de 1774, do alvará régio de confirmação do novo *Regimento do Santo Ofício da Inquisição*, substituindo o do Inquisidor Geral D. Francisco de Castro, publicado em 1640<sup>67</sup>.

Foi aliás 1774 um ano particularmente importante. Como recordamos, em Fevereiro, ficara extinta a Inquisição de Goa; e apesar de publicado já o novo *Regimento do Santo Ofício*, entendia D. José «acabar de pôr o ultimo sello a huma obra que deo tanta gloria á Igreja destes Reinos como credito á Nação Portuguesa»: para cortar cerce abusos e más interpretações, em novo diploma de 15 de Dezembro de 1774, o legislador explicitava e ampliava providências da Lei de 25 de Maio de 1773 que proscovia odiosa distinção de cristãos-novos e cristãos-velhos. Nos termos dessa explicitação, «nunca jamais» seria lícito admitir «e muito menos decidir em Juizo ou fora d'elle» que os penitenciados do Santo Ofício - fora o caso dos hereges «impenitentes», condenados «nas penas de morte natural e de fogo» -, devessem «ficar nas suas mesmas pessoas e muito menos nas dos seus descendentes, ou maculados com as notas de Infamia e inhabilidade de facto ou de direito», ou «ficar incursos na outra pena de perderem os seu bens» para o fisco<sup>68</sup>. Cumpridas que tinham sido as penitências impostas, uma vez recebidos no grémio da Igreja, os filhos, os netos e os próprios sentenciados do Santo Ofício eram formalmente considerados aptos para cargos públicos, pelo que, «graças a semelhante abertura», ascenderam a funções na Inquisição e foram registados no rol dos familiares «indivíduos com ascendentes próximos, outrora condenados»<sup>69</sup>.

Constituindo organicamente a Inquisição em tribunal da coroa, o novo *Regimento* espelhava a situação política vigente em Portugal. O regalismo e cesarismo «esclarecido» josefino - de sempre - reflectia-se nos anos setenta num novo alento legislativo e reformador. Na expressão de Lúcio de Azevedo, o Marquês convertera em dependência da coroa «o que fora até aí somente função eclesiástica»<sup>70</sup>; mas não apenas isso: consagrando algumas ideias “antigas” de Verney e do escol ilustrado português<sup>71</sup>,

<sup>67</sup>- RÊGO. 1984. “O Marquês de Pombal, os cristãos-novos e a Inquisição”, p. 317. O *Regimento do Santo Ofício da Inquisição de 1774* foi recentemente publicado por este autor, com pequena Introdução e grafia actualizada (RÊGO, Raul. 1971. *O último regimento da Inquisição Portuguesa*. Lisboa: Ed. Excelsior). Quando doravante citarmos *Regimento*, é a esta edição que nos reportamos.

<sup>68</sup>- Cf. . SILVA. 1829. *Collecção da Legislação Portuguesa*, p. 849-852.

<sup>69</sup>- RAMOS. 1983. “A Inquisição Pombalina”, p. 114.

<sup>70</sup>- Idem, p. 346.

<sup>71</sup>- Cf. MONCADA, L. Cabral de. 1941. *Um “Iluminista” Português do século XVIII:*

finalmente incorporavam-se formalmente algumas críticas feitas ao funcionamento do tribunal, sobretudo à luz das novas concepções jurídicas sobre o processo e sobre as penas.

No novo *Regimento* alarga-se o mecanismo de defesa dos acusados e as normas do processo inquisitorial aproximam-se das do processo ordinário. Há, concretamente, três grandes alterações introduzidas a sublinhar: o segredo do processo é suprimido, ou seja, as denúncias deviam ser apresentadas integralmente aos presos, com os nomes das testemunhas, bem como das circunstâncias de espaço e de tempo. Por testemunhas singulares um processo não poderia conduzir à «relaxação», e a execução das penas capitais teria de contar com beneplácito régio. Finalmente, a tortura torna-se um procedimento «só praticável em casos gravíssimos», envolvendo «heresiarcas ou dogmatistas», de que se pudesse «esperar grande fruto». Observe-se ainda que, à luz deste *Regimento*, a infâmia e a inabilidade deixam de acompanhar os processados, presos e condenados pelo Santo Ofício e os seus descendentes. Confirma-se outrossim a proscricção das listas de penitenciados, quer impressas quer manuscritas, bem como a eliminação dos autos-de-fé, públicos e particulares, ficando a leitura das sentenças confinada às salas do Santo Ofício<sup>72</sup>.

No *Regimento* de 1774, uma das matérias onde melhor se exprime uma nova mentalidade ilustrada é constituída pelo Título XI, tratando «Dos Feiticeiros, Sortílegos, Adivinhadores, Astrólogos Judiciários e Maléficos». Neste título, a despeito de uma larga tradição anterior com base na qual a Inquisição procurava detectar e combater pactos e acções extraordinárias alcançadas «pelo poder do demónio», não apenas se nega realidade aos pactos diabólicos, como se interpretam os «crimes de feitiçaria» unicamente sob chave de superstição, impostura ou insanidade mental<sup>73</sup>.

No preâmbulo deste título - num texto de larguíssima significação cultural - invoca-se a «razão natural», a «experiência» e a «boa e sã teologia» para se afirmar a impossibilidade de os «espíritos malignos» poderem «romper as leis fundamentais da ordem da Natureza» que a Providência fez «invioláveis e imutáveis para a conservação do mundo». Partindo da

---

Luis António Verney., Coimbra: Arménio Amado Ed., p. 65-74.

<sup>72</sup>- Cf. RÉGO. 1971. *O último regimento da Inquisição Portuguesa*. p. 138-140.

<sup>73</sup>- Cf. FALCON, Francisco José Calazans. 1992. «Inquisição e poder: o Regimento do Santo Ofício da Inquisição no contexto das reformas pombalinas (1774)». In *Inquisição: Ensaios sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. São Paulo: Universidade de S. Paulo, p. 135-136.

permissa de que os espíritos diabólicos não podem atormentar as criaturas sem permissão divina, afirma-se que, assim sendo, seria «absurdo» e ofensivo da bondade de Deus supôr que uma «vil feiticeira» ou um «infame astrólogo», invocando esses espíritos, pudessem, por suas operações, privar alguém da fazenda, da saúde ou da vida. Na verdade - continua o texto - jamais houve «até ao dia de hoje» prova alguma da efectivação dos chamados «pacto implícito» e «explícito», funcionando como prova negativa o «grande número dos Processos que, pelo longuíssimo espaço de mais de dois séculos se formaram e sentenciaram em todas as Inquisições destes Reinos e seus Domínios contra os pretendidos Feiticeiros, Sortílegos, Advinhadores e Encantadores», uma vez que todas as provas havidas contra aqueles réus «se reduziram sempre às suas próprias, singulares e nuas confissões judiciais e extrajudiciais».

Apesar da relativa brandura da repressão dos «mágicos», «num país sem caça às bruxas»<sup>74</sup>, se, efectivamente, ainda em tempos do Senhor D. João V, em quase todos os autos realizados, tinham saído réus penitenciados por feitiçaria, muitos deles com «presunção de ter pacto com o diabo»<sup>75</sup>, agora, ao apelar-se para os dados da experiência do Santo Ofício, reconhecia-se implicitamente o infundamentado de tais «presunções» e, mais importante ainda, prescrevia-se uma outra atitude de circunspecção crítica, uma vez que a instrução de «volumosos processos com formalidades jurídicas e sérias a respeito de uns delitos ideais e fantásticos» era vista como algo incompatível com um «século iluminado» e com a «sizudeza e com o decoro das Mesas do Santo Ofício». Ponto de chegada e ponto de partida, os novos parâmetros do *Regimento* de 1774 consagravam, também neste caso, em relação a anteriores momentos, uma diferenciada actuação da inquisição pombalina.

Releve-se ainda, com A. H. de Oliveira Marques, que a interpreta como «demonstração inequívoca do Despotismo Esclarecido» e de supremacia da autoridade do estado, nova atitude numa outra matéria sensível: apesar das bulas pontificias condenatórias de 1738 (*In eminenti*, de Clemente XII) e 1751 (*Providas*, de Bento XIV), o *Regimento* de 1774 omitia qualquer referência à maçonaria ou aos maçons na lista de «delitos» sob a alçada do Santo Ofício e cuja denúncia se impunha aos católicos<sup>76</sup>.

<sup>74</sup>- Evocamos, evidentemente, o título de uma notável obra, a tese de doutoramento de PAIVA, José Pedro. 1996. *Bruxaria e superstição num país sem «caça às bruxas»*. Coimbra: Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, e recomendamos que, neste particular, se leiam atentamente os seus caps. 4 e 6.

<sup>75</sup>- Cf. BRAGA, Maria Luísa. 1992. *A Inquisição em Portugal, primeira metade do século XVIII*. Lisboa: I.N.I.C., p. 201-202.

<sup>76</sup>- MARQUES, A. H. de Oliveira. 1990. *História da Maçonaria em Portugal*, vol. I.

#### d. Continuidades e descontinuidades de actuação

Ao compararmos o tipo de delitos castigados na época joanina e na época josefina, a maior descontinuidade, em termos de incidência repressiva e nova orientação do tribunal, concretiza-se efectivamente em matéria de judaísmo. No entanto, embora sem dados quantitativos seguros para cada espécie de delito e na provisoriedade dos nossos actuais conhecimentos, não deixam de ser perceptíveis outras descontinuidades ou ao menos entoações específicas na acção do Santo Ofício, resultantes do seu ajustamento a novos tempos.

No tocante a feitiçaria acabamos de referir uma outra importante mudança de atitude. Essa nova racionalidade no exame deste género de delitos foi naturalmente impondo as suas regras, e os casos de superstição e impostura, apesar de continuarem relativamente frequentes, particularmente em estratos sociais mais baixos, não são comparáveis ao peso que no anterior reinado tiveram os casos de penitenciados por feitiçaria. O mesmo terá ocorrido com as «culpas de basfémia», cujas circunstâncias atenuantes ou agravantes aparecem rigorosamente referidas no novo *Regimento*, certamente em correspondência com uma prática do Santo Ofício valorizando mais a intenção herética e menos verbalizações malsonantes.

Em matéria de bigamia, as mesmas causas sociais e idêntica mobilidade no espaço português terão produzido idêntica solicitude repressiva e o efeito de uma proporcional continuidade. Continuidade ainda no tocante ao «crime de sodomia»: depois de um século anterior representando em Portugal o apogeu da repressão à homossexualidade, acentua-se no período pombalino uma tendência secular de abrandamento no aprisionamento de sodomitas e situa-se geralmente em 1768 a última prisão então feita pelo «pecado nefando»<sup>77</sup>.

Em terreno doutrinal voltam a surgir casos - muito raros - de sigilismo e manifestam-se casos de um degenerescente molinosismo, mas também menos expressivo.

Continua a ser combatido o visionarismo. O «fingimento de visões e revelações», que aumentara na primeira metade do século XVIII<sup>78</sup>,

---

Lisboa: Ed. Presença, p. 49.

<sup>77</sup>- MOTT, Luís. 1992. “Justitia et Misericordia: a Inquisição Portuguesa e a repressão ao nefando pecado de sodomia”. In *Inquisição: Ensaio sobre Mentalidade, Heresias e Arte*. São Paulo: Universidade de S. Paulo, p. 710; IDEM. 1989. “Inquisição e homossexualidade”. In *Inquisição*, vol. II. Lisboa: Universitária ed., p. 480.

<sup>78</sup>- BRAGA. 1992. *A Inquisição em Portugal, primeira metade do século XVIII*. p. 200.

continua a ser severamente castigado. Este delito aparece frequentemente associado, na pessoa dos sacerdotes, a culpas de «molinismo» e de «abuso dos exorcismos». Assim, no auto de 27 de Agosto de 1758, realizado no claustro do Convento de S. Domingos de Lisboa, em que saíram várias mulheres a açoitar por fingimentos, de uma delas, Maria do Espírito Santo, solteira, de vinte anos, filha de um barbeiro da capital, se diz que fingia «revelações, visões, extasis e outros favores especiaes do Ceo e vexações do Demonio para ser tida por mulher santa e virtuosa». Como não podia deixar de ser, neste mesmo auto não falta um tipo de padres favorecedores e inculcadores de tais fingimentos: três saem com culpas de solicitação e um quarto de «molinismo». Todos eles abusaram dos exorcismos da Igreja, mas este último, um bacharel formado em cânones, residente na Guarda, recebe pena exemplar, visto ter misturado as suas «torpezas» com «doutrinas heréticas» e «culpas de feitiçaria»: é condenado a «carcere e habito perpetuo, privado para sempre de todo o exercício de suas ordens, de honras e officios e beneficios, inabilitado para outros», com reclusão «a arbitrio nos carceres do Santo Ofício», após o que iria «degredado por dez anos para galés»<sup>79</sup>.

Depois de meados do século, embora persistam, começam a ser muito menos frequentes os delitos qualificados como «molinismo», etiqueta vinda de finais de seiscentos da condenação romana do teólogo e «mestre de espírito» Miguel de Molinos<sup>80</sup>, para designar entre nós, sobretudo, um indevido tipo de desculpabilização moral, ensaiado sob cor e pretextos piedosos. Prossegue entretanto a luta da Inquisição contra a ofensa e utilização abusiva dos sacramentos, particularmente contra a epidemia difícil de debelar da solicitação, um tipo de delito de que há penitenciados na grande maioria dos autos levados a efeito<sup>81</sup>.

No auto realizado na sala do Santo Ofício da Inquisição de Lisboa a 26 de Novembro de 1750, além de um raro sigilista - marco de uma questão desbordando do reinado anterior -, suspenso para sempre de confessar e por oito anos das suas ordens, foram castigados três sacerdotes por solicitantes; somavam-se aos dois que em Évora, a 14 de Fevereiro desse ano, em idêntico auto, realizado na sala, tinham sido penitenciados

---

<sup>79</sup>- Cf. Biblioteca e Arquivo Distrital de Évora (=BADE), *Cod. CVI/1-42*, Lista ms. do auto de 27 de Agosto de 1758.

<sup>80</sup>- Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas. 2005. *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reação Portuguesa a Miguel de Molinos*. Porto: Ed. CIUHE.

<sup>81</sup> Cf. SILVA, José Gentil. 1989. "L'Inquisition au Féminin". In *Inquisição*, vol. I. Lisboa: Universitária ed., p. 314.

pelo mesmo delito<sup>82</sup>. Em 24.9.1752, em Lisboa, sai penitenciado um frade por defender «erros de Molinos». A 30 do mês seguinte, na sala da Inquisição de Lisboa, são penitenciados mais dois padres por solicitação. Em Coimbra, a 29.7.1753, sai um outro padre por «molinista» com a sua confessada. Em 1 de Agosto desse ano, na sala da Inquisição de Lisboa, saem mais quatro padres por solicitantes. Em 1755, no dia 15 de Janeiro, na sala da Inquisição de Lisboa, saem dois frades, um por solicitante, outro por sigilista; no dia 27 de Julho desse ano, em auto realizado na Igreja de Santa Cruz de Coimbra, sai um padre «por abusar dos exorcismos e fazer curas supersticiosas para fins ilícitos»<sup>83</sup>. Em 8.10.1756, no claustro de S. Domingos de Lisboa, são penitenciados mais dois frades solicitantes. Em 28.9.1757, na sala do Santo Ofício da Cidade de Évora é penitenciado Domingos da Costa Clemente, um padre «molinista e solicitante», de Tavira, que se fingia santo «com revelações»<sup>84</sup>. A 27 de Agosto do ano seguinte, no claustro de S. Domingos de Lisboa, manifesta-se, como referimos, aquela que parece ser uma última referência expressa, em auto, e exemplarmente castigada, a delitos de «molinismo», e ainda assim mesclados com outras culpas<sup>85</sup>.

O auto de 23 de Dezembro de 1759, celebrado na Igreja de Santa Cruz de Coimbra, patenteia o desmantelamento de um conventículo de embusteiros e o castigo de mais dois padres que haviam abusado do confessorário<sup>86</sup>. Em 6 de Abril de 1761, na sala da Inquisição de Lisboa, é penitenciado mais um padre por solicitante, e no célebre auto público de 20 de Setembro desse ano, em que foram a queimar o Padre Malagrida e a estátua do Cavaleiro de Oliveira, um outro. Este grande auto volta a patentear o castigo de fingidas «vexações» e falsos «favores do Ceo» proclamados por várias mulheres. Uma delas, Inácia Maria, natural do Porto e moradora na capital, «por inculcar santidade» e «espírito de profecia», dizia que tinha vaticinado o terramoto e queria fazer um recolhimento no lugar do atentado a D. José;

---

<sup>82</sup>- Cf. BADE, *Cod. CVI/1-43*, fol. 120.

<sup>83</sup>- Cf. MENDONÇA, José Lourenço D. de, e MOREIRA, António Joaquim. 1980. *História dos principais actos e procedimentos da Inquisição em Portugal*, Lisboa: I.N.C.M., [p.192 e 278].

<sup>84</sup>- Cf. BADE, *Cod. CVI/1-42*, Lista ms. do Auto Particular da Fé de 28 de Setembro de 1757.

<sup>85</sup>- TAILLAND. 2001. *Inquisition et société au Portugal*. p. 267-268, para 26.1.1787, dá conta de uma outra acusação, aparentemente indiciadora de «molinismo», referente a actos do Padre Sebastião Gonçalves Lago, cura de Cuba do Alentejo, mas interpreta-a em chave de libertinismo.

<sup>86</sup>- Cf. MENDONÇA, MOREIRA. 1980. [p.281].

esperava-a a recompensa dos açoites públicos... No entanto, também neste auto nos aparece castigado um novo tipo de «delinquente»: Alexandre José Catela Vidigal, de Lisboa, é condenado a açoites e a oito anos de degredo em Angola porque, «sendo também sebastianista», trasladara e espalhara «profecias ofensivas do respeito do soberano e seu estado, prognosticando castigos ao Reyno»<sup>87</sup>.

Mas continuam os casos de «fingimento»: no numeroso auto de 27 de Outubro de 1765, realizado no claustro de S. Domingos de Lisboa, saem uma freira impostora e um clérigo que publicava as santidades da sua confessada<sup>88</sup>, e no auto de 20 de Setembro de 1767, realizado na sala da Inquisição de Lisboa, mais duas mulheres e um homem «por se fingir santo e ter revelações»<sup>89</sup>. Vai rareando, posteriormente, este tipo de casos.

A verdade é que a repressão em curso permitiu ao próprio Conde de Oeiras, passado pouco tempo, sublinhar uma viragem, ironizando nomeadamente com uma recente ausência de pseudo-endemoninhamentos na capital e na Estremadura, fenómeno que atribuía ao facto de o governo (isto é, ele), ter mandado recolher compulsivamente à casa de correção do arsenal real, com estritas obrigações de trabalho de mãos, todas as mulheres que naquela região do país residiam «possessas e energúmenas»<sup>90</sup>. A 13 de Dezembro de 1768, num momento agudo da questão da jacobea, em officio dirigido ao Arcebispo de Braga, D. Gaspar de Bragança (compulsivamente privado, havia oito anos, dos colaboradores jacobeus que consigo trouxera para o paço arquiepiscopal), Carvalho e Melo encarece as diligências por si mesmo postas na extirpação de «congregações de beatas» transformadas em «seminários de fanatismos e entusiasmos devotos», sob direcção de «pais espirituais» e de leituras repugnantes ao «iluminado» governo de D. José. Segundo escrevia, apontando mais uma vez o dedo aos jesuítas, esses fanatismos eram fomentados «pela lição do pernicioso livro de Alonso Rodrigues, das obras de soror Maria de la Antigua, das fábulas espirituais da madre Agreda e da vida de soror Maria Sério e outros semelhantes»<sup>91</sup>. A forma como, pressurosamente, a Real Mesa Censória acolheu estas e outras “sugestões”, proibindo até o tão seguido *Manuale Exorcistarum* de Cândido Brognolo (edital de 6 de Abril de 1769), pode dar-nos uma ideia

<sup>87</sup>- Cf. BADE, *Cod. CVI/1-42*, Lista ms. do Auto de 20 de Setembro de 1761.

<sup>88</sup>- Cf. MENDONÇA, MOREIRA. 1980. [p. 195].

<sup>89</sup>- Cf. BADE, *Cod. CVI/1-42*, Lista ms. do Auto de 20 de Setembro de 1767.

<sup>90</sup>- TAVARES. 2005. *Beatas, Inquisidores e Teólogos*, p. 77.

<sup>91</sup>- POMBAL, Marquês de. 1984. *Memórias secretíssimas do Marquês de Pombal*. Lisboa: Ed. Europa-América, p. 133.

da nova orientação do poder em matéria de espiritualidade e do quanto estas questões eram politizadas...

Numa outra área, respeitante a processos a *franc-maçons*, o período pombalino pode ser visto como um tempo de tréguas<sup>92</sup>, mais favorável, naturalmente, à reorganização e desenvolvimento da maçonaria entre nós, sob o duplo influxo dos mercadores e militares estrangeiros, atraídos ao nosso país.

Alegada realidade ou «mito»<sup>93</sup> (cedo fazendo «tradição», a partir de depoimentos convergentes, seja de detractores, seja de admiradores, no seio do pedreirismo português<sup>94</sup>), não se tem podido provar, de forma documentalmente incontestável, que Carvalho e Melo haja ou não conhecido filiação na ordem maçónica, sendo certo que, no estrangeiro, acamaradou com maçons conhecidos, e que, em Portugal, durante o seu consulado, a quase ausência de perseguições a pedreiros-livres contrasta com procedimentos anteriores e posteriores<sup>95</sup>. Com efeito - e trata-se de uma excepção persecutória -, mesmo perante a enérgica denúncia por parte de João António de Sá Pereira, Capitão-General e Governador da Madeira, ao Marquês de Pombal, seu tio, de nomes e actividades de uma importante loja funchalense, Governo, Intendência Geral da Polícia e Inquisição parece terem actuado com surpreendente frouxidão. Longe ia a eficácia das intervenções inquisitoriais de 1738 e 1743-1744 contra as primeiras lojas maçónicas sediadas na capital do Reino<sup>96</sup> ... Agora, na época josefina, é possível a um especialista particularmente bem colocado, falar de um quarto de século «ponteados de iniciações» de portugueses no estrangeiro, nomeando diplomatas, aristocratas, intelectuais, ricos comerciantes e capitalistas, cujos casos, pela sua posição social, não poderiam deixar de ter grande influência dentro de fronteiras, lembrar - pacificamente - o estabelecimento de novas lojas à sombra dos oficiais estrangeiros do séquito do Conde de Lippe, e - sem menos relevância - enfatizar a diferença humana entre as lojas joaninas e josefinas, enriquecidas estas já de elementos nacionais no seu grémio: aquelas, com predominância de pequenos e médios comerciantes e artesãos, gente «conformista» e «com pouco peso social», estas de «jovens militares

<sup>92</sup>- Cf. FERRER BENIMELI, José A. 1984. "Pombal y la Masoneria". In *Pombal Revisitado*, vol. I. Lisboa: Ed. Estampa, p. 76-77; cf. DIAS, Graça, e DIAS, J. S. da Silva. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I., Lisboa: INIC, p. 189-195.

<sup>93</sup>- Cf. FERRER BENIMELI. 1984. "Pombal y la Masoneria". p. 75-82.

<sup>94</sup>- Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira, e DIAS, João José Alves. 1984. "Pombal na tradição maçónica portuguesa". In *Pombal Revisitado*, vol. I. Lisboa: Ed. Estampa, p. 63-71.

<sup>95</sup>- Cf. MARQUES, 1990. *História da Maçonaria em Portugal*. p. 38-39.

<sup>96</sup>- Cf. Idem, p. 32-35 e 45-48.



«bem-pensantes», «livre-pensadores» e saturados de inconformismo filosófico, que os levava a colidir, predominantemente, com a ordem eclesial vigente e com verdades religiosas do catolicismo romano<sup>97</sup>.

Em relação a esta carga filosófica, a crer em J. S. da Silva Dias, havia então nos “meios progressistas” a sensação de que o pessoal governativo, apesar de todas as prevenções, na prática encarava sem hostilidade de maior as novidades do século<sup>98</sup>. E se os heréticos de filosofia não deixaram, naturalmente, de atrair a atenção do Santo-Ofício, será no reinado seguinte que a sua repressão se fará realmente expressiva.

Entretanto, mesmo assim, a Inquisição não podia deixar de revelar consonância com a Real Mesa Censória que, como é sabido e assinalamos já, declarou desde o princípio guerra aos auto-denominados «espíritos-fortes», sob o «especioso título de filósofos» responsáveis pela difusão dos «erros do Ateísmo, Deísmo e do Materialismo»<sup>99</sup>. Assim, em auto supra referido realizado em Lisboa em 27 de Outubro de 1765, vemos sair um clérigo inculpado de «ateísmo». Noutra ocasião, a heresia tem mais a ver com a assunção de posições doutrinárias próximas ao cristianismo reformado, como no caso desse archeiro que sai penitenciado no auto-da-fé realizado a 20 de Setembro de 1767 na sala da Inquisição de Lisboa, e que negava a presença real na eucaristia e a existência do Purgatório<sup>100</sup>.

De 1770 é a «apresentação» tomada pelo Santo Ofício de Coimbra ao sargento de artilharia João José Baptista, de Lisboa, morador na praça de Valença<sup>101</sup>, em cujo seio se virá a revelar um importante núcleo heterodoxo de militares e estudantes iluministas<sup>102</sup>. José Anastácio da Cunha, oficial de artilharia naquela praça, em 1773 nomeado lente de geometria na Universidade de Coimbra, há-de confessar que desde 1772 fazia por ultrapassar as dúvidas que lhe tinham ocorrido contra a religião católica<sup>103</sup>. O seu caso simboliza a importante fermentação ideológica desencadeada no país. Com efeito, nos finais do reinado josefino «o deísmo e o filosofismo

<sup>97</sup>- Idem, p. 39-44.

<sup>98</sup>- Idem, “Os mórdores da maçonaria em Portugal”, p. 193.

<sup>99</sup>- Cf. *Edital* de 24 de Setembro de 1770.

<sup>100</sup>- Cf. BADE, *Cod. CVI/1-42*, Lista ms. do Auto de 20 de Setembro de 1767.

<sup>101</sup>- GUERRA, Luiz de Bivar. 1972. *Inventário dos processos da Inquisição de Coimbra (1541-1820)*. vol. II. Paris: Fundação C. Gulbenkian, p. 424.

<sup>102</sup>- RAMOS, L. A. Oliveira. 1977. “Para a História Social e Cultural”. In *Bracara Augusta*, vol. XXXI, fasc. 71-72 (83-84). Braga: Câmara Municipal de Braga; IDEM. 1980. “Situações e propostas de mudança em Portugal no final do antigo regime”. In *Bracara Augusta*, vol. XXXIV, fasc. 78 (91). Braga: Câmara Municipal de Braga.

<sup>103</sup>- Cf. CUNHA, José Anastácio. 1971. *Notícias literárias de Portugal*, Introdução de SERRÃO, Joel. Lisboa: ed. Seara Nova, p.17.

tenham-se tornado moeda corrente nas conversas entre estudantes de Coimbra»<sup>104</sup>. Mas tanto este núcleo minhoto, vindo de meados dos anos sessenta, reavivado em 1775 e devassado em 1777, como os núcleos de Coimbra, exprimindo inconformismos e tensões ideológicas da respectiva população estudantil, de Lisboa, de Lamego e outros já estudados vão ver abater-se sobre si a repressão inquisitorial já em plena «viradeira»<sup>105</sup>.

### 3. Repressão inquisitorial no período post-pombalino

#### a. Hesitações e viragens na actuação

A par das aquisições ilustradas que consagrava, havia muito de compromisso e de contraditório no *Regimento* de 1774.

É verdade que, embora não aplicada na prática, a pena capital continuava a ser possível contra os hereges e apóstatas contumazes, pelo disposto pelo Livro V, Tit.º 1.º das *Ordenações*. É certo que no Título X do novo *Regimento*, invocando-se expressamente disposições de 1769, se admitia a condenação à morte dos execrados sequazes da «seita» jacobea; recorde-se que o monarca, identificando sigilistas e jacobeus, na Carta de Lei de 22 de Maio desse ano, mandara que o Tribunal do Santo Ofício, «como depositario da parte da Regia Jurisdição, necessaria para imposição das penas corporaes», castigasse «os reos do dito erro com a de morte natural, infamia e confiscação». É certo que se previa que os sodomitas relapsos, incursos pela terceira vez nesse «crime», pudessem ser relaxados à justiça secular<sup>106</sup>. Quanto aos tormentos, não obstante todas as restrições e o próprio *Regimento* os considerar uma cruel e enganosa forma de averiguação dos delitos, estranha aos sentimentos da Igreja, a verdade é que «a mobília da tortura» não fora reformada<sup>107</sup>. Somente na «última extremidade», esgotados todos os meios da prudência e da caridade, diante de heresiarcas não satisfazendo às suas «diminuições»..., mas continuava prevista a possibilidade da tortura.

A consciência, o diagnóstico e o desejo de superar estas e outras limitações do *Regimento* de 1774 exprimir-se-ão, no reinado de D. Maria,

<sup>104</sup>- DIAS, e DIAS. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I, p. 255.

<sup>105</sup>- Cf. RAMOS, L. A. Oliveira. 1990. “A Irreligião na Província vista do Santo Ofício nos fins do Século XVIII”. In *Inquisição*, vol. III. Lisboa: Universitária ed., p. 1155-1166.

<sup>106</sup>- Cf. RÊGO. 1971. *O último regimento da Inquisição Portuguesa*. p. 222-223.

<sup>107</sup>- FREITAS. 1916. *O Marquês de Pombal e o Santo Ofício da Inquisição*, p. 126

no *Projecto de hum novo Regimento para o Santo Officio da Inquisição*, elaborado pelo jurisconsulto e mestre conimbricense Pascoal José de Melo Freire, por incumbência de D. Inácio de São Caetano, arcebispo titular de Tessalónica, inquisidor-geral. Neste *Projecto*, Melo Freire, que em 1793 se tornaria membro do Conselho Geral do Santo Officio, advogaria a amenização ainda maior dos processos jurídicos desta instituição, considerada todavia útil como tribunal régio em materia religiosa, uma posição de que se não afastarão, mais tarde, certos sectores políticos tradicionalistas e contra-revolucionários<sup>108</sup>, após a extinção do tribunal (5.4.1821) no quadro do nosso primeiro liberalismo, isto não obstante os absolutistas não terem ousado restabelecer o tribunal quando no nosso país retomaram o poder.

No *Projecto* de Melo Freire, exprimia-se uma orientação racionalista, tolerante e humanitária, acusando influências de Beccaria e de Filangieri<sup>109</sup>. Concretamente, abolia-se o sistema de cárceres secretos. O jurisconsulto queria os cárceres «públicos e patentes» e de um tipo mais confortável e airoso. Baniam-se a tortura e o juramento dos réus e testemunhas em relação ao que haviam presenciado no Santo Officio. Os autos-de-fé ficavam proscritos das próprias salas da Inquisição. Disponha-se que não pudessem os inquisidores chamar à mesa pessoa alguma, para interrogatório ou admoestação, sem provas ou indícios seguros, e acabavam as devassas gerais do Santo Officio. Pontos inovadores deste *Projecto* eram ainda a limitação dos casos de pena última e a salvaguarda das legítimas dos filhos em caso de confisco<sup>110</sup>. Na *Introdução ao Projecto* Melo Freire declarava não ter amor nem ódio à Inquisição, mas estar persuadido de que em Portugal era útil e necessário que houvesse Santo Officio, dado o carácter «inquieta», «vivo» e «amigo das novidades» dos portugueses. Talvez as razões que levaram o arcebispo inquisidor e a rainha a não empreenderem esta reforma...

Desaparecido da cena política Pombal, com a morte de D. José, foi o mesmo inquisidor-geral D. João Cosme da Cunha, que em 1773 propusera a supressão do tribunal da Inquisição de Goa, quem expôs à rainha D. Maria a conveniência em o restabelecer. O novo *Regimento do Santo*

---

<sup>108</sup>- TORGAL, Luís Reis. 1975. "A Inquisição, aparelho repressivo e ideológico do Estado". Sep. de *Biblos*, n.º LI. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 642.

<sup>109</sup>- Cf. RAMOS, Luís A. de Oliveira. 1979. *Da Ilustração ao Liberalismo*: Porto: Lello & Irmão ed., p. 129-146.

<sup>110</sup>- RAMOS. 1979. *Da Ilustração ao Liberalismo*, p.136-138; IDEM - *art. cit.*, pp.116-120.

*Ofício da Inquisição de Goa* foi aprovado por alvará de 4 de Abril de 1778. Um alegado receio da recaída em ritos gentílicos dos naturais poderá paliar aqui uma certa reacção do aparelho inquisitorial contra as razões políticas e económicas do período anterior, mas a verdade é que este regimento, que se manteve inédito, tiradas as adaptações às circunstâncias específicas das nossos territórios asiáticos, copia e decalca, na sua quase totalidade, o regimento pombalino<sup>111</sup>. Para além da grande viragem que foi a «restituição» do tribunal a Goa, e que é um gesto em si altamente significativo, o espírito de «viradeira» estará particularmente presente na “revisão histórica” operada neste regimento com o expurgo das tiradas anti-jesuíticas e anti-jacobinas e das marcas mais rebarbativamente regalistas.

No entanto, em 1801 já o governador e capitão-general do Estado da Índia expunha as inconveniências políticas da vigência deste tribunal que, sob pressão inglesa, seria efectivamente extinto pelo príncipe regente a 16 de Junho de 1812.

Em termos institucionais uma outra hesitação e marcante viragem consiste na modificação do sistema censório. Num primeiro momento, em 21 de Junho de 1787, na lógica da Real Mesa Censória e numa linha de aperfeiçoamento daquela instituição, foi criada a Real Mesa da Comissão Geral sobre o Exame e Censura dos Livros. Pode com pertinência observar-se que - algo surpreendentemente - este constitui o único momento a partir do qual o Santo Ofício se vê completamente despojado de actividade censória, uma vez que, muito limitada embora a sua jurisdição pelo regimento da Mesa Censória anterior, nela subsistira um elemento pertencendo à Inquisição. Todavia, passado pouco tempo, num contexto de alarme geral na Península contra o “vírus revolucionário” de além-Pirinéus e de nova estratégia global de reacção, tal como ocorrera em Espanha também no nosso país a Inquisição vai ser activamente associada ao combate aos escritos, símbolos e ideias revolucionárias: de 22 de Agosto de 1791 é o alvará em que o Bispo Inquisidor Geral é instado a aplicar-se às funções de censor de livros e escritos contra a fé, moral e bons costumes; a 17 de Dezembro de 1794, alegando-se a sua ineficácia, é extinta por lei a Real Mesa da Comissão Geral, regressando o país à censura tripartida da Mesa do Desembargo do Paço, do Ordinário da Diocese e do Santo Ofício da Inquisição. Devolvendo ao poder espiritual grande protagonismo no exercício da censura, do concurso das três autoridades

---

<sup>111</sup>- Cf. RÊGO, Raul (leitura e prefácio). 1983. *O Último Regimento e o Regimento da Economia da Inquisição de Goa*. Lisboa: Biblioteca Nacional, p. 19-23.

esperava-se emulação, recíproca fiscalização e maior rigor<sup>112</sup>.

O Santo Ofício voltava formal e directamente a entender no exame e censura de livros. O Inquisidor Geral D. José Maria de Melo propôs para censores os qualificadores da Inquisição então em funções «condecorados com o grau de Doutores de Teologia», entre os quais se encontravam os mestres Valentim de Bulhões e Joaquim de Fóios, da Congregação do Oratório<sup>113</sup>. Mas quando em 1795 o Ordinário e o Santo Ofício retomaram as suas funções, mantinha-se todo um legado da época pombalina. Salvaguardada a supremacia da jurisdição real, permanecendo em vigor critérios fixados em 1768 para a censura ou proibição de escritos e continuando a agir o Santo Ofício na conformidade com o seu regimento de 1774, no momento em que era produzida, esta reforma legal vincava, acima de tudo, dadas as circunstâncias politicamente dramáticas do «terror» francês, a revalorização da Inquisição como instância repressiva convocada pelo poder real em defesa das instituições do regime<sup>114</sup>.

### **b. O tribunal face às novas ofensivas da «impiedade»**

Se é verdade que desde a sua reforma de 1774 a Inquisição passou a dar especial atenção aos heréticos de filosofia, os primeiros anos do reinado de D. Maria caracterizam-se, segundo L. A. de Oliveira Ramos, por um particular activismo nesta matéria<sup>115</sup>. Uma funda sondagem em processos inquisitoriais deste período permitiu a este autor perscrutar o alastramento da «irreligião» em certas mediocracias de província, através de leituras proibidas, debate de ideias e organização de tertúlias de que o cenáculo iluminista de Valença do Minho constitui expressivo exemplo.

Naquela praça, em contacto com «funestíssimas leituras» e com camaradas de armas estrangeiros, no número dos quais figuravam maçons que aí intentaram organizar uma loja, alguns jovens militares lusos e seus amigos resvalaram para o livre-pensamento e para o libertinismo, e em conversas mantidas, afirmaram-se deístas, adeptos do tolerantismo e de uma religião e moral naturais, posições essas que, nos casos mais extremos, podiam lidas em chave de «materialismo» e «ateísmo». Do processo inquisitorial aberto aos elementos deste núcleo, os principais

<sup>112</sup>- Cf. JOBIM, Leopoldo Collor. 1990. “Inquisição e Censura no Ocaso do Antigo Regime”: In *Inquisição*, vol. III. Lisboa: Universitária ed., p. 1213-1215.

<sup>113</sup>- A. N. T. T., *Conselho Geral do Santo Ofício, Livro 357*, fol. 91.

<sup>114</sup>- Cf. JOBIM. 1990. “Inquisição e Censura no Ocaso do Antigo Regime”, p. 1216.

<sup>115</sup>- RAMOS. 1990. *A Irreligião na Província vista do Santo Ofício*, p. 1156.

chegaram a auto-de-fé, enquanto aos menos importantes foram aplicadas penas leves<sup>116</sup>. Efectivamente esta primeira ofensiva da Inquisição contra o deísmo e o filosofismo ficou selada no auto-de-fé realizado na sala do Santo Ofício de Lisboa a 11 de Outubro de 1778, em que, no meio de uma dezena de penitenciados, saiu José Anastácio da Cunha. Nesse mesmo ano foi passado mandato de captura ao Padre Francisco Manuel do Nascimento (Filinto Eliseo), animador na capital do grupo literário-cultural da Ribeira das Naus, que logrou fugir do país e radicar-se em Paris.

A perseguição contra os «libertinos» alargou-se a outras partes do país em conexão com a detecção de actividades maçónicas, hoje melhor conhecidas<sup>117</sup>.

Passados três anos apenas, em 26 de Agosto de 1781, na Igreja de Santa Cruz de Coimbra, tem lugar novo auto-de-fé por idênticos «delitos», e do sul do país concentram-se em Évora mais oito homens «hereges», entre os quais dois frades, que a 16 de Setembro de 1781 ouvem as suas sentenças em auto celebrado na sala do Santo Ofício. No primeiro destes autos saem penitenciadas dezasseis pessoas, neste número se incluindo uma mulher por «blasfémias». Este auto parece especialmente bem demonstrativo da intercomunicação entre diferentes núcleos heterodoxos do país, e particularmente da importância da juventude académica na difusão da «heresia». Neste contexto, assumem peso especial os estudantes não metropolitanos. Com efeito, vemos sair por «hereges» os estudantes António Pereira de Sousa, natural do Rio de Janeiro, António Caetano de Freitas, Nuno de Freitas e Silva e Vicente Júlio Fernandes, naturais da Ilha da Madeira, António da Silva Lisboa, natural de Luanda, e o estudante de medicina Francisco de Mello Franco, natural de Paracatu - Brasil. Foram reclusos «a arbítrio» na casa de S. Vicente de Paulo da Congregação da Missão, em Rilhafoles, onde deveriam receber «instrução»<sup>118</sup>. Diogo José de Moraes Calado, bacharel formado em leis, solteiro, natural de Lisboa mas morador em Coimbra, por «herege e iconoclasta» recebeu as mesmas penas. A lista manuscrita do auto diz que Francisco José de Almeida, estudante matemático, filho de José Francisco, natural de Lisboa, dava casa de lupanar para divertimento dos estudantes e seguia os mais erros dos seus colegas, lendo Rousseau e outros «hereges»<sup>119</sup>, o que lhe valeu

<sup>116</sup>- Cf. Idem. p. 1156-1160.

<sup>117</sup>- Sobre a actividade das lojas portuguesas vide MARQUES. 1990. *História da Maçonaria em Portugal*, p. 42-115, *passim*.

<sup>118</sup>- Cf. BADE, *Cod. CVI/1-42*, Lista ms. do Auto de 28-8-1781.

<sup>119</sup>- DIAS, e DIAS. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I, p. 249.

reclusão «a arbítrio» nos cárceres do Santo Ofício. Tomás António da Silva, natural de Leiria, mestre de latim nas vilas de Valença e Ponte de Lima, saiu neste auto «por ensinar aos seus discípulos que era inútil a confissão auricular» e por pôr em causa a justiça divina no destino eterno dos homens. Foi «recluso a arbítrio» em Rilhafoles e viu a sua sentença lida em Valença e Ponte de Lima. Neste auto fez abjuração em forma o Padre Francisco Gonçalves Mano, de Ligares, Izeda, no Bispado de Bragança, «Bacharel em Cânones e Theologo, blasfemo de Nossa Senhora, por dizer não havia Ceo nem Inferno, Materialista, e por dizer que não era proibido o coito entre pessoas livres». Considerado «herege e apostata» foi «recluso em Rilhafoles, suspenso do exercício das suas ordens, degradado para Lamego e ao depois repostos no Aljube de Bragança». Em datas próximas, por motivos muitas vezes mais ligados a uma preparação eclesiástica frágil e a um hedonismo e permissivismo de costumes, o Santo Ofício receberá denúncias de outros sacerdotes, nomeadamente das dioceses do Porto, Braga e Lamego, a que nem sempre será dado seguimento. Isto não ocorreu com Manuel Felix Negreiros, clérigo portuense de ordens menores, filho do Dr. Miguel Pinto da Silva, de Alfândega da Fé, que diante dos inquisidores confessou a sua adesão a doutrinas heréticas e sediciosas, ou seja, a culpas de heterodoxia religiosa e política<sup>120</sup>. Considerado «herege dogmatista» e «libertino», «blasfemo contra Deos, Nossa Senhora e S. José» foi a este auto com mordada e rótulo de dogmatista. Impressiona a dureza do seu castigo: foi privado do exercício das ordens menores e inabilitado para obter benefício, sentenciado a açoutes e a cinco anos de degredo nas galés. As penas parece não terem surtido o esperado efeito, porque em 1795 a Intendência da Polícia andava no seu enalço, dada a sua francesia e activismo jacobino. Dos estudantes madeirenses aludidos, dois deles aparecer-nos-ão posteriormente integrando a loja maçónica do Funchal, muito dinâmica e que lograria atrair às actividades pedreiras cerca de duas dezenas de sacerdotes<sup>121</sup>.

Tendo sido logo a seguir à Revolução Francesa que efectivamente se verificou entre nós o grande passo em frente, ideológico e organizativo, da maçonaria entre nós, deixando-se esta arrastar pelas ideologias e actividades revolucionárias, as próprias razões de natureza política tornam natural que os anos noventa tenham sido anos particularmente férteis na

<sup>120</sup> - RAMOS, Luís A. de Oliveira. 1978. “Raízes do Liberalismo Portuense”. Separata da *Revista de História*, n.º 1. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, p. 12.

<sup>121</sup> - Cf. LOJA, António Egídio Fernandes. 1986. *A luta do poder contra a Maçonaria*. Lisboa: I.N.C.M., p. 511.

repressão ao pedreiro-livre. Nesse trabalho distinguiu-se, como é sabido, o Intendente Pina Manique, que via na maçonaria sobretudo uma rede de conspiração política universal ao serviço da Revolução, enquanto a Inquisição, embora evidentemente empenhada na detecção e desmontagem da rede maçónica, continuava a centrar as suas preocupações nas questões de ortodoxia, procurando durante os processos verificar em que medida o maçonismo envolvia heresias ou práticas morais em contradição com os ensinamentos da Igreja<sup>122</sup>. Geralmente detidos pelas justiças seculares, uma vez transferidos os maçons para os cárceres do Santo Ofício, os seus processos eram aqui instruídos com celeridade, e obtida a confissão, culminavam em penas geralmente leves se confrontadas com as “culpas” provadas: penitências espirituais e instrução particular com abjuração, reclusão por determinado tempo numa casa religiosa, proibição de entrar em Lisboa ou noutra terra sem autorização expressa do Santo Ofício, residência fixa, pagamento das custas. Podia não haver prisão, no caso de o réu se ter apresentado livremente<sup>123</sup>. Segundo Seabra e Silva, – e a seu ver bem –, o Santo Ofício agia então com sentimentos de suavidade<sup>124</sup>.

Seja como for, a repercussão da conjuntura revolucionária no delicado quadro da vida social e relações externas do país, com a própria chegada até nós de emigrados políticos franceses, favorecia nesses anos a expansão da maçonaria em Portugal e, como tal, não surpreende que a Inquisição se tenha sentido mais uma vez convocada para, no seu terreno próprio, fazer frente comum contra um perigo reiteradamente denunciado pelos pontífices<sup>125</sup>.

Afinando métodos, ao mesmo tempo que detalhava pormenores nas culpas de heresia daqueles que encobriam a sua «impiedade» sob pretextos de «filosofia», a Inquisição “corrigia” importante e referida omissão do *Regimento* de 1774: o seu edital de 13 de Fevereiro de 1792 referia-se expressamente à obrigação de, entre os casos pertencentes ao Santo Ofício, os católicos denunciarem qualquer matéria referente aos vulgarmente chamados «pedreiros-livres», diferentemente do que sucedia com o edital que antes dessa data era lido nas igrejas do país no primeiro domingo da

<sup>122</sup>- DIAS, e DIAS. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I, p. 261e 289-290.

<sup>123</sup>- Cf. MARQUES, A. H. de Oliveira. 1990. “Os processos da Inquisição contra os Pedreiros Livres”. In *Inquisição*, vol. III. Lisboa: Universitária ed., p.1125-1131

<sup>124</sup>- LOJA. 1986. *A luta do poder contra a Maçonaria*, p. 512.

<sup>125</sup>- Vide v. g. SILVA, Francisco Ribeiro da. 1990. “Inquisição e Maçonaria (1710-1810): motivações e mecanismos de delação”. In *Inquisição*, vol. III. Lisboa: Universitária ed., p. 1221-1235.



Quaresma de cada ano, onde se não falava de maçonaria. Por outro lado – numa atitude bem significativa do cuidado com que o tribunal se propunha acompanhar as actividades da Ordem –, em termos de processo, os casos relativos a maçons passaram a ficar afectos ao Conselho Geral do Santo Ofício, para quem as várias mesas deviam remeter todo e qualquer assento pertinente<sup>126</sup>.

Os efeitos do edital de 1792 foram desiguais no território nacional: escassas em Lisboa, as denúncias mostraram um alastramento maçónico tão avassalador na Madeira que os poderes públicos entenderam melhor não procederem a prisões na ilha, mantendo embora a sua vigilância sobre os denunciados. Nesse ano, do surto lisboeta, ouviram as suas sentenças dezoito réus, condenados pelo delito de maçonismo<sup>127</sup>.

Em 1794, paralelamente e em sintonia com aturadas investigações policiais dirigidas contra os inimigos expressos ou virtuais do Antigo Regime, na sua esfera, também o Santo Ofício se não dispensou de devassar a «impiedade dos presentes tempos»<sup>128</sup>, pelo que, futuramente, a partir das fontes inquisitoriais, é de esperar uma cartografia regional mais detalhada do nosso panorama heterodoxo finissecular.

Sabe-se o nome de onze maçons penitenciados em 1799 pelo Santo Ofício, mas por então já o papel interventor do tribunal declinara notoriamente a favor da Intendência Geral da Polícia. Nesse ano, Pina Manique, fazendo sempre a identificação de maçonaria e jacobinismo, redobrou de actividade repressiva, mas, desautorizado pelo governo, deixou a Ordem em relativa paz, datando desta época – ainda segundo A. H. de Oliveira Marques – a sua intensa propagação e estruturação em Portugal, que conduziram, em 1804, à fundação da primeira grande loja regular portuguesa (Grande Oriente Lusitano), com constituição votada dois anos volvidos<sup>129</sup>.

Em oitocentos, as culpas de maçonismo são frequentemente denunciadas, mas de 1799 a 1820, de 162 casos, apenas se concluíram, conduzindo a uma sentença, 11 casos<sup>130</sup>. Note-se, todavia, que para este período, os processos conhecidos de solicitação, imoralidade e embuste – basta lembrarmos

<sup>126</sup>- MARQUES, 1990. *História da Maçonaria em Portugal*. p. 62.

<sup>127</sup>- DIAS, e DIAS. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I, p. 288.

<sup>128</sup>- Cf. A.N.T.T., *Conselho Geral do Santo Ofício, Maço 5, n.º 2215*.

<sup>129</sup>- MARQUES, 1990. *História da Maçonaria em Portugal*. p. 76. Vide IDEM. 1975. *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*. Lisboa: ed. Dom Quixote, p. 41-43.

<sup>130</sup>- AFONSO, Aniceto e GUERREIRO, Marília. 1990. “Subsídios para o estudo da Inquisição Portuguesa no Século XIX”. In *Inquisição*, vol. III. Lisboa: Universitária ed., p. 1248.

os retumbantes fingimentos da beata da porta de Alconchel, sentenciada em Évora a 23 de Março de 1795, ou os alegados e pouco esclarecidos delitos das beatas “quietistas” de Bragança, penitenciadas em 1798 pela Inquisição de Coimbra<sup>131</sup>, após “canonização” pelo “bispo santo” da diocese transmontana, D. António Cabral da Câmara, prelado que, constringido a abandonar a diocese, se tornou até à sua morte, em 1819, um motivo de denúncias, alvoroço popular, desordens e polémicas<sup>132</sup> –, todo esse conjunto de vários e diferenciados casos, enfim, se torna enfático testemunho de outro tipo de “adversários” contra os quais agora esgrime também a Inquisição: sem dúvida contra a impreparação, a incultura, a falta de altura intelectual e moral de certas franjas do clero para lidar com a complexa crise espiritual e ideológica desses agitados tempos, mas também contra o uso de uma linguagem teológica e eclesiológica considerada ultramontana pelo regalismo jansenizante vigente, de um tempo anterior às “luzes do século”, despertadora de revivalismos devotos “jacobeus”, para o poder constituído de má memória. E o Santo Ofício luso interiorizara na época pombalina a docilidade servil perante esse poder, pelo que um recolhimento de beatas desfeito e castigado, e a infamação de um bispo como o “bispo santo” de Bragança, são factos a que muito dificilmente poderiam ser alheias as motivações políticas<sup>133</sup>. Como quer que seja, agora mais do que nunca, a investigação e castigos inquisitoriais, facilitando a satirização mordaz e o descrédito público de certas pessoas, até aí alta e «indiscretamente» reputadas pelo vulgo ignorante e por mentores directamente interessados<sup>134</sup>, acabavam por fornecer aos meios mais secularistas, “mundanos” e anti-clericais importantes armas de arremesso contra o congreganismo e contra as práticas tradicionais da Igreja Católica<sup>135</sup>.

<sup>131</sup>- Cf. TAVARES. 2005. *Beatas, Inquisidores e Teólogos*, p. 322-324.

<sup>132</sup>- Leia-se a excelente biografia, com revisão crítica dos elementos documentais dispersos relativos a este prelado, traçada por SOUSA, Fernando de. 2019. *D. António Luís da Veiga Cabral da Câmara, Bispo de Bragança e Miranda (1758-1819)*. Bragança: Município de Bragança / CEPSE, p. 21-121.

<sup>133</sup> Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas. 2009. “Missionarismo do interior e doutrinação contra-revolucionária. D. Frei José da Assunção (O.F.M. Varatojo), Bispo de Lamego”. In *Catolicismo e Liberalismo em Portugal 1820-1850*. Lisboa: Universidade Católica Portuguesa / INCM, p. 590-595.

<sup>134</sup>- Cf. TAVARES, Pedro Vilas Boas. 1996. “Caminhos e invenções de santidade feminina em Portugal nos séculos XVII e XVIII”. In *Via Spiritus*, n.º 3. Porto: Ed. CIUHE, p. 163-215.

<sup>135</sup>- Cf. ARAGÃO, A. C. Teixeira de. 1894. *Diabruras, santidades e prophecias*. Lisboa: Academia Real das Ciências, p. 128-129.

O levantamento dos processos inquisitoriais do século XIX e os gráficos feitos por Aniceto Afonso e Marília Guerreiro, a par de contributo inestimável à investigação histórica nesta área, permitem desde já sugestivas hipóteses interpretativas para a quantificação aí apresentada quanto à produtividade do Santo Ofício nos seus últimos vinte anos e a realização de importantes constatações.

Assim, nesses anos, verificamos duas fases: uma primeira, até 1807, razoavelmente activa, e uma segunda, até ao momento terminal da instituição, de significativa quebra<sup>136</sup>. O crime mais vezes objecto de sentença é o de bigamia. Todavia, sublinhando que a maior parte dos processos não chegou a concluir-se, os autores organizaram um gráfico referente ao tipo de crimes mais frequentemente denunciados ao longo dos últimos vinte anos do Santo Ofício, permitindo verificar-se o seguinte escalonamento decrescente: heresia, representando 32% do total, feitiçaria/superstição (12%), pedreiro-livre (quase 9%), e solicitação (quase 7%). A nível ligeiramente mais alto do que a solicitação, a leitura de livros proibidos; e logo abaixo, seguem-se a blasfémia (5%), o não cumprimento dos preceitos da Igreja (4,8%), a bigamia (3,9%), os actos e afirmações imorais (4,2%). As denúncias de sigilismo ainda têm, surpreendentemente, afloração neste período (1,8%). Mera animosidade contra confessores incautos? Nesse caso com que significado? Esta comparência é, curiosamente, mais numerosa que a relativa a sodomia (1,2%), um delito de cujo castigo se tinham vindo a desinteressar os inquisidores e que desde os anos sessenta do século XVIII não levava ninguém à prisão<sup>137</sup>. Reconheçamos todavia que, numa área como esta ainda pouco trabalhada, todas estas indicações disponíveis suscitam um sem número de questões, muitas delas só certamente respondíveis depois de novas investigações, pressupondo contacto directo com os processos que agora ficam levantados.

Um outro aspecto, muito importante, se evidencia no citado trabalho: uma espécie de “macrocefalia” da capital em termos de Inquisição. Com efeito, a Inquisição de Lisboa tem a quase totalidade dos processos, enquanto às Inquisições de Coimbra e Évora se refere um exíguo número de casos: num total de 1170 processos, apenas 14 são de Coimbra e dois de Évora<sup>138</sup>. Como dado significativo refira-se que a reduzida actividade da Inquisição

<sup>136</sup> AFONSO, e GUERREIRO. 1990. “Subsídios para o estudo da Inquisição Portuguesa”, p. 1247.

<sup>137</sup> - MOTT. 1989. “Inquisição e Homossexualidade”, p. 480.

<sup>138</sup> - AFONSO, e GUERREIRO. 1990. “Subsídios para o estudo da Inquisição Portuguesa”, p. 1247.

de Évora, certamente unida às dificuldades especiais emergentes da Guerra das Laranjas, permitiu mesmo que, por determinação do Príncipe Regente de 1 de Outubro de 1802, «as cadeias e os segredos» da Inquisição daquela cidade tivessem sido usadas para prender os facínoras que infestavam o Alentejo<sup>139</sup>.

Em 1805 desencadeiam-se as engrenagens das quais resultarão sucessivas invasões do território nacional. Nessa data, face às incertezas do momento, muito significativamente, os inquisidores de Lisboa procuravam animar os seus colegas de Goa, encarecendo-lhes a importância da «enérgica continuação» do ministério por uns e outros desenvolvido, principalmente num continente em que, como na Europa, pareciam «querer levantar seu estandarte» a «perversão de costumes», a «iniquidade» e «falta de religião»<sup>140</sup>. Com efeito, se na Índia, o precedente josefino, as razões económicas e a pressão inglesa ditariam que o tribunal não ultrapassasse esta nova conjuntura<sup>141</sup>, em Portugal, algo surpreendentemente, como é sabido, o Santo Ofício sobrevirá às invasões francesas, já que a França napoleónica protelará sempre o desmantelamento das nossas instituições de antigo regime.

De resto, sinal da importância institucional reconhecida ao seu cargo, deve lembrar-se que D. José Maria de Melo, Inquisidor Geral desde 7.1.1790, em 20 de Dezembro de 1807, dirigiu, sob imposição do invasor, uma abusiva pastoral «A todos os Fieis da Santa Igreja Lusitana», incitando-os ao sossego e à paz, tendo também sido uma das personalidades integrantes da deputação portuguesa organizada por Junot para, em Baiona, em Abril de 1808, saudarem e exprimirem obediência a Bonaparte. Afinal, o aparente colaboracionismo de que, depois das retiradas de Junot, Soult e Massena do território nacional, veremos acusados todos os maçons portugueses<sup>142</sup> ...

São por demais conhecidas as dificuldades de toda a ordem provocadas nos povos pelas campanhas napoleónicas. A baixa produtividade da Inquisição de Lisboa não podia deixar de reflectir também a prolongada situação de excepção vivida pelo país. Com efeito os anos de 1808, 1809, 1810 e 1811 registam os mais baixos valores no conjunto de sentenças produzidas nos últimos vinte anos do tribunal.

<sup>139</sup> - Cf. A.N.T.T., *Conselho Geral do Santo Ofício, M.º 5, Cx.ª 7*.

<sup>140</sup> - AFONSO, e GUERREIRO. 1990. “Subsídios para o estudo da Inquisição Portuguesa”, p. 1332.

<sup>141</sup> - Sobre a extinção do tribunal em Goa veja-se a documentação coligida por ALMEIDA, Fortunato. 1971. *História da Igreja em Portugal*. vol. IV. Barcelos: Portucalense Editora, p. 322-323.

<sup>142</sup> - Cf. MARQUES, 1990. *História da Maçonaria em Portugal*. p. 98 e 99-117, *passim*.

Todavia, com a paz, não houve recuperação significativa do afundamento numérico daqueles anos, e, globalmente, a inquisição oitocentista ficar-se-á pela modestíssima média de seis penitenciados - ano. Mas o que para a Inquisição poderia constituir pior – e claro sinal dos tempos – era um ambiente geral e difuso de contestação ou subestimação prática da sua acção. Ora, numa veementíssima carta aos inquisidores de Lisboa, datada de 9 de Dezembro de 1813, é disso que vemos queixar-se o comissário do Santo Ofício e cónego da Sé do Funchal, Manuel Roque Ciríaco de Agrela: éditos que, contra o previsto, se não publicavam nas igrejas da ilha, denúncias que já se não faziam, conversas em que, às claras, se punha em causa a jurisdição ou a própria existência do tribunal<sup>143</sup>. Quatro anos antes, por ocasião da festa de S. João Evangelista, militares ingleses, aquartelados no Castelo de S. Jorge, tinham desfilado pelas ruas de Lisboa, com música, revestidos de insígnias e empunhando os estandartes da Ordem e das lojas a que pertenciam<sup>144</sup>. Se, então, as autoridades portuguesas obtiveram garantias de que a cena não se voltaria a repetir, nem por isso ela deixa de valer como um símbolo...

No terreno teórico, a própria extinção do tribunal de Goa e a tolerância de cultos inaugurada nos territórios portugueses da Ásia, ao mesmo tempo que o eco das discussões em Espanha acerca da supressão do Santo Ofício pelas Cortes de Cádiz, subministrariam à opinião ilustrada e liberal do nosso país nova força de argumentos contra uma instituição considerada obsoleta... No terreno prático, a documentação já explorada permite a qualquer observador atento a percepção clara da resignação cansada, falta de perspectivas e ineficácia com que os ministros do Santo Ofício continuavam a enfrentar os «ventos da história»...

D. José Maria de Melo, que fora bispo do Algarve, confessor da rainha, Inquisidor Geral e, finalmente, deputado a Baiona, apenas pôde regressar a Portugal a 4 de Maio de 1814, depois de um cativo francês de seis anos. Com perfil de homem de palácio, capaz de negociação e compromisso, culto e amante dos livros – antes das atribulações napoleónicas e enquanto viveu no palácio da Inquisição do Rossio empenhou-se no enriquecimento da sua biblioteca –, terá procurado dirigir e deixar funcionar a instituição com a circunspecção e suavidade que os novos tempos exigiam.

O restabelecimento da Inquisição Espanhola em 1814 e a onda restauracionista vivida na Europa nada de significativo modificaram

<sup>143</sup> - AFONSO, e GUERREIRO. 1990. “Subsídios para o estudo da Inquisição Portuguesa”, p. 1310.

<sup>144</sup> - MARQUES, 1990. *História da Maçonaria em Portugal*. p. 104-105.

em Portugal, onde a profunda crise sócio-económica favorecia um recrudescimento conspirativo das sociedades secretas, cada vez mais politizadas. A conjura de Gomes Freire é disso conhecida expressão e ponto alto. Mas como bem sabemos também, a ilegalização repressiva das sociedades secretas, expressa na letra do alvará régio de 30 de Março de 1818, não surtiu a eficácia pretendida<sup>145</sup>.

Por falecimento de D. José Maria de Melo, D. João VI condecora com o lugar de Inquisidor Geral um outro eclesiástico de apreciável *curriculum*: D. José Joaquim de Azeredo Coutinho, ex-bispo de Pernambuco, Bispo de Elvas e presidente da Junta para o Exame e Melhoramento das Ordens Religiosas toma posse em 11 de Agosto de 1818<sup>146</sup>. Vivia-se no entanto um momento em que nem já os próprios inquisidores pareciam dispostos a pugnar pelo prolongamento da vida da instituição que serviam.

Depois da revolução de 1820, D. José Joaquim de Azeredo Coutinho seria eleito deputado àquelas mesmas Cortes Constituintes nas quais, em 24 de Março de 1821, por unanimidade, se votaria a abolição da Inquisição em todo o território nacional<sup>147</sup>. Um projecto de decreto defendido com particular entusiasmo pelo cónego lisbonense e ex-inquisidor João Maria Soares Castelo Branco<sup>148</sup>... Mas a história desse importantíssimo debate é relativamente conhecida e, de qualquer modo, não cabe neste ensejo a revisitação de tão transcendente decisão e acto de poder dos deputados vintistas<sup>149</sup>. Adiadas ficam outrossim – naturalmente – as intermináveis discussões sobre qual a real-efectiva dimensão humana, pessoal, do maçonismo dos membros do Sinédrio portuense, corpo organizador e motor essencial do movimento regenerador do *24 de Agosto de 1820*<sup>150</sup>, sem

<sup>145</sup>- Cf. DIAS, e DIAS. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I, p. 648-650.

<sup>146</sup>- ALMEIDA, Fortunato de. 1970. *História da Igreja em Portugal*. vol. III. Barcelos: Portucalense Editora, p. 529.

<sup>147</sup>- PERES, Damião. 1935. *História de Portugal*. vol. VII. Barcelos: Portucalense Editora, p. 104.

<sup>148</sup>- Cf. VARGUES, Isabel Nobre. 1981. “Vintismo e radicalismo liberal”. In *Revista de História das Ideias*. vol. III. Coimbra: Universidade de Coimbra, p. 203-204.

<sup>149</sup>- Cf. SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. 1990. “A Abolição da Inquisição em Portugal. Um Acto de Poder”. In *Inquisição*: vol. III. Lisboa: Universitária ed., p. 1381-1386.

<sup>150</sup>- Cf. CORDEIRO, José Manuel Lopes. 2020. *1820, Revolução Liberal do Porto*. Porto: Câmara Municipal do Porto, p. 68-69. Como confirmação das continuidades de “inquinamento” polémico a que aludimos (parecendo-nos a nós vitandos tanto os perigos de *Scila* como os de *Caribdis*): de forma bem significativamente contraditória, na primeira destas páginas «em definitivo conclui-se facilmente que a Maçonaria não teve qualquer participação na Revolução Liberal do Porto», para, logo na página seguinte, se nos dar

dúvida uma condição marcante da sua natureza e forma de funcionamento, embora certamente não fazendo deste grémio uma mera, pura e simples «sucursal maçónica»<sup>151</sup>, ou também sobre se é objectivamente sustentável, como ainda vulgarmente se repete (subjectivamente desejando exaltar ou, pelo contrário, execrar o papel da ordem), alguém continuar a afirmar, a nosso ver em redutora e esterilizante apologética, que a vitoriosa história da Maçonaria «quase» coincide «com a história da gesta liberal»<sup>152</sup> ...

---

conta de que a *Loja Regeneração Maçónica Lusitana*, de Lisboa, «enviou uma carta» aos seus “irmãos” da *Loja Amor da Razão*, da cidade do Porto, «de congratulação pelo envolvimento no movimento liberal de 1820 e pelo seu sucesso»...

<sup>151</sup> - DIAS, e DIAS. 1986. *Os primórdios da maçonaria em Portugal*, vol. I, t. I, p. 785.

<sup>152</sup> - MARQUES, 1975. *A Maçonaria Portuguesa e o Estado Novo*, p. 43.





## **PARTE II**

# **PROCESOS Y JUICIOS INQUISITORIALES EN LA ERA DE LAS ABOLICIONES: CAMBIO Y CONTINUIDAD**



# ANTICLERICALISMO EN ESPAÑA: REFLEXIONES DESDE EL EXILIO<sup>1</sup>

---

JUAN IGNACIO PULIDO SERRANO  
*Universidad de Alcalá*

El día de *Acción de Gracias* del año de 1962, Américo Castro y Vicente Llorens, dos profesores españoles exiliados en los Estados Unidos de América, conversaban mientras comían. Trataban temas relativos a la Historia de España. Fue, como tantas otras, una conversación perdida para el historiador, aunque en este caso la fortuna nos ha dejado unas jugosas reflexiones epistolares en la larga carta que Castro le escribió a Vicente Llorens tras volver a su casa. Estuvieron hablando sobre otros exiliados y emigrados que como ellos habían tenido que abandonar España a lo largo de la historia.

Conocer la experiencia de quienes les habían precedido en aquel trago amargo y profundizar en los problemas seculares de una España que de manera recurrente produjo tantos exilios eran cuestiones que les podía ayudar a entender su propia situación. Vicente Llorens empleó los años de su extrañamiento a causa de la Guerra Civil de 1936 en investigar el exilio español en Inglaterra durante el siglo XIX. Así, en 1954 publicaba en México los resultados de sus trabajos en el libro *Liberales y Románticos: una emigración española en Inglaterra, 1823-1834*. De todos aquellos transterrados a Inglaterra hubo un personaje que atrapó con fuerza su interés y a cuyo estudio se dedicaría desde entonces: el sacerdote

---

<sup>1</sup> Este trabajo se ha realizado dentro del Proyecto de Investigación “El problema converso: el concepto historiográfico en el pensamiento español (siglos XVI-XX), financiado por la Universidad de Alcalá y la Comunidad de Madrid (CCG07-UAH/HUM-2016).

sevillano Blanco White. De él habló con Américo Castro durante aquella conversación mientras celebraban amistosamente el *Thanksgiving*. Castro lo dice en su carta: “Y aprovecho para agradecerle su gran artículo sobre Blanco White, ten lleno de peregrinas noticias. Es enorme su labor. Sin Usted y su inteligente recolección de documentos en Liverpool, Simancas, etc. nunca se habría conocido la figura de este hombre...”<sup>2</sup> Ciertamente, Vicente Llorens rescató para los hispanohablantes la vida y obra de Blanco White (1775-1841), enterrada en el olvido durante más de un siglo, y a él le debemos su regreso y conocimiento actual. La vida y obra de Blanco White fueron silenciadas en España, pues aquel sacerdote atacó a la iglesia y religión católica sin tapujo, convirtiéndose en un personaje incómodo. Sus textos eran demoledores. Como sacerdote de la catedral de Sevilla conocía las interioridades del mundo eclesiástico español; sensible y observador, había penetrado en la particular religiosidad de los españoles. Una vez instalado en el exilio inglés, desde 1810 hasta su muerte, escribió con libertad sus opiniones sobre la situación española, señalando como el principal de sus males la tiranía de la Iglesia y la religiosidad fanática y supersticiosa. Un problema secular en las sociedades ibéricas, de difícil solución, de complicado análisis por resultar peligroso su abordaje mientras existió en España la cultura y práctica inquisitorial; una cuestión medular en la escisión del país durante todo el siglo XIX y buena parte de XX. “Pasarán generaciones antes de que puedan ver la luz pública en España”, pronosticaba Blanco White, aquellos escritos suyos, aparecidos primero como artículos en el *New Monthly Magazine* inglés y después como libro bajo el título *Letters from Spain* (1820-1821)<sup>3</sup>.

Podemos imaginar, así, aquella comida de *Acción de Gracias* con la que empezábamos estas líneas. Tres hombres sentados a la mesa ante la historia de España y ante unos problemas – aparece la cuestión religiosa en primera línea - que venían provocando una continua sangría de exiliados y emigrados. Entre tantos miles de hombres, allí estaban tres: Américo Castro (1885-1972), Vicente Llorens (1906-1979) y, como presencia evocada, Blanco White (1775-1841). La iglesia y la religión católica, tema recurrente en la reflexión de estos hombres, son el hilo conductor que une los trabajos de estos intelectuales.

---

<sup>2</sup> Fundación Zubiri (Madrid), Archivo de Américo Castro, caja 29, 01-0026 (carta de Américo Castro a Vicente Llorens, Princeton, 24/11/1962).

<sup>3</sup> WHITE, José Blanco. 2004. *Cartas de España*, Traducción, introducción y notas de Antonio Garnica, Fundación José Manuel Lara, Sevilla, p. 61. Vicente Llorens escribió la Introducción a la primera edición en español de esta obra en 1972.

Blanco White, o Leocadio Doblado, que este fue el seudónimo con el que firmó sus primeras cartas sobre España, era originario de Sevilla. Escribía para ser leído por un público inglés, interesado entonces por el mundo ibérico. Fue el mayor de cuatro hermanos, nieto de un rico comerciante irlandés asentado en Sevilla, a quien Fernando VI le concedió una cédula de hidalguía. Estaba llamado a continuar los negocios de su padre al frente de la casa comercial de la familia: “Así, pues, en el escritorio de mi padre, bajo el cuidado de un viejo empleado de confianza, fue donde empecé a aprender la escritura y aritmética”.<sup>4</sup> Tuvo además, como era propio de aquellos tiempos, una educación religiosa que marcó su futuro y contra la que se reveló en su madurez: “condenado estoy a llevar por siempre las señales de mi temprana esclavitud”.<sup>5</sup>

Para la mayor parte de los españoles del siglo XVIII la educación religiosa comenzaba en la cuna, constituyendo de esta manera una parte fundamental en la formación de su yo. Así fue también para Blanco White, según narra en la tercera de sus cartas, la de mayor calado autobiográfico. Mis padres “me dieron la instrucción religiosa junto con los primeros rudimentos del habla”.<sup>6</sup> Sus primeras impresiones, aquellas que marcan para siempre el carácter de un niño y que Blanco White recuerda ya como hombre maduro en su exilio londinense, fueron las que disfrutó asistiendo a la música y a las solemnes ceremonias de la catedral de Sevilla. “Es cierto que en todos los tiempos y en todos los países los acontecimientos decisivos de la vida están estrechamente relacionados con pequeños incidentes de la niñez”.<sup>7</sup> El esplendor de las fiestas religiosas sevillanas, con el barroquismo embriagador de los sentidos que le eran propias, dejaron en su memoria una profunda huella que aparece de continuo en la descripción costumbrista de sus *Letters from Spain*.

El ejemplo de sus padres, referente formativo para un hijo, ejerció en él una influencia importante. Se entiende así que en su relato autobiográfico comience hablando de sus padres y de su religiosidad profunda. Su padre dirigía la casa comercial de la familia, sin dejar por ello de desatender sus obligaciones piadosas. De su religiosidad, Blanco White destaca su constante y prolongado ejercicio caritativo: “Durante treinta años y en cualquier estación del año mi padre no se permitió otro descanso, después del fatigoso trabajo de su escritorio, que el de visitar el hospital

---

<sup>4</sup> *Ibidem*, p. 64.

<sup>5</sup> *Ibidem*, p. 61.

<sup>6</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>7</sup> *Ibidem*.

general de esta ciudad, lugar de horribles sufrimientos donde cuatrocientos o quinientos mendigos yacen juntos y mueren agotados por el hambre y las enfermedades... Todo esto lo hacía por su propia voluntad e iniciativa, sin la menor conexión oficial o privada con el establecimiento”<sup>8</sup> Su madre fue también una mujer piadosa, sumisa a los preceptos de la Iglesia católica y a la dirección espiritual de un sacerdote. “Sería difícil escoger dos personas más adecuadas para observar los efectos de la religión nacional de España. En los dos los resultados fueron lamentables aunque ciertamente no los peores que se pueden encontrar”.<sup>9</sup>

El placer sentido por el color y la música de las fiestas religiosas sevillanas no amortiguó suficientemente el sentimiento doloroso que le causaron las experiencias producidas por el pecado y el remordimiento que éste conlleva, por “el temor al infierno” y la humillación vivida en la confesión auricular.<sup>10</sup> Al sacramento de la confesión dedicará algunas de sus principales páginas, recordando como desde muy pronto rechazó lo que él consideraba una de las prácticas del catolicismo más perniciosas para el individuo. Tal sentimiento de rechazo se rebeló desde aquel lejano día, cuando tenía sólo siete años, en el que se tuvo que arrodillar por primera vez ante un confesor. Sin embargo, dice a sus lectores ingleses, para conocer la naturaleza de los españoles debe entenderse el significado y efecto de dicha práctica. “Muchos conocen probablemente la confesión auricular como un tema de controversia teológica, pero no daría yo fácilmente el nombre de filósofo a quien no considerara suficientemente interesante una investigación sobre la influencia moral de esta práctica religiosa... Ciertamente no conocerá España quien no tenga alguna idea de las poderosas fuerzas morales que influyen en la vida de este país y no hay duda que un sacerdote español [como lo era él] tendrá algo interesante que decir sobre el tema de la confesión. Sus efectos sobre las almas infantiles no dejan de ser perjudiciales para la futura paz de espíritu y para el desarrollo de las virtudes. A la práctica de la confesión debo yo mis primeros remordimientos cuando todavía mi alma conservaba la inocencia de la infancia”. Según él, el miedo a la ley penitencial se convirtió en uno de los resortes fundamentales de control eclesial sobre los individuos, privándoles de su libertad y, en consecuencia, de su felicidad.<sup>11</sup> Autores como Julio Caro Baroja, o después Adriano Prosperi, han demostrado la

---

<sup>8</sup> *Ibidem*, p. 57.

<sup>9</sup> *Ibidem*, p. 58.

<sup>10</sup> *Ibidem*, p.60-61.

<sup>11</sup> *Ibidem*, p. 61 y ss.

importancia de la confesión en las sociedades católicas, profundizando en la investigación que Blanco White proponía en sus cuartillas de 1820.<sup>12</sup>

Blanco White fue sacerdote y conocía muy bien el terreno sobre el que pisaba en sus reflexiones. Su decisión de hacerse sacerdote fue temprana. “Mi deseo infantil de ser sacerdote”, nos dice, nació de un sentimiento encontrado, de una vocación imprecisa y de un rechazo seguro. “Odiaba el escritorio [de los negocios mercantiles de su padre] y amaba mis libros... Como la cultura y la Iglesia eran entonces para mí dos ideas inseparables no vacilé en confesarle a mi madre que no quería ser otra cosa que sacerdote”.<sup>13</sup> La cultura y los libros - primero los redactados en español y latín, más tarde vendrían los escritos en lengua francesa e inglesa - fueron lo que le impulsaron a seguir la carrera eclesiástica. “Creo que no hubiera sido feliz de haber vivido sin educación y cultura”.<sup>14</sup> Pero también fue la lectura, paradójicamente, la que generó en él un espíritu crítico que acabaría enfrentándole a su religión católica y a la institución a su que pertenecía.

La lectura, cuando tenía ocho años de edad, de las aventuras vividas por Telémaco cuando sale en busca de su padre le despertaron las primeras dudas religiosas. Quedaron larvadas. El amor a los libros le llevó a husmear entre los que había en la biblioteca de una tía suya a la que frecuentaba, y la curiosidad adolescente hizo que se topase con las obras completas del fraile benedictino Feijoo (1676-1764), cuya empresa editorial tuvo efectos considerables en la cultura española del siglo XVIII. Casi medio millón de ejemplares de su *Teatro crítico universal* fueron vendidos antes de su muerte. “Una señora, pariente mía muy cercana, cuya educación había sido superior a la que se le suele dar a las demás españolas, tenía una pequeña colección de libros españoles y franceses. Entre ellos estaban las obras de fray Benito Feijoo, monje benedictino que, alzándose sobre el nivel intelectual de España al principio del presente siglo (XVIII), tuvo la osadía de atacar cualquier error establecido que no estuviera bajo el directo patrocinio de la religión. (...) No sin dificultad logré permiso para probar si mi inteligencia, que hasta entonces había permanecido completamente baldía, tenía bastante fuerza para entender y saborear los libros de Feijoo.

---

<sup>12</sup> BAROJA, Julio Caro. 1978. *Las formas complejas de la vida religiosa: religión, sociedad y carácter en la España de los siglos XVI y XVII*. Madrid: Akal Editor. PROSPERI, Adriano. 1996. *Tribunali Della coscienza: inquisitori, confessori, missionari*. Torino: G. Einaudi.

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 65

<sup>14</sup> *Ibidem*, p. 67.

Sus ideas fueron para mi alma como las lluvias primaverales que riegan un campo sediento”.<sup>15</sup>

Lo que más le influyó de la lectura de los discursos de Feijoo fue su particular forma de abordar críticamente todos los temas que trata, asuntos que van desde lo puramente científico hasta cuestiones tocantes a las tradiciones culturales y religiosas de la sociedad española. Un estilo sencillo y cuidado, gustoso para el ávido lector de aquel siglo, pero de inmisericorde penetración en las creencias seculares. Se propuso discernir libremente sobre esto y aquello, pensar con libertad junto a cada uno de sus lectores. “No es prudente fiarse de la opinión de un hombre sobre el primer libro que leyó cuando muchacho, pero, a juzgar por la avidez con que a los quince años devoré sus catorce volúmenes sobre diversos asuntos y por el sorprendente impulso que dio a mis facultades mentales, todavía por desarrollar, estoy convencido de que Feijoo es un escritor que debería ser tenido en más estima de la que goza entre mis compatriotas”. Feijoo declaraba que su reto era vencer los errores del vulgo que poblaban la tradición cultural española, el peor de los monstruos y el más difícil de vencer. La tradición religiosa no se escapó a la mirada crítica del fraile: “declaró guerra abierta a toda clase de charlatanería. Los milagros y apariciones que no habían sido aprobados por la Iglesia Romana no escaparon tampoco al ojo escrutador del audaz benedictino”.<sup>16</sup>

Aquella lectura voraz y adolescente provocó una catarsis en el espíritu sensible de Blanco White. Le dio, además, un método que aplicó en lo venidero: “mi espíritu había vivido como un pajarillo dentro de su nido sin saber que tenía alas hasta que este maestro inesperado con su audacia lo empujó a volar. Partiendo de un estado de vida casi animal, me encontré de repente en posesión de la facultad de pensar (...) Es verdad que mis conocimientos estaban limitados a unos cuantos hechos físicos e históricos, pero de repente había aprendido a razonar, a discutir, a dudar. Para sorpresa y alarma de mis buenos familiares en pocas semanas me convertí en un escéptico que, sin poner en duda las verdades de la religión, no dejaba pasar ninguna de sus otras creencias con el valor que ellos le daban. Mi madre, con su habitual penetración, se apercibió en seguida de las nuevas tendencias de mi espíritu y delante de mí dio gracias al cielo de que yo hubiera nacido en España, *porque de otra manera – dijo – pronto abandonarí el recinto de la Iglesia*”.<sup>17</sup>

<sup>15</sup> *Ibidem*, p. 78-81.

<sup>16</sup> *Ibidem*, p. 79-80.

<sup>17</sup> *Ibidem*, p. 80-81.



Reconoció tiempo después aquel largo estado infantil en el que había vivido, al igual que la mayor parte de sus coterráneos, y se acercaba así al aserto kantiano: “Nos han prolongado artificialmente la infancia”.<sup>18</sup> Tenía ya cuarenta y cinco años de edad y escribía desde Londres. *Culposa infancia* la de los hombres de su tiempo, causa de tantos descalabros en Europa; estado ingenuo que él quiso superar a base de ejercitar debidamente la razón. Fueron la lectura y la razón las que le llevaron a la quiebra religiosa en su interior. Quiebra que en un comienzo sólo barruntada en el secreto de su mente. Luego sería comunicada secretamente con aquel pequeño grupo de amigos sevillanos, “mis amigos íntimos”, sus compañeros de universidad, cómplices en el intercambio de libros prohibidos, con quienes departía, “desahogando en sus conversaciones privadas los sentimientos reprimidos del ridículo y la indignación que las instituciones religiosas de este país producen en los que se ven obligados a aceptarlas como si tuvieran autoridad divina”.<sup>19</sup>

Pero la catarsis fue incompleta, reconoce. Los “viejos hábitos de mi espíritu”, aquellas costumbres interiorizadas desde la temprana edad y convertidas en formas culturales cotidianas a lo largo de su vida, le acompañaron siempre.<sup>20</sup> “Es tan poderoso el efecto de las costumbres que se adquieren en la infancia...”<sup>21</sup> Los recuerdos que ofrece a sus lectores británicos son pintorescos, pinceladas reveladoras de la vida religiosa de su país. Explica, por ejemplo, que durante los días de su exilio, como hombre ya maduro, no dejaba de sobresaltarle el escuchar la campanilla del cartero inglés con la que éste anunciaba su llegada. El sonido le recordaba el tintineo con el que se advierte el paso por las calles de las ciudades españolas del viático que el religioso lleva en procesión a algún enfermo. “Al rey viéndolo y a Dios oyéndolo”, dice el refrán español.<sup>22</sup> Nadie podía ser ajeno al encuentro con Dios transustanciado en las sagradas formas, ninguno de los viandantes encontrados en la calle, ni incluso los actores de los teatros, que interrumpían la función, ni los espectadores, que se ponían en pie hasta que el sonido desaparecía en la lejanía. Las páginas dedicadas a esta costumbre, cómicas, no pueden esconder el sentimiento de degradación sufrido por él mismo cuando tuvo que resignarse e hincar

---

<sup>18</sup> *Ibidem*, p. 51.

<sup>19</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>20</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>21</sup> *Ibidem*, p. 16.

<sup>22</sup> *Ibidem*, p. 12.

la rodilla en el suelo para no ser tachado de hereje en medio de la calle.<sup>23</sup> Qué decir de otras costumbres propias de la cultura de los españoles, como el arraigado sentimiento de pureza de sangre, que le hacía recordar su estremecimiento cuando pasando de niño frente a cierta confitería no se atrevía a mirar a la bella dependienta de antepasados castigados por la Inquisición.<sup>24</sup> “Viejos hábitos de su espíritu” que a pesar de los años todavía sentía vivos.

El fanatismo y la superstición son las formas que ha adoptado la religión en España, dirá Blanco White a sus lectores ingleses en el prefacio de su libro *Letters from Spain*. Una religión, la católica, que entre los españoles había adoptado una forma de insoportable intolerancia. “El cristianismo en España se había confundido con “la persecución y el absurdo”.<sup>25</sup> Esto es lo que le llevó a exiliarse. Gran parte de los españoles eran “perseguidores”, y esa era la cultura inquisitorial que había impregnado el conjunto de la sociedad. Perseguidores anónimos como aquel hombre que Blanco White se encontró por la calle, cuando pasaba el viático, y le gritó en voz alta ante su mal disimulada indiferencia: “Este hombre es un hereje”.<sup>26</sup> Una sociedad de perseguidores, la mayoría, y de simuladores hipócritas, una minoría, que actuaban así ante la falta de libertad y el miedo a la delación. Esa fue su respuesta al hombre que le gritó hereje en la calle: “Ante tan peligrosa insinuación no cabía resistencia posible, y me detuve en seco. Saqué mi pañuelo y extendiéndolo en la parte menos sucia del pavimento me arrodillé sobre él y aunque según la costumbre del país me golpeaba el pecho con la mano derecha tan suavemente como podía, no lo hacía para pedir perdón por mis pecados, sino para maldecir la hora en que me había resignado a degradarme”.<sup>27</sup>

Lo que para el Padre Feijoo era objeto de su crítica, en Blanco White fue motivo de ruptura. Ruptura como forma de liberación. La razón se hacía incompatible con una religión, la católica, definida por él como “supersticiosa” e “infantil”. La religión e iglesia católica en España “mutilaban” la razón y la libertad del individuo. En la “Carta sexta” de sus *Letters from Spain* describe la reacción de la sociedad sevillana ante la llegada en 1800 de la fiebre amarilla y los miles de muertos que dejó a su paso. Es un cuadro costumbrista, una delicada y preciosa descripción

---

<sup>23</sup> *Ibidem*, p. 15.

<sup>24</sup> *Ibidem*, p. 28.

<sup>25</sup> *Ibidem*, p. 52.

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 14-15.

<sup>27</sup> *Ibidem*, p. 15.

de los usos nacionales, afectados de una profunda religiosidad, sensitiva, emocionada e irracional.<sup>28</sup> Las medidas tomadas entonces por las autoridades civiles y eclesiales de la ciudad, ajustadas al sentir popular, atendían más a creencias religiosas de naturaleza supersticiosa que a una razón sanitaria y preventiva. Procesiones, rogativas, rezos públicos, novenas... y la colación de un *Lignum Crucis* en lo alto de la torre de la *Giralda* para espantar la mortal pestilencia. Esas eran las respuestas de unas gentes incapaces de “romper las redes de la superstición”.<sup>29</sup> La religión para los católicos era una forma de superstición institucionalizada y de dominio despótico totalmente interiorizado y asimilado por la mayoría de las gentes. “La religión, o mejor dicho, la superstición está tan íntimamente unida a la vida española, tanto pública como privada, que temo cansarle – dice Blaco White a su imaginado lector inglés – con mi continua referencia a ella”.<sup>30</sup> Pero sería imposible conocer a fondo el “carácter nacional de mi país – sigue diciendo – sin conocer a fondo “el carácter de la religión nacional”.<sup>31</sup>

Buscando un pequeño reducto de libertad Blanco White abandonó Sevilla y marchó a Madrid. Pero comprendió que aquello no era una solución completa. En una decisión radical, seguramente propiciada por el contexto de derrumbamiento general que supuso la invasión napoleónica de 1808, decidió dejar España y se embarcó en Cádiz rumbo a Inglaterra. Huía del ejército francés; huía también de una situación íntima que se le hacía insoportable. “Fue penosa y dura la lucha por la que gané mi libertad”.<sup>32</sup> No quiso continuar por más tiempo viviendo en aquel estado clandestino en el que él y algunos otros españoles lo hacían entonces. “La influencia de la religión en España no conoce límites y divide a los españoles en dos grupos: fanáticos e hipócritas”.<sup>33</sup> Dos grupos de españoles, perseguidores y encubiertos, se aparecían ante los ojos de Blanco White; entre estos últimos se encontraba él y sus “amigos íntimos”.

El desgarró que le produjo su vida encubierta como hipócrita, y desde 1810 el desgarró del exilio, sembraron en su interior “vagas esperanzas de venganza”.<sup>34</sup> “¿Venganza he dicho?”, se pregunta. Rechaza aquel impulso vengativo que creció en el español del siglo XIX y principios

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 149.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 50.

<sup>30</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 11.

<sup>32</sup> *Ibidem*, p. 60.

<sup>33</sup> *Ibidem*, p. 12.

<sup>34</sup> *Ibidem*, p. 51.

del XX – “hombre sediento de sangre”, anticipa - y que llenó de violencia brutal las páginas de nuestra historia contemporánea. ¿Cómo reconciliar entonces el deseo de venganza con la auténtica nobleza de espíritu, la del hombre virtuoso, bondadoso y magnánimo? El juicio sereno le apartaría de tal deseo destructivo, pero reconoce que no puede haber “serenidad de juicio” entre quienes como él han sufrido la persecución religiosa. Como aquel impulso era inevitable, él lo consumó en lo que denominó una “venganza de la imaginación”, fórmula que le fue necesaria para exorcizar su sufrimiento. Creo que tal “venganza de la imaginación” se materializó en aquellas cartas sobre España que publicó en el magazine inglés y luego, reunidas todas, en su libro. Llevar al papel y publicar sus recuerdos y reflexiones sobre la sociedad española le sirve a Blanco White de ejercicio expiatorio, de exorcismo de sus “viejos hábitos” espirituales, hábitos también de autorepresión y disimulo hipócrita. Lo hace con amor a la tierra y gentes que abandonó para siempre, con un estilo literario delicioso, lo que le permite sondear dolorosos aspectos de su alma y del alma de sus compatriotas sin agredir la sensibilidad del lector. Hay mucho de autobiográfico en sus “cartas de España”; especialmente en la tercera de las trece cartas que componen su libro, en realidad un largo texto autobiográfico, aunque aparezca como autobiografía camuflada en una especie de juego de espejos o personajes interpuestos. Lo hace también, nos declara, intentando ser de alguna utilidad: “el sincero deseo de ser útil a los demás”.<sup>35</sup>

Pese al su estilo descriptivo y costumbrista, el objetivo de Blanco White fue poner sobre el papel y a ojos del lector unas reflexiones que se habían prolongado a lo largo de su vida. Así lo declara en distintos lugares. “Los diversos efectos de esta confesión religiosa en su más pura y genuina expresión sobre mi país, mis amigos y sobre mí mismo, han sido objeto de mi más seria atención desde que empecé a tener uso de razón hasta el momento de escribir estas líneas”.<sup>36</sup> Cómo ha afectado la religión católica a la realidad de su país: esta es la principal cuestión problemática que se plantea Blanco White y que le convierte en interlocutor de otros exiliados como él, aunque de tiempo posterior. Vicente Llorens y Américo Castro hablaron y escribieron sobre él. La religión, dirán, no es sólo un problema para el análisis, sino también un obstáculo para el desarrollo del país. En Blanco White, hijo tardío de la Ilustración, la idea de desarrollo significa un “progreso” encaminado a la consecución de la “felicidad”,

<sup>35</sup> *Ibidem*, p. 54.

<sup>36</sup> *Ibidem*.

y en este caso la religión se ha convertido en el principal obstáculo que lo impide. “Si el resultado de mi experiencia llevara a la conclusión de que la religión, tal como se enseña y observa en España, es causa de intensos sufrimientos para los hombres buenos y honrados y de burda depravación para los ignorantes y duros de corazón, y que además es un obstáculo insuperable para el desarrollo de la inteligencia y que favorece abiertamente la ignorancia establecida y el más estúpido fanatismo, y que necesariamente fomenta la reserva y el disimulo en los ciudadanos mejores y más capaces del país, que tiene que detener o impedir el cultivo de las más nobles virtudes públicas como son la sinceridad y la valentía política, si todo esto y mucho más, que no puedo expresar en la forma abstracta de simples proposiciones, empieza a ser conocido por medio de la sencilla narración de un oscuro individuo, espero no ser acusado de la estúpida vanidad de atribuir una importancia decisiva a los sucesos y a las reflexiones personales que van a llenar las siguientes páginas”.<sup>37</sup>

Blanco White propone en algún lugar de sus escritos la necesaria “reforma de nuestra iglesia”.<sup>38</sup> Pero en realidad no se refiere a la reforma sino a la supresión. Él mismo abandonó el catolicismo en busca de su libertad y felicidad. El desarrollo de la sociedad vendría, dice, una vez extinguida esta forma particular de cristianismo que en España representa el catolicismo. No puede haber “progreso político” en España a causa del “fanatismo” propio de su sociedad, “cáncer alimentado por la religión”.<sup>39</sup> Su aversión se manifiesta rotunda cuando describe el clero secular: monjes, frailes y monjas. Es bárbara, supersticiosa e insoportable la sociedad que mantiene estas instituciones religiosas. Su rechazo absoluto a ellas, lo que él mismo llama *monacofobia*, queda largamente razonado en dos de sus cartas, en las que hace una sentida descripción de la vida de estos religiosos.<sup>40</sup> Como sacerdote de la Catedral de Sevilla que era, Blanco White conocía bien ese ámbito de la clerecía y se sentía profundamente dolido por lo que sabía y había experimentado. Así, sus opiniones contra las órdenes religiosas son vehementes y viscerales. “Pocos asuntos he relacionado con más sentimientos de aversión y dolor que el de las órdenes religiosas de este país. Los males que arrastran consigo estas instituciones en cuanto se refieren a los varones son tan complejos y variados y sin ventaja alguna que sirva de compensación, y sus abusos, en cuanto se refiera a las mujeres,

---

<sup>37</sup> *Ibidem*, p. 54-55.

<sup>38</sup> *Ibidem*, 52.

<sup>39</sup> Prefacio a la primera edición de su *Letters from Spain*.

<sup>40</sup> Son las cartas séptima y octava.

tan extendidos y crueles que retrocedo involuntariamente ante el tropel de ideas que se levanta en mi mente”.<sup>41</sup> Los ejemplos que elige para justificar su opinión son conmovedores y centran su interés en lo que él llama “el carácter inhumano” de algunas de las costumbres que se practican en la vida clerical.

Su radical prejuicio anticlerical lo avala en el historiador británico Edward Gibbon (1737-1794), muy popular entre el público inglés por su libro *The History of the Decline and Fall of the Roman Empire* (1776-1788), donde sostiene que la ruina de Roma vino de la mano del ascenso del cristianismo. Blanco White trasladaba esa misma idea al caso español: la iglesia y religión católica habían provocado el hundimiento de esta sociedad por ser yugo de la libertad, el verdadero motor del progreso y de la felicidad. Por ello desea la pronta extinción de esta forma de religión. Sus palabras, premonitorias, anuncian un tiempo de violencia anticlerical: “Se acerca la hora, a no ser que mis deseos sobrepasen mi juicio, de que tan grandes lacras de la sociedad serán extirpadas de la faz del mundo civilizado. La lucha será larga y desesperada, y es probable que ni esta generación ni la siguiente vean su fin. Pero permítame que me anime la idea de que, con la exposición de los efectos malignos del actual sistema, estoy contribuyendo, aunque sólo sea levemente, a su destrucción final: sólo este pensamiento me puede animar a seguir adelante”.<sup>42</sup> Ciertamente, como Blanco White pronosticaba a sus lectores en 1820 la lucha contra aquel sistema religioso iba a ser larga y desesperada. Fue una lucha violenta entre las corrientes clericales y las anticlericales, que se prolongó durante los siglos XIX y XX; aún hoy, empezado el siglo XXI, da muestras de no haber desaparecido del todo. Pocos años después de escribir Blanco White las palabras que se acaban de citar, ardían varias iglesias en Madrid, Barcelona y alguna otra ciudad. En Madrid el 17 de julio de 1834 la turba se echó a la calle: hubo matanza de frailes, cerca de un centenar, y se prendió fuego en los conventos de San Isidro, Santo Tomás, Atocha, la Merced y San Francisco el Grande. Durante el verano siguiente le tocó a Zaragoza, Reus y Barcelona, donde también se asesinaron frailes y se quemaron muchas iglesias y conventos. Se había producido un proceso sociológico de inversión: ahora el fuego purificador ya no extinguía al hereje como se había hecho tiempo atrás, sino que buscaba eliminar al religioso.<sup>43</sup> Una parte importante de la sociedad se dejó arrastrar

<sup>41</sup> *Ibidem*, p. 167.

<sup>42</sup> *Ibidem*.

<sup>43</sup> BAROJA, Julio Caro. 1980. *Introducción a una historia contemporánea del anticlericalismo español*. Madrid: Istmo, p. 147-161.

por una especie de nuevo mesianismo, para el cual la libertad, el progreso y la felicidad vendrían una vez desaparecieran los frailes y las iglesias de la faz de la tierra. Tocaba acometer tal misión. Así, las corrientes anticlericales en este tiempo tomaron la forma de una nueva religión, igual de bárbara y brutal que algunas de las formas adoptadas anteriormente por el catolicismo en España.<sup>44</sup>

Al comienzo de estas páginas recordábamos aquel encuentro durante el exilio norteamericano entre Américo Castro y Vicente Llorens y su conversación sobre las ideas de Blanco White. Américo Castro cuestionaba el sentido del llamamiento que hacía Blanco White: “España necesitaba de una revolución verdadera”.<sup>45</sup> En 1931 y 1936 España había vivido nuevos conatos de revolución, en la que también hubo matanza de frailes además de fuego en muchas iglesias como expresión violenta del anticlericalismo.<sup>46</sup> Américo Castro huyó de España a causa de la guerra civil que se desencadenó en aquellos años y durante su largo exilio reflexionó sobre estos problemas. Discrepaba del diagnóstico y remedio propuesto por Blanco White para encauzar a España por la senda del progreso, del mismo modo que discrepaba de tantos compañeros de exilio que en pleno siglo XX seguían pensando que aquello sólo se alcanzaría una vez vencida y suprimida la iglesia y religión católica en España.

En un artículo publicado en 1956, Américo Castro reflexionaba sobre la llamada “cuestión religiosa” comentando el libro que Vicente Llorens había publicado sobre el exilio español en Inglaterra entre 1823 y 1834. En España, escribía, “la oposición a la Iglesia se nutrió sobre todo de los deseos de anularla (un caso de *allofobia*, en mi jerga); no en acciones constructivas y firmemente estatales. Con claros sustitutivos a mano, no se habría sentido la necesidad de quemar los templos, para fortalecer interiormente a quienes se pretendía aniquilar”.<sup>47</sup> El drama español consistía precisamente en eso, en la carencia de sustitutos que pudieran haber sido alternativa válida y posibilitadora al dominio secular de la iglesia y religión católica. Una buena parte de los españoles del siglo XIX y XX, arrastrados por un ideario *alucinado* y *mesianico*, pensaron que el

---

<sup>44</sup> BAROJA, Julio Caro, p. 129. ABREU, Luís Machado de. 2004. *Ensayos Anticlericais*. Lisboa: Roma Editora, p. 28.

<sup>45</sup> Fundación Zubiri (Madrid), Archivo de Américo Castro, caja 29, 01-0026 (carta de Américo Castro a Vicente Llorens, Princeton, 24/11/1962).

<sup>46</sup> BAROJA, Julio Caro, p. 229.

<sup>47</sup> CASTRO, Américo. 1990. “Emigrados”. In: *Cuadernos*, París, nº 17 (marzo-abril 1956), recogido en su libro *De la España que aún no conocía*, PPU: Barcelona, vol. 1, p. 135-153. La cita en la p. 145-6.

progreso vendría espontáneamente tras la aniquilación de esa otra España frailuna y religiosa. Gentes *alucinadas* por la creencia *mesianica*, dice Castro, llamados a acometer una empresa destructora como paso previo y necesario para la llegada de unos nuevos tiempos.

En un artículo escrito en el año 1935 en un diario español, Américo Castro comentaba un suceso anecdótico que servía de metáfora de la realidad histórica del país. “El castillo y la iglesia”, llevaba por título. Una catástrofe natural había arrasado una pequeña aldea castellana, tras la cual sólo había quedado en pie la iglesia y los viejos restos del castillo medieval. ¿Cuál es la realidad de un país en el que tras el vendaval sólo permanece su secular expresión religiosa y desaparece todo lo demás? “Aconteció así no por culpa de la Iglesia ni por nada semejante (dígase por centésima vez), sino porque ninguna otra fuerza efectiva quiso, supo o pudo realizar la función de dominio y magisterio. A los que vencen y dominan no hay que achacarles culpas, lo que es baldío y pueril; a los vencedores hay que comprenderlos, y luego, viértase sobre los vencidos e inoperantes todo el lastre de nuestros reproches (confitados quizás en amores y simpatías). España fue un feudo eclesiástico porque así le plugo serlo; primero, por exaltación nacional; luego por cansancio y perplejidad de la mente”.<sup>48</sup>

El error de diagnóstico entre muchos españoles del siglo XIX y XX, su propio error - según él mismo reconoció - fue pensar que existían *dos Españas*; que una de ellas hacía imposible el desarrollo de la otra, y que sólo sería posible eliminando a la contraria. Una de esas Españas era la clerical y la otra la anticlerical. “Corre por ahí la fantasía de existir dos España, la reaccionaria y la progresiva”, nos dice.<sup>49</sup> La imagen se ha popularizado de manera extraordinaria y para muchos ahí radicaba la raíz del problema español, la causa, entre otros fenómenos, de los recurrentes exilios y emigraciones, como el que vivieron los coetáneos de Blanco White o del propio Américo Castro y Vicente Llorens. Pero para Castro esa era una visión equivocada del problema español. Por el contrario, él sostuvo desde su exilio una *visión unitaria* de los españoles; y para explicar esa dinámica secular de enfrentamiento cainita - ahora expresado en el clericalismo y anticlericalismo - proponía un análisis propio de la psicología social. La persecución de frailes no era sino una inversión de la antigua persecución de herejes, y todo ello respondía a la necesidad que habían tenido los españoles de *proyectar* fuera de sí mismos, para

<sup>48</sup> CASTRO, Américo. “El castillo y la iglesia”, diario *El Sol* (Madrid, 16/7/1935), recogido en *De la España que aún no conocía*, vol. 1, p. 93-96. La cita en la p. 94.

<sup>49</sup> CASTRO, Américo, “Emigrantes”, p. 136.



destruirlo, el mal que llevaban en su propio interior y que formaba parte de todos ellos. No habrían existido, por lo tanto, dos Españas, sino unos únicos españoles con sus *conciencias escindidas*, aunque ignorantes de ello: “la conciencia española se ha expresado como un estar uno en conflicto consigo mismo”. “Costaría gran esfuerzo convencerlo [al español] de que él también forma parte de la otra España, tan aborrecida, como indisoluble de su otra supuesta mitad”. En vez de enfrentarse consigo mismo, el español prefirió desdoblarse, proyectar al exterior su parte escindida y esforzarse en aniquilarla fuera de él. Los resultados habían sido autodestructivos para la sociedad y el no querer abordar esta especie de patología condenó al país a la parálisis o a la repetición. A esta cuestión dedicó su empresa Américo Castro durante su largo exilio: hacer un análisis introspectivo de lo español, buscar en su historia dónde estaba localizada la causa de tal escisión, y en vez de combatir al otro, enfrentarse consigo mismo para remontarla. Era necesario romper definitivamente con causa de aquella alucinación secular. Así nos dirá: “el espejismo de hallarse existiendo en una España distinta de la otra es un reflejo indirecto del especial funcionamiento de la vida hispana”.<sup>50</sup>

---

<sup>50</sup> CASTRO, Américo, “Emigrantes”, p. 138.



# ¿MASONES EN EL REINO DE GALICIA? PRACTICAS INQUISITORIALES E INTOLERANCIA EN LOS SIGLOS XVIII Y XIX

---

FERNANDO GIL GONZÁLEZ  
*The Royal Historical Society, U.K.*

## 1. Introducción

La intolerancia alude a los fenómenos de naturaleza religiosa más allá de sus lógicas estrictamente espirituales en función de los contextos políticos, sociales y culturales del momento. Al mismo tiempo, la necesidad y la importancia de considerar dichos factores de índole confesional como un elemento esencial, imposible de ignorar a la hora de entender de una forma clara y concisa, la política social y cultural en la Edad Moderna. Por otro lado, ambas nociones han contribuido a transformar la percepción que tradicionalmente la historiografía había construido el catolicismo. Esta práctica, se ha situado en un plano de igualdad con respecto a las confesiones protestantes, tradicionalmente contempladas como expresiones de la modernidad y de una religiosidad racional, alfabetizada, emocional y ágrafa. En este sentido, el modelo de algunos autores alemanes, siguen desempeñando un papel relevante a la hora de alejar del discurso historiográfico, acuciando la posición casi subalterna que la gran narrativa protestante atribuyó al catolicismo tras la celebración del Concilio de Trento. No obstante, el panorama confesional y, con él, existe la idea de la disciplina social. Con el transcurso del tiempo, la libertad y la tolerancia religiosa son valores esenciales y están presentes

en cada uno de los ordenamientos jurídicos de los países europeos<sup>1</sup>. A pesar de ello, las discriminaciones religiosas o sociales todavía no han desaparecido y por ello, deben ser combatidas a través de los nuevos mecanismos sociales y educativos. Estos valores están imbricados en el racismo y la xenofobia, en particular con el antisemitismo o la fobia a la masonería pero también existe en algunos sectores susceptibles por su condición social, profesional etc. Mientras que en el pasado, Europa, se caracterizó por los conflictos y por la discriminación de los cristianos protestantes, católico, ortodoxos etc. En estos momentos, las diferentes comunidades minoritarias continúan creciendo en el continente europeo como es el caso de los masones, los agnósticos o los ateos. Por otro lado, la francmasonería, es una institución corporativa, centenaria, simbólica, erudita, fraternal y cooperativa. Junto a estos valores, se ha podido constatar que una de las más destacadas instituciones conferida durante la primera mitad del siglo XVIII. La novedad, en este estudio, se presenta con la denominación de la corporación incógnita por la necesidad de consolidar, en la Ilustración, una institución moderna que alude al secreto masónico y a la búsqueda de un fin intelectual alcanzable por los iniciados en el área noroccidental de la Península Ibérica. Estos valores, deben estar guarecidos por los miembros de la corporación y protegerlos de los paganos de la misma manera que se comprende, desde un aspecto estrictamente ritual, la búsqueda de lo desconocido (*arithme*) sin que ello sea considerado un ataque a las instituciones públicas o privadas. En interior de las corporaciones masónicas, aparte de los trabajos rituales, se confeccionan objetos simbólicos, joyas, mandiles y sellos con motivos rituales. También, se compran objetos simbólicos como las calaveras, las tres copelas, la piedra tallada, el altar, los libros sagrados, las velas, las llamaradas, las espadas, los ropajes o la restauración de los elementos de la logia como las bóvedas, el suelo ajedrezado o las columnas que forman parte de la estructura administrativa. La corporación masónica persigue un conjunto de valores característicos como la paz, la seguridad, la igualdad, la justicia, la tolerancia o la fraternidad que hacen de la masonería sea una corporación que trabaja, en sus logias, los rituales como se coteja en los legajos del Archivo Histórico Nacional de algunos masones del país (Galicia) o extranjeros residentes en el territorio peninsular que realizaron sus prácticas rituales, en el área noroccidental, como Juan Tavernier,

---

<sup>1</sup> Alvarado Planas, J., *Estudios sobre la Historia de la intolerancia*, Sanz y Torres, Madrid, 2011, pp. 714.

Luis Partier, Juan Grau, Mariano José Sala, Antonio Serna o José Barrera Valloscal, Luis Bonach, Pedro Vallesca, el doctor Tomás Vilaloana, Francisco Roselló o Joaquín Mallosera Presby, Juan Ranze, Salvador Goyeneche, el doctor Pedro Vallerca, Pedro Ramón de San José<sup>2</sup> o aquellos masones gallegos, del siglo XIX, que realizaron sus prácticas simbólicas como Vicente Rey, diputado en Cortes; Felipe de Tilde, jefe de contaduría de la distribución de Santiago de Compostela; Antonio Espiñeira, oriundo de la ciudad de A Coruña y empleado de Hacienda; el abogado Gabriel Yanguas o Villarino, un propietario de Lugo. Por consiguiente, la masonería ha estado perseguida por el Tribunal de la Inquisición, la Iglesia Católica y la Monarquía desde la emisión, sanción y publicación de las primeras bulas pontificias en 1738 hasta la actualidad con la reforma del nuevo Código Canónico del 25 de enero de 1983, actualmente en vigor, en el que se evidencia que los principios de las corporaciones masónicas son inconciliables con los establecidos por la Iglesia Católica. A pesar de ello, la masonería está considerada, a mi juicio, como una sociedad incógnita en la que se realizan ceremonias rituales y distintos trabajos intelectuales en las logias. En suma, los rituales masónicos, a través de las fuentes, se consideran como uno de los procesos más complejos que tiene la masonería como se observa en los legajos de los archivos inquisitoriales nacionales, extranjeros, textos historiográficos y experiencias vividas de los que han sido reprimidos. En ellos, se esgrime la existencia de distintos elementos simbólicos motivados por un conjunto de ceremonias y ritos tomados de la alquimia, el hermetismo y el esoterismo, constituidos durante el periodo medieval y se han ido consolidando, no de forma lineal, hasta nuestros días.

## **2. Masones acusados por el tribunal de la inquisición**

La documentación, para estudiar el tema de los masones en el antiguo reino de Galicia, se encuentra, principalmente en los legajos del Archivo Histórico Nacional, con sede en Madrid así como, es fundamental escudriñar los fondos de The British Library (Londres) y los de la Biblioteca de París, que aluden a una gran mayoría de masones fueron iniciados en tales ciudades a través de la práctica de los ritos inglés y escocista,

---

<sup>2</sup> Gil González, F. “La represión de las nuevas formas de sociabilidad en el siglo XVIII: Procesos seguidos por el Tribunal de la Inquisición a los masones”, *RDUNED*, nº 20, 2017, pp. 319-332. 4.

de corte francés. Entre las fuentes existen denuncias de vecinos, auto-denuncias para descargar su conciencia moral y religiosa; las actas de los procesos inquisitoriales y, por último, algunas delaciones espontáneas, que corresponden a diversas denuncias anónimas de los vecinos<sup>3</sup>. En el antiguo reino de Galicia existen algunos masones, durante el Siglo de las Luces, acusados de masonería como Simón Lafora, que es un masón iniciado en Francia bajo los auspicios del rito escocista y agregado de los regimientos militares de Galicia y Asturias. El citado militar masón fue acusado por pertenecer a la corporación incógnita en 1747 como apuntan los legajos del Archivo Histórico Nacional. De hecho, esta denuncia apunta que sea la primera prueba documental de la Historia Masónica del antiguo reino de Galicia. Otros de los masones acusados son Diego y Juan Manrique (haciéndose denominar como *barón de Ber*), oriundos de Galicia y cuyas denuncia se localiza también en el Archivo Histórico Nacional relativa al 16 de Noviembre de 1745. Por otro lado, es importante apuntar que el hermano Juan Manrique, gallego pero destinado en el regimiento militar en Sevilla. No obstante, pocos hechos se conocen escasos casos durante la Ilustración, principalmente por la inactividad del Tribunal de la Inquisición, con sede en Santiago de Compostela así como los prelados gallegos califican, sin ningún distingo<sup>4</sup>, a estos miembros de la corporación incógnita, como filósofos, libertinos, materialistas, ateístas. Aun así, no aparece, en ningún legajo, la palabra *francmasón*. Entonces, este acontecimiento, nos permite comprender que la Iglesia católica gallega desconocía, *sensu stricto*, el término de los masones hasta la llegada de Fernando VII, momento en el que aparece una profusa documentación sobre las denuncias masónicas ante algunos colectivos y nuevas formas de sociabilidad ilustradas<sup>5</sup>.

En el caso del siglo XIX<sup>6</sup>, la masonería gallega, se desarrolla principalmente en Santiago de Compostela, en la actual provincia de A Coruña. Aparte, la masonería gallega, se desarrolla en la ciudad de Vigo<sup>7</sup>. De hecho, se puede interferir que la mayor parte de los masones iniciados en el extranjero que sean oriundos de Galicia, tenían una condición de marinos y otros colectivos. Entre los militares hay más de un 25% de

---

<sup>3</sup> Ferrer Benimeli, J.A. “La Historia ante la masonería. Reflexiones metodológicas”. *El Basilisco*, Oviedo, 1980, p. 32.

<sup>4</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3722. N° 217.

<sup>5</sup> Archivo General de Palacio. Papeles reservados de Fernando VII, vol. 67, n° 42.

<sup>6</sup> Barreiro Fernández, X. “Os primeiros liberais galegos”, *Revista Grial*, n° 74, 1981, p. 432.

<sup>7</sup> A.H.N. Inquisición, leg. 3722, n° 217.

los masones iniciados en Francia o Inglaterra<sup>8</sup>, que eran militares, principalmente suboficiales y oficiales. De hecho, se han encontrado, en los legajos de los archivos, unos 29 subalternos y oficiales, almirantes, relacionados con la Marina Real. Esto nos permite comprender que existe casi un tercio de masones iniciados, en el extranjero, pero de origen gallego. En el caso de las logias del siglo XIX, -dado que durante el siglo XVIII apenas existen nombres de las corporaciones incógnitas-, de las primeras que se pueden citar son la logia denominadas: Marina 1º y Marina 2º y que fueron fundadas en territorio gallego en 1895. Otra de las logias es Atlántica, perteneciente a la *Gran Logia Regional Astur-Gallega*, que acabaría aunando a la logia ferrolana Breogán nº 16. A pesar de ello, en todos los rincones de Galicia, principalmente las villas, ciudades y pequeñas parroquias. Por otro lado, la masonería rural, en Galicia, es escasa y, a lo mejor, podríamos casi contarla con los dedos de las manos. No obstante, existen núcleos masónicos relacionados con los pequeños propietarios, comerciantes de distribución mientras que en las villas, se han encontrado funcionarios, abogados, médicos, peritos agrimensores, notarios existentes en la logia *luz del Avia*, localizada en la villa de Ribadavia. Además, se han encontrado un conjunto de unos 162 trabajadores y obreros o artesanos en los astilleros ferrolanos como en el caso de la *logia Francisco Arout de Voltaire nº 18* o la corporación incógnita escocista como *The Lodge of Saint. John nº 1102*, que es la continuación de la logia *French Arms*, localizada en Gibraltar que se trasladan al territorio gallego. En lo que concierne al mundo rural, en Tierra de Lemos, sita al sur de la provincia de Lugo, dónde existieron algunas corporaciones y miembros de las logias masónicas. De ahí, surge la idea de la construcción de las logias *As Nogais* o la de *Augusto de Rubian*; principales conexiones con la masonería gracias a la construcción del ferrocarril. Otra de las logias, relacionadas con el ámbito ferroviario, se llamaba *Píldes nº 242* con su venerable maestro, Antonio Díaz Pardo, que fue el auténtico factótum del despliegue masónico en las regiones de Galicia y Asturias<sup>9</sup>. En suma, a pesar de que existen numerosas dificultades para estudiar los comienzos de la francmasonería gallega, es importante aludir que está inmersa en los ritos escocistas y, a veces, ingleses. Por otro lado, existen numerosas profesiones así como la presencia de diversas logias y cargos en el seno de las corporaciones masónicas<sup>10</sup>.

<sup>8</sup> Biblioteca Nacional de París. Gabinete de Manuscritos, Fondo. Francmasonería, 559.

<sup>9</sup> Barreiro Fernández, X., os primeiros, p. 430.

<sup>10</sup> Biblioteca Nacional de París, Gabinete de los Manuscritos, Fondos Francmasonería,

Otro ejemplo es José Augusto, uno de los encausados es un clérigo natural de Cremona (Italia), donde fue criado hasta los 16 años. De la pequeña ciudad lombarda, se trasladó a Bolonia para estudiar y convertirse en un prestigioso militar. Acto seguido, regresó a su ciudad natal y al poco tiempo emigró a Barcelona donde trabajó recomendado por el Emperador Carlos VI. Poco después, se graduó en Teología en Palermo, Venecia y Nápoles, momento en que ingresaría en una corporación masónica, la logia Marsella, en la que guardó los secretos y los misterios de la corporación incógnita. En este preciso instante, fue acusado de francmasón aunque se auto-inculpó para descargar su conciencia<sup>11</sup>. Otro encausado relacionado con el mundo gallego fue J.B. Masuco, un comerciante veneciano que fue acusado por francmasón. El reo, viajó de Génova a Marsella, donde ingresó en la corporación incógnita de varones y en la que participó activamente. Se trataba de una corporación de gente honrada ya que la cabeza de la logia era el rey de Inglaterra. En ella, J.B. Masuco, fue recibido a través de un ceremonioso ritual. En el juramento tuvo que sentir el compás cerca de su pecho con el fin de clavárselo, de forma simbólica, en el corazón. El reo realizó su juramento con la rodilla izquierda desnuda y el zapato medio quitado. El neófito, acto seguido, pudo contemplar la llamarada de licopodio siendo recibido masón. En la logia, J.B. Masuco, guardó el secreto y jamás lo reveló ante sus verdugos del aparato inquisitorial. El reo al ser recibido masón dijo que se le entregaba un delantal de piel blanca con una cinta de color azul así como un par de guantes de la misma piel. A continuación, se le entrega al nuevo nacido un libro de las constituciones de Anderson. El reo, ante el interrogatorio inquisitorial, revela un banquete y unas coplas musicales. Acto seguido, el neófito, ofreció al Tribunal de la Inquisición, los tipos de atuendos que eran parte de las antigüedades de la fraternidad, así como las señales y el abrazo fraterno que fueron reconocidos simbólicamente al escribirse con el marqués de Scot<sup>12</sup>. Por último, las fiestas que se realizaban los jueves y los viernes santos durante la Semana Santa en las que, los miembros de la corporación, comían y bebían con moderación<sup>13</sup>. El reo francés, se auto-inculpó para descargar su conciencia. A continuación, el neófito, salió de la ciudad escondido en un navío

---

nº 21.

<sup>11</sup> Gacto E. (1996), *La Inquisición de Sevilla y la masonería en el siglo XVIII*, Homenaje al Profesor A. García-Gallo, Tomo II, Vol. 1, Madrid, pp. 121-144.

<sup>12</sup> Gil González, F., "Documentos inquisitoriales y procesales contra los masones en el Madrid de la primera mitad del siglo XVIII", en Salamanca, M. "Prácticas de comunicación y la necesidad de escribir en el Madrid del Antiguo" Régimen, CSIC, 2017, pp. 299-328

<sup>13</sup> A.H.N., Inquisición, Leg. 3736. Exp. 194.



mercante que le pudo esconder tras llegar a Nápoles. Poco después, el reo viaja a Lyon donde trata con un monje capuchino que le intenta llevar a Roma para eliminar su enseña masónica. Existen otros miembros que fueron acusados de prácticas francmasónicas como Bartolomé Ramos, un criado de 30 años que viajó a Génova y a Marsella; lugar fue recibido masón en una de las corporaciones incógnitas, patentadas por la Gran Logia de Inglaterra. En su proceso se aprecia un atuendo de un mandil atado por una cinta de color azul, un libro en francés de las constituciones de Anderson, un lienzo masónico y un par de guantes de color blanco. Aun así, el personal del servicio realizó un viaje desde Marsella a Cádiz, donde pudo reconocerse con los miembros a través de las señas entregadas en la logia marsellesa aunque fue delatado por sus compañeros de profesión y condenado por prácticas masónicas como afirma un legajo de la sentencia del Tribunal de Inquisición. Fernando Valiñán es un teniente del regimiento de Nápoles de 27 años que fue acusado de francmasón simplemente por custodiar, en su habitación, un libro de la congregación masónica. Asimismo, el reo defendía que la masonería no atacaba a la Iglesia, al Rey o al Papa. Simplemente, se trata de una congregación incógnita en la que existe una fuerte amistad fraternal motivada por la ayuda mutua. Feliso Pasqual, de 23 años, natural de Tarragona que fue alférez del regimiento de Nápoles y tras ser recibido masón conoció las señas como por ejemplo tomar tabaco, dar tres golpes sobre la casa, restregarse la nariz con el tabaco tres veces y al tiempo darse la mano o apretar el dedo pulgar de cada uno de los miembros al saludarse. Asimismo, al neófito, se le acusa de tener un libro titulado, Instituciones de la francmasonería, de la misma forma que a su hermano Antonio Pasqual, teniente del regimiento de Nápoles de 28 años. Otro encausado, Francisco Baldeauque, fue acusado de francmasón al ser recibido en 1748 por tener en propiedad un libro sobre la historia, las obligaciones y los estatutos de la sociedad de los francmasones. Otro encausado, Mr. Posquieux, es un comerciante francés que fue recibido masón el 9 de octubre de 1748<sup>14</sup>. En el ritual, obligan al neófito, a quitarse algunas prendas así como dejar la espada y cualquier objeto metálico con el fin de eliminar su enseña profana y comenzar el ritual de iniciación. En el proceso se cuenta que se debe descubrir la rodilla derecha, el brazo izquierdo y los ojos vendados. En este mismo momento, su padrino golpea tres veces la puerta de la logia en la que desea ser admitido por la corporación. Los miembros de la logia lo aceptan, tras el

---

<sup>14</sup> A.H.N., Inquisición, Leg. 3736. Exp. 194.

sistema de balotaje, y comienza el ritual de iniciación. El neófito, a lo largo del ritual, debe averiguar y solventar los símbolos que le rodean como las figuras del suelo o los cuadros del interior de la logia. El reo, a continuación, tuvo que realizar el juramento ante el fuego y en ese mismo instante se inclinó con la rodilla descubierta, colocándole delante de un altar en el que todos los miembros lo apuntaban, al neófito, con una espada y estaban vestidos con atuendos de color blanco con una cinta de color azul. Asimismo, se le coloca sobre los hombros una escuadra de plata mientras el venerable maestro porta una paleta de albañil en la mano derecha y un compás, en la izquierda. En esta posición juró guardar el secreto de la corporación tras las múltiples amenazas y fue recibido aprendiz masón al pagar la cantidad de seis u ocho luises de oro para socorrer a los miembros más necesitados y finalmente, se concluirá el ritual con el abrazo fraterno<sup>15</sup>. Además, el iniciado, recibe los instrumentos de su grado con los que debe enseñar los distintos trabajos intelectuales y reconocerse entre ellos a través de las señas como poner la mano derecha abierta abrazando el cuello y hacer caer la mano; hacer con los dedos pulgar e índice la figura de la escuadra; poner los brazos arqueados sobre los huesos de la corporación; tener el sombrero o el pañuelo en la mano derecha, colocándolo a la altura de la rodilla; dar tres golpes sobre la cajetilla de tabaco; dar la palabra de paso, Joachin, al apretarse el nudo del dedo índice y Boaz con el dedo anular; besarse tres veces en la mejilla y preguntar ¿cuántas logias había? La respuesta correcta es tres: la francesa, la escocesa y la inglesa. Al neófito, se le deben dar una serie de instrucciones como el aprendizaje, el ascenso a los distintos grados según la logia y finalmente inculcarle las buenas costumbres y otorgarle las señas para que contacte con sus hermanos de la logia. Julio de Lacy<sup>16</sup> es acusado por ejecutar distintas prácticas masónicas el 12 de agosto de 1743. En su proceso, hay señales o signos que se ofrecen para el reconocimiento entre los miembros así como las palabras de paso, Jackim, Boaz y Macbenah a tenor de los distintos grados masónicos, aprendiz, compañero y maestro masón. Asimismo, en su proceso, existe el juramento que consiste en guardar el secreto, las distintas ceremonias según el grado y jamás revelar el secreto de los francmasones a los profanos. Antonio Monedero, alias Pendón<sup>17</sup>, que fue acusado por ejecutar los rituales masónicos al igual que Simón Maxía de Trente<sup>18</sup> de 61

<sup>15</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3736. Exp. 194.

<sup>16</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3733. Exp. 82.

<sup>17</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3736. Exp. 44.

<sup>18</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3733. Exp. 61

años, residente en el obispado de Volterra en Toscana (Italia) y médico de la villa de Madrid, que fue acusado por francmasón por algunos testigos que le escucharon hablar sobre la masonería. Otro encausado, Domingo de Otas<sup>19</sup> de 42 años, natural de Vengamarco en Alejandría de la Palla, en la isla de Cerdeña (Italia). Este reo, fue ayudante de cámara de Ambrosio Manso, inspector de infantería luterano y francmasón dogmático. Este reo fue acusado por su delito, según reza su proceso, el 1 de agosto de 1754. Su única defensa fue que los reyes de Prusia y de Inglaterra profesaban con la corporación masónica sin atacar a sus respectivas Iglesias. El reo, fue acusado por distintas proposiciones y por relatar algunas de las señas de la logia entre sus allegados. En el proceso se atisba un complejo ritual basado que se vendan los ojos al candidato y amedrentarlo con sonidos para eliminar su enseña profana. Acto seguido, se le quita la venda por y es atacado con varias espadas para realizar el juramento en el que no se debe revelar el secreto masónica ya que ello provocaría que el neófito pudiera perder su vida. Acto seguido, los hermanos masones realizan una serie de banquetes (ágapes) y tenidas (reuniones o asambleas masónicas) para brindar en la recepción de los neófitos. En estos actos se constituyen algunas formas determinadas como las forma de beber en las que los hermanos deben dar un fuerte golpe sobre la mesa<sup>20</sup>. Otro reo, Simón Lafora<sup>21</sup>, de 26 años, residente en Valencia fue acusado el 12 de marzo de 1747 por realizar prácticas masónicas. Era un capitán agregado de los altos regimientos de Asturias y Galicia. Aun así, el reo alude que la francmasonería es una promotora de la humildad y de la fraternidad. En realidad, intenta comulgar con la corporación de los francmasones para intentar averiguar el secreto de la corporación incógnita. Asimismo, el neófito, realizó distintos viajes a Francia contactando con distintos masones pretendiendo conseguir el secreto y los misterios de la corporación incógnita. De esta manera, solicitó ser recibido masón en la logia San Juan de Pisa (Italia) en abril de 1749. Allí, ejecutó las distintas ceremonias motivadas por los interrogatorios y los catecismos formulados por el venerable maestro. De esta forma, el juramento, debía realizarse sobre las Sagradas Escrituras para salvaguardar el secreto de la corporación. Por lo tanto, se trata de una ornamentada ceremonia como bien se esgrimen en los estatutos de la corporación. Luis Font, natural de Cartagena, a la edad de 32 años fue capitán general del navío de la Ascensión. El reo es acusado por los ingleses

<sup>19</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3733. Exp. 29.

<sup>20</sup> *Ibidem*.

<sup>21</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3725. Exp. 127

ya que realizaba prácticas masónicas como bien lo atestiguan sus testigos, Juan Gonzalvo o José Fustiel. Las ceremonias representan para el masón una burla ya que provocan una humillación del postulante<sup>22</sup>. De esta forma, el candidato puede ser objeto de risas y burlas para sentirse más humano y humilde. Asimismo, no se pueden revelar los secretos de la corporación salvo las penalidades de que se le arranque la lengua. Además, el reo debe abandonar todo elemento metálico como empeños, dinero, hebillas, cinturones etc. Acto seguido, se introduce al candidato en un cuarto denominada cámara oscura o cocina según el rito que se practique en cada logia en la que se encuentran: Tres velas encendidas, un martillo de madera, un compás y un triángulo de hierro. En el proceso se halla el gesto que se realiza con el dedo sobre el nudillo índice diciendo la letra Y al oído aludiendo a la letra N. Por último, en el legajo, se observan las formas de comer y beber contándose unos 84 extranjeros en la mesa. Finalmente, el candidato es iniciado y recibido con el grado de aprendiz<sup>23</sup>. Domingo Pignatelli, de 34 años, natural de Salamanca y residente en Orán es coronel del regimiento de Galicia. El reo, es acusado por realizar prácticas masónicas al ser delatado por algunos testigos por instaurar las distintas asambleas francmasónicas. También, existen ceremonias en las que se le vendan los ojos, los distintos juramentos, la entrega de las señas, la imposición del delantal o mandil confeccionado con piel blanca de ternero al ser recibido masón<sup>24</sup>. Francisco Calderón, capellán del real hospicio de Cádiz e iniciado el día de los Ángeles del Jubileo como bien lo atestiguan los testigos, Francisco Aladro, José Salesos y Vicente Figesta. Aun así, el reo defendía que la francmasonería era pecaminosa. En este periodo, cabe destacar a otro reo llamado Esteban Escoti, alias Espadín de Escoti que fue acusado por masón por realizar distintas proposiciones ante la Iglesia Católica. A tenor de lo expuesto, Escoti, fue instalado como maestro masón y al ser delatado explicó, al Tribunal de la Inquisición, algunas de las ceremonias de admisión. A continuación, al reo, se le acusa de tener varios libros en lengua francesa sobre la francmasonería, figuras y estampas del templo de Salomón. De esta forma, algunos de los masones extranjeros ya que trataba con algunos hugonotes de religión protestante, tildados como una secta secreta y francmasónica. Por otro lado, la confesión de Ravel es por arrepentimiento de la pertenencia por practicar el rito escocista. Juan

---

<sup>22</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3725. Exp. 127.

<sup>23</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3732. Exp. 268.

<sup>24</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3733. Exp. 123.

Tavernier<sup>25</sup>, natural de Amiens y residente en Barcelona es un comerciante que fue acusado por francmasón el 28 de octubre de 1751 por asistir a una logia con el fin de realizar los distintos trabajos rituales. Benito Degohner, un alférez irlandés del regimiento de Hibernia y procesado por masón, a los 28 años de edad por ejecutar distintas ceremonias, la recepción de los nuevos iniciados o la forma de ingresar en la logia dando tres golpes en la puerta de la logia. Juan Polchet<sup>26</sup>, alférez fue nombrado gran maestro de la francmasonería con la capacidad de recibir a los distintos aprendices. El conde de Gascou Vallosera fue recibido aprendiz al igual que Claudio Titermas en los que se cita la existencia de las distintas asambleas ejecutadas en los barcos ingleses, las señas, los cánticos masónicos y la palabra jehová que se entrega a los que son recibidos como aprendices. Asimismo, se aprecia la entrega de las señas a los seis años de ingresar en la logia como figura en las cartas entre los miembros de la corporación incógnita. En el proceso de Claudio Titermas, se cita la forma de haber recibido las palabras al igual que las distintas formas de ingreso en la logia a través de las distintas ceremonias<sup>27</sup>. Luis Partiel, de 44 años de edad, es un alférez recibido masón en una logia, en Barcelona, en la que estuvo trabajando durante dos años pero se auto-inculpó por ejecutar tales prácticas rituales. Su proceso indica que fue recibido con una palabra sagrada. Simplemente, se le preguntó en un interrogatorio a Luis Partiel si quería ser recibido masón, para lo cual, respondió de forma afirmativa. Acto seguido, el neófito quedó admitido y bebió en un banquete celebrado en el interior de la logia. Otro encausado, Juan Grau, natural de Colliure, militar del regimiento de caballería agregado que fue acusado por masón en la masía de Barcelona en enero de 1758. A los tres años realizó su pase a compañero en un navío inglés, en el que pudo beber y consiguió la seña de identificación de su grado mientras juraba con la mano en el pecho para no revelar el secreto de la corporación. Mariano José Sala, natural de Barcelona de 25 años de edad que fue acusado por tener símbolos y por ejecutar prácticas masónicas. El reo, trabajó en la logia hay tres candelabros con velas, el suelo pintado, dos columnas, una escalera triangular. En la mesa o altar del gran maestro hay un libro y un martillo del maestro masón que los trabajos rituales, lo porta sobre el cuello con una cinta de color azul. En este legajo, hay una escuadra y un compás al igual que los compañeros de la corporación portaban delantales de color blanquecino ceñidos por cintas azuladas.

<sup>25</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3724. Exp. 62

<sup>26</sup> *Ibidem*.

<sup>27</sup> A.H.N, Inquisición, Leg. 3724. Exp. 81.

Estos realizan las distintas ceremonias y la entrega del par de guantes, incentivándose, la recepción de algunos miembros como Juan Polchet o Juan Grau. Antonio Serna<sup>28</sup>, es un presbítero que fue recibido masón en una logia de Barcelona. A continuación, en su proceso, existen distintos libros y algunas insignias o señas propias de la corporación masónica. José Barrera Valloscra<sup>29</sup> fue recibido masón, acto seguido realizó su pase de compañero y concluyó su cursus masónico siendo elevado maestro masón en mayo de 1755. En las logias se entregan las señales, las palabras correspondientes a cada grado masónico y la asignación de la recepción de distintos neófitos. Asimismo, la presencia de libros prohibidos, la estructura de la logia y los distintos elementos corporativos como la mesa o altar, la silla, las tenidas y por último, los banquetes. Francisco Rossel de 31 años de edad es un acusado masón en 1757 por practicar distintas ceremonias así como el modo de ingresar en la logia como bien expresan las cartas de los miembros de la corporación. Luis Bonach, es un oficial agregado de la masía de Barcelona y el doctor Pedro Vallesca Asimismo, el doctor Tomás Vilaloana, un abogado de 33 años fue acusado por realizar prácticas masónicas. De esta forma, el jurista, tardó cinco años en aprender la lengua leyendo y comprendiendo los distintos libros francmasónicos. En su proceso, se observa la existencia de ornamentadas estancias de las logias con palabras, hojas o incluso calaveras pintadas. Asimismo, hay una silla, la mesa del venerable maestro, distintas insignias, libros relacionados con la corporación francmasónica, algunos catecismos y señas de identificación de la corporación. Francisco Roselló<sup>30</sup>, músico de 31 años natural de Barcelona, fue recibido masón aunque acto seguido, el reo confesaría voluntariamente haber formado parte de la corporación explicando algunas palabras masónicas. Joaquín Mallosera Presby<sup>31</sup> fue acusado por ejecutar prácticas masónicas el día de San Juan Crisóstomo y ser recibido como aprendiz masón. Allí, aprendió la palabra Jaquim que corresponde con el nombre de la primera columna del templo de Salomón. También, se cita la palabra Boaz, para el grado de compañero. Además, el toque es la forma de tocar y apretar con el dedo con el pulgar utilizando la parte superior del dedo del medio y colocar la mano en cierta parte de cuerpo de la que el procesado no recuerda en el interrogatorio inquisitorial. Por último, se cita la forma de los banquetes argumentando que en ellos se come, bebe y

<sup>28</sup> A.H.N., Inquisición, Leg. 3724, Exp. 80.

<sup>29</sup> A.H.N., Inquisición, Leg. 3724. Exp. 80.

<sup>30</sup> A.H.N., Inquisición, Leg. 3724. Exp. 83.

<sup>31</sup> A.H.N., Inquisición, Leg. 3724. Exp. 89.

cantan melodías masónicas. En estas logias, se debe guardar las alhajas o sortijas que son las joyas relacionadas con la corporación así como las señas, las palabras, los toques y la recepción de los neófitos según las distintas ceremonias. Juan Ranze es un cirujano de Gerona, acusado de ejecutar las prácticas francmasónicas tras ser recibido masón en marzo de 1757 al igual que Salvador Goyeneche de 22 años que también fue acusado por juntarse con los francmasones. El doctor Pedro Vallerca, un médico acusado por masón al ser recibido el 1 de abril de 1756 o Pedro Ramón de San José, que fue recibido el 3 de marzo de 1756 y acusado por tener unos libros de la corporación como el de los macabeos o las palabras de los grados masónicos<sup>32</sup>. Otros encausados son José Mariano Avella, Antonio Clos, Alesandro Tavarnier, Pedro Rieza, Francisco Volio o Thomas Burgos que fueron acusados por la presencia de libros prohibidos, pentagramas de melodías masónicas etc.<sup>33</sup> Ignacio Sadah es el mismo individuo que Jerónimo Bober. Es un suizo natural del cantón de Berna de 21 años de edad y calvinista que fue un oficial de la corporación masónica y entró preso en las cárceles por la existencia de unos papeles relacionados con la francmasonería así como el uso de las distintas insignias y por tener conversaciones masónicas<sup>34</sup>. Al reo, se le acusa el 20 de abril de 1753 en Ginebra, lugar en el que, tras ser recibido masón, le entregaron el martillo y la paleta. Finalmente, tras los catecismos e interrogatorios, se concluye la iniciación como aprendiz pero se celebraron las distintas asambleas con comida, música y brindis. El Tribunal de la Inquisición de Mallorca, alude a los procesos de algunos de los masones acusados como Velasco de Santalices (Barón) Juan Manrique, teniente coronel del regimiento de dragones; Diego Manrique, coronel del regimiento de Sevilla o Carlos Sabi. Estos, son un conjunto de masones espontáneos que fueron acusados el 27 de enero en 1747<sup>35</sup>. Otro masón fue un masón que se apellida Montes<sup>36</sup> que fue delatado por Luis de Lasarte el 14 de julio de 1743. En ese proceso aparece un libro de la historia y las obligaciones de la venerable confraternidad de masones en la que se cita que fue recibido en la corporación Marsella, una logia fundada en Francia que se amplió en los distintos países de Europa. En ella, el reo aprendió las distintas señas de carácter esotérico y trabajó en el rito escocés antiguo y aceptado. Además,

---

<sup>32</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3724. Exp. 89.

<sup>33</sup> *Ibidem*.

<sup>34</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3739. Exp. 400.

<sup>35</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3736. Exp. 72.

<sup>36</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3736. Exp. 149.

en el legajo, se encuentra el gesto con la mano derecha realizando el símbolo del compás y acto seguido, puso los pies en escuadra. Por lo tanto, el reo confesó haber sido recibido masón colocándose en una posición de los pies en forma triangular sin desvelar los misterios de la sociedad incógnita. Asimismo, el número de luces son el sol y la luna al igual que el tipo de ritual que era en francés aunque se trataba de una congregación inglesa sita en la calle San Bernardo, análoga a French Arms o Three Flowers of Lis. En suma, en los legajos del Archivo Histórico Nacional hay insignias, conversaciones masónicas o incluso amenizar los banquetes con música en el interior de las logias<sup>37</sup>. 3) El ritual de iniciación durante los siglos XVIII y XIX El ritual de iniciación masónico es un trabajo complejo de carácter simbólico que está compuesto por un conjunto de etapas claramente diferenciadas. Asimismo, se trata de un elemento ceremonial que está inmerso en una forma de sociabilidad corporativa e incógnita como es la masonería. El simbolismo ritual viene determinado por la confección de los diferentes ritos existentes como el rito inglés, el rito francés o los ritos escocistas. Cada uno de ellos se establece en cada logia o taller masónico, donde se representa de una forma diferente atendiendo a los elementos ornamentales que se observan en el ritual. Asimismo, se puede afirmar que el rito inglés tiene una estructura muy sencilla que está compuesta por tres grados (aprendiz, compañero y maestro). Esta estructura trinitaria está, en algunas ocasiones, supeditada por un cuarto grado, denominada arco real, que sirve para elevar al venerable maestro de la logia, diferencialo de los distintos maestros de la corporación masónica. El rito inglés<sup>38</sup> se efectúa en una logia de escasas dimensiones con una escueta cámara de reflexión, que por algunos historiadores de la masonería es citada como cocina. En ella, el recipiendario reflexionaba sobre algunos temas de carácter metafísico, basados en estructuras complejas con un fuerte carácter simbólico. Además, no tienen viajes establecidos en el interior de la logia y consta solamente de un juramento. Acto seguido, el candidato recibirá la entidad lumínica y se le impondrán las ropas de la corporación para ser recibido masón. Como contrarréplica, el rito francés o los rituales escocistas son un conjunto de rituales conferidos *ex novo* en comparación con el originario que es el rito inglés. Estas estructuras rituales se confieren años más tarde, tras ser

<sup>37</sup> A.H.N. Inquisición, Leg. 3736. Exp. 149.

<sup>38</sup> Gil González, F. "The Repression of new forms of sociability: An initiation rite according the procedural in XVIII Century, QC, (Acts Congress), Washington, 2018, pp. 1-14.



patentadas por la Gran Logia de Inglaterra en diferentes países como Francia, Italia, Alemania, Suiza o España. Además, ambos ritos están configurados por varios grados, en torno a 33, 66, 99 grados, dependiendo del rito y del trabajo corporativo que se realice en el taller masónico. Asimismo, son ritos que están estructurados con una ornamentación barroca y suntuosa, propia de la aristocracia y de la nobleza ya que ser masón durante el siglo XVIII venía condicionado a una posición social importante. Aun así, esto es una práctica habitual debido a que la masonería ha sido comprendida, en los Estados Unidos o en Alemania, como un elemento de promoción social, intelectual y profesional<sup>39</sup>. El rito francés, se consolida años más tarde de la publicación de los primeros textos constituyentes de Anderson, tras la implantación de las nuevas patentes emitidas por la Gran Logia de Inglaterra en algunas ciudades galas con motivo de promover los nuevos espacios de sociabilidad durante el primer tercio del siglo XVIII. El rito francés se articula en torno a un conjunto de elementos alquímicos y cabalísticos que aluden a la multiplicidad de grados masónicos, de forma análoga a la de los ritos Escocistas. Esto les permite, a algunos miembros de la aristocracia y diferentes sectores de la burguesía francesa, ascender de estatus gracias al establecimiento de los nuevos lazos sociales e intelectuales con los nuevos espacios de sociabilidad corporativa como es el caso de la masonería. De la misma forma, existen diferentes cambios como la posición de las columnas del taller masónico, las señas y las palabras de paso. El ritual de iniciación tiene como principal objetivo, despojar la enseña profana de los candidatos otorgándoles, tras un periodo de aprendizaje, una efigie denominada iniciática<sup>40</sup>. Además, se trata de un trabajo de introspección individual y autorrealización que puede definirse como un Renacimiento simbólico del propio candidato. En suma, el ritual de iniciación consta de un conjunto de etapas importantes que dependiendo del rito, permitirán al neófito que sea iniciado en una logia masónica en las que el propio candidato, con mayor o menor pericia, debe resolver el sólo valiéndose de sus extremidades y estando privado de su vista. Como colofón, el ritual de iniciación está compuesto por un conjunto de factores simbólicos que se agrupan y se conectan entre sí para que el recipiendario, en mayor o en menor medida y tiempo, adquiera una

---

<sup>39</sup> Gil González, F. “Los ritos masónicos en la Europa ilustrada: Inquisición y las nuevas formas de sociabilidad en el siglo XVIII, Ed. Masónica, Oviedo, 2019, p. 4

<sup>40</sup> Gil González, F. “Documentos inquisitoriales y procesales contra los masones en el Madrid de la primera mitad del siglo XVIII”, en *Prácticas de comunicación y la necesidad de escribir en el Madrid del Antiguo Régimen*, CSIC, 2015, p. 301.

importante comprensión simbólica así como los nuevos conocimientos y pueda comprender estos elementos, a través de la erudición, de la intelectualidad y del trabajo ritual corporativo.

### 3. Epílogo

El Tribunal de la Inquisición, en el área mediterránea del siglo XVIII, intenta perseguir a numerosos reos por ejecutar las prácticas masónicas aunque no puede condenarlos por el desconocimiento de las prácticas masónicas. Esto, se observa en una larga lista que emiten los distintos tribunales de las distintas ciudades mediterráneas. Además, en la misma, existen las profesiones de los encausados, entre los que destacan algunos militares, clérigos, profesores, tenderos, médicos, cirujanos etc. lo que permite indicar la variedad existente entre los miembros que son masones así como su diferencia social. Asimismo, la masonería comenzó siendo una institución corporativa dirigida a un selecto grupo de burgueses y, con el devenir de los tiempos, se ha ido adaptando por diversas circunstancias sociales aunando a distintos grupos sociales hasta convertirse en una corporación incógnita. Por otro lado, la represión masónica comienza a ser más efectiva a partir de la siguiente centuria con la fundación del Gran Oriente de España. Asimismo, existe un profundo desconocimiento por parte del Tribunal de la Inquisición debido a que la gran mayoría de los masones acusados eran extranjeros y no podían ser procesados en los Tribunales de la Inquisición del área mediterránea lo que permite afirmar que en resumen, existen numerosos encausados a tenor de la larga lista de masones procesados de los cuáles, un número muy escaso fue condenado por tales prácticas masónicas y rituales. La exigua documentación existente, -que se localiza en la sección de Inquisición del A.H.N. en relación a los procesos inquisitoriales contra los masones-, aporta escasísimas denuncias o, incluso, reducidas causas referidas a las delaciones espontáneas. Aun así, con las fuentes en la mano, en el Tribunal inquisitorial compostelano, sólo existe una denuncia y proceso inquisitorial fechado en 1747, contra Simón Lafora; un capitán agregado a los Regimientos de Asturias y Galicia, que se inicia en los rituales, ritos y ceremonias masónicas en Francia. A pesar del insignificante papel esclarecedor que nos ofrece este documento, parece que es la única prueba fehaciente de la primigenia presencia masónica en el reino de Galicia. Por otro lado, el Tribunal de la Inquisición de la Corte alude a una delación espontánea ratificada el 16 de

noviembre de 1745 a Juan Manrique, natural de Galicia. En esta sentencia se afirma que el procesado era también en nombre del barón de Ber y en el de su hermano el coronel del Regimiento de Sevilla, don Diego Manrique. No obstante, al imputado, se le suspende la causa temporalmente, sin que exista una apertura del proceso inquisitorial a posteriori. En resumen, existe una gran indiferencia por parte de la Inquisición compostelana sobre el tema masónico porque apenas hubo una abundancia de casos ni tampoco un excesivo celo a la hora de reprimir, perseguir o castigar con rigidez a los procesados por ejecutar prácticas masónicas por desconocimiento institucional de las mismas.



# CONTRAVENÇÕES E EXTORSÕES NOS ÚLTIMOS SUSPIROS DA INQUISIÇÃO PORTUGUESA: A HISTÓRIA DA PADEIRA ANA MARIA

---

MARCO ANTÔNIO NUNES DA SILVA  
*Universidade federal do Recôncavo da Bahia*

Como é frequentemente divulgado, o Tribunal da Santa Inquisição foi criado inicialmente em Portugal com a finalidade última de combater todos aqueles deslizes que beirassem a heresia, principalmente os concernentes à questão da fé. É certo que muito do que se tem escrito sobre o Santo Ofício parte do pressuposto de se tratar de uma instituição que se preocupou, em grande parte, em perseguir as minorias cristãs-novas, embora essa seja apenas “uma faceta de sua ação”<sup>1</sup>. Com o tempo, no entanto, sua ação não ficou restrita única e exclusivamente a perseguir os cristãos-novos; acabou por obter jurisdição sobre uma imensa gama de delitos até então julgados pelas justiças eclesiásticas ou seculares. Promoveu, dessa maneira, uma violenta intromissão no âmbito da vida privada de muitos homens e mulheres que tiveram suas intimidades invadidas e expostas.

---

<sup>1</sup> DEDIEU, Jean-Pierre. “El modelo religioso: las disciplinas del lenguaje y de la acción”. In: BENNASSAR, Bartolomé. *Inquisición española: poder político y control social*. 2ª ed. Barcelona: Crítica, 1984, p. 208. Nesse sentido, as historiadoras portuguesas Cátia Antunes e Filipa Ribeiro da Silva afirmam, em uma pesquisa de fôlego que mapeou todos os processos da Inquisição de Lisboa, que o típico réu preso nos cárceres inquisitoriais era homem, solteiro, cristão-velho, morador da zona urbana, de Portugal ou de uma de suas colônias ultramarinas. ANTUNES, Cátia & SILVA, Filipa Ribeiro da. 2015. “Perfil socioeconômico da Inquisição de Lisboa: as escolhas de uma instituição”, In: COUTO, Edilece Souza *et alii*. *Práticas e vivências religiosas: temas da história colonial à contemporaneidade luso-brasileira*. Salvador: Editora da Universidade Federal da Bahia, p. 167.

Instalado em Portugal em 1536, o Tribunal da Inquisição foi autorizado a proceder contra aqueles que cometiam o pecado nefando apenas em 10 de janeiro de 1553, por meio de uma provisão concedida pelo rei D. João III. Esta, como assevera Luiz Mott, foi certamente pedida pela cúpula inquisitorial, haja vista pelo menos desde 1547 haver “cinco sodomitas presos, processados e alguns degredados para o Brasil”. Em 1555, foi assinada uma nova provisão, dessa vez pelo Cardeal D. Henrique, inquisidor geral, por meio da qual confirmava estar sob a alçada do Santo Ofício a incumbência de condenar os fanchonos à fogueira.

Para o caso dos tribunais espanhóis, entre 1524-1530, o papa Clemente VII já havia autorizado que os de Aragão, Saragoça, Valência e Barcelona perseguissem os sodomitas; quanto ao caso português, apenas em 1562 o papa Pio IV promulgará Breve Apostólico com igual teor, vindo então a ser ratificado por Gregório XIII, em 1574<sup>2</sup>.

Isso se atesta na consulta aos regimentos da Inquisição portuguesa de 1552 e 1570, em que não há qualquer referência à prática sodomita, a qual apenas apareceu no rol dos crimes no Regimento de D. Pedro de Castilho, em 1613. Para o caso específico do Santo Ofício português, é muito claro o alcance sobre esse delito, devendo os inquisidores procederem apenas em casos comprovados de sodomia perfeita, ou seja, naqueles em que ocorresse penetração com ejaculação dentro do vaso traseiro. Concernentes aos pecados de molície e *bestialidade*, ficavam de fora da alçada inquisitorial. No Regimento de D. Fernando de Castro, de 1640, o papa Paulo V ratificou à Inquisição o poder de processar os amantes do mesmo sexo, bem como a condenação à fogueira dos mais devassos. No último Regimento (1774), o Cardeal da Cunha fez apenas repetir os antecessores, mas dando ao rei o poder de decidir ou não pela morte dos perseguidos<sup>3</sup>.

---

<sup>2</sup> MOTT, Luiz. “Inquisição e homossexualidade”.1989. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. II, p. 477; VAINFAS, Ronaldo. 1989. *Trópico dos pecados: moral, sexualidade e Inquisição no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, p. 206; SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. 1830. *Classes dos crimes por ordem systematica com as penas correspondentes segundo a Legislação actual*. 3ª ed. Lisboa: Impressão Régia, p. 237.

<sup>3</sup> MOTT, Luiz, *op. cit.*, p. 477-478. Como mostra Luiz Mott, embora sendo a sodomia um crime de *mixti fori*, portanto punível pelas leis civis e eclesiásticas, as primeiras foram bem mais intolerantes e cruéis; não esqueçamos que o Santo Ofício reprimiu apenas a sodomia perfeita, deixando de lado os denunciados pelos crimes de molície e bestialidade. *Ibidem*, p. 503. “Casos de foro misto são aqueles que caem sob a alçada tanto da justiça eclesiástica como da justiça secular”. Como esclarece de forma mais detida Joaquim Ramos de Carvalho, “para respeitar o princípio universal de o mesmo

No século XVI, o Santo Ofício estendeu seu raio de ação para outros crimes além do judaísmo: maometismo, luteranismo, bigamia, solitação, sodomia e *bestialidade*, sendo esse último o que de fato nos interessa aqui. Em sua *Suma Teológica*, São Tomás de Aquino descreveu quatro categorias de pecados sexuais, consideradas antinaturais: masturbação, sexo anal entre um homem e uma mulher, sodomia (com penetração anal) e bestialidade, essa a pior de todas. Para nosso interesse neste texto, é importante a afirmação de Luiz Mott com relação aos crimes sexuais abrangidos pelo Santo Ofício português, principalmente quando esse antropólogo mostrou que “diferentemente da Espanha, estipulava-se com clareza que o Santo Ofício tinha alçada apenas contra o pecado de *sodomia perfeita*, isto é, a penetração com ejaculação dentro do vaso traseiro, ficando fora de seu conhecimento os pecados de bestialismo e *molície*, incluindo-se nestes termos todos os demais atos de sensualidade não dirigidos à cópula anal: masturbação individual ou a dois, felação, anilingua etc.”<sup>4</sup>. Dessa forma, “o Santo Ofício desde 1613 excluiu de sua competência a perseguição da zoofilia e molície, inclusive a felação, constante nos processos com o epíteto de *sodomia per os*”<sup>5</sup>.

Os manuais de confessores são prolixos ao descreverem os pecados que estavam ligados ao desejo sexual: uns à esfera reprodutiva; outros aos pecados considerados contranatura. Entre os segundos, constavam a masturbação, a sodomia, a *diversa corporum positio*, ou seja, o uso nas relações sexuais de determinadas posições que poderiam de alguma forma

---

delito não ser punido mais do que uma vez, existia uma regra de precedência: o juízo que primeiro citasse a pessoa em matéria de foro misto apropriava-se da jurisdição, não sendo possível a partir daí à outra esfera proceder contra a mesma pessoa pelos mesmos fatos”. CARVALHO, Joaquim Ramos de. “Confessar e devassar: a Igreja e a vida privada na Época Moderna”. In: MONTEIRO, Nuno Gonçalo (coord.). 2010. *História da vida privada em Portugal: a idade moderna*. Lisboa: Círculo de Leitores, p. 52.

<sup>4</sup> MOTT, Luiz. “Sodomia não é heresia: dissidência moral e contracultura”. 2006. In: VAINFAS, Ronaldo *et alii* (orgs.). *Inquisição em xeque: temas, controvérsias, estudos de caso*. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 255.

<sup>5</sup> MOTT, Luiz. “*Justitia et misericórdia*”, *op. cit.*, p. 707. Dos cinco Regimentos (que marcaram a longa história de três séculos do Santo Ofício português), os últimos três ocuparam-se dos sodomitas: o de 1613, a cargo de Pedro de Castilho; o de 1640, do inquisidor Fernando de Castro; e o último, datado e assinado pelo Cardeal da Cunha em 1774. *Ibidem*, p. 707-708. Regimento de Dom Pedro de Castilho (1613), título V, capítulo 8: “De como os inquisidores hão-de proceder contra os culpados no crime de sodomia, de qualquer qualidade que sejam, até serem entregues à justiça secular, e de como o ordinário será chamado para o despacho deles”. FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de. *Metamorfoses de um polvo: religião e política nos Regimentos da Inquisição portuguesa (séc. XVI-XIX)*. Lisboa: Prefácio, 2004, p. 179.

influenciar na reprodução, e a *bestialidade*. Como esclarece Joaquim Ramos de Carvalho, “o que define o caráter contranatura é o de serem práticas que se afastam do fim reprodutor da sexualidade”<sup>6</sup>.

As Ordenações do Reino representaram, na verdade, uma forma de recopilação, bem como uma nova sistematização com o fito de englobar toda a legislação anterior. Promulgadas em 1521, as Ordenações Manuelinas trouxeram poucas alterações com relação às anteriores, as Ordenações Afonsinas, sistematizadas em 1446. Em sua base, encontravam-se o Direito Canônico, o Romano, o Consuetudinário, para além de juristas italianos medievais como Acúrsio e Bartolo. No que concerne às Ordenações Filipinas, foram compiladas a mando de Felipe II como uma forma de atualizar as anteriores, acrescentadas das “leis extravagantes”, agrupadas pelo jurista Duarte Nunes Leão. Com o intento de mostrar respeito pelos costumes e leis portugueses, foram então promulgadas em 1603, tendo sido confirmadas por D. João IV após a Restauração de 1640<sup>7</sup>.

Para o tema que acompanhamos de perto neste capítulo, as Ordenações Filipinas legislam:

Outrossim qualquer homem, ou mulher, que carnalmente tiver ajuntamento com alguma alimária, seja queimado e feito em pó. / Porém, per tal condenação não ficarão seus filhos, nem descendentes neste caso inábeis, nem infames, nem lhes fará prejuízo algum acerca da sucessão, nem a outros; que per Direito seus bens devam herdar<sup>8</sup>.

Pelo Regimento do Santo Ofício de 1613, vemos estabelecido o modo de atuação acerca da sodomia, e ao mesmo tempo a exclusão de sua alçada dos crimes circunscritos às molícies e bestialidade que, “segundo aviso de 1603 não eram tidos para julgamento”. Já o título XXV do terceiro livro do Regimento de 1640 versa justamente sobre o “nefando crime de sodomia”, determinando como deveria ser a maneira de intervenção dos

<sup>6</sup> CARVALHO, Joaquim Ramos de, *op. cit.*, p. 127-128.

<sup>7</sup> ALMEIDA, Angela Mendes de. 1994. *O gosto do pecado: casamentos e sexualidade nos manuais de confessores dos séculos XVI e XVII*. Lisboa: Rocco, p. 45-46. No contexto da Península Ibérica, por exemplo, o Código de Afonso, o Sábio, postulava que aqueles que fossem culpados pelo crime de sodomia deveriam ser condenados à morte, única exceção para os menores de 14 anos que tivessem sido violados. Tal castigo acabou por estender-se aos acusados de bestialidade, a morte sendo decretada inclusive ao animal. VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*, *op. cit.*, p. 152.

<sup>8</sup> COSTA, Mário Júlio de Almeida (apres.). 1985. *Ordenações Filipinas: Livros IV e V*. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, p. 1163; SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. 1830. *Classes dos crimes por ordem systematica com as penas correspondentes segundo a Legislação actual*. 3ª ed. Lisboa: Impressão Régia, p. 232.



inquisidores diante de tal pecado<sup>9</sup>. Para mais, não percamos de vista que o conceito de sodomia dessa época era bastante mais amplo, e abarcava toda e qualquer prática sexual contranatura, também conhecida como pecado nefando: aqui entrava o sexo anal, quer feminino quer masculino; também a prática de molícies entre mãos e pernas<sup>10</sup>. Não esqueçamos, como tão bem apontou Rafael Carrasco, que para os homens desse período existia apenas o *pecado nefando* ou *sodomia*<sup>11</sup>. E a palavra *sodomia* carregava em si um triplo significado: para além de ser um dos pecados mais graves de luxúria, também era considerada como toda e qualquer forma de sexualidade que ia contra a natureza, aí incluída a bestialidade; por fim, a penetração anal entre homens<sup>12</sup>.

Para o historiador Ronaldo Vainfas, tanto pressões exercidas pelas justiças eclesiástica e civil, quanto um certo desinteresse por parte da Inquisição “em sobrecarregar seu ministério”, configurariam como motivos pelos quais o tribunal português abriu “mão do crime de bestialidade a partir do início do século XVII”, mesmo que a punição ao pecado de sodomia estivesse sob a sua alçada “desde a segunda metade

---

<sup>9</sup> VIEIRA, Alberto. 1989. “Achegas para o estudo do quotidiano e sexualidade na Ilha de São Miguel no século XVII. O processo do Conde de Vila Franca”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. II, p. 822; FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 374-376.

<sup>10</sup> VIEIRA, Alberto, *op. cit.*, p. 825. O crime de sodomia era considerado dos mais hediondos, punível pela justiça do rei, bem como pela do bispo e principalmente pela do tribunal da Inquisição. Os teólogos o rotulavam como *mau pecado*; os homens da Inquisição, para se referir ao mesmo, usavam os termos *abominável e nefando*; segundo a visão das justiças reais, era um crime tão terrível quanto o de lesa-majestade. Pecado nefando, que englobava desde a sodomia até a bestialidade: sodomia, molícies, *fellatio* e bestialidade. DIAS, João José Alves. 1989. “Para uma abordagem do sexo proibido em Portugal, no século XVI”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. I, p. 153.

<sup>11</sup> CARRASCO, Rafael. 1985. *Inquisición y represión sexual en Valencia: história de los sodomitas, 1565-1785*. Barcelona: Laertes, p. 30. Para uma melhor caracterização de sodomia e bestialidade, bem como suas diferenças, ver: SOUSA, Joaquim José Caetano Pereira e. 1830. *Classes dos crimes por ordem systematica com as penas correspondentes segundo a Legislação actual*. 3ª ed. Lisboa: Impressão Régia, p. 233.

<sup>12</sup> CARRASCO, Rafael, *op. cit.*, p. 32. Ao menos para o cenário objeto de pesquisa de Rafael Carrasco, a partir de 1580, há uma nítida distinção entre a “sodomia bestial”, ou “bestialidade”, daquela caracterizada pela “cópula carnal contra natura”, tanto entre dois homens quanto entre um homem e uma mulher. *Ibidem*; VAINFAS, Ronaldo. “Sexualidade e moralidade nos domínios da Inquisição”. 2002. In: *Globalização e trópico: anais do Seminário de Tropicologia*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, p. 190.

dos quinhentos”<sup>13</sup>. Embora nem mesmo na última metade do século XVI tenha havido uma ação do tribunal português que sequer chegasse perto dos vizinhos espanhóis.

Esse manifesto interesse demonstrado pelos vários tribunais da fé pela sexualidade *contranatura* justifica-se por “razões ideológicas profundas”, as quais levaram à determinação de uma fundamental mudança de orientação, com vínculo estreito “com os imperativos” da Reforma Católica<sup>14</sup>. Essa concepção, que vinha do medievo, postulava a “cópula carnal com uma besta” como o pior dos pecados nefandos<sup>15</sup>.

A prática sodomítica é associada com muita frequência ao coito anal homo ou heterossexual, e, com o tempo, acabaria sendo alçada ao mais alto grau dos pecados da luxúria, vício máximo *contranatura*, quando não associada à bestialidade<sup>16</sup>. A sodomia aparece fortemente ligada – para não dizer estigmatizada – à sujeira, excrementos, impureza, demônios: “aproximada ao bestialismo por sugerir à semelhança da cópula com animais, a sem-razão animalesca a que a busca do prazer poderia conduzir”<sup>17</sup>.

O que causava no mundo ocidental tal aversão era o fato de se tratar de práticas contrárias à natureza. Ademais, a abominação à sodomia deve-se igualmente à sua absoluta esterilidade<sup>18</sup>. Havia duas espécies de pecados de luxúria: os pecados naturais, como a fornicção simples e a fornicção qualificada (adultério, sacrilégio carnal e incesto; e os pecados *contranatura*, como masturbação e o onanismo, embora suas piores manifestações fossem a sodomia e a bestialidade<sup>19</sup>. Também na Antiguidade a prática do sexo com animais era considerada contrária à natureza – como eram igualmente a necrofilia e as uniões com as divindades<sup>20</sup>.

<sup>13</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*, *op. cit.*, p. 195.

<sup>14</sup> CARRASCO, Rafael, *op. cit.*, p. 71; DEDIEU, Jean-Pierre, *op. cit.*, p. 208-230.

<sup>15</sup> CARRASCO, Rafael, *op. cit.*, p. 76.

<sup>16</sup> VAINFAS, Ronaldo. *Trópico dos pecados*, *op. cit.*, p. 146.

<sup>17</sup> *Ibidem*.

<sup>18</sup> HANSEN, João Adolfo. 1989. *A sátira e o engenho: Gregório de Matos e a Bahia do século XVII*. São Paulo: Companhia das Letras, p. 345.

<sup>19</sup> A explicação para tal ojeriza frente a crimes tão abomináveis era simples: tanto a natureza quanto as leis naturais eram obras do Criador. Subvertê-las era assim lançar um desafio a Deus, revoltar-se contra Ele. Mais terrível ainda quando um homem ou uma mulher, criados à Sua imagem e semelhança deformavam-na, deitando-se com bestas. BENNASSAR, Bartolomé. “El modelo sexual: la Inquisición de Aragón y la represión de los pecados ‘abominables’”. 1984. In: \_\_\_\_\_. *Inquisición española: poder político y control social*. 2ª ed. Barcelona: Crítica, p. 296.

<sup>20</sup> VEYNE, Paul. 1992. “A homossexualidade em Roma”. In: DUBY, Georges (intr.). *Amor e sexualidade no Ocidente*. Lisboa: Terramar, p. 78.

Sodomia e bestialidade, práticas que para Santo Agostinho nada mais eram do que “atos humanos desordenados”, classificando-as como práticas pecaminosas. São Gregório os fazem figurar entre os pecados capitais, na categoria das transgressões carnis, aliás, “as duas formas mais abomináveis do pecado de luxúria”. Nesse sentido, o ato sodomítico era ao mesmo tempo um pecado cometido contra Deus, contra si próprio e contra o próximo; a prática da bestialidade atentava contra Deus e contra si próprio. Como assevera Bartolomé Bennassar, “sodomia e bestialidade eram simultaneamente atentados contra a fé e contra a moral; por serem pecados de sensualidade e de razão, eram pecados de erro e podiam ser comportamentos heréticos”<sup>21</sup>.

Embora Bartolomé Bennassar aponte que as leis religiosas e civis, respeitantes aos crimes de sodomia e bestialidade, no Ocidente, nunca tenham se atenuado, ao menos para o caso português, e muito restrito à Inquisição, tal afirmação precisa ser relativizada<sup>22</sup>. Para o especialista no tribunal espanhol, as implacáveis condenações a tais práticas constantes no Antigo Testamento, inspiraram o direito medieval do Ocidente cristão<sup>23</sup>.

Para o nosso interesse particular neste texto, o cenário de Coimbra é ainda mais árido, como mostra Elvira Mea: “Relativamente aos delitos da solitação e bestialidade, não temos qualquer processamento na Inquisição de Coimbra para o período considerado, pelo que, quanto a culpas de natureza erótico-sexual, contamos 69 processos (6 de sodomia, 31 de bigamia e 32 de formulação de conteúdo erótico-sexual)”. Para a Inquisição de Évora, e sem citar os processos, António Borges Coelho elenca um total de apenas cinco processados pelo crime de bestialidade<sup>24</sup>.

Escrevendo sobre a *sociologia do abominável*, Bartolomé Bennassar conclui que “os malditos são quase todos homens, e caberia precisar que homens jovens”<sup>25</sup>, os quais, na maioria dos casos, não conseguiam dominar

<sup>21</sup> BENNASSAR, Bartolomé, *op. cit.*, p. 295-296.

<sup>22</sup> Para uma análise sobre a bestialidade na Inquisição portuguesa, ver: SILVA, Marco António Nunes da. 2020. “Um pecado abominável: a prática da bestialidade na Inquisição portuguesa”. In: ASSIS, Angelo Adriano Faria de *et alii* (orgs.). *Estruturas e Vivências na Modernidade: sefarditas, intelectuais, religiosos e Inquisição*. Lisboa: Centro de Estudos Sefarditas Alberto Benveniste, Viçosa: Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, p. 105-132.

<sup>23</sup> BENNASSAR, Bartolomé, *op. cit.*, p. 296.

<sup>24</sup> MEA, Elvira Cunha de Azevedo. 1997. *A Inquisição de Coimbra no século XVI: a instituição, os homens e a sociedade*. Porto: Fundação Engenheiro António de Almeida, p. 334; COELHO, António Borges. 1987. *Inquisição de Évora: dos primórdios a 1668*. Lisboa: Caminho, vol. I, p. 262.

<sup>25</sup> BENNASSAR, Bartolomé, *op. cit.*, p. 303.

suas pulsões sexuais ou não tinham outras formas de satisfazê-las<sup>26</sup>. Sobre a questão do matrimônio no Antigo Regime, por exemplo, observe-se: muitos se casavam tardiamente. Mesmo para os homens, era difícil em muitos casos encontrarem parceiras sexuais, quanto mais uma esposa. Em comparação, Bennassar conclui: “a bestialidade é coisa de pobres gentes, às vezes de homens muito solitários. Não se presta apenas aos jogos variados que os homossexuais reinventam ou repetem”<sup>27</sup>. Pastores e camponeses da montanha, distantes do mundo, muito mais próximos da fauna do que de outros seres humanos<sup>28</sup>!

Dentre os animais elencados por Bennassar no âmbito espanhol, encontramos um rol bastante vasto: asnas, burras, mulas, éguas, cadelas, porcas, ovelhas, vacas e cabras. No caso, o escopo não se restringia apenas às fêmeas, mas também aos machos, como o cavalo e o asno jovem<sup>29</sup>.

No reinado de D. José, a Inquisição teve o seu estatuto redefinido, passando a desempenhar o papel de “mero tribunal da monarquia”, aliás, bastante claro no Regimento de 1774 – ordenado pelo cardeal da Cunha, inquisidor geral, e confirmado pelo rei Dom José I, por meio do alvará de 1º de setembro de 1774: “(...) fragmento de uma realidade bem mais ampla e complexa (...)”<sup>30</sup> –, descolando-se de uma aura de santidade. Se comparado ao Regimento de 1640, esse último configurava-se como “um texto bem mais curto, condensado”<sup>31</sup>, que “visou o fortalecimento do poder da Coroa, invocando o direito do Reino. Instalava-se o regalismo absolutista como ideal de união cristã na ordem civil”<sup>32</sup>.

Como assevera com propriedade Francisco Bethencourt, a partir daí a atividade inquisitorial “torna-se extremamente discreta, fato demonstrativo de uma perda e de um abandono de posições não só ao nível do sistema institucional central, mas também ao nível do sistema central de valores”<sup>33</sup>. Dessa forma, para Bethencourt, a extinção dos

---

<sup>26</sup> *Ibidem*, p. 304.

<sup>27</sup> *Ibidem*.

<sup>28</sup> *Ibidem*, p. 308.

<sup>29</sup> *Ibidem*, p. 311.

<sup>30</sup> FALCON, Francisco José Calazans. 1992. “Inquisição e poder: o Regimento do Santo Ofício da Inquisição no contexto das reformas pombalinas (1774)”. In: NOVINSKY, Anita & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Expressão e Cultura, p. 118.

<sup>31</sup> *Ibidem*, p. 124.

<sup>32</sup> SIQUEIRA, Sonia. 1996. “A disciplina da vida colonial”. In: *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, ano 157, nº 392, p. 563.

<sup>33</sup> BETHENCOURT, Francisco. 1993. “A Inquisição”. In: CENTENO, Yvette (org.). *Portugal: mitos revisitados*. Lisboa: Salamandra, p. 108-109.

“tribunais da fé”, em 1821, relacionava-se com a revolução liberal, a qual mudou profundamente “as relações de poder”, produzindo um corte entre “os equilíbrios e as articulações políticas anteriores”. O estudioso conclui: as mudanças promovidas por Pombal e o tribunal inquisitorial, que “escapou numa primeira fase graças à submissão mais completa”, tiveram importância “no curto e médio prazo”, principalmente no sentido de promover uma “reestruturação dos mecanismos de reprodução das elites políticas e sociais”. Porém, ao fim, o santo tribunal da Inquisição acabou perdendo poder, e teve sua imagem bastante prejudicada. Acima de tudo, o Santo Ofício viu-se desvalorizado “como organismo de controle e como organismo ativo no campo dos poderes”<sup>34</sup>.

Ao que tudo indica, parece ter havido por parte do Marquês de Pombal um genuíno “interesse de Estado” voltado ao tribunal inquisitorial, e nisso é possível identificarmos causas de foro particular, começando por questões econômico-sociais, desembocando em razões familiares, em seu desejo de uma certa “afirmação social-nobiliárquica” que ele intenta perpetuar<sup>35</sup>. A queda do Marquês de Pombal, em 1777, acabou por interromper “o eventual desenvolvimento de uma política de delimitação dos poderes inquisitoriais iniciada em 1768 com a criação da Real Mesa Censória [...] e prosseguiu em 1773 com a supressão da distinção entre cristãos-novos e cristãos-velhos”<sup>36</sup>.

Nesse sentido, o declínio das atividades do Santo Ofício pode ser vislumbrado a partir de alguns indicadores: “ritmos repressivos; imagem pública do tribunal; posição institucional; funções exercidas, e, finalmente, usos sociais”. No caso específico do tribunal português, Bethencourt pondera que a crise teve início a partir dos anos oitenta do século XVII, determinando “o início do declínio irreversível nos anos

---

<sup>34</sup> BETHENCOURT, Francisco. 1996. *História das Inquisições: Portugal, Espanha e Itália*. Lisboa: Temas e Debates, p. 354.

<sup>35</sup> SENA, Tereza. “O irmão do futuro Marquês de Pombal Deputado do Conselho Geral do Santo Ofício”. 1989. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. III, p. 1175; \_\_\_\_\_. 1984 “A família do Marquês de Pombal e o Santo Ofício. (Amostragem da importância do cargo de Familiar na sociedade portuguesa setecentista e oitocentista)”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. *Pombal revisitado*. Lisboa: Estampa, vol. 1, p. 337-385.

<sup>36</sup> BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições, op. cit.*, p. 354. A infamante distinção entre cristãos-velhos e cristãos-novos que foi abolida por meio de uma lei de maio de 1773 (ROCHA, Igor Tadeu Camilo. 2017. “O Regimento inquisitorial de 1774: modernização e dirigismo cultural nos tribunais de fé no reformismo pombalino”. In: *Cadernos de Pesquisa do CDHIS, Uberlândia*, vol. 30, nº 2, p. 208).

de 1730”<sup>37</sup>. Dessa forma, se durante os séculos XVI e XVII governou-se estabelecendo alianças com os poderes – principalmente com a Igreja e com os concelhos –, a partir da segunda metade do século XVIII, em função de “um relativo desenvolvimento econômico”, bem como de “uma crescente divisão do trabalho social e uma correspondente reorganização das relações interpessoais”, a Coroa viu-se obrigada a desempenhar “um papel hierarquicamente mais definido na articulação de poderes”, e assim acabou por sobrepor-se aos outros poderes, estabelecendo “um novo tipo de relações com a sociedade civil”<sup>38</sup>.

A ação inquisitorial é dividida em fases, em duas grandes épocas, uma ascensional, com duração de cerca de noventa anos (1584-1674), e uma segunda, marcada já pela decadência, de 85 anos (1682-1767). Para além desses marcos temporais, José Veiga Torres ainda nos apresenta outros dois: o da instalação do tribunal em solo português (1536-1584), e o da sua extinção (1767-1774)<sup>39</sup>. Para esse historiador, o Marquês de Pombal “desferiu na Inquisição os golpes finais, já que ela se mostrava incapaz de resistir às forças sociais que se lhe opunham e ao poder político que a superava”<sup>40</sup>.

A extinção do tribunal da Inquisição se deu em 21 de março de 1821. Para os deputados que decretaram o seu fim, era peça fora daquele tempo; talvez em eras anteriores fizesse mais sentido, fosse mais útil<sup>41</sup>. Data, aliás, que não pode ser descolada do movimento revolucionário liberal de 1820, tão ligada que estava “com os primeiros tempos e os primeiros trabalhos das Cortes vintistas”<sup>42</sup>.

Na época do governo do Marquês de Pombal, havia entre a elite intelectual portuguesa uma ideia de que o tribunal da Inquisição “não era

---

<sup>37</sup> BETHENCOURT, Francisco. “Declínio e extinção do Santo Ofício”. 1987. In: *Revista de História Econômica e Social*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, nº 20, p. 77-79.

<sup>38</sup> *Ibidem*, p. 82.

<sup>39</sup> TORRES, José Veiga. “Uma longa guerra social: os ritmos da repressão inquisitorial em Portugal”. 1978. In: *Revista de História Econômica e Social*. Lisboa, nº 1, p. 57.

<sup>40</sup> *Ibidem*, p. 58. Nas palavras de António Baião, frente ao poderio inquisitorial, Pombal “ilaqueou-o, amoldando-o à sua política, dele se servindo como instrumento e quebrou-lhe, por fim, os dentes com o novo Regimento, publicado no seu tempo.” (BAIÃO, António. “A Inquisição e o Marquês de Pombal”. 1938. In: *Episódios Dramáticos da Inquisição Portuguesa*. Lisboa: Seara Nova, vol. III, p. 7.)

<sup>41</sup> SANTOS, Maria Helena Carvalho dos. “A abolição da Inquisição em Portugal – um ato de poder”. 1989 In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. III, p. 1384.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p. 1381.

mais tolerável diante do imperativo de modernizar o país em todos os âmbitos.” Porém, o que se pretendia não era suprimir o Santo Ofício, e sim torná-lo um instrumento do projeto modernizador que se pretendia<sup>43</sup>. No entendimento de Sonia Siqueira, o tribunal português não se extinguiu, antes, teve sua estrutura reformada, tanto nas suas bases legais quanto em seus procedimentos, bem como nos seus quadros. Mudanças que caminharam no sentido de uma “conciliação ideológica”, na qual “persistências tradicionais” buscaram se harmonizar com novas ideias, “absorvidas depois de filtradas”.<sup>44</sup>

Ao abordar *os Regimentos do século XVIII*, Sonia Siqueira mostrou de que maneira foram feitas algumas alterações na dinâmica processual. Por exemplo com relação aos nomes das testemunhas, aos locais e ao tempo dos delitos, tudo agora deveria ser facultado aos réus<sup>45</sup>, o que difere dos dois processos movidos contra os envolvidos na denúncia feita contra a padeira do Campo de Ourique. Porém, como concluiu com propriedade a autora, mantidos ainda seriam “o degredo, as galés, os açoites” e a “privação das ordens sacras”. As punições eram obviamente distintas para nobres e plebeus: “concessão às persistências barrocas”. Embora se pusesse fim à relaxação ao braço secular, a morte ainda foi “mantida em casos especiais”<sup>46</sup>. Pretendia-se, com a publicação do Regimento de 1774, um distanciamento crítico de seu antecessor, o Regimento de 1640: “O Regimento Pombalino apresenta-se como reparador e justiceiro dos danos causados pela justiça inquisitorial sob os Regimentos antecessores”<sup>47</sup>.

Por fim, no último quartel do século XVIII, o Santo Ofício passou por um processo de secularização, o que o tornou “instrumento do poder do rei”, isso tanto nos processos quanto na própria aplicação das penas. A Igreja ficou, assim, responsável em cuidar dos “delitos espirituais e eclesiásticos”, além de declarar os “erros de doutrina”. Dessa forma, passou então a só

---

<sup>43</sup> ROCHA, Igor Tadeu Camilo, *op. cit.*, p. 200.

<sup>44</sup> SIQUEIRA, Sonia. “A disciplina da vida colonial”, *op. cit.*, p. 504.

<sup>45</sup> *Ibidem*, p. 564.

<sup>46</sup> *Ibidem*, p. 564-565. Atente-se que toda a legislação desse período ligava o crime em julgamento à condição social tanto do acusado quanto da vítima; as penas eram determinadas levando-se em consideração essa tal diferenciação. O delito poderia ser agravado caso o acusado fosse ou não de extrato social inferior ou superior ao da vítima. E não esqueçamos ainda que, diferentemente de nossa atual sociedade, a de Antigo Regime desconhecia a igualdade de direitos: “a desigualdade era um valor, no sentido de ser algo sentido como natural, derivado da forma pela qual Deus havia criado o mundo”. Portanto, era lógico que a legislação civil – e não só – definisse delito e crime a partir daquela premissa da desigualdade (ALMEIDA, Angela Mendes de, *op. cit.*, p. 46).

<sup>47</sup> FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 89.

ser possível uma única forma de processo: aquela “prescrita pelas leis do Reino”<sup>48</sup>. Na década de 1790, acompanhando as mudanças, a maçonaria passou então a ser o principal alvo do debilitado tribunal<sup>49</sup>. Para além dos maçons, o Santo Ofício armou-se em combater “a proliferação de doutrinas materialistas e ateístas”, divulgadas principalmente entre os estudantes da Universidade de Coimbra<sup>50</sup>.

O processo de extinção do tribunal da Inquisição deu-se numa época em que sua função na sociedade “nem concorre para o fortalecimento do poder do Estado, nem corresponde às intenções da Igreja”<sup>51</sup>. Lembramos que desde 1771, por intermédio de uma carta régia, foram proibidos oficialmente a celebração pública dos autos de fé, a publicação das infamantes listas de penitenciados e a aplicação da pena de morte sem prévia autorização do rei<sup>52</sup>. Assim, a Inquisição passou a figurar como um tribunal da Coroa, e o Regimento de 1774 acabou por refletir a situação política que vigia em Portugal naquele contexto histórico<sup>53</sup>. Sobre as alterações mais significativas neste Regimento, temos o fim do segredo do processo; testemunhas singulares não podiam levar um réu à morte; a tortura seria aceita apenas em casos muito graves, e que envolvessem “heresiarcas ou dogmatistas”<sup>54</sup>.

---

<sup>48</sup> SIQUEIRA, Sonia. “A disciplina da vida colonial”, *op. cit.*, p. 565.

<sup>49</sup> MARCOCCI, Giuseppe & PAIVA, José Pedro. *História da Inquisição portuguesa, 1536-1821*. 2013. Lisboa: A Esfera dos Livros, p. 391.

<sup>50</sup> *Ibidem*, p. 396.

<sup>51</sup> FARIA, Ana Maria Leal de. “A extinção da Inquisição”. 1993. In: MEDINA, João. *História de Portugal: dos tempos pré-históricos aos nossos dias*. Amadora: Clube Internacional do Livro, p. 163.

<sup>52</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas. 2002. “Da reforma à extinção: a Inquisição perante as ‘Luzes’ (dados e reflexões)”. In: *Revista da Faculdade de Letras – Línguas e Literaturas*. Porto, vol. XIX, p. 187.

<sup>53</sup> *Ibidem*, p. 189. O Regimento de 1774 acabou por realçar, no seu *Preâmbulo*, o caráter régio do Tribunal da Inquisição. SIQUEIRA, Sonia. “A disciplina da vida colonial”, *op. cit.*, p. 509.

<sup>54</sup> TAVARES, Pedro Vilas Boas, *op. cit.*, p. 189; RAMOS, Luís A. de Oliveira. “A Inquisição pombalina”. 1983. In: *Como interpretar Pombal?* Lisboa: Edições Brotéria, p. 113. No fundo, o Regimento de 1774 “traduzia as modificações da mentalidade do país, quando nele se insinuaram ideias da Ilustração, ânsia de renovação do espírito e da vida no plano da religiosidade a florescer em reformas. Reformavam-se as instituições que ainda não se queria, ou não se podia suprimir. O Despotismo Ilustrado voltou-se também para o Santo Ofício, rejeitou as radicalizações dos que reclamavam sua extinção”. SIQUEIRA, Sonia. “A disciplina da vida colonial”, *op. cit.*, p. 513. Como exposto no estudo introdutório da obra *Metamorfoses de um polvo*, os autores defendem que o Regimento de 1774, “pretendia-se iluminado e despido das determinações *cruéis* e *obscurantistas* do texto legal anterior.” No entanto, Franco e Assunção mostram que houve uma “continuidade



Embora o tribunal da Inquisição, nesses finais dos setecentos, mostrasse visíveis sinais de fragilidade, ainda assim havia aqueles que o temiam, e, para evitar males futuros, cedessem à extorsão. Disso é exemplo um casal de padeiros residentes em Campo de Ourique, em Lisboa. Ora, a possibilidade de existir um caso como esse, envolvendo Ana Maria e seu esposo Joaquim Gonçalves às portas do século XIX, só pode ser compreendida se levarmos em consideração a proposição de Francisco Bethencourt: “o tribunal da Inquisição era ainda uma autoridade reconhecida pela população, que recorria a ele quer por dever moral inculcado pelos padres, nomeadamente no ato da confissão, [...] quer por rivalidade e vingança. De qualquer forma, não podemos descartar uma certa funcionalidade do tribunal”<sup>55</sup>.

Preso nos Estaus e entregue aos cárceres da custódia da Inquisição de Lisboa em 30 de junho de 1794, Veríssimo Antônio do Rego tem uma história que merece a nossa atenção. Ela nos chegou ao conhecimento através do trabalho de mestrado do historiador português João Henriques Martins, *Corrupção e incúria no Santo Ofício*<sup>56</sup>. Natural de Lisboa, mais precisamente da freguesia de Nossa Senhora dos Anjos, Veríssimo era casado com Dona Ana Joaquina, e tinha já desempenhado a função de porta-estandarte no Regimento da Cavalaria de Évora, contando com cerca de 30 anos de idade quando fora preso<sup>57</sup>.

Veríssimo Antônio do Rego foi ouvido apenas em 3 de setembro, quando passou a contar a sua versão da história: no dia 20 de maio foi ele procurado pelo familiar do Santo Ofício Joaquim Rodrigues, que lhe contou o sucedido à padeira Ana Maria. Nenhum dos dois homens havia presenciado o acidente, tendo o familiar sido informado dos fatos por Vitor Pereira: esse,

---

dos procedimentos legais anteriores através da consideração de exceções que abrem a possibilidade de repetir as mesmas atrocidades vituperadas.” (FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 69 – grifo dos autores.)

<sup>55</sup> BETHENCOURT, Francisco. *História das Inquisições*, *op. cit.*, p. 356; SCHWARTZ, Stuart B. 2009. *Cada um na sua lei: tolerância religiosa e salvação no mundo atlântico ibérico*. São Paulo: Companhia das Letras; Bauru: Edusc.

<sup>56</sup> MARTINS, João Henrique Costa Furtado. 2013. *Corrupção e incúria no Santo Ofício: funcionários e agentes sob suspeita e julgamento*. Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 74-77.

<sup>57</sup> Na sessão de *genealogia*, ocorrida em 6 de setembro, explicou que era filho de Antônio do Rego de Albuquerque, tenente coronel que havia sido no Regimento de Évora, onde ele próprio era porta-estandarte, porém “escuso em o ano passado por moléstia”. Arquivos Nacionais/Torre do Tombo [AN/TT], Tribunal do Santo Ofício [TSO], Inquisição de Lisboa [IL], processo [proc.] 5862, fólios [fls.] 14v-15.

assistente na Rua Direita dos Anjos, em umas casas altas junto às Linheiras, presenciara uma desordem de um cavalo, que maltratando uma padeira do Campo de Ourique dera alguns sinais de que ela se facilitava à *culpa de bestialidade*, em consequência do que ele mesmo Vitor Pereira o persuadira para que examinasse este caso, o que devia em razão do seu caso<sup>58</sup>.

O encontro entre o familiar Joaquim Rodrigues e Veríssimo Antônio se deu para que ambos pudessem executar juntos aquela diligência: Joaquim então vinha convidar “a ele confitente para o acompanhar naquela diligência”<sup>59</sup>. O desenrolar da história é ainda mais rebuscado, e mostra o quanto a Inquisição poderia ser usada para interesses bastante perversos: indo ambos à casa dos padeiros, o familiar do Santo Ofício

tirou um papel em forma de Ordem para informar do caso, o qual lhe leu, e seguiu-se a isto receber ele meia moeda [e] em consequência mandou rasgar o papel, e deixou outro em forma de cautela em que não dava parte para haver de ser desembaraçada suposta a inocência em que a julgava, e saído para fora repartiu o dinheiro com ele [Veríssimo Antônio] igualmente<sup>60</sup>.

Para além do prestígio que o cargo trazia, a figura do familiar causava temor pelo fato de representar a Inquisição, e de praticar as prisões determinadas pelo tribunal<sup>61</sup>. Contudo, a extorsão ao casal não ficou por aí: o familiar persuadiu a Veríssimo Antônio que à tarde voltasse à casa de Ana Maria para pedir-lhe “três mil e duzentos [réis] para as despesas precisas, o que com efeito fez, e recebendo-os veio reparti-los”<sup>62</sup>.

Como não poderia ser diferente, perante o inquisidor que lhe escutava, Veríssimo Antônio do Rego tentou transferir para o familiar a maior carga da culpa pela extorsão, argumentando com Álvaro Xavier Botelho

que esta culpa ainda no caso de que o dito Joaquim Rodrigues procedesse sem ordem legítima era toda dele, e nunca do confitente, que além de não ser membro do Santo Ofício nem dera parte nem fizera ação alguma mais do que acompanhá-lo e receber o que ele lhe dava; não obstante porém esta reflexão ele caiu no erro, confessa o arrependido, e pede que

<sup>58</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 5862, fls. 11v-12 (grifo nosso). Estranhamente o referido Vitor Pereira não foi chamado à Mesa da Inquisição para confirmar ou refutar a versão contada por Veríssimo Antônio do Rego.

<sup>59</sup> *Ibidem*, fl. 12.

<sup>60</sup> *Ibidem*.

<sup>61</sup> MARTINS, João Henrique Costa Furtado, *op. cit.*, p. 60.

<sup>62</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 5862, fl. 12.

se haja com ele de piedade<sup>63</sup>.

A tentativa da Inquisição foi a de provar – induzindo o réu a que confessasse – que Veríssimo Antônio do Rego, ao agir daquela forma, pensava “mal da nossa religião católica que estabeleceu este tribunal para conservação da pureza da fé”<sup>64</sup>. Assim, seus atos manchavam o procedimento do Santo Ofício, e com isso traziam “a consternação a toda a família da mesma casa.”<sup>65</sup> Tal confissão jamais seria feita, alegando o arguido que seus atos foram movidos apenas e tão somente como forma de “remir a sua indigência”; com a insistência da pergunta, avultou-se a firmeza da resposta: a extorsão tinha em sua origem “remir suposta a necessidade em que vivia”<sup>66</sup>. Para os inquisidores, ao agir no sentido de extorquir o casal de padeiros de Campo de Ourique, a atitude dos dois homens atacava igualmente as “pessoas dos Ministros” do Santo Ofício, ao fazê-los “passar por injustos na perseguição de uma pessoa inocente”<sup>67</sup>.

Na cópia do libelo acusatório, o promotor fiscal do Santo Ofício deixou registrar que os atos do réu era de alguém que pensava “mal das decisões da Igreja, e dos seus Ministros, que ele não se embaraça de ultrajar, fazendo com que passem com procedimentos seus, aquele que só eram filhos da calúnia, e da impostura”<sup>68</sup>. Esse crime inscrevia-se assim no Livro III, título 19 (*Dos que se fingem ministros e oficiais da Inquisição*), “tendo-se fingido oficial do Santo Ofício com o fim de extorquir dinheiro”<sup>69</sup>.

---

<sup>63</sup> *Ibidem*, fl. 12v.

<sup>64</sup> *Ibidem*, fls. 12v-13.

<sup>65</sup> *Ibidem*, fl. 44.

<sup>66</sup> *Ibidem*, fls. 13-14v. Essa questão volta à baila na sessão *in genere*, que tem lugar na casa quarta das audiências, em 10 de setembro. O inquisidor Álvaro Xavier Botelho quis saber se Veríssimo Antônio conhecia “o dano que resulta à Autoridade do Santo Ofício de qualquer procedimento irregular que haja de se fazer em seu nome”, tendo como resposta “que sabe muito bem não ajustar com a retidão do mesmo Tribunal todo o fato que contiver irregularidade, e que este mesmo prejudica gravemente a sua Autoridade”. Diante de tal confissão, é novamente indagado “por que razão estando ele [Veríssimo Antônio] nestes princípios concorreu para que se desautorizasse a justiça com que o mesmo Santo Ofício costuma proceder, tratando sempre com caridade até aos mesmos réus quanto mais as pessoas inocentes. Disse que é verdade e ele o tem confessado haver concorrido de algum modo para arruinar a reputação do mesmo Tribunal, mas que não fora o seu objeto primário causar-lhe este dano de que muito se arrepende mas só sim perceber alguma utilidade suposta a indigência em que se via e ser este o pequeno socorro ao que podia alimentar a sua triste mulher e filhos”. *Ibidem*, fls. 16v-17v.

<sup>67</sup> *Ibidem*, fl. 18.

<sup>68</sup> *Ibidem*, fl. 32.

<sup>69</sup> FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 475; AN/TT, TSO, IL, proc. 5862, fl. 41.

No *Acórdão* do processo, lemos com clareza o motivo por que foram presos e julgados pelo tribunal de Lisboa: procurando Veríssimo Antônio do Rego e José Rodrigues por meio da falsificação de ordens do Santo Ofício

Persuadir[em] a certa pessoa do sexo feminino que o reconheceu pelo próprio, que havendo no Santo Ofício informação de certo *pecado de bestialidade* que ela havia cometido eram ali mandados para indagar sobre o mesmo caso, mas porque se conduziam da sua aflição, rasgavam a ordem e a substituíam por uma cautela, que deixavam em seu poder, tudo a fim de lhe extorquirem algum dinheiro, como na verdade aconteceu, repetindo ele réu só em a mesma tarde na diligência de lhe extorquir mais três mil e duzentos [réis], declarando-lhe serem precisos para acomodar a um Secretário do Santo Ofício; infamando por este modo o procedimento do mesmo Santo Ofício, e trazendo a consternação a toda a família da mesma casa<sup>70</sup>.

Na decisão final sobre qual destino dar a esse réu, os inquisidores determinaram que fosse degredado por cinco anos para o Pará, além de obrigá-lo “a restituir à parte o que indevidamente lhe extorquiu”<sup>71</sup>. Problemas de saúde o salvaram do Brasil, e seu degredo foi então comutado “para uma das terras do Reino do Algarve”. O cirurgião-mor Luís Martins da Rua, após examinar Veríssimo Antônio na prisão do Limoeiro, emitiu o seguinte parecer, assinado em Lisboa em 23 de janeiro de 1795: o réu

padece há tempos diversas chagas na parte superior e anterior da tibia, ou canela da perna, com cáries no dito osso, de que deitara e está deitando esquirolas [lascas de osso], sendo igualmente certo que ou por falta de bom método ou por vício dos seus humores, lhe sobreveio uma grande inchação dura, e rubra para a parte interna, e curva da mesma perna, que ameaça maior perigo, sem o qual não será facilmente transportado a Ultramar, não pelo clima / exceto o de África / mas pelo trato, e eflúvios do mar”<sup>72</sup>.

Como sugere a ampla pesquisa empreendida por Fernanda Olival, era mais usual a abertura de processos contra comissários entre o clero secular; já entre aqueles que faziam as denúncias, as fontes mostram que a maior parte delas era feita por eclesiásticos ou agentes da Inquisição, salvo poucas exceções. No entanto, era difícil “denunciar um comissário

<sup>70</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 5862, fls. 43v-44 (grifo nosso).

<sup>71</sup> *Ibidem*, fl. 45v.

<sup>72</sup> *Ibidem*, fl. 52. *Esquirola* é, segundo o dicionário Houaiss, “lasca ou fragmento mínimo de osso, decorrente geralmente de fraturas”.

por falhas processuais e de comportamento”, ainda mais quando se tratava “do mundo rural”. E como já mostrou essa historiadora portuguesa, alguns “comissários, por falta de riqueza pessoal, eram passíveis de suborno [e] os casos de comissários processados foram pouco frequentes até 1773.”<sup>73</sup> Na história que aqui nos interessa de perto, o cargo não era de comissário, mas de familiar do Santo Ofício, que estava sendo usado para obter vantagens pessoais, no caso, extorquir dinheiro.

Na verdade, o processo de fato é aquele que foi movido contra Joaquim Rodrigues. É o documento que trouxe as informações mais pertinentes e incriminadoras, além de ser bem mais volumoso do que aquele movido contra Veríssimo Antônio do Rego. Assim, o processo desse porta-estandarte é quase uma transcrição do documento produzido contra o familiar Joaquim Rodrigues, que foi preso nos cárceres da custódia da Inquisição de Lisboa em 27 de maio de 1794.

Familiar do Santo Ofício<sup>74</sup>, com 38 anos de idade à época de sua prisão, era natural de Lisboa, morava na Rua do Almada, localizada na freguesia de Catarina, e casado com Ana Paula. No auto de entrega, o ofício de Joaquim Rodrigues foi identificado como de escrivão de navios, embora ao longo de todo o processo, em seus oitenta fólios, ele dizia simplesmente ter “ocupação de escrevente”<sup>75</sup>.

A própria injuriada, a padeira Ana Maria, contou sua história ao inquisidor Joaquim José Guião poucos dias antes da prisão do familiar Joaquim Rodrigues. Em 24 de maio, pediu audiência e começou a relatar os seus infortúnios, que haviam iniciado em quinze do corrente mês. Tendo ela ido entregar pão aos seus fregueses da Cotovia, quando passava pela Rua das Taipas “sucedeu que seu cavalo em que vinha montada a lançou por terra, e depois a maltratara muito, pisando-a com as patas, de que se seguiu

---

<sup>73</sup> OLIVAL, Fernanda. 2012. “Quando o Santo Ofício processava os seus comissários (Portugal, 1600-1773)”. In: GARRIDO, Álvaro *et alii* (orgs.). *Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães: economia, instituições e Império*. Coimbra: Almedina, p. 188; p. 180.

<sup>74</sup> No fólio 25 de seu processo, temos então a *Certidão da Familiatura do réu Joaquim Roiz*; ainda podemos ler que o réu tomou juramento do cargo de Familiar, tendo presentes os Senhores Inquisidores, em 24 de janeiro de 1774. Familiares, uma espécie de “milícia voluntária privilegiada ao serviço da Inquisição”; o cargo trazia consigo “um estatuto privilegiado na sociedade.” (HIGGS, David. 1992. “Comissários e familiares da Inquisição no Brasil ao fim do período colonial”. In: NOVINSKY, Anita & CARNEIRO, Maria Luiza Tucci (orgs.). *Inquisição: ensaios sobre mentalidade, heresias e arte*. São Paulo/Rio de Janeiro: Edusp/Expressão e Cultura, p. 375; p. 377.)

<sup>75</sup> Na sua primeira sessão, ocorrida em 28 de maio, Joaquim Rodrigues afirmou “escrever em algumas auditorias ou escritórios de comerciantes”. AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 18.

o acudirem-lhe de uma tenda, aonde a recolheram”<sup>76</sup>. Ainda enquanto lavava o sangue que lhe escorria do nariz, resultado da queda, é interpelada por um homem desconhecido, segundo ela, e que

ali mesmo a injuriara, *perguntando-lhe se ela se costumava servir para atos torpes com aquele cavalo*, e vendo-se assim injuriada, chorando a sua desgraça, lhe notou o seu atrevimento, e o repreendeu, chamando-lhe aqueles nomes, que em semelhante ocasião podem lembrar a uma pessoa injuriada<sup>77</sup>.

Os problemas dessa mulher apenas iniciaram com o incidente com seu cavalo: no sábado seguinte à queda, foi visitada por Joaquim Rodrigues e Veríssimo Antônio do Rego, e a extorsão teve início, como já sabemos pelo processo deste último, tendo ela e o marido de desembolsar valores aos dois<sup>78</sup>. Na verdade, como explicou Joaquim Gonçalves, marido da padeira, o que ambos os impostores sugeriram ao casal, em forma de ameaça, é que Ana Maria “cometia atos torpes com o seu cavalo, e que o dito cavalo estava tanto neste costume que dias antes o tinha intentado fazer publicamente na Cotovia em a Rua das Taipas”<sup>79</sup>.

Particularmente sobre o motivo que o havia levado aos cárceres inquisitoriais, Joaquim Rodrigues foi bastante condescendente consigo mesmo, explicando ao inquisidor Joaquim José Guião “que lhe lembra que de alguma forma teria tratado com menos respeito a autoridade deste Tribunal com um fato que ele vai a expor, e de que pede perdão a esta Mesa do excesso com que se portou”<sup>80</sup>.

<sup>76</sup> *Ibidem*, fls. 6-6v.

<sup>77</sup> *Ibidem*, fl. 6v (grifo nosso). Ora, fama essa que, “para a mentalidade barroca, compoendo a aparência compunha a realidade, – fama pública e notória – a opinião coletiva”. SIQUEIRA, Sonia. “A disciplina da vida colonial”, *op. cit.*, p. 559. Não podemos esquecer que a Bíblia já condenava à morte a mulher (e o animal) que mantivesse contato sexual com uma besta: “Se uma mulher se aproximar de um animal para se juntar com ele, matá-la-ás, assim como ao animal; serão condenados à morte e mereceram o suplício” (*Levítico*, cap. 20, vers. 16).

<sup>78</sup> Como forma de melhor pressionar o casal e dar um ar mais verossímil ao embuste, os dois afirmaram irem “da parte deste Tribunal apreender a ela declarante, e ao dito seu marido, por quanto ela se prostituíra com o cavalo, que tinha, e que na Rua das Taipas se tinha conhecido pelo estado em que se viu o cavalo, que ele era costumado a estes atos, e que em consequência tinham também ordem para trazer o cavalo, que foram ver e examinar à cavalaria”. AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 7.

<sup>79</sup> *Ibidem*, fl. 11v. O segredo nesse caso era fundamental, tanto assim que a conversa entre o casal e os dois supostos representantes do Santo Ofício deu-se no quintal da casa dos padeiros, “porque os mesmos homens quiseram que se fizesse esta ação sem testemunhas, e toda a cautela”. *Ibidem*.

<sup>80</sup> *Ibidem*, fls. 18-18v. Para o que aqui nos interessa, “O Livro I regula tudo o que diz

Não deve causar espanto que num primeiro momento o familiar Joaquim Rodrigues quisesse imputar a seu cúmplice toda a responsabilidade, aliás, a mesma estratégia desse último. Na verdade, sob sua ótica, os fatos se deram de forma completamente inversa: dois dias após o acidente envolvendo a padeira e o seu cavalo, e

indo de passeio ambos conversando nisto mesmo, entraram em casa da dita padeira por casualidade. E perguntando-lhe ele confitente como estava das pisaduras que lhe tinha feito o seu cavalo; principiou o dito seu companheiro a intimidá-la, e ao seu marido, dizendo-lhes que o caso pertencia ao conhecimento do Santo Ofício, e que ele confitente como familiar que era deste Tribunal lhe competia o providenciar sobre aquilo mesmo; ao que tudo respondia ele confitente = que se deixasse disso porque não tinha presenciado o fato, nem aquela mulher era capaz de semelhantes ações: porque a tem e a conhece por mulher de bem e honrada, e de bom procedimento; e que só lhe aconselhara que vendessem logo o cavalo, porque uma besta viciosa lhe não podia convir para o seu serviço<sup>81</sup>.

Reincidente em sua sessão de genealogia, esse familiar confessou “que ele em outro tempo já fora preso na cadeia do Limoeiro por ordem desta mesa pela culpa de receber dinheiro na entrega dos editais da fé, quando os distribuía pelas igrejas”<sup>82</sup>. Entre as qualificações exigidas de um agente da Inquisição, estavam os *dotas morais*, algo que as testemunhas deixam claro faltar a esse familiar<sup>83</sup>. Após os inquisidores pedirem uma minuciosa averiguação da conduta e fama do familiar Joaquim Rodrigues,

---

respeito às pessoas a serviço do Tribunal – funções, qualificações, deveres, precedências, poderes, tarefas, horários, etc.” (FALCON, Francisco José Calazans, *op. cit.*, p. 124.)

<sup>81</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fls. 18v-19.

<sup>82</sup> *Ibidem*, fl. 24. Sobre essa questão, voltaram os inquisidores, no dia 6 de junho, a perguntar ao réu se tinha conhecimentos dos castigos aplicados àqueles que tentavam “extorquir, pagar ou receber donativos daquelas pessoas a quem vão intimar as ordens do mesmo serviço”. Sua resposta foi bastante clara: “porquanto ele réu já foi mandado capturar por esta Mesa na cadeia do Castelo por ter recebido no ato da entrega dos Editais pelas Igrejas como era então costume, na Igreja de São Luiz a quantia de cento e vinte réis, ainda que ele réu declara que recebeu aí aquela quantia do sacristão da Igreja por este lha dever de um arrátel de manteiga que tinha mandado vir da loja de seu pai; e que quando a Mesa tem este justo procedimento com os Familiares que legitimamente são mandados fazer diligências com muita maior justiça recairá o castigo nos Familiares que extorquissem pagas ou donativos pelas diligências que fingirem fazer de ordem desta mesa”. *Ibidem*, fls. 47v-48.

<sup>83</sup> FALCON, Francisco José Calazans, *op. cit.*, p. 125.

e ouvidas cinco testemunhas, o relator da diligência deu o seu parecer, nada favorável ao réu:

Ilustríssimos e Reverendíssimos Senhores / Do presente sumário pelo que depuseram as testemunhas, que eu julgo fidedignas; consta que Joaquim Rodrigues, morador na Rua do Almada, junto à Cruz de Pau, freguesia de Santa Catarina desta cidade; é homem sem ofício, ou ocupação, ainda que ele mesmo umas vezes diz que é escrevente, e outras que é Procurador de Causas: é casado com Ana Paula: é familiar do Santo Ofício: é finalmente tido, havido e reputado por homem libertino, de má conduta, consciência pouco ou nada ajustada, costumado a andar com más companhias, fazer alguns furtos, e desinquietar várias pessoas de diferente sexo para fins tão perversos /ainda além dos que se podem pensar/ que eu por não ofender os castos e pios ouvidos de Vossas Senhorias não expresse; ao mesmo tempo que ele sem pejo o diz, e tem dito a várias pessoas. E é o que posso informar a Vossas Senhorias que mandarão o que forem servidos. Lisboa 18 de junho de 1794. / De Vossas Senhorias o mais reverente e o mais humilde súdito. / O Notário Pedro da Silva<sup>84</sup>.

Os Regimentos inquisitoriais deixam claro a dependência dos familiares para com os inquisidores, estando proibida qualquer ação em nome do Santo Ofício sem uma ordem formal do tribunal<sup>85</sup>. Na sessão *in specie*, em 12 de junho, estranhamente Joaquim Rodrigues confessou que o ânimo que moveu a ele e a seu companheiro de trapaça não foi “fazer mal à dita padeira, mas sim de extorquirem dela algum dinheiro”<sup>86</sup>. No libelo acusatório escrito pelo Promotor do Santo Ofício, está explícito o grave delito de Joaquim Rodrigues que,

sem consideração, nem ordem alguma intentou fazer prisões a algumas pessoas com a voz e parte do Santo Ofício extorquindo das mesmas pessoas algumas porções de dinheiro injuriando por este modo o livre e sempre ponderado procedimento da Inquisição<sup>87</sup>.

Entre os crimes praticados especificamente pelos familiares do Santo Ofício, João Henrique Martins arrolou os seguintes: deter pessoas de

<sup>84</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 45.

<sup>85</sup> MARTINS, João Henrique Costa Furtado, *op. cit.*, p. 59.

<sup>86</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 49v.

<sup>87</sup> *Ibidem*, fl. 57; Regimento de 1640, Livro II, título III, *De como se hão de tomar as denúncias*; Livro II, título IV, *De como se há de proceder contra os denunciados*: FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 296-298; p. 298-300; Regimento do Cardeal da Cunha (1774): Livro II, título I, *Da forma por que hão-de tomar as denúncias*: *Ibidem*, p. 439-442.



forma indevida, usurpar funções inquisitoriais, extorquir dinheiro, fugir à justiça régia, fugir da obrigação de cumprir o serviço militar, não declarar o inventário de bens e praticar incúria no desempenho de suas funções<sup>88</sup>.

O que tentavam os inquisidores fazer era forçar o réu a admitir que a extorsão que praticara com seu companheiro contra o casal de padeiros era motivada pelo propósito “de querer perturbar o reto procedimento do Santo Ofício, foi o que o moveu a usar da autoridade deste Tribunal para os seus fins particulares”<sup>89</sup>. O crime cometido por esses homens, de acordo com a análise dos inquisidores, estava inscrito no Regimento, em seu Livro III, título 19, cuja epígrafe diz: *Dos que fingem ministros e oficiais da Inquisição*<sup>90</sup>. Com base na legislação inquisitorial, concluía o parecer,

se provava que o réu temerária e aleivosamente tinha procurado uma padeira chamada Ana Maria, casada com Joaquim Gonçalves e moradora no Campo de Ourique, e lhe intimara que contendo nesta Mesa que ela se prostituía com o seu cavalo até ao ponto de o pretender fazer com publicidade na Rua das Taipas aonde o fato tinha sido presenciado dois dias antes, ele tinha ordem do mesmo Tribunal para a capturar e a seu marido, sendo companheiro daquela diligência aquele homem que o acompanhava<sup>91</sup>.

Como sabemos, o Regimento pombalino pretendeu não mais pôr em evidência as execuções públicas das sentenças, e nesse sentido aboliu os autos de fé celebrados em praças públicas, pois considerava-os “vergonha nacional perante as nações estrangeiras”, para além de ser um atentado “contra toda a ética e decência cristãs”<sup>92</sup>. A Veríssimo Antônio do Rego, determinou-se que “fosse à Mesa e nela ouvisse sua sentença perante os Inquisidores, Deputados, Notários e mais oficiais”<sup>93</sup>, o que aconteceu em 9 de dezembro de 1794. Em 19 de agosto de 1794, a sentença contra Joaquim Rodrigues foi lida “em auto particular na forma do costume”, ou seja, “na sala da Mesa da Inquisição perante os seus Ministros e oficiais”. Foi também “privado do hábito e cargo de Familiar”<sup>94</sup>. O pior de tudo foi a decisão que o condenava a ser

<sup>88</sup> MARTINS, João Henrique Costa Furtado, *op. cit.*, p. 60.

<sup>89</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 60v.

<sup>90</sup> *Ibidem*, fl. 64; Regimento do Cardeal da Cunha (1774) *apud* FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 475-476.

<sup>91</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 64.

<sup>92</sup> FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 82-83.

<sup>93</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 5862, fl. 42v.

<sup>94</sup> *Ibidem*, fl. 66.

“açoitado com pregão pelas ruas públicas”, além de ser “degredado por cinco anos para Angola”<sup>95</sup>.

“Nos parágrafos seguintes ficamos sabendo que os ‘confitentes’ deverão receber penas de açoites e galés – se forem peões, e de degredo – quando nobres.”<sup>96</sup> Ora, ao menos no caso de Joaquim Rodrigues, houve açoites pelas ruas de Lisboa! O Regimento de 1774 passou a aplicar aos culpados o “degredo nos territórios ultramarinos”, medida que vinha atender os “interesses de caráter político”, pois supria “a necessidade de intensificar a presença colonial da metrópole portuguesa nos seus potentados”<sup>97</sup>.

A sentença ao familiar Joaquim Rodrigues foi finalmente publicada na Mesa do Santo Ofício em 19 de agosto de 1794, pela qual tomou conhecimento do seu destino: ser açoitado com pregão pelas ruas de Lisboa (*citra sanguinis effusionem*, ou seja, sem derramamento de sangue), ficar degredado por cinco anos em Angola; além de ter que restituir “às partes quanto constar haver-lhes levado”. Conseguiu, no entanto, mudar o local do degredo: da África para a Bahia, onde chegou provavelmente em março de 1795<sup>98</sup>. Lemos assim, já no final de seu processo, que ele “embarcou em o Navio Santo Estevão, o Novo, capitão José Ribeiro Pontes [...] para ser conduzido e entregue na cidade da Bahia ao Comissário Manoel Anselmo de Almeida Sande”<sup>99</sup>.

Tendo por base esses processos, que no fundo envolvem um crime pouco punido pelos tribunais portugueses, nos perguntamos como foram possíveis, “numa instituição praticamente paralisada, fato

---

<sup>95</sup> *Ibidem*, fl. 69.

<sup>96</sup> FALCON, Francisco José Calazans, *op. cit.*, p. 134.

<sup>97</sup> FRANCO, José Eduardo & ASSUNÇÃO, Paulo de, *op. cit.*, p. 83. Sobre os usos do degredo, ver: COATES, Timothy J. *Degredados e órfãos: colonização dirigida pela coroa no império português, 1550-1755*. Lisboa: Comissão Nacional para as Comemorações dos Descobrimientos Portugueses, 1998; PIERONI, Geraldo. 2000. *Os excluídos do Reino: a Inquisição portuguesa e o degredo para o Brasil Colônia*. Brasília: Editora da UnB, São Paulo: Imprensa Oficial do Estado.

<sup>98</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 69 e fl. 80. Esse caso envolvendo o casal de padeiros do Campo de Ourique acontece justamente em um período (1780-1800) em que as atividades da Inquisição portuguesa têm menos atenção dos historiadores do que os períodos anteriores. HIGGS, David. 1989. “Mulher, poder e ordem cristã perante a Inquisição de Lisboa nos anos 1790”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. III, p. 1111.

<sup>99</sup> AN/TT, TSO, IL, proc. 10516, fl. 79.

que levanta o problema da funcionalidade da Inquisição nesta fase final”<sup>100</sup>. Estamos abordando um momento no qual, como nos mostra a historiografia, a Inquisição já havia perdido muito do seu prestígio, enfraquecida e esvaziada de poder pelas reformas implementadas pelo Marquês de Pombal<sup>101</sup>. Nesse sentido, não podemos desconsiderar o fato de que o Regimento de 1774, acabou por secularizar o Santo Ofício, colocando-o na dependência da Coroa, tornando-o assim não mais que um instrumento do poder<sup>102</sup>.

A mudança operada pelo Regimento de 1774 determinava que os nomes das testemunhas fossem comunicados aos réus, bem como os locais e o tempo nos quais o delito havia sido cometido<sup>103</sup>. No entanto, na leitura dos dois processos analisados por nós neste texto, não percebemos nem a divulgação dos nomes das testemunhas, nem o momento em que a infração ocorreu. Claro que essas questões podem ter acontecido pela própria natureza do que se julgava e, por conseguinte, pelo fato dos dois implicados estarem cientes dos seus atos.

É digno de nota o temor que, mesmo nos anos finais do século XVIII, o Santo Ofício causava quando seu nome era mencionado. Contudo, pela atenta leitura que fizemos dos processos movidos pela Inquisição de Lisboa contra esses dois homens, julgados por levantar uma falsa acusação de bestialidade contra a padeira Ana Maria, essas novas disposições determinadas pelo recente Regimento de 1774 não foram consideradas. Se, por um lado, esse regimento promovia a modernização

---

<sup>100</sup> BETHENCOURT, Francisco. “Declínio e extinção do Santo Ofício”, *op. cit.*, p. 84.

<sup>101</sup> OLIVEIRA, Ricardo Jorge Carvalho Pessa de. 2013. *Sob os auspícios do Concílio de Trento: Pombal entre a prevaricação e o disciplinamento (1564-1822)*. Tese de doutorado, Lisboa: Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa, p. 180.

<sup>102</sup> RAMOS, Luís A. de Oliveira. 1989. “A irreligião na província vista do Santo Ofício nos fins do século XVIII (tentativa de exemplificação)”. In: SANTOS, Maria Helena Carvalho dos (coord.). *I Congresso Luso-Brasileiro sobre Inquisição*. Lisboa: Sociedade Portuguesa de Estudos do Século XVIII: Universitária Editora, vol. III, p. 1153-1166. Como crê o autor, do Regimento de 1774 “para o futuro o Santo Ofício não organiza autos de fé públicos, os bens confiscados aos réus entram no tesouro público, carece de beneplácito régio a aplicação de penas de capitais, o processo ordinário e os meios de defesa dos acusados melhoram, é-lhes dado a conhecer o nome dos denunciante, a tortura aplica-se em casos extremos devidamente discriminados, não recai infâmia sobre os detidos e acusados e sobre os descendentes dos penitenciados, os réus podem entrar em contato com advogados e testemunhas, a que, daí em diante, têm o direito de recorrer etc.”. *Ibidem*, p. 1155. Os dois processos do caso da padeira mostram, ainda em final do setecentos, um quadro diferente: penas relativamente pesadas, e nenhum dos dois tiveram qualquer tipo de acesso às testemunhas.

<sup>103</sup> MARCOCCI, Giuseppe & PAIVA, José Pedro, *op. cit.*, p. 361.

das “formas de punir”, bem como de “suas categorias penais” – e com isso se aproximava dos debates iluministas –, por outro, era guiado pelo “ideal de pureza de fé”, ancorado em uma ideia de sociedade a qual se colocava contrária à irreligião, à libertinagem e àquelas superstições” desreguladas e fanáticas de religião”<sup>104</sup>. Embora duramente criticado pelo Regimento de 1774, não percebemos que os dois réus tenham tido acesso às testemunhas que os incriminavam, mostrando que o segredo processual ainda era praticado. Velhas práticas ainda não efetivamente abandonadas?

---

<sup>104</sup> ROCHA, Igor Tadeu Camilo, *op. cit.*, p. 199-200.

# ANTONIA MAÑANA, LA ÚLTIMA “BRUJA” ANTE LA INQUISICIÓN DE MALLORCA, 1816- 1818. CAMBIOS Y NUEVAS PERSPECTIVAS SOBRE EL DELITO DE SUPERSTICIÓN EN LA ERA DE LAS ABOLICIONES<sup>1</sup>

---

NATALIA URRA JAQUE  
*Universidad Andrés Bello de Chile*

## 1. Introducción

Antonia Mañana fue una de esas mujeres acusadas por Delitos de Superstición en la España insular. Su expediente, conservado en el Archivo Histórico Nacional de Madrid, Sección Inquisición de Mallorca, relata y describe el cómo se le procesó y acusó de practicar “maleficios y adivinaciones”<sup>2</sup>. Conceptos tardíos y poco usados en el

---

<sup>1</sup> La siguiente investigación se enmarca en el proyecto “Religiosidad nativa, idolatría e instituciones eclesiásticas en los mundos ibéricos, época moderna” financiado por la Universidad Nacional Autónoma de México UNAM PAPIITI G400619. Esta investigación también es financiada por el Proyecto Jorge Millas DI-05-22/JM: *Competencias por Jurisdicción. El Santo Oficio de Lima y la Real Audiencia de Quito frente a los Delitos de Superstición, siglo XVII*.

<sup>2</sup> El término o expresión “maleficio” proviene del latín *maleficae*. Éste, según el historiador Brian P. Levack, está unido a “la magia negra”, ya que ambos tienen como principal objetivo perjudicar o dañar a otro por medio de objetos e invocaciones a fuerzas oscuras. Fue conocido en su versión popular como “hechicería”, aunque esta actividad no siempre tuvo como objetivo lastimar a alguien, ya que muchas veces ésta era con fines benéficos.

siglo XIX. La racionalidad imperante y arrastrada del siglo anterior, devaluó completamente ese tipo de prácticas o actividades heterodoxas, considerándolas poco creíbles e incluso no reales<sup>3</sup>.

No obstante, Antonia enfrentó la justicia inquisitorial. Como muchas mujeres condenadas por los Tribunales del Santo Oficio hispano, dialogó con los hombres de la Inquisición, pues les expuso sus culpas, sus sentimientos, sus redes amicales, sus redes clientelares y, especialmente, sus conocimientos y habilidades<sup>4</sup>. Poca diferencia existió entre el proceso vivido por ella a otros desarrollados previamente por la Inquisición. Sin embargo, ¿qué lo hace distinto o llamativo? El período en el que se ejecutó, pues se desarrolló en la era de las aboliciones del Tribunal.

Entre 1808 y 1834 el Tribunal de la Inquisición experimentó síntomas de decadencia, reestructuración e incluso resurgimiento. Durante los inicios del siglo XIX fue suprimida y restaurada en varias oportunidades. Se amoldó a los cambios sociopolíticos acontecidos como resultado de la invasión napoleónica y luego la restauración borbónica. No obstante, fue abolida definitivamente en 1834 por la Regente María Cristina<sup>5</sup>.

El proceso contra Antonia Mañana se desarrolló en el tribunal de Mallorca durante los años 1816 y 1818, en los folios de su expediente se perciben aspectos de cambio y continuidad. Las distintas etapas que enfrentó nuestra protagonista fueron las típicas y comunes de un proceso inquisitorial. Es decir, sumarias, testificaciones, audiencias, encierros y sentencias, etc<sup>6</sup>. Sin embargo, el lenguaje varió, pues se vinculó a las transformaciones de la sociedad decimonónica. Expresiones poco usadas por los hombres del Santo Oficio hispano se transformaron en habituales durante las aboliciones<sup>7</sup>.

Por lo tanto, a través del juicio contra Antonia, rescataremos y analizaremos las características de un proceso inquisitorial contra las

---

Para más información revisar las obras de Brian P. Levack, G.R. Quaipe, Carlos Ginzburg, Eva Lara Alverola, etc.

<sup>3</sup> GACTO, Fernández Enrique: *Estudios jurídicos sobre la Inquisición española*. Dickinson: Madrid, 2021, pp. 595-596

<sup>4</sup> ZAMORA, Calvo María Jesús: *Mulieres inquisitionis. La mujer frente a la Inquisición en España*. Academia del hispanismo: Madrid, 2017

<sup>5</sup> PEÑA, Rambla Fernando: *La Inquisición en las Cortes de Cádiz. Un debate para la Historia*. Universitat Jaume I: Cádiz, 2016, pp. 51-56

<sup>6</sup> GACTO, Fernández Enrique: “Observaciones jurídicas sobre el proceso inquisitorial”, en Levaggi, Abelardo (coordinador): *La Inquisición en Hispanoamérica*. Ciudad Argentina: Buenos Aires, 1999, pp. 13-41

<sup>7</sup> GIL, González Fernando: *La Inquisición: ¿Decadencia, abolición o reconversión?* Colex Reader: A Coruña, 2020, pp. 13-19

supersticiones<sup>8</sup>. Al mismo tiempo, las diferencias con los juicios de los siglos XVII y XVIII y, asimismo, aquellas que demuestren los síntomas de su decadencia.

El método microhistórico será clave para alcanzar nuestro objetivo, pues al analizar el expediente de una mujer condenada por la Inquisición a inicios del siglo XIX es posible reconstruir las experiencias y vivencias personales de la protagonista, pero también de la comunidad en la que se desenvuelve. Las relaciones sociales o comunitarias forman parte de un entramado de experiencias que vulneran las realidades individuales y, a su vez, las grupales. Los testimonios entregados al Santo Oficio son una prueba fehaciente del cómo las interacciones personales responden a las características de una comunidad, pues son el reflejo de un tiempo, de un espacio y de una sensibilidad en común<sup>9</sup>.

## 2. La Inquisición en el siglo XIX

Hace unos años atrás, el historiador mexicano Gabriel Torres Puga coordinó un dossier sobre “El final de la Inquisición en el mundo hispánico”. Publicado el año 2017 en la revista *Ayer*, analizó, junto a otros investigadores, los esfuerzos de un Tribunal que, pese a toda su presencia y apoyo al rol identitario y absolutista de la monarquía hispana, experimentó la decadencia, la supresión y la eliminación total. En las primeras páginas desmanteló esa idea errónea sobre la poca actividad de los tribunales, pues aseguró que, frente a las crisis dieciochesca y decimonónica, la Inquisición

---

<sup>8</sup> De acuerdo con lo investigado creemos necesario enfatizar y aclarar que el Santo Oficio hispano perseguía y castigaba los delitos de “Superstición”. Es decir, todas las creencias extrañas a la fe religiosa y contrarias a la razón (definición dada por la Real Academia de la Lengua española, vigésima segunda edición). La brujería y la hechicería fueron encasilladas como tales junto al resto de cultos pre-cristianos e idolátricos. En los archivos consultados comprobamos que la gran mayoría de mujeres condenadas por practicar hechizos y maleficios fueron catalogadas como “supersticiosas” o “sortilegas”. La expresión o término Superstición era utilizado como sinónimo de brujería, hechicería, sortilegio e incluso idolatría. Para más información revisar el libro *La Inquisición y el Diablo, Supersticiones en el Siglo XVIII* de María Jesús Torquemada, quién explica -desde el derecho canónico y la justicia del Antiguo Régimen- la postura del Santo Oficio. Ésta recurre a documentación legislativa y a canonistas renombrados, entre ellos N. Eymeric (1399), C. Carena (1659), F. Peña (1612), etc., y a autores clásicos como San Agustín (430 d. de C.) y Tomás de Aquino (1274) para reconstruir un discurso legislativo que respaldó el quehacer inquisitorial respecto a este tipo de transgresiones.

<sup>9</sup> GINZBURG, Carlo: *Ojazos de madera. Nueve reflexiones sobre la distancia*. Ediciones península: Barcelona, 2018, pp. 85-88

estuvo activa. Sin embargo, el mismo afirmó el poco conocimiento sobre esta etapa<sup>10</sup>.

La escasez de estudios sobre la Inquisición en el siglo XIX provoca que, a la fecha, se mantengan ideas poco certeras respecto a su funcionamiento o participación en la resolución de conflictos. Tal vez, esa inactividad que suponen algunos es consecuencia de una reacomodación. Los principales estudios se centraron en las primeras décadas después de su fundación. Incluso hasta el siglo XVII la variedad de temáticas y áreas analizadas son amplias y diversas: Herejías mayores (judaísmo, protestantismo, mahometismo), herejías menores (superstición, bigamia, solicitación, blasfemias), administración, Consejo de la Suprema, cargos inquisitoriales, etc<sup>11</sup>.

La Inquisición hispana, a la par con su homóloga portuguesa, enfrentó los mismos cambios que la monarquía. Al no existir grupos heterodoxos que condenar se centró en la población cristiana vieja. A mediados del siglo XVIII su principal objetivo fue castigar las transgresiones cometidas por los sacerdotes y procurar respeto hacia los sacramentos. Por lo tanto, el sistema inquisitorial sí estuvo muy vigente. Ni las reformas, ni las ideas ilustradas la devaluaron. La censura de libros fue un ejemplo de que esa supuesta decadencia fue sólo una adaptación a los tiempos de cambios y reformas<sup>12</sup>.

Las reformas más radicales comenzaron con el reinado de Carlos III, ya que el regalismo borbónico se transformó en un pináculo de la Ilustración. En el XVIII se aumentó la centralización política de la monarquía para potenciar al Estado Absolutista. Los regalistas o burócratas profesionales transformaron la cultura institucional de la gobernanza hispánica. La Iglesia y la monarquía se alejaban cada vez más, pues la segunda presionaba por la independencia de una iglesia nacional, distante de la autoridad romana. La nueva postura se concentró en afianzar ese catolicismo a la española, aunque no se alió con el clero sí consolidó su autoridad política sobre los otros órganos del Estado. No obstante, muchas prácticas religiosas populares no eran permitidas por las autoridades eclesiásticas, menos por las inquisitoriales<sup>13</sup>.

Antonia Mañana, la protagonista de nuestro escrito, fue denunciada un 6 de octubre de 1816 ante el comisario de Mahón, isla de Menorca.

<sup>10</sup> TORRES, Puga Gabriel (coordinador): “El final de la Inquisición en el mundo hispánico”, en Revista de Historia Contemporánea, Marcial Pons: Madrid, 2017, pp. 13-16

<sup>11</sup> TORRES, Puga Gabriel (Coordinador): El final de la Inquisición..., pp. 13-16

<sup>12</sup> GIL, González Fernando: *La Inquisición: ¿Decadencia...* pp. 13-19

<sup>13</sup> GIL, González Fernando: *La Inquisición: ¿Decadencia...* pp. 21-26



Su expediente, compuesto por 7 folios verso-reverso, nos acerca a esas experiencias individuales, afectos y dinámicas grupales vividas por ella, pero también a los métodos empleados por la Inquisición dentro de un contexto insular, mediterráneo, marítimo y decimonónico. Aquellos juicios ejecutados en las Islas Baleares eran desarrollados por el Tribunal de Mallorca, el cual -a su vez- dependía de la Secretaría de Aragón<sup>14</sup>.

El proceso no estuvo carente de un método inquisitorial, pese a ser ejecutado en la era de las aboliciones, desfilaron ante el comisario de Mahón una serie de testigos y personajes que narraron todas las supuestas fechorías de Antonia<sup>15</sup>. Cada uno de éstos confesó una serie de prácticas completamente despreciadas por las autoridades, pero necesarias para una población popular, picaresca y, sobre todo, voluble a los afectos, cotidianidades y experiencias<sup>16</sup>.

En las primeras líneas figuran las autoridades encargadas del proceso: El Fiscal de Mallorca, Manuel Rodríguez (cirujano del hospital de Mahón), el Obispo de Menorca, el Vicario (don Antonio) y la primera testigo (Micaela Biera Carratela). Ésta última se acercó a confesarle al vicario que Antonia, vecina de Mahón y en ese entonces residente en Barcelona, realizaba “maleficios amatorios”. A ella, por ejemplo, le hizo uno para atraer a un viejo amante, el cual se había alejado por antiguas disputas. Sin embargo, al ejecutarlo se cumplió tal cual como se lo prometió nuestra protagonista. Más tarde compareció ante el Tribunal y detalló el paso a paso. Al parecer Micaela nunca conoció a Antonia, ya que -según la información del expediente- éstas se comunicaban por medio de una “medianera”: Peronima Marrecu (sic).

<sup>14</sup> MAQUEDA, Abreu Consuelo: *Estado, Iglesia e Inquisición en Indias. Un permanente conflicto*. Centro de estudios políticos y constitucionales: Madrid, 2000, pp. 40-44

<sup>15</sup> El método inquisitorial se basó en la “indagación”, es decir, en la búsqueda de la verdad y culpabilidad o no del acusado. Se desarrollaba en varias etapas: recopilación de información, calificación, clamosa, orden de prisión, confiscación de bienes, cárceles secretas, audiencias, acusación del fiscal, defensa, ratificación de testigos, voto definitivo y sentencia. Los testigos eran clave para los procesos del Santo Oficio, incluso el secreto inquisitorial impedía conocer sus nombres, pues formaba parte de su modelo procesal que, a su vez, lo diferenciaba de las prácticas jurídicas europeas. El silencio sobre ellos ejemplificaba el sistema penal, el objetivo era que todos le temieran y así, por medio del secreto, demostraba su eficacia al momento de condenar. La culpabilidad del reo era proporcional a su estado de indefensión, pues debía suponer o adivinar quiénes eran sus delatores y con esto el mismo daba pruebas de su heterodoxia. En el caso de las hechiceras, muchas veces, eran las mismas compañeras y conocidas, quienes -al no cumplirse sus deseos- declaraban en contra de la maestra de hechizos. Para más información revisar la obra de Ricardo Cavallero.

<sup>16</sup> Archivo Histórico Nacional de Madrid, Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folios 1 verso - 7 reverso

La mediadora le pidió algunos “pelos deshonestos” del amante y al día siguiente de dárselos, Peronima le entregó un lazo compuesto por el vello púbico, seda negra y colorada. Según Micaela, el hilo negro simbolizaba la unión de los corazones y de los amantes, y el rojo significaba el amor. Además, debía llevarlo puesto sobre su pecho tres días. Por las noches, rociar la casa de su amante con agua verde y azul que la misma Antonia le preparó y luego entregó a la mediadora. Al acabarse lo rompería en la puerta de su amante repitiendo tres veces durante todo el trayecto. Es decir, al inicio del camino o en su propio hogar, a la mitad del viaje y, por último, en la casa del hombre: “[...] Santa Elena hilla (sic) del rey”<sup>17</sup>.

Antonia le mando a decir a través de la mediadora que, al día siguiente de este acto, mientras comiera, se acercaría el hombre que deseaba. Éste iría muy irritado, tanto que hasta la amenazaría. No obstante, se calmaría, harían las paces y continuarían con “su amistad impura”. Sin embargo, la misma Micaela confesó su arrepentimiento, ya que al pasar un año se percató del mal que hizo y de lo “ilícito de aquel trato”, por lo tanto, “lo abandonó todo”. Además, les advirtió a los inquisidores que no invocó a Santa Elena, sino al demonio<sup>18</sup>. Incluso, aseguró que Antonia, para excitar a una persona y provocarle “amor carnal”, hacía fuego a la medianoche. A los lados colocaba unas velas verdes y se desnudaba completamente dejando caer sus largos cabellos en el rostro. A la fogata le echaba unos polvos mientras repetía la oración a Santa Elena. Y, al mismo tiempo, ponía unos clavos en los bordes para continuar repitiendo la oración. Luego, nombraba al sujeto a quien quería atraer y a su vez pedía que aquel o aquella que solicitaba sus intervenciones se desnudara junto con ella.

Micaela también comentó a los inquisidores que Antonia “leía las suertes y adivinada el porvenir a través de los naipes”. No obstante, no era ella, sino Juana Maurant y María Hernández de Ciudadela junto a Teresa, hija del alguacil de Villa Carlos, quienes podrían dar declaraciones mucho más certeras respecto a este tipo de acciones<sup>19</sup>.

Las primeras impresiones de las testigos no difieren de las acusaciones típicas y comunes dadas a los tribunales del Santo Oficio. Se componen de creencias y conductas afines a los sectores populares, pues se asocian a los sentimientos, pasiones, experiencias y, sobre todo, carencias<sup>20</sup>. Las

---

<sup>17</sup>A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folios 1 verso - 2 verso

<sup>18</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folio 2 reverso

<sup>19</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folio 3 verso

<sup>20</sup> URRÁ Jaque, Natalia: “Fuentes y documentos inquisitoriales sobre hechiceras, sortilegas

testificaciones contra Antonia ejemplifican las permanencias ideológicas, puesto que ven en ella al sujeto idóneo para subsanar aquellas situaciones desfavorecedoras. Es decir, “la Mañana” simbolizó un escape o un bálsamo para las adversidades, sus actos: buenos o malos, positivos o negativos, transgresores o ajustados al orden imperante, fueron la solución a los múltiples conflictos personales, pero también grupales que afectaron a la comunidad<sup>21</sup>.

El uso de la hechicería trasciende al tiempo y al espacio, pese a desarrollarse en las primeras décadas del siglo XIX, el expediente contra Antonia demuestra la fe de los sujetos en los actos poco racionales o, en otras palabras, picarescos y supersticiosos<sup>22</sup>. También ilustra las relaciones e interacciones de una comunidad marítima, mediterránea y demográficamente pequeña. Los conocimientos de nuestra protagonista eran requeridos por una gran amalgama de mujeres, quienes se apoyaban o atacaban cuando debían. Las relaciones personales o sociales estaban condicionadas por el resultado de los hechizos<sup>23</sup>. Si eran favorecedores o no, respaldaban el prestigio de la acusada. Las testificaciones contra Antonia suelen relatar experiencias positivas después de sus actos, no obstante, el arrepentimiento provocaba las denuncias contra ella<sup>24</sup>.

El control social ejercido por el Santo Oficio actuó sobre las mentalidades y, especialmente, voluntades de los sujetos. Era común que algunas de estas mujeres, luego de ser favorecidas por los actos supersticiosos, sintieran culpabilidad. El temor o arrepentimiento, promovido como un acto de salvación, se manifestaba en aquellos contextos de transgresiones<sup>25</sup>. Aunque

---

y supersticiosas. Mujeres pobres y de castas frente a los inquisidores de Lima, siglos XVII-XVIII”, en GÓNZALEZ, Yéssica: *Mujeres: Olvidos y memorias en los márgenes. Chile y América, siglos XVII-XX*, Ediciones Universidad de la Frontera: Temuco, 2020

<sup>21</sup> ROSELLÓN Soberón, Estela: “El mundo femenino de las curanderas novohispanas”, en Baena Zapatero, Alberto y Roselló Soberón, Estela (coordinadores), *Mujeres en la Nueva España*. UNAM: México, 2016

<sup>22</sup> TAUSIET, María: *Abracadabra Omnipotens. Magia urbana en Zaragoza em la Edad Moderna*. Siglo XXI: Madrid, 2007, pp. 191-195

<sup>23</sup> SÁNCHEZ Ortega, María Helena: *Ese viejo diablo llamado amor. La magia amorosa en la España Moderna*, UNED Ediciones: Madrid, 2004, pp. 20-25

<sup>24</sup> TORQUEMADA, María Jesús: “Los delitos de brujería y sortilegios: Los orígenes de su represión jurídica y algunas observaciones acerca de sus peculiaridades”, en María Jesús Torquemada y María José Muñoz, *Tres estampas sobre la mujer en la historia del Derecho*, Dykinson S.L.: Madrid, 2013, pp. 100-102

<sup>25</sup> PÉREZ Villanueva, Sonia: “Misericordia y justicia. La representación del cuerpo de la mujer en la Inquisición”, en Zamora, Calvo María Jesús: *Mulieres inquisitionis. La mujer frente a la Inquisición en España*. Academia del hispanismo: Madrid, 2017, pp. 147-176

no todas comparecían ante los inquisidores, pues buscaban constantemente la solución a sus pesares. Por lo tanto, el uso de la hechicería, más que un acto transgresor, era un método de sobrevivencia<sup>26</sup>.

Las confesiones de las siguientes tres testigos son un tanto confusas, puesto que cada una va agregando más prácticas y acciones heterodoxas al relato. Juana Maurant aseguró que Antonia, nuestra protagonista, tenía 20 años y ella 30 al momento de declarar en su contra. Además, nombró a otras mujeres, supuestas cómplices de “la Mañana”. Juana escuchó que Antonia “sabía hacer maleficios” y leer los naipes. Aunque también existía una tal Marta que los leía, a la cual vio hacerlo. Sin embargo, Antonia la ayudó a saber que el amor de un hombre hacia ella no era verdadero. Por medio de unos maleficios y lecturas averiguó que aquel que le prometió matrimonio nunca volvería con ella, e incluso se alejaría aún más. No obstante, recibiría unos dineros extras. Según Juana, los naipes eran grandes y con feas figuras. Éstos representaban a obispos, capellanes, jueces, frailes y demonios. Mientras le echó las suertes debió repetir la siguiente frase: “en bon con malaris (sic) per el peccat el demonio dira la veritat (sic)”<sup>27</sup>.

Teresa Codina (sic), la tercera testigo, relató algo similar. Aunque agregó algunas situaciones nuevas, básicamente repitió el mismo discurso respecto a Antonia. Teresa escuchó a una cartagenera hacía cinco años atrás que una tal “la Mañana” adivinaba el porvenir. Eran tantas sus habilidades que podía predecirle si se casaría o no con el hombre que amaba y con quien, además, mantenía una relación ilícita. Teresa le pidió a la cartagenera que intermediara por ella. Antonia le respondió que carecía de conocimientos para ayudarla. Sin embargo, una mujer española, pronto a embarcarse a Cádiz, le proporcionaría todo lo que deseaba. Teresa anhelaba casarse, por lo tanto, hizo todo lo que la española le pidió. Para concretarlo, debía darle “dos duros y una gallina negra”, al no encontrarla sólo le entregó el dinero. Después, debía darle ocho o nueve más. Así pues, mantenía la esperanza de que pronto se cumpliría todo lo pedido.

Después de tres años de lo sucedido, la testigo se dio cuenta que “la española” no existía, sino que era Antonia la que realizaba “los maleficios”. En la misma ocasión que debía cumplir con los objetivos para alcanzar el amor de ese hombre con quien trataba ilícitamente, “la mañana” le leyó los naipes. Éstos -según Teresa- eran feos y grandes, tal cual como lo aseguró

---

<sup>26</sup> URRÁ Jaque, Natalia: “Reincidencias, destierros y azotes. Félix Canelas “el Ayanque” frente al Santo Oficio de Lima, siglo XVIII”, *Revista Historia y Justicia*, volumen 1, Santiago de Chile, 2020

<sup>27</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folio 3 reverso

la testigo anterior. En la lectura le corroboró que se casaría con ese hombre, situación que sucedió y lo confirmó ante los inquisidores<sup>28</sup>.

María Hernández también compareció ante el comisario inquisitorial para relatar su versión de los hechos. Al igual que las tres testigos anteriores reafirmó lo antes dicho sobre Antonia, especialmente los conocimientos y adivinaciones que predecía a través de la lectura de naipes<sup>29</sup>.

Los hechizos con fines amorios eran los más solicitados, las fuentes inquisitoriales o aquellos registros que conservan los procesos de fe contra supersticiosas describen un sinfín de prácticas heterodoxas vinculadas a “las artes del bien querer”. La búsqueda constante de un amante, marido o compañero por medio de adivinaciones, menjunjes, filtros o ungüentos de todo tipo eran los más requeridos. El proceso contra Antonia no está exento de estas prácticas, posee aquellas características comunes que manifiestan las carencias afectivas y, por tanto, el uso de la hechicería para solventarlas<sup>30</sup>.

### **3. Las testigos, el comisario y el proceso inquisitorial contra Antonia**

A medida que las declaraciones aumentan, las testigos proporcionan más información relevante para los inquisidores, pues cada una agrega pruebas y testimonios mucho más transgresores. María Cavalles (sic) fue otra de las que testificó contra Antonia. Dos años atrás, su marido enfermó gravemente. Ante esa situación de congoja, alguien le dijo que Antonia podía ayudarla. Por lo tanto, se trasladó de Cuidadela, su ciudad de residencia, a Mahón, lugar donde vivía la denunciada. Antonia le dijo que su marido padecía como consecuencia de las envidias de los vecinos.

Con esta nueva testificación, el relato se vuelve más confuso aún, pues aparecen más personajes y nombres. Esta vez, María confiesa que al buscar a Antonia se valió de otra mujer: Ángela Bonet. Nunca encontró a “la mañana”, no obstante, Catalina Campesino la llevó a otra adivinadora, ya que Antonia nunca cedió a las peticiones de las mediadoras. La nueva adivinadora, cuyo nombre no figura en el expediente, le leyó los naipes y le

---

<sup>28</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folios 4 verso-reverso

<sup>29</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folio 4 reverso

<sup>30</sup> SÁNCHEZ Ortega, María Helena: *Ese viejo diablo llamado amor. La magia amorosa...* pp. 40-48

ratificó que su marido estaba enfermo por la envidia que despertaba en los vecinos. Además, le pidió comprar “un corazón de carnero” y sepultarlo, pero antes agujerearlo con alfileres, hervirlo hasta quemarlo, pegarle dos golpes y decir: “jo non perso o guest con sino es con de aquel brivo o bribona qui ha en vejat es meu con (sic)”. Sin embargo, las características personales de esta mujer eran las mismas que las de Antonia, pues se asemejaban a las descritas por las otras testigos<sup>31</sup>.

Al final de esta primera etapa, el comisario recopiló la información y la envió al Tribunal de Mallorca. En el informe consideró que todos los testimonios entregados a él eran verídicos, por lo tanto, merecían una cuota de fe<sup>32</sup>. Aunque pedía a los inquisidores reconsiderar la confesión de María Hernández, ya que ésta tendría más información relevante, puesto que trató con Antonia mucho más que las otras testigos.

Las redes amicales y clientelares eran común en este tipo de procesos. Tal vez fueron los que más trabajo dieron a los inquisidores, ya que pesar de no ser un delito relevante para la Inquisición, ésta no lo consintió<sup>33</sup>. Amigas, familiares y desconocidas desfilaron constantemente por todos los tribunales del Santo Oficio. Los grupos de hechiceras eran mujeres dedicadas a realizar acciones heterodoxas o supersticiosas<sup>34</sup>. Éstos se componían por maestras de hechizos, neófitas o aprendices y, por supuesto, clientas, quienes -después de solicitar reiteradamente las intervenciones de estas mujeres- se convertían ellas mismas en prestigiosas y reconocidas hechiceras<sup>35</sup>.

---

<sup>31</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folios 5 verso - reverso

<sup>32</sup> El Santo Oficio y su legislación respecto a las supersticiones fue bastante ambiguo o poco claro. Para desarrollar un procedimiento adecuado y juzgar correctamente a un sujeto que practicaba tales actividades, se respaldó en una serie de tratados demonológicos y teológicos, incluso en una serie de bulas dictadas durante el medioevo. Nicolás Eymeric, Francisco Peña, Cesar Carena o Francisco de la Pradilla, fueron algunos de los tratadistas en quien se inspiró la Inquisición. Éstos definieron de muchas formas el delito de superstición, ninguno coincidió en sus apreciaciones, ya que cada uno argumentó de forma distinta el significado de estas prácticas, pero sí concordaron que la creencia en el demonio y su fidelidad a él por medio de las supersticiones convertía al acusado en un hereje que debía ser procesado y condenado. Para más información revisar la obra de María Jesús Torquemada.

<sup>33</sup> TORQUEMADA, María Jesús: *La Inquisición y el diablo. Supersticiones en el siglo XVIII*, Sevilla: Universidad de Sevilla, 2000, pp. 28-33

<sup>34</sup> SÁNCHEZ Ortega, María Helena: *La mujer y la sexualidad en el Antiguo Régimen. La perspectiva inquisitorial*, Akal: Madrid, 1991

<sup>35</sup> URRÁ Jaque, Natalia: “Mestizaje Mágico en la Ciudad. Intercambios, Apropiaciones y Recepciones. El Proceso Inquisitorial Contra María Flores, “la Llana Candela”, 1699-

La red o grupo no sólo les proporcionaba nuevas clientas, sino también nuevos conocimientos e intercambios de ideas. Entre ellas se apoyaban, cuidaban o delataban según las circunstancias. Las movilidades geográficas eran usadas a favor, pues al relacionarse en otros espacios y con otro tipo de gentes también aprendían y practican nuevos saberes. Cuando una era juzgada, otras tantas también lo eran<sup>36</sup>. Por lo tanto, la Inquisición hacía uso de su presencia e ideologización para condenar a varias a la vez. El temor a una pena o sentencia mayor provocaba las denuncias y autodelaciones<sup>37</sup>.

En el caso de Antonia las testigos<sup>38</sup> eran numerosas y, además, coincidían en ciertos aspectos como, por ejemplo, el uso de los naipes y la veracidad de sus hechizos. Todas proporcionaron datos similares e incluso crearon especulaciones respecto al origen, paradero y aspecto físico de nuestra protagonista. Incluso, en algunos testimonios se da a entender que Antonia se cambiaba el nombre o recurría al anonimato para no ser descubierta. Sin embargo, al describir la apariencia de quién las ayudó o solucionó el pesar que las acongojaba, señalaban a una misma persona, pero con distinto nombre.

Los silencios y anonimatos de Antonia se contradicen con las realidades de otras hechiceras. Sus nombres eran muy reconocidos, pues lidiaban con la fama, el poder, la suficiencia y, a su vez, con el peso de sus acciones heterodoxas. La hechicera formaba parte de la comunidad como un sujeto idóneo y capaz de solucionar los conflictos. Por lo tanto, su nombre debía ser identificado como único y personal<sup>39</sup>. El documento no lo aclara ni

---

1709, *Revista Edad de Oro*, Número 38, Madrid, 2019, pp. 361-373

<sup>36</sup> URRÁ Jaque, Natalia: “Movilidades Geográficas, Alianzas y Parentescos en Torno a las Prácticas Supersticiosas. Lima y sus Hechiceras, siglos XVII y XIII”, *Revista Diálogo Andino*, número 60, Arica, 2019, pp. 45-60

<sup>37</sup> KNUTSEN, Gunnar W.: “Después de la condena: supuestas hechiceras y brujas en Valencia después de sus procesos inquisitoriales”, en Zamora, Calvo María Jesús: *Mulieres inquisitionis. La mujer frente a la Inquisición en España*. Academia del hispanismo: Madrid, 2017, pp. 287-307

<sup>38</sup> Los testigos eran clave para los procesos del Santo Oficio, incluso el secreto inquisitorial impedía conocer sus nombres, pues formaba parte de su modelo procesal que, a su vez, lo diferenciaba de las prácticas jurídicas europeas. El silencio sobre ellos ejemplificaba el sistema penal, el objetivo era que todos le temieran y así, por medio del secreto, demostraba su eficacia al momento de condenar. La culpabilidad del reo era proporcional a su estado de indefensión, pues debía suponer o adivinar quiénes eran sus delatores y con esto el mismo daba pruebas de su heterodoxia. En el caso de las hechiceras, muchas veces, eran las mismas compañeras y conocidas, quienes -al no cumplirse sus deseos- declaraban en contra de la maestra de hechizos. Para más información revisar la obra de Ricardo Cavallero.

<sup>39</sup> URRÁ Jaque, Natalia: “Fuentes y documentos inquisitoriales sobre hechiceras,

explica si Antonia y las otras mujeres eran las mismas personas, aunque todo apunta a que cambiaba su nombre para no ser reconocida o, más bien, acusada ante el Santo Oficio. Tal vez, para ella, ocultar su nombre fue un método de sobrevivencia.

Poco antes de cerrar el proceso, con fecha 30 de septiembre de 1818, comparecieron otras testigos. Josefa Torres y María Ana Roix (sic), ambas vecinas de Mahón. Las dos fueron a declarar sus apreciaciones sobre Antonia y coincidieron con el discurso. Antonia, según ellas, adivinaba el porvenir por medio de los naipes. Sin embargo, no era la única, pues la acompañaban María Ángela y Marta. Las tres realizaban los mismos actos, es decir, presagiar el futuro con las lecturas de los naipes<sup>40</sup>.

No obstante, de todos los testimonios el de Ana Carrera fue uno de los más significativos y detallados. Según la descripción del expediente, ésta era sirvienta en la casa de Pasqual González. Allí presenció las infidelidades de su mujer: Juana Espineta, quien mantenía una relación ilícita con Fernando la Plaza, teniente de artillería. Para evitar que el amante se fuera con otra o dejara de sentir atracción por ella y, a la vez, calmar la ira del marido, Juana recurría a Antonia.

Ana, aseguró que Antonia socorrió a su patrona en muchas oportunidades, sin embargo, una de las más connotadas fue aquella en la que le entregó varios frasquitos con líquidos de mal olor. Líquido que, por supuesto, debía verter en la puerta de la casa donde no quería que fuese su amante. Además, le entregó unos polvos para rociar los lugares por dónde pasase o mezclarlos con los platos que él comiese. Incluso, la misma Antonia, también le preparó otros tipos de polvos para apaciguar al marido. Situación que Ana corroboró como verídico. No obstante, lo más complejo fue escuchar a la misma Juana decir que su marido sería el próximo administrador de la aduana de Mahón. Para lograrlo, se valió de una tal María, casada con un sargento y compañera de “la mañana”. A ésta le envió: aceite, carbón, sebo, gallinas y otros ingredientes más.

Finalmente, no tuvo el efecto esperado, ya que nunca se cumplió lo prometido. Juana, al igual que otras testigos, tardó en dar su versión de los hechos, ya que su temor a ser juzgada por el Santo Oficio la limitó a confesarlo<sup>41</sup>.

Ahora bien, los inquisidores a través de sus juicios siempre buscaban

---

sortílegas y supersticiosas. Mujeres pobres...

<sup>40</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folio 5 reverso

<sup>41</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folios 6 verso - reverso



saber cuáles eran los efectos de los supuestos hechizos, pues con tales resultados comprobaban si la hechicera era o no reconocida, si poseía o no poder dentro de su entorno, e incluso fuerza para vulnerar las voluntades divinas o, en otras palabras, para manipular a su comunidad<sup>42</sup>. El tipo de sentencia, muchas veces, estaba condicionado por los objetivos de los hechizos, sobre todo, si en éstos se invocaba de forma explícita al demonio, si se pactaba o no con él y, además, si el resultado era o no el esperado<sup>43</sup>.

El método aplicado por los inquisidores no varió, pese a que el juicio contra Antonia se desarrolló en la era de las aboliciones, éste cumplió con todas y cada una de las etapas de un proceso inquisitorial, especialmente, con la importancia dada a las declaraciones de los testigos. Además, no fue menor el rol que ejercieron aquellos personajes como el fiscal, el vicario y la tramitación que comenzó en Mahón para luego ser enviada a Mallorca. Todas situaciones comunes y afines a un proceso inquisitorial. El uso de las redes inquisitoriales o alianzas con otras jurisdicciones es otra de las tantas apreciaciones comunes que se observan en este expediente<sup>44</sup>.

Sin embargo, la voz de Antonia se sumerge y aprecia a través de los testimonios entregados por las delatoras, no es ella la que da su versión de los hechos. Por lo tanto, sus experiencias están distorsionadas por una óptica distinta y, a veces, cargada de prejuicios, enemistades, frustraciones y sentires<sup>45</sup>. Es al final del juicio cuando Antonia dice algunas palabras que los inquisidores plasman en el expediente. El temor a ser juzgada por el Santo Oficio impidió que confesará sus actos transgresores, incluso aseguró que no lo hizo porque “(...) al saber que la Santa Inquisición quería echar de la aduana todas las mujeres escandalosas siendo ella una de las que mas escandalizaban, pues era una continua prostituta permitiendo asimismo lo fuese una de sus hijas”<sup>46</sup>

Una de las grandes incógnitas que se nos presenta es comprobar cuáles fueron los sentimientos y experiencias de Antonia, pues al no manifestarse su voz, salvo las últimas palabras pronunciadas a los inquisidores, los testimonios de “la Mañana” están reinterpretados por esas voces masculinas que controlan los tribunales. Los hombres del Santo Oficio reacomodan los relatos, confesiones y acciones de nuestra

<sup>42</sup> TORQUEMADA, María Jesús: “Los delitos de brujería y sortilegios...”, pp. 93-96

<sup>43</sup> TORQUEMADA, María Jesús: *La Inquisición y el diablo. Supersticiones...*, pp. 25-27

<sup>44</sup> URRJA Jaque, Natalia: “Reincidencias, destierros y azotes...”, *Revista Historia y Justicia*, volumen 1, Santiago de Chile, 2020

<sup>45</sup> MANNARELLI, Emma: *Hechiceras, beatas y expósitas. Mujeres y poder inquisitorial en Lima*, Ediciones del Congreso del Perú: Lima, 1999, pp. 15-19

<sup>46</sup> A.H.N., Sección Inquisición de Mallorca, Legajo 3721, expediente 186, folio 7 verso

protagonista para encasillarla dentro de un grupo femenino transgresor. Sus relaciones sociales, experiencias y cotidianidades son tergiversadas para, de algún modo, ejemplificar aquellos actos como negativos y, por tanto, condenables<sup>47</sup>.

Muchos de los alegatos entregados a los tribunales inquisitoriales responden a un estereotipo o tipo de confesión<sup>48</sup>. No siempre es fácil distinguir las voces de los protagonistas, pese a que las reinterpretaciones que hacen los inquisidores están sujetas a las cotidianidades de quienes son enjuiciados. Al describirlas, dejan constancia de un estilo de vida no siempre acorde a las estructuras normativas<sup>49</sup>. Y, así pues, demuestran el control social que imponen y la poca variación que existe en el *modus operandi*. Es decir, no importa lo avanzado del período o los años en los cuales se desarrolló el juicio contra Antonia, siempre actuaron de forma perspicaz contra todo aquello que contradecía las reglas establecidas<sup>50</sup>.

Al finalizar el proceso, dos calificadores afirmaron que los hechos cometidos por Antonia eran supersticiosos, sortilegos e incluso idolátricos. Al adivinar por medio de los naipes, precedía un pacto con el demonio, sacrificios, oblaciones, etc. Además, sus maleficios amatorios eran sospechosos de herejía no sólo por la preparación, sino también por la oración que lo acompañaba, pues la transformaba en una contumelia a Santa Elena e incluso cómplice de aquel acto. Sumaron, también, aquellos aspectos personales que caracterizaron las relaciones públicas de Antonia, pues dijeron que era “una mujer de mala vida y que sabía hacer maleficios”. Por lo tanto, era una sospechosa de vehementi. La información fue despachada al fiscal y éste pidió la clamosa. El Tribunal de Mallorca dictó la sentencia a celebrarse en Auto de Fe el 20 de septiembre de 1818.

Lamentablemente, el registro no da mayores detalles sobre el dictamen final y el cómo se cumplió esta condena. Por lo tanto, sólo podemos conjeturar respecto a la sentencia dada a Antonia. Suponemos que, como muchas otras mujeres más, experimentó la vergüenza pública, el destierro y el confinamiento. Es decir, los castigos típicos y comunes que la Inquisición daba a las supersticiosas<sup>51</sup>.

<sup>47</sup> ZAMORA Calvo, María Jesús y Ortiz, Alberto (coordinadores), *Espejo de brujas. Mujeres transgresoras a través de la historia*, Abada Editores: Madrid, 2012, pp. 5-7

<sup>48</sup> GINZBURG, Carlo: *El Hilo y las Huellas. Lo verdadero, lo falso y los ficticio*, Fondo de Cultura Económica: México, 2014, pp. 395-397

<sup>49</sup> GACTO, Fernández Enrique: *Estudios jurídicos sobre...*, pp. 598-602

<sup>50</sup> CAVALLERO, Ricardo: *Justicia inquisitorial. El sistema de justicia criminal de la Inquisición española*, Ariel Historia: Buenos Aires, 2003, pp. 65-72

<sup>51</sup> TORQUEMADA, María Jesús: “Los delitos de brujería y sortilegios...”, pp. 103-107

El destierro y, sobre todo, el confinamiento fueron un método penal muy eficaz, especialmente para las mujeres como Antonia. La reclusión y además bajo protección de un sacerdote las colocaba en una posición de obediencia frente a la sociedad. El estar sometidas a un régimen penitenciario y, en algunos casos, de socorro a los más vulnerables, pretendía hacer de nuestra protagonista una mujer al servicio de los otros, pero de una forma aceptada y controlada por las autoridades religiosas. Los inquisidores al condenarlas con esos castigos manifiestan su poder y control sobre los cuerpos e imaginarios, especialmente el de las mujeres cuyo actuar contradicen las normas y valores de la sociedad en la que viven<sup>52</sup>.

#### 4. Conclusiones

El juicio contra Antonia fue un ejemplo de las tantas transformaciones que experimentó la Inquisición, la sociedad y los modelos institucionales a inicios del siglo XIX. En sus folios se observan aquellos cambios y continuidades que manifiestan o ejemplifican la era de las aboliciones. Por un lado, el proceso contiene todas las etapas de un juicio típico y común encausado por el Santo Oficio, por otro, el lenguaje, las resoluciones y las sentencias -en algunos casos- se alteran o modifican.

Lo más importante, a nuestro parecer, se expresa en aquellas situaciones habituales y típicas de otros procesos, pues las características de las testigos, los relatos que comentan al comisario de Mahón y, más tarde, al Tribunal de Mallorca, las pocas palabras de Antonia y, especialmente, sus temores a ser juzgada son un reflejo de las permanencias o transversalidades respecto a este tipo de juicios. Al parecer, creer en prácticas supersticiosas y recurrir a ellas es fiable, sobre todo, cuando se trata de cambiar una realidad no acorde a intereses personales.

Las intenciones, recursos, sentimientos y aflicciones son similares, por lo tanto, Antonia era la persona capaz de solucionar aquello no afín a situaciones de carencia, limitación o aflicción. La era de las aboliciones se vio reflejada en las transformaciones institucionales que vive la Inquisición, pero no en el *modus operandi* contra las hechicerías. Las expresiones personales no se alteran, ni cambian pese a las mutaciones del Tribunal.

---

<sup>52</sup> URRÁ Jaque, Natalia: “Reincidencias, destierros y azotes. Félix Canelas “el Ayanque”...”, pp. 8-12

Creer en estas prácticas y, sobre todo, en las ejecutoras se mantiene a pesar de la devaluación decimonónica.

Antonia, por su parte, pervive y refleja con su actuar que, a pesar de todos los cambios sociopolíticos que enfrenta el siglo XIX, aún se perpetúan las dinámicas, redes, intercambios y alianzas entre mujeres. La figura de Antonia es transversal al tiempo y al espacio.

## “LUZES” NO CLAUSTRO: LÓIOS E INQUISIÇÃO NAS VÉSPERAS DA EXTINÇÃO

---

NUNO DE PINHO FALCÃO  
*UNILAB; CITCEM/UP*

Pensar, ou repensar, os processos de extinção do Santo Ofício no mundo ibérico e latino-americano convida-nos a uma análise das transformações estruturais vividas por estas sociedades a partir de meados do século XVIII, marcadas num primeiro momento pela expansão das “Luzes” e, posteriormente, pelo triunfo das ideias liberais.

Sem diminuir a relevância do papel desempenhado por novos agentes sociais neste período histórico, será, no entanto, pertinente dedicar alguma atenção às transformações operadas no seio de um dos grupos que, tradicionalmente, se afirmou como esteio do Tribunal: as Ordens e Congregações religiosas.

Reconhecida a dimensão política da Inquisição portuguesa, enquanto instituição quinhentista pensada e ativamente promovida pela Coroa portuguesa no contexto da sua política de normalização e controlo do tecido social, este texto salientará, no entanto, a sua dimensão especificamente eclesiástica, em particular na relação com as instituições regulares.

Enquanto tribunal de instituição pontifícia, dedicado a julgar delitos entendidos como crimes de fé, com jurisdição sobre matérias pertencentes ao domínio da teologia e do direito canónico, com um corpo de magistrados e de peritos constituídos em ordens sacras, a Inquisição portuguesa não pode ser pensada, nas suas origens, atuação secular e extinção, sem levar em ampla consideração o papel desempenhado pelos clérigos que nela atuaram.

Atente-se, pois, para além da realidade interna dos corredores inquisitoriais, no papel desempenhado pelas relações do Tribunal com as demais instituições eclesiásticas do reino, em particular as comunidades monástico-conventuais, importantes fornecedores de mão-de-obra inquisitorial nas suas mais diversas instâncias, particularmente nos meandros da censura inquisitorial.

Se a Inquisição, enquanto órgão judicial, dependeu dos quadros fornecidos pelas instituições eclesiásticas, estas também viram na relação com o aparelho inquisitorial uma forma de prestígio pessoal e coletivo.

Os clérigos das Ordens e Congregações, em particular aqueles que frequentemente já constituíam uma elite interna pela sua formação universitária (necessária para o exercício das funções inquisitoriais a que foram chamados), terão procurado ativamente o exercício de cargos inquisitoriais, inclusive numa lógica de movimentação de influências internas às suas instituições de pertença<sup>1</sup>.

No mesmo sentido, poderemos supor que a Ordem dos Pregadores (cujo carisma se constituiu no âmbito da Inquisição medieval) consideraria especial privilégio e mercê o direito perpétuo de indicar, entre os seus frades canonistas ou teólogos, um dos membros do Conselho do Santo Ofício<sup>2</sup>.

Tal direito reconhecia, em relação à Ordem fundada por Domingos de Gusmão, a ligação entre Inquisição e clero regular (em particular o mendicante), e o papel que historicamente este desempenhou no acompanhamento pastoral das populações e no disciplinamento religioso das comunidades.

Poder-se-á afirmar, sem incorrer em grave erro, a falta de estudos substanciais sobre as relações entre o Santo Ofício e as Ordens e Congregações Religiosas em Portugal, em particular no que concerne aos últimos decénios de vida do tribunal que, num paralelo histórico, serão também os últimos decénios de vida das comunidades regulares masculinas, afetadas pelos efeitos das leis de exclausura de 1833-1834.

Importa que a historiografia que se dedica ao universo regular contribua, com estudos sistematizados, para um maior conhecimento das relações entre estes dois domínios institucionais que se entrecruzam na história Moderna portuguesa, de modo a que possamos futuramente ter um quadro de conhecimento mais amplo destas relações que foram, a

<sup>1</sup> BETHENCOURT, Francisco. 1994. *História das Inquisições. Portugal, Espanha e Itália*. [s.l.]: Círculo de Leitores. p. 122.

<sup>2</sup> BETHENCOURT. 1994. *História das Inquisições*. p. 84. Concedido por Filipe III em 1614.

um tempo, de estreita colaboração e de ocasional oposição (patente nos processos movidos a clérigos regulares, ou nas disputas institucionais entre Inquisição e Ordens e Congregações<sup>3</sup>).

É nesse sentido que vai a proposta deste trabalho, focado cronologicamente no período que marca o declínio da instituição inquisitorial até à sua extinção (aqui considerado, grosso modo, entre as décadas de 1750 e 1821), e no qual se destacarão dois processos inquisitoriais envolvendo cónegos da Congregação dos Cónegos Seculares de São João Evangelista (padres Lóios), que revelam a participação de três cónegos em círculos identificáveis como iluministas e liberais-maçónicos.

Congregação exclusivamente portuguesa e de reduzido número de casas conventuais e efetivos humanos<sup>4</sup>, os Lóios não mantiveram com a Inquisição a relação privilegiada de outras Ordens e Congregações (como os Dominicanos ou os Jesuítas), mas representarão a mediania de uma instituição formada por presbíteros, parte substancial dos quais com formação superior universitária em teologia e cânones, obtida primordialmente no colégio que a Congregação mantinha em Coimbra, mas também na Universidade de Évora<sup>5</sup>.

Com quatro casas conventuais nas cidades onde existem tribunais da Inquisição<sup>6</sup>, os Lóios enquadram-se na tendência própria do universo regular de fornecer quadros ao Santo Ofício, em particular qualificadores.

Nesse sentido, acredita-se que a opção de estudar os Lóios processados pelo Santo Ofício contribui para uma análise de tendência mediana sobre

---

<sup>3</sup> Veja-se, como exemplo, a disputa entre a Inquisição de Évora e o Colégio do Espírito Santo da mesma cidade, da Companhia de Jesus, no âmbito da denominada “revolta das maçãs”, SILVA, Marco António Nunes da. 2020. “Pescado, fruta y carbón: conflictos en torno a la Inquisición portuguesa y sus privilegios (siglos XVII-XVIII)”. In: SE RRANO, Ignacio Pulido e CHILDERS, William (eds.). *La Inquisición vista desde abajo: testimonios de gente corriente ante el Santo Oficio*. Madrid: Iberoamericana. p. 250 e segs.

<sup>4</sup> Sobre os Lóios, veja-se o mais recente trabalho sobre a Congregação: FALCÃO, Nuno de Pinho. 2018. *Ecclesia Semper Reformanda. A Congregação dos Lóios e a Reforma da Igreja (Itália, Portugal e África – 1404-1580)*. Porto: Edições Afrontamento/ CITCEM.

<sup>5</sup> Ainda que não haja um trabalho de pesquisa dedicado à formação universitária dos cónegos lóios, a crónística seiscentista da Congregação (em particular o trabalho do P.<sup>o</sup> Jorge de São Paulo, de 1658) deixa uma lista parcial dos cónegos que obtiveram graus de mestre e de doutor, em que cursos e em que universidades. Desta listagem (muito parcial), e da existência do Colégio Lóio de Coimbra, se conclui pela predominância da teologia e do direito canónico da Universidade de Coimbra na formação universitária entre os Lóios. Cf. Arquivo Distrital de Braga (ADB) – *Manuscritos*, manuscrito n.º 924, p. 713 e segs.

<sup>6</sup> Os conventos de Santo Elói e S. João Evangelista de Xabregas em Lisboa, o convento de S. João Evangelista em Évora (aliás fronteiro do tribunal da Inquisição dessa cidade) e o Colégio de S. João Evangelista em Coimbra.

o modo como as Ordens e Congregações religiosas operam nas décadas finais do Antigo Regime monárquico português, em particular o modo como interagem com as novas linhas de pensamento filosófico e político, e as dificuldades de equilíbrio relacional entre a heterodoxia de pensamento e a ortodoxia doutrinal representada pelo controlo inquisitorial.

Esta linha de tendência dará uma perspetiva sobre as transformações ocorridas na Congregação de São João Evangelista nas últimas décadas da sua existência, e poderá ser operacionalizada para estudos similares envolvendo religiosos de outras instituições do universo regular.

Um estudo que verse a relação entre Santo Ofício e Ordens e Congregações religiosas permite uma outra virtualidade, de particular interesse para os estudos históricos sobre as instituições monástico-conventuais: os arquivos inquisitoriais congregam (entre processos e habilitações) um conjunto de informações sobre o universo clerical dessas instituições, bem como sobre as suas famílias, que ajudam a suprir faltas de documentação nos cartórios conventuais nacionalizados por força das leis de exclausuração, seja pela perda involuntária ou destruição deliberada de parte dessa documentação, seja pela falta de tratamento sistemático dos fundos documentais sobreviventes.

A importância desta documentação é notória neste trabalho e em relação ao universo dos Cónegos Seculares de São João Evangelista, já que a documentação inquisitorial fornecerá um importante conjunto de dados sobre os três religiosos estudados, permitindo-nos um conhecimento individualizado do seu percurso individual que de outro modo jazeria na uniformidade globalizante das comunidades claustrais que habitaram, e cuja documentação se revela insuficiente e pouco trabalhada.

## **1. As “luzes” setecentistas no claustro de Santo Elói**

Aquela que parece ser a primeira menção inquisitorial a cónegos lóios envolvidos com círculos iluministas é de meados do século XVIII, e implica dois cónegos do convento de Santo Elói de Lisboa que serviam como qualificadores do Santo Ofício.

Acusados do delito de publicar livros sem as licenças da censura inquisitorial, graças à oficina de imprensa que um deles teria organizado nos conventos lisboetas da Congregação, ressoa a ironia de encontrarmos dois dos censores inquisitoriais, obrigados regimentalmente ao exame da



ortodoxia dos livros impressos no reino<sup>7</sup>, a serem acusados de fraudar o próprio mecanismo judicial que serviam.

Além deste seu papel no aparelho judicial, os dois cónegos lóios visados pelo Santo Ofício, os padres Lourenço Justiniano da Anunciação e Manuel de Santa Marta Teixeira, foram figuras relevantes no universo da sua Congregação, o que certamente fez ressoar nos claustros os ecos da acusação inquisitorial, com consequências que hoje não conseguimos perceber.

Este seu destaque interno na Congregação, bem como a sua ligação ao Tribunal da Inquisição de Lisboa, traça-nos um perfil de proeminência e respeitabilidade institucional, que é ainda mais notório quando conseguimos incluir os dois cónegos em contextos familiares já associados ao Santo Ofício.

Do cónego doutor Lourenço Justiniano da Anunciação deixou Diogo Barbosa Machado um duro juízo crítico no IV volume da sua *Bibliotheca Lusitana*<sup>8</sup>; juízo esse que, no entanto, exige reservas por parte do moderno historiador, já que o autor era irmão de Inácio Barbosa Machado, com quem o cónego lóio manteve uma disputa histórico-literária<sup>9</sup>, e porque o mesmo juízo contraria o verbete que o próprio Diogo Barbosa Machado escrevera sobre o padre Lourenço Justiniano para o III volume da sua obra<sup>10</sup>.

O cónego lóio era natural dos Arcos de Valdevez, sendo que as suas diligências de habilitação<sup>11</sup> para qualificador do Santo Ofício revelam origens no que se poderá identificar como a “pequena nobreza rural”, que Bethencourt intui como parte da base do universo constitutivo do grupo

---

<sup>7</sup> Para uma rápida definição do papel dos qualificadores veja-se LIPINER, Elias. 1999. *Terror e Linguagem. Um Dicionário da Santa Inquisição*. Santa Maria da Feira: Círculo de Leitores. p. 203.

<sup>8</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. 1759. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Chronologica* [...]. Lisboa: Oficina Patriarcal de Francisco Luiz Ameno. Tomo IV, p.232 e 233.

<sup>9</sup> A dedicação dos três irmãos Barbosa Machado aos estudos históricos é bem conhecida, COSTA, Mário Alberto Nunes. 1992. “Em torno da correspondência de Diogo Barbosa Machado”. Separata do *Boletim da Biblioteca da Universidade de Coimbra*, vol. 41. Coimbra: Universidade de Coimbra. p. 24 e segs.

<sup>10</sup> MACHADO, Diogo Barbosa. 1752. *Bibliotheca Lusitana, Historica, Critica, e Chronologica* [...]. Lisboa: Oficina de Ignacio Rodrigues. Tomo III. p. 30. Note-se, no entanto, que no verbete deste III volume, Diogo Barbosa Machado mencionava a crítica formulada por seu irmão Inácio a Lourenço Justiniano da Anunciação, ainda que em termos substancialmente neutros, no que diverge do tom ácido empregue no verbete incluído no IV volume da mesma obra.

<sup>11</sup> Arquivo Nacional da Torre do Tombo (ANTT) - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Lourenço, mç. 4, doc. 66

que, em áreas rurais, acede ao estatuto de familiares do Santo Ofício<sup>12</sup>.

Filho de Domingos de Amorim e Antas e de sua mulher Margarida Gomes de Abreu, o padre Lourenço Justiniano foi um dos três filhos do casal, todos clérigos, que serviram o Santo Ofício, para o que se habilitou em 1712, quando o seu irmão Gabriel de Amorim e Antas, abade da Gandra, era já comissário inquisitorial.

Em 1714 habilita-se o terceiro dos irmãos Amorim, Fr. Domingos de Amorim, religioso dominicano no convento de S. Domingos de Évora, onde era lente de véspera<sup>13</sup>. Aceite Fr. Domingos para qualificador inquisitorial, como o seu irmão Lourenço, vemos constituída uma *fratria* inquisitorial, à imagem de outros processos endogénicos do Santo Ofício<sup>14</sup>.

Na sua habilitação, o padre Lourenço Justiniano afirma ser residente e reitor do convento de Santo Elói de Lisboa, e doutorado em Teologia na Universidade de Coimbra, tendo servido como lente dessa ciência no Colégio de São João Evangelista que a sua Congregação mantinha na cidade<sup>15</sup>. Além do reitorado de Santo Elói de Lisboa, foi vigário geral da Congregação, para o que foi eleito a 24 de fevereiro de 1725, cumprindo com o reitorado geral (o mais alto cargo entre os Lóios) a que o padre Luís das Chagas renunciara<sup>16</sup>.

Quando em 1753 é aberto processo inquisitorial ao padre Manuel de Santa Marta Teixeira, o padre Lourenço Justiniano contava já com 75 anos de idade, bem como com o prestígio acumulado pelo exercício de cargos internos e externos à sua Congregação. Idade e prestígio poderão ser, *salvo meliori iudicio*, a explicação para que a citação do seu nome em processo inquisitorial não resulte num processo autónomo, mas apenas na determinação de proibir a circulação dos seus livros impressos sem licença do Santo Ofício<sup>17</sup>.

Uma outra explicação para essa ausência de processo autónomo ao

---

<sup>12</sup> BETHENCOURT. 1994. *História das Inquirições*. p. 127.

<sup>13</sup> ANTT - Tribunal do Santo Ofício, Conselho Geral, Habilitações, Domingos, mç. 50, doc. 824.

<sup>14</sup> BETHENCOURT. 1994. *História das Inquirições*. p. 129 e 130.

<sup>15</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Lourenço, mç. 4, doc. 66, fól. 2.

<sup>16</sup> Arquivo Distrital do Porto (ADP) - *Monásticos*, Convento de St.º Elói do Porto, K/19/6-57, fól. 1055 e segs. (*Compendio do Cartório deste convento, das obrigações da sanchristia, da fazenda, e mais couzas necessárias pera o bom governo dos prelados, e seus officiaes, feito cordenado pello padre mestre Jorge de S. Paulo sendo R.tor desta caza no anno de 1641*).

<sup>17</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquirição de Lisboa, proc. 2638, fól. 9 e segs.; MACHADO. 1759. *Bibliotheca Lusitana*, Tomo IV, pp.232 e 233.

padre Lourenço Justiniano será o da sua lateralidade ao processo, já que o seu empenho em contornar as regras da censura inquisitorial poderá ser estritamente compreendido no âmbito das disputas literárias em torno de duas obras de cariz histórico: o *Anno Historico*<sup>18</sup>, iniciado pelo cronista lóio padre Francisco de Santa Maria, reeditado<sup>19</sup> e continuado pelo padre Lourenço Justiniano da Anunciação; e os *Fastos politicos e militares*<sup>20</sup> do padre Inácio Barbosa Machado, contra quem o padre Lourenço Justiniano escreveu o texto mencionado no processo inquisitorial, o *Prologo Anti-Critico*<sup>21</sup>, a quem foram negadas, por três vezes, as licenças inquisitoriais<sup>22</sup>.

A disputa entre os dois clérigos, até hoje ainda não trabalhada de modo aprofundado, é das mais relevantes para a compreensão dos debates em torno da construção das narrativas de história portuguesa em meados do século XVIII, em plena época dos academismos de que os contendores são exemplo cabal: Inácio Barbosa Machado foi membro da Academia Real de História Portuguesa e cronista geral do ultramar<sup>23</sup>, enquanto Lourenço Justiniano da Anunciação integrou a Academia dos Generosos.

Ainda que a insistência de Lourenço Justiniano da Anunciação em publicar sem licenças inquisitoriais possa ser assacada à sua teimosia intelectual, como afirma Diogo Barbosa Machado, não pode, no entanto, deixar de se notar como este cónego lóio (que o seu irmão de Congregação afirma ser, em 1753, o mais antigo qualificador da Inquisição de Lisboa<sup>24</sup>)

---

<sup>18</sup> SANTA MARIA, Francisco, CSJE; ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano da, CSJE. 1744. *Anno Historico, Diario Portuguez, Noticia Abreviada de pessoas grandes e cousas notaveis de Portugal [...]*. Lisboa: Oficina de Domingos Gonsalves. III volumes. Sobre esta obra, e a sua visão de história, veja-se DIAS, Eurico Gomes. 2016. “Tudo aquilo que passa são apenas alegorias: o Anno Historico, Diario Portuguez... [1714-1744]”. In *Revista Matria Digital*, n.º 3. Santarém: Centro de Investigação Prof. Doutor Joaquim Veríssimo Serrão/ Câmara Municipal de Santarém.

<sup>19</sup> Para o que o padre Lourenço Justiniano teve, em 1715, privilégio régio por um decénio. ANTT - *Registo Geral de Mercês*, Mercês de D. João V, liv. 7, fól. 80v.

<sup>20</sup> MACHADO, Inácio Barbosa. 1745. *Fastos politicos, e militares da antiga, e nova Lusitania em que se descrevem as accoens memoraveis, que na paz, e na guerra obrarão os Portuguezes nas quatro partes do Mundo*. Lisboa: Oficina de Inácio Rodrigues.

<sup>21</sup> ANUNCIAÇÃO, Lourenço Justiniano, CSJE. 1746. *Anno Historico. Diario Portuguez defendido, e vindicado em 1746, no seguinte Prologo anti-critico*. [Lisboa]: [oficina de S. Bento de Xabregas].

<sup>22</sup> Para as circunstâncias que envolvem esta obra veja-se MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. 1995. *Livros Clandestinos e contrafacções em Portugal no século XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. p. 99 – 104.

<sup>23</sup> SILVA, Inocêncio Francisco da Silva. 1859. *Diccionario Bibliographico Portuguez*. Lisboa: Imprensa Nacional. Vol. III. p. 203-204.

<sup>24</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Officio*, Inquisição de Lisboa, proc. 2638, fól. 6.

viola a mais básica das regras da censura inquisitorial, que o mesmo servira durante quarenta anos.

Fica assim bem patente que, entre os interesses da Congregação a que pertencia, ou o rigor da prática inquisitorial que jurara servir, Lourenço Justiniano da Anunciação afirma-se claramente como um cónego lóio, acima de qualquer outra consideração institucional e com risco das mais severas penas eclesiásticas<sup>25</sup>.

As conexões com círculos iluministas tornam-se evidentes quando nos focamos no padre Manuel de Santa Marta Teixeira, o cónego lóio a quem é movido processo na Inquisição de Lisboa, aberto em julho de 1753<sup>26</sup>, no qual encontramos mencionado o padre Lourenço Justiniano da Anunciação e onde se determinou o sequestro do seu livro impresso sem licenças inquisitoriais.

O cónego Manuel de Santa Marta Teixeira era natural de Lisboa, não sendo desconhecido aos corredores da Universidade ou do Santo Ofício. Bacharel em Cânones em Coimbra (que frequentou entre 1733 e 1738<sup>27</sup>), doutorou-se em Teologia na Universidade de Évora, e foi qualificador da Inquisição de Lisboa a partir de 1747<sup>28</sup>. O padre Diogo de Barbosa Machado qualifica-o como eminente teólogo e excelente pregador<sup>29</sup>, ministério que exercia no Patriarcado de Lisboa, a par do de confessor<sup>30</sup>.

Oriundo da burguesia lisboeta, era filho de Patrício da Mata Teixeira e de sua mulher Ana Maria Doroteia. O seu pai encarnou um processo familiar de ascensão social, pois sendo filho de Salvador da Mata, correeiro, e neto de António Teixeira, dourador, e de João Rodrigues, carpinteiro de naus, é descrito em 1741, no seu processo de habilitação a familiar do Santo Ofício, como “homem de negócios”<sup>31</sup>, negócios esses que se consubstanciariam no trato com o Brasil, com uma fortuna declarada (na década de 1730)

---

<sup>25</sup> Note-se, como afirma o processo inquisitorial supra citado, que a pena para a impressão sem licença era a excomunhão maior, além das penas acessórias que fossem cominadas pela Inquisição.

<sup>26</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 2638.

<sup>27</sup> Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) - Índice de alunos da Universidade de Coimbra, Letra T, ficha n.º 001390.

<sup>28</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 136, doc. 2344.

<sup>29</sup> MACHADO. 1752. *Bibliotheca Lusitana*. Tomo III. p.305.

<sup>30</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 136, doc. 2344, fól. 2.

<sup>31</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Patricio, mç. 1, doc. 6, fól. 2 e segs.

de 20 mil cruzados<sup>32</sup>. O mesmo processo de ascensão social encontramos trilhado pelo seu sobrinho materno, António Gomes Lisboa, outro “homem de negócios”, aceite em 1739 para familiar.<sup>33</sup>

Na sua Congregação, o cônego Manuel de Santa Marta Teixeira exerceu as funções de lente de Teologia no mosteiro de Vilar de Frades e de Moral no convento de Santo Elói de Lisboa<sup>34</sup> (nos estudos que a Congregação mantinha nas suas casas desde o século XV<sup>35</sup>), residindo nas Casas lóias lisboetas de Santo Elói e de S. João de Xabregas, as duas mais importantes da Congregação.

Sabe-se que manteve uma ligação com os meios intelectuais e literários portugueses, como se depreende da sua participação na efêmera *Academia dos Ocultos*, academia literária criada em 1745 por iniciativa do Conde de Vilar Maior (e depois 3º Marquês do Alegrete) D. Manuel Teles da Silva, com o apoio de seu primo D. Tomás de Lima (Visconde de Vila Nova de Cerveira e futuro 1º Marquês de Ponte de Lima), do poeta e dramaturgo Manuel de Figueiredo, entre outros<sup>36</sup>.

A abertura de um processo inquisitorial em seu nome, no qual é chamado a responder perante os inquisidores pelo delito de impressão de obras sem as licenças do Santo Ofício, integra-se na operação que a Inquisição lisboeta desencadeou em março de 1753 contra livreiros e impressores, como se refere explicitamente no despacho de abertura do processo<sup>37</sup>.

Apesar de decorrer dessa ofensiva mais vasta, e que teve nos outros processos o seu epicentro (como se pode depreender pela gravidade das medidas preventivas aplicadas e pelo resultado dos processos), o processo do cônego lóio será, no entanto, destacado por alguns historiadores, nomeadamente António Banha de Andrade<sup>38</sup>, pela sua relação com Luís

---

<sup>32</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Patricio, mç. 1, doc. 6, fól. 12 v e 13. A declaração de fortuna é mencionada como tendo sido feita na habilitação *de genere* do seu filho Manuel, aquando da entrada no noviciado da Congregação de São João Evangelista.

<sup>33</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, António, mç. 87, doc. 1653.

<sup>34</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 136, doc. 2344, fól. 1.

<sup>35</sup> Sobre a matéria dos estudos na Congregação de São João Evangelista veja-se FALCÃO. 2018. *Ecclesia Semper Reformanda*. p. 284-293.

<sup>36</sup> BORRALHO, Maria Luísa Malato da Rosa. 1995. *Manuel de Figueiredo: uma perspectiva do neoclassicismo português (1745-1777)*. Lisboa: Imprensa Nacional – Casa da Moeda. p. 35 e segs.

<sup>37</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 2638, fól. 3.

<sup>38</sup> ANDRADE, António Alberto de. 1966. *Vernei e a cultura do seu tempo*. Coimbra:

António Verney e a edição clandestina do *Verdadeiro Método de Estudar*.

Manuel de Santa Marta Teixeira compareceu nos Estaus de Lisboa, perante o inquisidor Manuel Varejão e Távora<sup>39</sup>, a 17 de agosto de 1753. O cônego lóio responde à convocatória do inquisidor, que o pretende ouvir sobre as denúncias que o colocavam como responsável pela impressão de obras sem licença inquisitorial<sup>40</sup>.

Depois dos juramentos, e questionado por Varejão e Távora sobre o motivo da sua convocatória, Manuel de Santa Marta Teixeira, conhecedor dos ritos processuais do Santo Ofício e dos melhores mecanismos de defesa, afirma não ter certeza do motivo pelo qual comparecia perante o inquisidor, mas que presumia relacionado com a oficina de imprensa que instalara no convento de Santo Elói de Lisboa, que depois transitara para o convento de S. João de Xabregas, e com os papéis e obras impressos sem as licenças inquisitoriais.

Nesta, como nas outras questões, o cônego assume uma posição cautelosa e defensiva, já que poderemos supor com algum grau de certeza que, pela sua posição, estaria ao corrente da ofensiva inquisitorial contra os impressores, desencadeada cinco meses antes.

Questionado sobre as obras impressas sem licença inquisitorial, e pelo motivo dessa impressão sem requerer ou esperar tal licença, o padre Teixeira elenca um conjunto de obras que podemos situar em três tipos: as obras da sua autoria e que se colocam no âmbito da polémica eclesiástica; as obras em defesa da sua Congregação de S. João Evangelista ou de algum dos seus religiosos (como o *Prologo Anti-Critico* do padre Lourenço Justiniano da Anunciação, mas também um texto sobre o mérito terapêutico do hospital das Caldas, gerido pelos Lóios desde o reinado de D. João III<sup>41</sup>, e que se poderá situar no âmbito de questionamentos públicos a essa gestão<sup>42</sup>), e por fim as obras externas aos claustros Lóios, e onde encontramos obras e autores que se integram no universo iluminista.

Nesta última tipologia de livros impressos em Santo Elói de Lisboa

---

Universidade de Coimbra.

<sup>39</sup> O Inquisidor padre Manuel Varejão e Távora, era licenciado em Cânones e Deão da Sé de Elvas. Natural de Miranda do Douro, era filho de António de Brito e Távora, cavaleiro da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício, e de sua mulher D. Luísa Pimentel de Carvalho. ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Manuel, mç. 117, doc. 2113.

<sup>40</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 2638, fól. 5.

<sup>41</sup> FALCÃO. 2018. *Ecclesia Semper Reformanda*. p. 268 e segs.

<sup>42</sup> Como bem interpreta MARTINS. 1995. *Livros Clandestinos e contrafacções*. p. 108-112.

incluem-se as duas primeiras obras que Manuel de Santa Marta Teixeira cita perante o inquisidor. Começa pela “...Justa Repulsa, que he em defesa dos tomos do Padre Feijó...<sup>43</sup>”, na qual identificamos a *Justa repulsa de iniquas acusaciones: carta en que manifestando las imposturas, que contra el Theatro critico, y su Autor dio al publico el R. P. Fr. Francisco Soto Marne[...]*<sup>44</sup>, da autoria do filósofo e ensaísta beneditino espanhol Dom Benito Feijoo Montenegro<sup>45</sup>, obra de polémica com grande sucesso e de autor que tem sido destacado com um dos principais introdutores do iluminismo em Espanha<sup>46</sup>.

Igualmente significativa, pela sua inserção na corrente do iluminismo, é a segunda obra que o interrogado confessa ter impresso sem licenças, “...os tomos do Novo Methodo de Estudar...<sup>47</sup>”, no qual facilmente se descobre a obra do padre Luís António Verney, *Verdadeiro Metodo de estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja [...]*<sup>48</sup>, obra de que a edição do convento de Santo Elói terá sido, segundo a proposta de Banha de Andrade<sup>49</sup>, a terceira edição, atribuída à oficina de António Balle.

A edição da obra feita na imprensa de Santo Elói foi a primeira em território português, e visaria contornar o embargo inquisitorial à importação das duas edições napolitanas.

No interrogatório dirigido por Varejão e Távora o padre Manuel de Santa Marta procurou em tudo construir uma imagem de penitente, tendo por pano de fundo o reconhecimento irrestrito das suas culpas de impressor sem licenças, mas também uma narrativa justificativa que sustenta em dois pontos: se por um lado as obras impressas de autores lóios (em que se inclui o próprio, o padre Lourenço Justiniano da Anunciação e o próprio padre Geral da Congregação, o cónego Teodósio de Santa Marta<sup>50</sup>)

<sup>43</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Oficio*, Inquisição de Lisboa, proc. 2638, fól. 5v.

<sup>44</sup> FEIJÓO MONTENEGRO, Benito Jerónimo, OSB. 1749. *Justa repulsa de iniquas acusaciones: carta en que manifestando las imposturas, que contra el Theatro critico, y su Autor dio al publico el R. P. Fr. Francisco Soto Marne [...]*. Madrid: Oficina de Antonio Perez Soto.

<sup>45</sup> MARTINS. 1995, *Livros Clandestinos e contrafaçções*. p.71-75.

<sup>46</sup> DÍAZ-FIERROS VIQUEIRA, Francisco, coord. 2016. *B. J. Feijoo, renovador do pensamento da Ilustración*. Santiago de Compostela: Consello da Cultura Galega.

<sup>47</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Oficio*, Inquisição de Lisboa, proc. 2638, fól. 5v.

<sup>48</sup> [VERNEY, Luís António]. 1746. *Verdadeiro Metodo de estudar, para ser útil à Republica, e à Igreja [...]*. Nápoles: [s.e.].

<sup>49</sup> ANDRADE, 1966. *Vernei e a cultura do seu tempo*. p. 168 e segs.

<sup>50</sup> Lisboaeta de origem, entrou na Congregação em 1700 e foi Geral em dois triénios: 1737-1739 e 1752-1754. Morreu em 1761. Cf ADP - *Monásticos*, Convento de St.º Elói do Porto, K/19/6-57, fól. 1055 e segs.

resultariam da pressão dos seus irmãos de Congregação e da sua fraqueza em lhes negar esse desejo (no que se esquece de justificar a impressão dos próprios textos); pelo outro as obras de Benito Feijoo e de Luís António Verney, aquelas que poderiam mais gravemente comprometê-lo (pela sua natureza), justifica simplesmente pelo desejo de lucro, afirmando que as imprimira (em particular o *Verdadeiro Metodo*) pela procura elevada que tinham no mercado, colocando a principal culpa nos livreiros que estavam presos pelo Santo Ofício e que lhe teriam encomendado as obras.

A tentativa de se desculpabilizar, com a atribuição da culpa a terceiros, segue exatamente a linha de defesa do seu impressor, Manuel Soares Vivas, que preso nos cárceres inquisitoriais, desde finais de março de 1753, declara que toda a responsabilidade pelas impressões pertencia ao padre Manuel de Santa Marta Teixeira<sup>51</sup>.

Banha de Andrade questiona se existe veracidade na justificativa financeira dada pelo cónego Teixeira, deixando em aberto a possibilidade de ser artifício criado por um qualificador do Santo Ofício apanhado na grave falta de publicar, sem licenças, textos que a própria Inquisição proibira<sup>52</sup>.

O que se conhece do percurso do padre Manuel de Santa Marta, a sua ligação ao universo do academismo e a necessária formação intelectual para ser considerado eminente teólogo e pregador (como o afirma Diogo Barbosa Machado), permite sustentar a possibilidade do seu interesse em publicar obras de cunho iluminista se firmar nas suas inclinações intelectuais e, na mesma linha, na sua inserção em meios académicos e literários que albergavam alguma forma de simpatia pelas novas ideias.

Como reitor de uma das principais casas conventuais dos Lóios, e dirigindo uma imprensa em que os cónegos da Congregação imprimiam (mesmo sem licenças da Inquisição), poderemos aventar a hipótese, não totalmente inverosímil, de existir nas comunidades da Congregação de S. João Evangelista, em meados do século XVIII, espaço para leitura, reflexão e debate em torno das novas correntes filosóficas, mesmo quando condenadas ou censuradas.

---

<sup>51</sup> MARTINS, Maria Teresa Esteves Payan. 2001. *A censura literária em Portugal nos séculos XVII e XVIII*. Lisboa: Universidade Nova de Lisboa. Tese de doutoramento em Literatura e Cultura Portuguesas. p. 535 a 537.

<sup>52</sup> ANDRADE, 1966. *Vernei e a cultura do seu tempo*. p. 175.



## 2. A Congregação dos Lóios no ocaso de setecentos e o processo do padre António de Queirós

As transformações do ideário político, religioso e social que ocorrem ao longo da segunda metade do século XVIII, a partir de um aprofundamento da corrente filosófica do iluminismo, prenunciam para o universo das Ordens e Congregações religiosas um futuro pouco promissor.

Décadas antes da exclausuração e da desamortização dos bens regulares em Portugal, que se processa maciçamente pela legislação de 1833-1834, já a França revolucionária dera o ponto de partida com o seu processo geral de exclausuração e desamortização aprovado pelo governo republicano em 1794.

As transformações propostas nos ideários iluministas e liberais vinculavam-se a uma determinada rejeição do modo de vida específico do clero regular, o que frequentemente se associou a um discurso em torno da crise interna (moral, vocacional e material) das instituições. Sob estes fundamentos vicejaram diferentes ideias e propostas, e certamente não apenas a corrente mais radical da simples anulação do modo de vida claustral<sup>53</sup>.

Exemplo dessa diversidade de propostas, bem como da inexistência de uma posição de absoluta irreconciliabilidade entre as novas ideias e o clero regular, poderemos retirar da própria participação de religiosos claustrais em círculos liberais e maçónicos, demonstrando como a resposta dominante (pensemos no caso de três culturas marcadamente católicas da França, Portugal e Espanha, que entre 1794 e 1835 passam por processos similares) não seria a única que se discutia nas décadas de 1780 a 1830<sup>54</sup>.

As vias intermédias terão tido algum eco em Portugal, patente, por exemplo, na criação (em 1789) da “Junta do exame do estado actual e melhoramento temporal das Ordens Regulares”. Com a Junta, que

---

<sup>53</sup> FERREIRA, António Matos. 2000. “Congreganismo”. In AZEVEDO, Carlos Moreira, coord., *Dicionário de História Religiosa de Portugal. A-C*. Lisboa: Círculo de Leitores. pp. 488-490; ABREU, Laurinda. 2004. “Um parecer da Junta do Exame do Estado actual e Melhoramento Temporal das Ordens Regulares nas vésperas do decreto de 30 de Maio de 1834”. In *Estudos em Homenagem a Luís António de Oliveira Ramos*. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 117-130.

<sup>54</sup> É pertinente, inclusive, considerar como a própria Revolução Francesa só no período da Convenção (1792-1795) entra num período de agressão ao catolicismo, tendo a Igreja dado enquadramento religioso às transformações políticas pós-1789, celebrando e solenizando liturgicamente diversos passos da destruição da ordem tradicional do Antigo Regime. SABORIT, Ignasi Terradas. 2009. *Religiosidade na Revolução Francesa*. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais. p. 15 e segs.

continuou iniciativas anteriores que procuravam subsidiar o decisor político com uma visão conjuntural da situação do clero regular português, o recém conduzido governo de José Seabra da Silva procurou empreender uma reforma dos regulares portugueses, numa lógica reformista que visaria a sustentabilidade das comunidades e o seu alinhamento com uma ideia de serviço à sociedade que eram chamados a cumprir<sup>55</sup>.

Importa hoje questionar, no âmbito da historiografia que se dedica às Ordens e Congregações religiosas, a factualidade do discurso setecentista de crise das instituições regulares, procurando, no estudo mais objetivo dessas instituições, os dados que nos permitam suportar ou rejeitar a proposição.

No que à Congregação de S. João Evangelista respeita, nas décadas finais de 1700 a situação interna é de aparente crise, nomeadamente uma crise vocacional que torna a instituição vulnerável às pressões e às tentativas externas de maior controlo, por parte dos poderes régio e eclesiástico.

Os capítulos gerais da Congregação, reunidos na Casa Generalícia de S. João de Xabregas em maio de 1795 e em maio de 1798, foram presididos por Monsenhor Francisco da Cunha Torel<sup>56</sup>, nomeado para tal pelo núncio apostólico em Portugal, o arcebispo de Damietta, D. Bartolomeu Malaspina Pacca<sup>57</sup>. A nomeação feita pelo Núncio, e a que a Coroa portuguesa não será alheia, vem alterar a regra constitucional<sup>58</sup> dos Lóios que estipulava que o presidente do seu capítulo geral trienal (a sua mais alta instância) fosse eleito entre os cônegos capitulares.

Uma nota na ata capitular de 1798, ditada pelo recém-eleito Reitor Geral da Congregação, o cônego António Caetano de Meneses<sup>59</sup>, dá conta da falta de cônegos para prover (com rotatividade) os diversos cargos

<sup>55</sup> ABREU, 2004. “Um parecer da Junta do Exame do Estado”. p. 117-130.

<sup>56</sup> O padre Francisco Xavier da Cunha Torel (n. a 03/12/1733) era monsenhor da Patriarcal, deputado do Santo Ofício e juiz das Três Ordens Militares. Foi herdeiro de seu tio D. Nicolau Joaquim Torel da Cunha Manuel, inquisidor, deputado do Conselho Geral do Santo Ofício e bispo de Lamego. Cf. ANTT - *Conselho da Fazenda*, Justificações do Reino, Letra F, maço 20, n.º 8.

<sup>57</sup> Arquivo Distrital de Évora (ADE) - *Códices*, código C IX 2-15, doc. avulso n.º 24 (ata do Capítulo Geral dos Lóios de 1795); Biblioteca da Universidade de Coimbra (BUC) – *Manuscritos*, manuscrito 1598 (ata do Capítulo Geral dos Lóios de 1798).

<sup>58</sup> *Statutos e Constituyções dos virtuosos e reverendos padres Conegos azuys, do especial amado discipulo de Chrispto[...]*. 1540. Lisboa: Germão Galharde. Fól. XIII a XIII [XIV].

<sup>59</sup> Natural de Basto, o padre António Caetano de Meneses (1757-1827) entrou na Congregação em Maio de 1778, tendo exercido o generalato dois trénius consecutivos. ADP - *Monásticos*, Convento de St.º Elói do Porto, K/19/6-57, fól. 1055 e segs.

eletivos da Congregação; problema vocacional que, segundo a nota, tinha-se agravado substancialmente em relação à situação vivida no pontificado de Bento XIV (1740-1758).

A nota capitular permite-nos um vislumbre de como a Congregação aprofundou, ao longo da segunda metade do século XVIII, uma crise de recrutamento que a distanciava dos números de cónegos no seu auge, que podemos situar em meados do século XVII.

Se em 1497 a Congregação contava com 82 cónegos, já em 1632 eram 233<sup>60</sup>. Em 1798 os religiosos não excederiam o número de 160<sup>61</sup>, valor que aliás não voltaria a superar, já que em 1834, nas vésperas da extinção, a Congregação dos Lóios tinha 152 religiosos, espalhados pelas suas 8 casas conventuais<sup>62</sup>.

Neste cenário de crise institucional do universo regular, e que na Congregação dos Lóios se saldava (por exemplo) na crise vocacional, insere-se o segundo dos processos inquisitoriais envolvendo um cónego Lóio, que surge a confessar proposições heréticas. O acusado pode ser filiado nos círculos liberais e maçónicos portugueses de finais do século XVIII, aos quais a influência francesa não era alheia, demonstrando como o clero regular (bem como o secular) não era imune às novas ideias.

Ainda que registado arquivisticamente como processo, estamos perante o texto da apresentação que, a 23 de fevereiro de 1792, o cónego lóio António de Queirós Camanho Botelho da Silva Manuel fez perante a Inquisição de Lisboa<sup>63</sup>.

Natural do Porto, onde desde 1490 os Lóios mantinham o convento de N.ª Sr.ª da Consolação, declara ser filho legítimo de António de Queirós e de Maria Teresa dos Reis, ambos da diocese do Porto. Ainda que os dados sobre este cónego lóio sejam muito limitados, os seus sobrenomes permitem levantar a hipótese de estar ligado a Gaspar de Seixas de Queirós Botelho, fidalgo da Casa de Sua Majestade, cavaleiro professo da Ordem de Cristo e familiar do Santo Ofício desde 1725, casado com Maria Joaquina Camanho de Mendonça<sup>64</sup>. Esta ligação, a comprovar-se, colocaria o padre

---

<sup>60</sup> ANTT- *Manuscritos da Livraria*, manuscrito nº 523. fól. 110 e seguintes; ANTT - *Conventos Diversos*, S. Bento de Xabregas. B-8-7.

<sup>61</sup> BUC – *Manuscritos*, manuscrito 1598 (ata do Capítulo Geral dos Lóios de 1798).

<sup>62</sup> ABREU, 2004. “Um parecer da Junta do Exame do Estado”. p. 120.

<sup>63</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 13388. No seu processo apenas surge como “António de Queirós”, os restantes sobrenomes são dados pelo processo de André de Morais Sarmento, em que é citado no fól. 4 e segs., ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 08614.

<sup>64</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Conselho Geral, Habilitações, Gaspar, mç. 8, doc. 176.

António de Queirós como parte de dois dos principais pilares da Inquisição portuguesa: o clero regular e a nobreza rural.

O seu processo inquisitorial é representativo do modo como, nas décadas finais de existência do Santo Ofício em Portugal, se assiste a uma transformação do tribunal, não apenas na tipologia de crimes e de criminosos que persegue, mas também na sua relação com outros órgãos judiciais e repressivos do Estado<sup>65</sup>.

A apresentação do padre António de Queirós, redigida na primeira pessoa e pelo que aparenta ser o próprio punho, foca a defesa na superlativação depreciativa com que se autodescreve enquanto pecador. Num texto de forte pendor penitencial, o apresentante procura demonstrar a mais perfeita contrição, colocando o seu discurso para lá de lógicas justificativas fundadas no erro desculpável e inocente, que encontramos, por exemplo, no processo do Padre Manuel de Santa Marta Teixeira.

A extensão dos crimes de que se acusa o padre Queirós, bem como o número de sujeitos que menciona, levaram-no a uma linha de defesa assente no autoexame de consciência, com que o cónego procurou indicar que se colocava irrestritamente sob a clemência do tribunal, com uma confissão que advinha da clareza obtida da Graça Divina:

Eu pasmo, e me confundo quando me vejo na precisão de por à Luz os meus enormíssimos delictos, e ferir escandalizar os ouvidos e corações inocentes dos que os lerem, mas que farei? Aproveitar me das Luzes do Altíssimo, ouvir a Sua Voz, e buscar o Remedio na purissima fonte deste Tribunal. [...] eis aqui a minha dezestrada vida que devendo meter horror a todo o mundo a este Santissimo Tribunal tem metido compaixão talvez pela minha inaudita cegueira, o Todo poderoso que me concerva elle permita seja para minha conversão, e não para minha confusão<sup>66</sup>.

Procurando figurar como o primeiro e o mais severo dos seus acusadores, não podemos hoje alcançar o grau de veracidade dos sentimentos manifestados por António de Queirós, e menos ainda a plenitude da lógica que o conduziu a esta confissão, ou o quanto esta revela ou deixa por revelar.

Os crimes confessados podem dividir-se em duas categorias: a dos crimes doutrinários e a dos crimes morais. Na primeira categoria incluem-se as proposições heréticas (abusos litúrgicos incluídos) e as práticas, relações e ideias heterodoxas; na segunda o crime de sodomia, que António de

<sup>65</sup> Sobre esta questão, veja-se TAVARES, Pedro Vilas Boas. 2002. “Da reforma à extinção: A Inquisição perante as «Luzes» (dados e reflexões)”. In *Revista da Faculdade de Letras “Linguas e Literaturas»*, n.º XIX. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto. p. 171-208.

<sup>66</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 13388, fól. 2 e 4.

Queirós confessa ter praticado de modo sistemático, exclusivamente com parceiros masculinos.

No domínio das proposições heréticas e heterodoxas, António de Queirós começa por confessar ter tido convicções (e conversações) contrárias ao próprio Santo Ofício, justificando a sua postura anti inquisitorial do desejo de se "...mostrar iluminado...", mais do que de uma convicção interior; justificação aparentemente prejudicada por negar-se a declinar o local e os participantes de tais conversas, sob a genérica e frágil argumentação que "...os bandalhos não tem nome..."<sup>67</sup>.

Mas as suas proposições heréticas não se limitavam ao tribunal, confessando desleixo intencional na celebração da missa, bem como sucessivas conversas em que colocaria em causa temas fundamentais do catolicismo, como a autoridade pontifícia ou as indulgências por esta concedidas, bem como outros ensinamentos tradicionais da Igreja, ofendendo os seus Santos e ritos litúrgicos, tudo assuntos de grande sensibilidade numa sociedade pós-tridentina. Ainda que diga não poder nomear locais e pessoas, abre algumas exceções, que nos permitem uma aproximação aos círculos que frequentava.

Menciona Rodrigo Navarro, de Guimarães, com quem teria conversado em duas ocasiões, a primeira das quais em 1790, dominando a conversação ideias e posições de notório pendor anti eclesiástico, com Rodrigo Navarro a negar a divindade de Jesus, sendo logo de seguida aconselhado ao silêncio pelo seu irmão, um médico.

Trata-se, com toda a probabilidade, de Rodrigo Navarro de Andrade, militar e diplomata, 1º barão de Vila Seca (1825). Originário de uma família vimaranense com fama de cristã-nova, e com importante inserção na nova ordem liberal portuguesa e brasileira (3 membros da família serão titulados pós-1820), era filho do médico Sebastião Navarro de Andrade e irmão dos médicos João de Campos Navarro de Andrade<sup>68</sup>, 1º barão de Sande; Vicente Navarro de Andrade<sup>69</sup>, barão de Inhomirim; Joaquim Navarro de Andrade e Sebastião Navarro de Andrade<sup>70</sup>.

---

<sup>67</sup> Ibidem.

<sup>68</sup> Que entre diversos cargos, foi diretor da Faculdade de Medicina da Universidade de Coimbra, Físico-mor do Reino, 1º barão de Sande por decreto de D. João VI (1823). Cf. RODRIGUES, Manuel Augusto. 1992. *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*. Coimbra: Arquivo da Universidade de Coimbra.

<sup>69</sup> O barão de Inhomirim foi professor da Escola de Medicina do Rio de Janeiro, que dirigiu, e médico pessoal de D. Pedro I, imperador do Brasil. BLAKE, Augusto. 1902. *Diccionario bibliographico brasileiro*. Rio de Janeiro: Typographia Nacional. Vol. VII, p. 367-368.

<sup>70</sup> RODRIGUES. 1992. *Memoria Professorum Universitatis Conimbrigensis, 1772-1937*.

O percurso dos Navarro de Andrade na academia, o seu papel militar e político, as suas ligações ao liberalismo, estarão na continuidade das relações que já mantinham, na década de 1790, com círculos iluministas e liberais, contexto em que ocorreram as conversas denunciadas pelo padre António de Queirós.

Uma nova conversa com Rodrigo Navarro de Andrade, com o mesmo teor, teria tido lugar em 1791, num serão em casa do Visconde da Anadia<sup>71</sup>, dado que revela que este titular, filho de Aires de Sá e Melo, o sucessor de Pombal no governo do reino, e participante ativo nos assuntos do governo (o que levará à sua elevação à nobreza titulada), reunia em sua casa um círculo em que as novas ideias eram discutidas.

Outro dos nomes denunciados é o do padre José Borges, certamente um clérigo secular, residente nas casas da igreja de N.<sup>a</sup> Sr.<sup>a</sup> da Vitória confrontantes com a rua do Ouro, em Lisboa. António de Queirós acusa o sacerdote de proposições heréticas, nomeadamente no que respeita ao sacramento da penitência, bem como da posse de livros proibidos.

A questão dos livros proibidos, veículo de difusão das novas ideias<sup>72</sup>, ocupa um papel substancial na apresentação de António de Queirós. Além do padre José Borges, são denunciados Rodrigo Navarro, de quem diz ter apenas livros proibidos, e um livreiro francês, que indica ser o primeiro em frente ao chafariz do Loreto (que se situava onde hoje se ergue a estátua de António Ribeiro *Chiado*), com quem o padre António de Queirós teria contratado a compra das obras de Rousseau.

Esta indicação a Rousseau, a primeira que nos permite vislumbrar diretamente o tipo de leituras que alimentaram o apresentante, situa-nos na produção literária dos filósofos iluministas proibidos pelas instâncias censórias; é o caso de Rousseau que desde 1768 tinha as suas obras proibidas em Portugal pela Real Mesa Censória<sup>73</sup>.

O cónego lóio confessa ainda a posse e leitura de outras obras e autores iluministas, como os 6 volumes do *L'Esprit de l'Encyclopédie*<sup>74</sup>, em cuja entrada dedicada à Inquisição o padre António de Queirós declara ter

---

<sup>71</sup> Trata-se de João Rodrigues de Sá e Melo de Meneses e Sotto Mayor, 1º visconde e conde da Anadia. ZUQUETE, Afonso. 1989. *Nobreza de Portugal e do Brasil*. Lisboa: Editorial Enciclopédia. Vol. II. pp. 278-279.

<sup>72</sup> Sobre a questão dos livros proibidos, em particular os de autores iluministas, veja-se o que diz MARTINS. 2001. *A censura literária em Portugal*. p.353 e seguintes.

<sup>73</sup> Ibidem, p. 419 a 426.

<sup>74</sup> Trata-se certamente da obra organizada pelo padre Joseph de la Porte, selecionada a partir da obra de Diderot e d'Alembert, e publicada em Genebra a partir de 1769.

retirado os fundamentos da sua rejeição do tribunal; as *Lettres Persanes*<sup>75</sup> de Montesquieu, proibidas pela censura régia portuguesa desde 1776; ou as *Memoires Turcs*<sup>76</sup>, obra de inspiração libertina do marquês de Plancy.

Após estas confissões e denúncias, e quase no término da sua apresentação, António de Queirós menciona ter conversado com um D. André sobre a “..maldita seita...”<sup>77</sup> da maçonaria, revelando alguns dados muito genéricos sobre a sua organização interna, a partir da experiência francesa e prussiana.

Esta menção, suficientemente breve para evitar demonstrar demasiado conhecimento sobre o assunto, é aquela que melhor justifica a necessidade de uma apresentação feita pelo cónego lóio à Inquisição de Lisboa. Na figura de D. André, de quem António de Queirós não menciona sequer o sobrenome, podemos identificar o iluminista e maçom português D. André de Morais Sarmiento, antigo cónego regular de Santo Agostinho e sacerdote secular, preso pela Inquisição portuguesa a 31 de outubro de 1791, acusado de ser pedreiro-livre.

O processo movido a André de Morais Sarmiento<sup>78</sup>, após a ordem para a sua prisão e termo de entrega do preso, regista um ofício do guarda livros da cadeia do castelo de São Jorge ao intendente geral da polícia, datado de 3 de outubro de 1791<sup>79</sup>, pelo qual ficamos a saber que o padre António de Queirós se encontrava preso no segredo da cadeia às ordens do intendente geral, e que confessara ter tomado parte de uma iniciação maçónica, que suspeitava ter resultado na sua prisão.

Atendendo à data do ofício, anterior à prisão de André de Morais Sarmiento, percebemos que o testemunho de António de Queirós terá sido instrumental na sequente prisão de Morais Sarmiento, o que fica mais claro quando se lê o interrogatório do intendente geral, desembargador Diogo Inácio de Pina Manique, ao cónego lóio<sup>80</sup>.

António de Queirós confessa ter sido convidado por André de Morais Sarmiento para integrar a maçonaria, para o que este lhe ensinou os sinais iniciáticos. No decurso do interrogatório, em que denuncia diversas

---

<sup>75</sup> MONTESQUIEU, Charles-Louis de Secondat. 1721. *Lettres Persanes*. Colónia: Pierre Marteau. Sobre esta obra vd. MARTINS, 2001. *A censura literária em Portugal*. p. 373 e segs.

<sup>76</sup> AUCOUR, Claude Godard d'. 1750. *Memoires Turcs, avec l'histoire galante de leur séjour en France*. Amesterdão: [s.i].

<sup>77</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 13388, fól. 5.

<sup>78</sup> ANTT - *Tribunal do Santo Ofício*, Inquisição de Lisboa, proc. 8614.

<sup>79</sup> *Ibidem*, fól. 4.

<sup>80</sup> *Ibidem*, fól. 5 e segs.

pessoas, menciona outro clérigo regular, o padre Félix, antigo frade eremita de Santo Agostinho, demonstrando como algum clero regular não era estranho à maçonaria portuguesa.

A denúncia do padre António de Queirós deixa entender que o crescimento da maçonaria em Lisboa se fazia pela cooptação em diversos estratos, incluindo o clero e a nobreza, mencionando as tentativas de aliciamento, e as recusas, do duque de Cadaval e do conde de Tarouca (da principal nobreza do reino) para integrarem a maçonaria.

A linha de defesa do cónego lóio, que passaria pelo seu pouco conhecimento da maçonaria e pela decisão de não levar até ao fim os ritos iniciáticos, parece pouco consistente com o número e profundidade de conversas a que confessa ter assistido, e a liberdade com que os temas eram discutidos na sua presença.

Esta convicção aprofunda-se quando lemos, ainda no processo de André de Morais Sarmento, o seu interrogatório perante a Inquisição de Lisboa, datado de 24 de outubro de 1791<sup>81</sup>, onde confessa outros contatos com maçons, como o “milord” inglês que conhecera no Porto cerca de 1786, e que lhe falara sobre a maçonaria no norte da Europa. Em Lisboa menciona as conversas com um francês caixeiro no *Nicola* e com um José Inácio, algarvio já falecido, que defendiam ser a maçonaria a origem da revolução em França, afirmação que confirmaria os temores dos inquisidores e da Intendência Geral da Polícia.

É neste interrogatório que ficamos a saber que o cónego lóio conheceu André de Morais Sarmento num botequim da rua da Prata, talvez um espaço propício a encontros de adeptos da maçonaria, mas certamente pouco adequado para clérigos. Inquirido ao longo dos dias finais de outubro e durante o mês de novembro de 1791, António de Queirós acabará por revelar até que ponto esteve envolvido com Morais Sarmento, e como através dele contactou com diversos maçons, ou candidatos a entrar na maçonaria.

Preso desde 1791 às ordens da Intendência Geral da Polícia, a apresentação do padre António de Queirós na Inquisição de Lisboa é bem o espelho da transformação que o tribunal sofre nas suas últimas décadas de existência, com a atuação concorrencial de estruturas judiciais seculares e com a perceção da natureza comum de alguns crimes.

Transitando da cadeia do castelo de São Jorge, onde estava às ordens da Intendência Geral, para os cárceres da Inquisição, fica justificado, pelos

---

<sup>81</sup> *Ibidem*, fól. 27 e segs. Nesta data o padre António de Queirós teria transitado para a custódia da Inquisição, como se afirma em interrogatório de 26 de outubro de 1791.



termos dos seus interrogatórios contidos no processo de Morais Sarmiento, o motivo que levou António de Queirós a redigir a apresentação ao Santo Ofício em fevereiro de 1792.

Como documento singular, sem qualquer outro registo diretamente associado, esta apresentação do padre António de Queirós poderia fazer supor o ato voluntário de uma consciência pesada, quando na realidade será mais um dos passos deste religioso para, justificando-se, obter a condescendência do Santo Ofício e a sua liberdade. No caminho ficaram nomes denunciados, e uma descrição (dada por ele próprio, pelo principal visado André de Morais Sarmiento, e por outras testemunhas) da atuação da maçonaria portuguesa na década final do século XVIII, à qual o clero das Ordens e Congregações, um dos pilares inquisitoriais, não era de todo desconhecido.

### **3. Conclusão**

Entre a publicação de obras sem licença inquisitorial (ou obras proibidas de circular) e a participação em círculos iluministas e maçónicos, os arquivos inquisitoriais permitem-nos uma aproximação à atuação de cónegos Lóios feita à margem da plena ortodoxia e do estrito limite institucional, aproximação essa que certamente não contemplará a totalidade de comportamentos similares por parte de outros religiosos da Congregação, mas cujos percursos não foram alvo de investigação eclesiástica ou secular.

As relações com as novas correntes filosóficas, que os dois processos aqui analisados ilustram, sugerem estudos mais aprofundados e, sobretudo, a sua inserção num estudo sistemático da relação entre os religiosos das Ordens e Congregações e as novas correntes de pensamento, mesmo quando condenadas pela Igreja.

Esta necessidade é tanto mais premente quanto os exemplos avulsos se avolumam, e pedem por uma sistematização e contextualização de dados que nos permitam pensar tais relações numa lógica de complexidade, em que certamente as mesmas se processaram.

Um desses exemplos avulsos que facilmente se podem identificar, e que não podemos deixar de destacar, é o de uma das últimas estrelas do firmamento Lóio, o cónego Manuel Bento Rodrigues da Silva.

Nascido em Vila Nova de Gaia em 1800, Manuel Bento Rodrigues entra jovem na Congregação de São João Evangelista. Segue os estudos

no Colégio de São João Evangelista que a sua Congregação mantinha em Coimbra, e doutora-se em Teologia a 30 de julho de 1826, pouco depois da sua ordenação sacerdotal.

Exclaustrado pela extinção das Ordens e Congregações, segue carreira eclesiástica secular que o leva ao episcopado, como arcebispo de Mitilene (auxiliar de Lisboa), bispo-conde de Coimbra e, finalmente, como patriarca de Lisboa e cardeal da Igreja.

Foi D. Manuel Bento Rodrigues, como aliás o seu antecessor o patriarca D. Fr. Francisco de São Luís *cardeal* Saraiva (que, recorde-se, teve importante carreira política no liberalismo monárquico português), exemplo de altos prelados que pertenceram à Maçonaria<sup>82</sup>, homens que frequentemente tiveram as suas origens nos claustros dos conventos e mosteiros<sup>83</sup> que a nova ordem liberal viria, mais tarde, a encerrar.

---

<sup>82</sup> Para além dos nomes destes dois prelados, poder-se-ia acrescentar o de D. Fr. Alexandre da Sagrada Família, bispo de Angra do Heroísmo e reconhecido maçom (além de tio do Visconde de Almeida Garrett, escritor, político liberal e maçom).

<sup>83</sup> D. Manuel Bento Rodrigues foi cónego lóio; o Cardeal Saraiva foi monge beneditino e D. Fr. Alexandre da Sagrada Família foi frade franciscano. Não podemos deixar de salientar que os três, simbolicamente, representam todo o universo regular, tradicionalmente dividido em três grupos principais de carismas: as congregações de clérigos seculares (como os Lóios) ou regulares; as ordens monásticas (como os beneditinos) e as ordens mendicantes (como os franciscanos).

## AUTORES

---

### **Consuelo Juanto Jiménez**

Profesora de Historia del Derecho. Universidad Nacional de Educación a Distancia (UNED-Madrid). Académica correspondiente de la Real Academia de Jurisprudencia y Legislación de España. Instituto de Historia de la Intolerancia.

### **Jaqueline Vassallo**

Doctora en Derecho y Ciencias Sociales por la Universidad Nacional de Córdoba, Argentina. Es investigadora del CONICET y profesora titular en la Facultad de Filosofía y Humanidades (UNC). Desde el año 2012 participa en proyectos vinculados a la temática sobre Inquisición financiados tanto en España como en México e integra el grupo de trabajo “Historias de las Inquisiciones”, radicado en el Centro de Estudios de História Religiosa de Lisboa. Es fundadora y directora del Programa Archivos, Género y Documentación en las Inquisiciones Ibéricas en el CIECS-CONICET-UNC.

### **Fernando Gil González**

Doctor, con mención europea, en H<sup>a</sup> de las Instituciones por la UNED (2016) y premio extraordinario de doctorado (2017). Ha sido postdoctoral fellowship en King’s College of London y Fellow en LSE. En la actualidad es escritor, profesor en la URJC e investigador senior en prestigiosos G.I. en Argentina, España, Francia, Italia, Portugal y Reino

Unido. Además, ha publicado una docena de libros, como autor, como: *La represión de las nuevas formas de sociabilidad en Europa: Inquisición y masonería a través de los procesos judiciales del siglo XVIII* (2016); *Los ritos masónicos en la Europa ilustrada: Inquisición y las nuevas formas de sociabilidad en el siglo XVIII* (2019); *La Inquisición: ¿decadencia, abolición o reconversión?* (2020). Por último, es Académico en The Royal Historical Society (London, U.K.) y Miembro de la Sociedad de Estudios del Siglo XVIII (Universidad de Oviedo).

### **Natalia Urra Jaque**

Doctora en Historia Moderna por la Universidad Autónoma de Madrid el año 2012. Licenciada en Educación y Profesora de Enseñanza Media en Historia y Geografía el año 2005 por la Universidad de los Lagos de Chile y Máster en Estudios Avanzados de Historia Moderna por la Universidad Autónoma de Madrid el año 2008. Durante los años 2014 y 2017 desarrollo un FONDECYT Postdoctoral 3150658 “*Magia amorosa en la Lima Virreinal: Emociones y transgresiones a través de las prácticas mágicas perseguidas por el Tribunal Inquisitorial de Lima, siglos XVII y XVIII*”. Actualmente, desarrolla un proyecto de Investigación Jorge Millas DI-05-22/JM financiado por la Universidad Andrés Bello de Chile. También colabora como investigadora externa de otro proyecto financiado por la Universidad Nacional Autónoma de México (UNAM PAPIIT G400619).

### **Emilio La Parra López**

Historiador y catedrático de la Universidad de Alicante, España. Autor de *La Inquisición en España. Agonía y abolición* (Los Libros de la Catarata, 2013), en la que junto a María Ángeles Casado hizo un estudio sobre la abolición de la Inquisición española. En 2017 apareció junto a los historiadores y escritores Jean-Luc Chappey, Carmen Posadas, José Luis Gil Soto, Luis Alfonso Limpo y Enrique Rúspoli en el documental *Príncipe de la Paz*, un largometraje sobre la vida de Manuel Godoy dirigido por Santiago Mazarro.

### **José Antonio Escudero**

Doctor en Derecho por la Universidad Complutense de Madrid en 1965, ejerció como profesor hasta alcanzar por oposición

las cátedras en diversas universidades de Extremadura, Madrid, País Vasco y en la actualidad en la UNED como Catedrático de la Historia del Derecho. José Antonio Escudero ganó en 2009 el Premio Nacional de Historia que concede el Ministerio de Cultura con un enfoque académico y riguroso y una valoración independiente y objetiva de la institución monárquica basándose siempre en los documentos disponibles y en el saber jurídico e historiográfico acumulado por más de treinta profesores y catedráticos que han contribuido para crear la obra *El Rey. Historia de la Monarquía*. En mayo del 2010 se le volvió a otorgar el nombramiento de Doctor Honoris Causa.

### **Nuno de Pinho Falcão**

Doutor em História pela Universidade do Porto. Professor Adjunto do Colegiado de História do Instituto de Humanidades e Letras - Campus Malês (Bahia), da Universidade (Federal) da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira (UNILAB).

Investigador do Centro de Investigação Transdisciplinar *Cultura Espaço e Memória*, da Universidade do Porto (CITCEM) e investigador, e membro da coordenação, da Comissão de Estudos Históricos e Património Cultural da Ordem dos Carmelitas Descalços (CEHPC-OCD), sendo parte das comissões editorial e científica da revista “*Studia Carmelita*”, e editor da “*Subsidia Carmelita*”, ambas editadas pela CEHPC.

A sua pesquisa tem ênfase na História Religiosa medieval e moderna, em particular nas ordens e congregações religiosas, na ideia de reforma e reformismos no mundo cristão; e nas missões e missionação em África.

### **Pedro Vilas Boas Tavares**

É natural (1954), estudou, reside e trabalha na cidade do Porto. Depois de, ao nível da licenciatura, ter concluído estudos de teologia e história, veio a doutorar-se em *Cultura Portuguesa* na Universidade do Porto (2002), em cuja Faculdade de Letras tem sido docente e investigador.

A sua tese de doutoramento, *Beatas, Inquisidores e Teólogos. Reação Portuguesa a Miguel de Molinos* (463 pp.) foi «aprovada com distinção e louvor por unanimidade» e, uma vez publicada pelo Centro Inter-Universitário de História da Espiritualidade (Porto, 2005), dirigido por José Adriano de Freitas Carvalho. Nessa obra e em vários trabalhos anteriores nela convergentes, na esteira de um caminho de longa data

indicado por Massimo Petrocchi em Itália e Ellacuria Beascoechea em Espanha, a sua investigação consistiu na prospeção e estudo das doutrinas e correntes místicas quietistas e anti-quietistas em Portugal, especialmente do impacto do molinosismo e do anti-molinosismo na sociedade e cultura portuguesas de finais de seiscentos e do século XVIII, rastreando naturalmente a vigilância, prevenção e repressão inquisitoriais ao longo do tempo, bem como as correspondentes orientações pastorais e da literatura de espiritualidade que acompanharam as atitudes da hierarquia e do tribunal.

É investigador integrado do CITCEM (Centro de Investigação Transdisciplinar “Cultura, Espaço e Memória”). Participa atualmente do Projeto FCT «Letras no Claustro: Bibliotecas monásticas a Norte de Portugal da Idade Média ao século XIX». Dirige o «Centro de Estudos Beneditinos Prof. Frei Geraldo Coelho Dias (O.S.B.)» sediado no Mosteiro Beneditino de Refojos, Cabeceiras de Basto.

### **Sonia Siqueira**

Bacharel em Geografia e História pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (1950), licenciada em Geografia e História pela Universidade de São Paulo (1955). Doutora em História Moderna pela Universidade de São Paulo (1968), Livre Docente em História Ibérica (1972), Professora Adjunta (1974) e Professora Titular (1978) pela mesma Universidade de São Paulo. Tem experiência na área de história principalmente nos mestrados de Educação (UERJ), Memória e Representações (UNIRIO) e História (UERJ). Atualmente é professora colaboradora do Mestrado de Ciências das Religiões da Universidade Federal da Paraíba.

### **Juan Ignacio Pulido Serrano**

Nacido en Madrid. Profesor Titular de la Universidad de Alcalá de Henares, donde desarrolla sus tareas docentes e investigadoras en el Departamento de Historia y Filosofía de la Facultad de Filosofía y Letras de la Universidad de Alcalá. Licenciado en Geografía e Historia por la Universidad Autónoma de Madrid y Doctorado por la Universidad de Alcalá. La línea de investigación que ha venido desarrollando abordan distintos aspectos de la historia social, política y cultural del mundo ibérico durante la Edad Moderna. Ha publicado distintos trabajos sobre Historia de

la Inquisición, del fenómeno converso, sobre minorías nacionales, étnicas y religiosas, y las relaciones políticas entre España y Portugal.

### **Marco Antônio Nunes da Silva**

Professor de História Moderna na Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), mestre e doutor em História Social pela Universidade de São Paulo (USP), e pós-doutorado pela Universidade de Leiden (Países Baixos) e pela Universidade do Porto (Portugal). Sua investigação trata sobre a Inquisição portuguesa e sua ação no Império luso-brasileiro. Também integra o Grupo de Investigação Assistência no Mundo Atlântico: adoração e caridade em uma experiência lusófona, dedicada a investigar a Santa Casa da Misericórdia de Salvador (1549-1930). Organizou os seguintes livros: *Práticas e vivências religiosas: temas da história colonial à contemporaneidade luso-brasileira*, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) em 2016; *Estudos inquisitoriais: história e historiografia*, publicado pela Editora da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (Edufrb) em 2019; e *Estudos inquisitoriais: poder político, religião e sociedade entre a Europa e o Atlântico*, publicado pela Editora da Universidade Federal da Bahia (Edufba) em 2020. Recentemente publicou o capítulo “Pescado, fruta y carbón. Conflictos en torno a la Inquisición portuguesa y sus privilegios (siglos XVII-XVIII)”, no livro *La Inquisición vista desde abajo: testimonios de gente corriente ante el Santo Oficio*, organizado por Juan Ignacio Pulido Serrano e William Childers, publicado pela Editora Iberoamericana e Vervuert, em 2020. É membro colaborador do Centro de Investigação Transdisciplinar Cultura, Espaço e Memória (CITCEM), com sede na Faculdade de Letras da Universidade do Porto e ancorada no campo das Humanidades e das Ciências Sociais.

